

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**A AGRICULTURA FAMILIAR DE ANCHIETA/ES SOB A HEGEMONIA DO**  
**GRANDE CAPITAL**

**LEONARDO RAUTA MARTINS**

**2014**



**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A AGRICULTURA FAMILIAR DE ANCHIETA/ES SOB A HEGEMONIA DO  
GRANDE CAPITAL**

**LEONARDO RAUTA MARTINS**

*Sob a orientação de*

**Roberto José Moreira**

Dissertação de mestrado apresentada como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências Sociais** no Programa de  
Pós-Graduação de Ciências Sociais em  
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

**Rio de Janeiro, RJ**

**Mai de 2014**

307.141208152 M386a T	<p>Martins, Leonardo Rauta. A agricultura familiar de Anchieta/ES sob a hegemonia do grande capital / Leonardo Rauta Martins, 2014. 165 fs.</p> <p>Orientador: Roberto José Moreira Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Bibliografia: f. 125-135.</p> <p>1. Agricultura familiar - Teses. 2. Grandes projetos industriais – Teses. 3. Hegemonia – Teses. 4. Políticas públicas – Teses. I. Moreira, Roberto José. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.</p>
-----------------------------	---

## LEONARDO RAUTA MARTINS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**.

Dissertação aprovada em 06/05/2014.

---

Roberto José Moreira, Dr. CPDA/UFRRJ  
(Orientador)

---

Cláudia Job Schmitt, Dra. CPDA/UFRRJ

---

Rogério Omar Caliari, Dr. IFES Colatina/ES

Rio de Janeiro, RJ

2014

*A todos os agricultores familiares do município de Anchieta - minha grande família - aos quais sou ligado simultaneamente por vínculos de sangue, afinidade e laços sociais de pertencimento. Que este trabalho lhes possa ser útil em suas reflexões e lutas futuras.*

## AGRADECIMENTOS

Embora relativamente simples, um trabalho como este exige uma rede de colaboradores, pessoas queridas que encontradas pelo caminho, de formas variadas, colaboraram e o tornaram possível. Mesmo incorrendo no risco de esquecer algumas dessas pessoas gostaria de citá-las nominalmente.

Agradeço aos meus pais, Vergínia e Ailton, que desde cedo me ajudaram a superar as dificuldades de acesso e permanência na Escola. Nunca foi fácil, pelo contrário. A distância da escola, as estradas de chão, a lama e o cenário de pobreza sempre foram grandes obstáculos. Mas, seus esforços sinceros conseguiram viabilizar um ambiente propício aos meus estudos. Mesmo sem entenderem direito o que é um mestrado e porque sempre estou às voltas com livros, eles me apoiam e torcem por mim até hoje. Deles sempre escuto conselhos que soam engraçados, mas que não deixam de possuir certa verdade: *“Cuidado! em tal lugar um homem de tanto estudar ficou doido”*.

À Maria Helena Rauta Ramos, minha prima, por ter me auxiliado na construção deste trabalho, desde a concepção do projeto até a entrega final do produto. Ao longo desta caminhada pudemos trocar muitas figuras, discutimos bastante, e eu aprendi muito. Seu auxílio foi essencial, pois, além das trocas intelectuais, ela me possibilitou as condições materiais de existência no ano em que tive que permanecer sem bolsa de estudos no Rio de Janeiro. Muito obrigado!

Ao meu orientador, Roberto José Moreira, primeiramente por se interessar pelo tema, por apostar nele, por me orientar pacientemente e se mostrar sempre disposto e acima de tudo pelo compromisso que sempre demonstrou comigo e seus demais orientandos (meus colegas). Também e, fundamentalmente, pela crítica sincera a primeira versão da dissertação, o que me possibilitou a recondução da pesquisa e um resultado que acredito seja mais fiel a realidade dos fatos.

Aos meus amigos, porto seguro, pelas conversas, pelo apoio e por suas simples presenças: Jéssica Moraes, Emanuela Moraes, Edicléia Oliveira, Ângela Vetoracci, Elton John de Lório, Rosa Belo, Maria José Batista, Márcia Zumack, Pe. Firmino Costa Martins, entre outros.

Aos meus amigos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta e Piúma pelo diálogo constante, por tudo que vivemos e construímos nestes últimos 10 anos: Marta Regina Vasconcelos Lorencini, Carlos Teixeira, Ana Lúcia, Maria do Carmo, Gabriela, Adrian Rovetta e Simone Battestin; esta última, parceira de pesquisas que, tendo trilhado a experiência de mestrado, compartilha comigo os dilemas da produção intelectual e o gosto por pesquisar temas atinentes à agricultura familiar.

Aos meus amigos do mestrado que tornaram 2012 no Rio de Janeiro, um ano memorável que jamais será esquecido. Agradeço o carinho, o apoio, as críticas ao meu trabalho, os toques, nossos almoços, festas, enfim... tudo. Destaco especialmente os queridos e mais próximos: Izabelle Fernanda Silveira Vieira, David da Costa, Cecília Fonseca e Fabrício Teló.

Aos meus alunos da Escola Família Agrícola de Olivânia, pela acolhida, pelo carinho e por me inspirarem na construção da minha dissertação. Jamais esquecerei vocês. Aos meus

colegas professores: Wemerson Simões, Tarcila Leal, Fernanda Nunes, Juscelino Marion, Jeferson Casale, Leandro Magnago, Leonan Aquino, Swenka Volpato, Kátia Gaiotto, Givaldo Carneiro, Wilcemar Gaigher e Marcos Bissa. Obrigado!

As pessoas que gentilmente me prestaram informações por meio de entrevistas contribuindo na construção deste trabalho. Mesmo optando por mantê-los no anonimato, gostaria de lhes agradecer como os citei no texto: ao dirigente sindical, a funcionária do STRAP, a Unidade Municipal de Cadastro (NAC/UMC) e ao docente do MEPES.

Também as equipes do Sindicato de Trabalhadores Rurais, do Sindicato Rural Patronal e da SEMAPA por me permitir acessar os documentos produzidos por estas instituições.

Agradeço por fim ao programa CPDA, aos meus professores e todos os funcionários, importantes no desenvolvimento deste trabalho.

## RESUMO

MARTINS, Leonardo Rauta. **A agricultura familiar de Anchieta/ES sob a hegemonia do grande capital**. 165 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2014.

O campo temático deste trabalho privilegia um conjunto de processos referentes à agricultura familiar do município de Anchieta, litoral sul do estado do Espírito Santo, no contexto da hegemonia do grande capital representado por grandes projetos industriais instalados em seu território. Nessa direção, procura analisar: a) a constituição histórica da agricultura familiar no município destacando o papel das etnias formadoras e as alterações processadas pelo grande capital no município de Anchieta, com a instalação da primeira usina de pelotização e do porto da mineradora Samarco (1977); b) o processo de subalternidade das formas familiares de agricultura em Anchieta, destacando componentes ideoculturais, forjados essencialmente pela ação da Igreja Católica, posteriormente mediante o domínio da Samarco Mineração, o qual prevalece atualmente numa composição ampliada com a Petrobras e a Vale; e c) a ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta em torno da construção de políticas públicas para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos agricultores familiares, utilizando como estratégia a subordinação a forças políticas locais na ocupação das estruturas do poder municipal e a realização das Semanas da Agricultura Familiar. Para tanto, utiliza-se como matriz teórica concepções extraídas de autores marxistas, recorrendo inicialmente à obra magna de Marx, *O Capital*.

**PALAVRAS CHAVE:** agricultura familiar, grandes projetos industriais, hegemonia, políticas públicas.



## ABSTRACT

MARTINS, Leonardo Rauta. **Family farming Anchieta/ES under the hegemony of big business**. 165 pg. Thesis (Master of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2014.

The thematic scope of this work focuses on a set of processes relating to family farming in Anchieta municipality at southern coast Espírito Santo state, under the big business hegemony context represented by large industrial projects installed on its territory. In this sense, seeks to analyze: a) the historical family farming constitution highlighting the role of formative ethnicities and the changes processed by big business in Anchieta city , from the installation of the first pellet plant and Port Samarco mining company (1977); b) the subalternity process of familial agriculture forms in Anchieta , emphasizing ideo-cultural components , forged mainly and initially by the Catholic Church action and later through the domain of the Samarco mining, which currently prevails in a expanded composition with the Petrobras and Vale do Rio Doce; And c) the action of the Union of Rural Workers of Anchieta around the public policies construction for the improvement the living and working conditions to the family farmers, using as strategy the subordination of the local political forces in the occupation of the municipal power structures and the realization of the Agriculture Family Weeks. For both, it used, as theoretical matrix, concepts extracted from marxists authors using initially the Karl Marx masterwork: The Capital.

**KEYWORDS:** family farming, large industrial projects, hegemony, public politics.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**APROBANA** - Associação de Produtores de Banana de Anchieta  
**ATER** - Assistência Técnica e Extensão Rural  
**BANDES** - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo  
**BANESTES** - Banco do Estado do Espírito Santo  
**CAFESUL** - Cooperativa dos Cafeicultores do Sul do Estado do Espírito Santo  
**CBH** - Comitê de Bacia Hidrográfica  
**COMDRS** - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
**CONAMA** - Conselho Nacional de Meio Ambiente  
**CONDRAF** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
**CONSEMA** - Conselho Estadual de Meio Ambiente  
**CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
**CSU** - Companhia Siderúrgica de Ubu  
**CSV** - Companhia Siderúrgica de Vitória  
**CVRD** - Companhia Vale do Rio Doce  
**FASE** - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
**FIOCRUZ** - Fundação Oswaldo Cruz  
**FOFA** - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças  
**FUNAI** - Fundação Nacional do Índio  
**FUNDAP** - Fundo para o Desenvolvimento de Atividades Portuárias  
**FUNRES** - Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo  
**GAMA** - Grupo de Apoio ao Meio Ambiente  
**IBAMA** - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IEMA** - Instituto Estadual do Meio Ambiente  
**IJSN** - Instituto Jones dos Santos Neves  
**INAMPS** - Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social  
**INCAPER** - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural  
**LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
**MEPES** - Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo  
**MPA** - Ministério da Pesca e Aquicultura  
**MPE/ES** - Ministério Público do Espírito Santo  
**NTCI's** - Novas Tecnologias de Comunicação e Informação  
**OSCIP** - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
**PADRSS** - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário  
**PDF** - Programa de Desenvolvimento de Fornecedoros  
**PIB** - Produto Interno Bruto  
**PISA** - Polo Industrial e de Serviços de Anchieta  
**PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
**PPA** - Plano Plurianual de Aplicações  
**PROMAEP** - Programa Municipal de Mecanização Agrícola  
**PROMATERA** - Programa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural  
**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
**PROVARZEA/ES** - Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis do Estado do Espírito Santo  
**RIMA** - Relatório de Impacto Ambiental  
**RMGV** - Região Metropolitana da Grande Vitória  
**SAF** - Semana da Agricultura Familiar  
**SEMADER** - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

**SEMAPA** - Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento

**STRAP** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta e Piúma

**SUPPIN** - Superintendência de Projetos de Polarização Industrial

**UTG** - Unidade de Tratamento de Gás

## LISTA DE TABELAS, MAPAS, QUADROS E FIGURAS

Mapa 01 – Região colonizada por Italianos-----	31
Tabela 01 – Crescimento populacional do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais de 1872 a 1940 -----	32
Tabela 02 – Estrutura Fundiária do Espírito Santo em 1940 -----	46
Tabela 03 – Evolução da população rural – urbana em Anchieta de 1970 – 2010 -----	57
Figura 01 – Planta do centro da cidade de Anchieta/ES em 1978-----	58
Figura 02 – Parte central de Anchieta e bairros formados a partir de 1978 -----	58
Mapa 02 – Equipamentos, infraestruturas, polos industriais, comerciais e de serviços existentes e aventados para a RMGV em 2012-----	65
Tabela 04 – Propriedades rurais de Anchieta segundo dimensão de área-----	75
Mapa 03 – Anchieta a partir de uma divisão por setor rural-----	80
Mapa 04 – Uso e cobertura da terra em Anchieta no ano de 2010-----	83
Quadro 01 – Composição do COMDERS de acordo com a Lei nº 355/2006-----	105
Quadro 02 – Semanas da Agricultura Familiar de Anchieta-----	109
Tabela 05 – Levantamento da execução das propostas ao PPA -----	113
Quadro 03 – Dinâmica da Caixa-----	117

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - RERITIBA, VILA NOVA DE BENEVENTE E ANCHIETA: A AGRICULTURA SE TRANSFORMA E A TERRA É TRANSFORMADA.....	14
1.1 - A Agricultura e suas raízes: os povos originários e a ação do colonizador .....	15
1.2 - O lugar da Vila no contexto do desenvolvimento do território capixaba: de Reritiba à Benevente.....	18
1.3 - A imigração italiana no Espírito Santo e sua influência na ocupação dos “sertões” .....	24
1.4 - A particularidade da Colônia Rio Novo e os efeitos da imigração no Sul do Estado.....	35
1.5 - Posição de Anchieta no quadro da “crise” e alteração da dinâmica econômica estadual .....	40
CAPÍTULO II - ANCHIETA NO CONTEXTO DA HEGEMONIA DOS “GRANDES PROJETOS” .....	43
2.1 – Da crise do café à industrialização do Espírito Santo via “grandes projetos” .....	46
2.2 - Alterações na estrutura produtiva estadual e sua repercussão no município de Anchieta .....	49
2.3 - Metamorfoses Sociais decorrentes da instalação de “Grandes Projetos” e da expansão do grande capital .....	54
2.4 - Empreendimentos industriais em Anchieta.....	62
CAPÍTULO III - A AGRICULTURA FAMILIAR EM ANCHIETA: AÇÕES E PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NO CAMPO.....	71
3.1 - Caracterização do território rural de Anchieta.....	73
3.2 - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o projeto político para o meio rural Anchietaense .....	97
3.3 - Semanas da Agricultura Familiar: ganhos e perdas do STRAP e perspectivas de futuro.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	124

## INTRODUÇÃO

*Pode-se narrar o tempo, o próprio tempo, o tempo como algo em si? Não, isso seria deveras uma empresa tola. Uma história que rezasse: “o tempo decorria, escoava-se, seguia seu curso” e assim por diante - nenhum homem de espírito são poderia considerá-la história (Thomas Mann em A montanha Mágica, p. 653).*

Trata-se de uma dissertação de mestrado, cujo objetivo principal consiste em elucidar alguns processos pelos quais passa a agricultura familiar na ambiência dos “grandes projetos”<sup>1</sup> industriais (mineração, petrolíferos e siderúrgicos), já instalados ou em perspectiva de instalação, em Anchieta, município localizado no litoral sul do Espírito Santo.

Na análise assume relevância os acontecimentos históricos que conformaram a agricultura familiar em Anchieta, desde sua fundação (1565), sendo evidenciados os elementos que prevalecem ao longo dos séculos e aqueles inovadores que indicam a superação de formas antigas de produção e seu ingresso no que se convencionou chamar sociedade moderna. Nesse quadro, adquire destaque a instalação em seu território<sup>2</sup> da mineradora Samarco, no ano de 1977, quando sua primeira usina de pelotização foi inaugurada, alterando a relação rural x urbano no município, ao colaborar nos processos de concentração da terra, expansão do tecido urbano sobre áreas rurais, seguidos de um significativo êxodo rural.

Inúmeras questões são suscitadas ao nos debruçar sobre um período histórico relativamente longo, o que nos leva a focar primordialmente os seguintes aspectos:

- a dinâmica de ocupação do território Anchietaense e a constituição de uma agricultura familiar desenvolvida ao longo dos séculos subordinada a formas dominantes de produção, vinculadas à grande propriedade e ao mercado externo, com características particulares impressas a partir da imigração italiana;

- o processo de consolidação do domínio dos grandes projetos industriais no Espírito Santo a partir da instalação do regime autocrático burguês no país e seus desdobramentos no município de Anchieta/ES; e

- a complexidade dos processos sociais, vistos a partir da análise da constituição de processos identitários que, em algumas comunidades rurais, passam pela invenção da tradição;<sup>3</sup> e as ações deflagradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta e Piúma, tendo em vista a construção de um projeto político que almeja contrapor-se à

---

<sup>1</sup> O termo “grandes projetos” tem muita significância para a intelectualidade capixaba uma vez que a dinâmica econômica impressa pela instalação de grandes indústrias provocou profundas alterações no território do Espírito Santo. Utilizamos a definição de grandes projetos presente em Vainer e Araújo (1992) que compreendem estes enquanto empreendimentos que consolidam a apropriação dos recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, respondendo a decisões tomadas em espaços exógenos ao local de sua instalação.

<sup>2</sup> Nos últimos anos tem havido uma profusão de estudos sobre território, estes têm assumido, inclusive, uma centralidade no que concerne a questão das políticas públicas, especialmente as relacionadas a desenvolvimento rural. Não cabe nesta dissertação uma discussão aprofundada acerca deste tema, deste modo, quando nos referirmos a território estamos compreendendo um espaço físico onde se desenvolvem relações de poder que passam pelo campo da produção, da cultura e da ideologia.

<sup>3</sup> Concepção extraída da obra de Hobsbawm e Ranger (2002), enunciada no terceiro capítulo desta dissertação.

importância crescente que a indústria vem assumindo no estado do Espírito Santo desde a década de 1960. Tudo isso dentro de uma unidade com elementos contraditórios e ao mesmo tempo complementares.

É preciso considerar que a questão dos grandes projetos industriais expressa a hegemonia do capital internacional que entra em cena, especialmente a partir da Ditadura Militar, subordinando o Estado e suas instituições a seus interesses. O pequeno capital local se vê impelido a associar-se ou a subordinar-se aos interesses da economia monopolista que se torna dominante no mundo.

A questão industrial no Espírito Santo, vinculada à ideologia desenvolvimentista, predominante à época, cimentou um determinado “modelo de desenvolvimento”, conduzido por frações da burguesia que aparelhava o Estado. Isso significa que a industrialização se processou pela ação fomentadora do Estado, ao criar as condições necessárias à entrada de grandes conglomerados industriais, com produção voltada, em sua grande parte, para o mercado externo. A industrialização nesse momento já estava aliada a um processo de “modernização” da agricultura, resultando em concentração da terra, êxodo massivo da população rural e subordinação da produção agrícola aos interesses industriais.

Para a análise da constituição da agricultura familiar no município de Anchieta, fazemos uma recorrência à obra de Marx, com referência especificamente às relações desencadeadas no campo a partir do processo de industrialização, entendendo que mesmo tratando de um tempo histórico e de uma realidade geográfica distinta, sua discussão pode revelar elementos importantes e atuais na análise das relações entre agricultura familiar e processo de industrialização no município de Anchieta.

Em Marx (2003<sup>a</sup> e 2003<sup>b</sup>) encontramos subsídios para analisar o impacto da industrialização capitalista na pequena propriedade camponesa. Ele adverte que antes do capitalismo, ainda na Idade Média, não havia indivíduos independentes porque, no modo de produção feudal, todos eram dependentes uns dos outros: servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracterizava as relações sociais de produção material como também as outras que se desenvolviam nas demais “esferas da vida baseadas nessa produção” (MARX, 2003<sup>a</sup>, p. 99). Continua Marx ratificando essa assertiva:

No regime feudal, sejam quais forem os papéis que os homens desempenham ao se confrontarem, as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre produtos do trabalho (idem).

Um exemplo mais próximo, ainda vigente em territórios onde a produção capitalista não é dominante, pode ser encontrado na produção familiar camponesa, se bem que não mais em estado puro. Essa família

[...] produz para suas próprias necessidades, trigo, gado, fio, tela de linho, peças de roupa etc. Essas coisas são, para a família, produtos diversos do seu trabalho, mas não se confrontam entre si como mercadorias. As diversas espécies de trabalho que dão origem a esses produtos - lavoura, pecuária, fição, tecelagem, costura etc. - são, na sua forma concreta, funções da família, que tem, como a produção de mercadorias, sua própria e espontânea divisão do trabalho (idem).

No entanto, quando a indústria capitalista domina o território, incorporando a seu patrimônio terras anteriormente ocupadas por famílias camponesas, provoca alterações significativas no conjunto de suas relações.

A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistência e seus meios de trabalho, em benefício do capitalista industrial, além, disso,

cria o mercado interno. Na realidade, os acontecimentos que transformam os pequenos lavradores em assalariados e seus meios de subsistência e meios de trabalho em elementos materiais do capital criam ao mesmo tempo, para este, o mercado interno. [...] A manufatura produz, por isso, uma nova classe de pequenos lavradores, para os quais o cultivo do solo é uma atividade acessória, sendo a principal o trabalho industrial (MARX, 2003<sup>b</sup>, p. 861).

Ou seja, podem ser observadas as seguintes alterações nas formas familiares de produção na agricultura <sup>4</sup>:

- Expulsão de famílias camponesas do meio rural com a consequente redução do território agrícola e liberação de uma força de trabalho (que fica desprovida de seus meios de produção, na medida em que suas terras foram expropriadas) para ser em parte absorvida pela indústria (na medida em que a outra parte vai integrar a superpopulação relativa <sup>5</sup> que é criada nas cidades capitalistas).

- Ruína da manufatura familiar com a criação ou ampliação de um mercado interno para a circulação das mercadorias, produzidas pela indústria capitalista, antes oriunda do trabalho das famílias camponesas (como por exemplo, leite, queijo, pães e biscoitos, carne de boi, de porco e de frango, linguiça, vassouras, etc.).

- As famílias dos agricultores - que conseguem manter-se no campo (além do pequeno proprietário, aumenta o número de arrendatários, de trabalhadores à meia, daqueles que ganham por produção, surgindo também no campo os trabalhadores assalariados) - tentam se adaptar às condições adversas, distintas das que existiam anteriormente, lutando para colocar seus poucos produtos nesse mesmo mercado (em que predomina a lógica do lucro), seus filhos buscam emprego no meio urbano, ou seja, o cultivo do solo se torna, em muitos casos, uma atividade acessória à reprodução da família camponesa.

Quando na agricultura há concentração de terras e dos instrumentos de trabalho em poucas mãos, além de elevar o nível de cooperação no processo de trabalho, surgem grandes e súbitas transformações na forma de produzir, alterando as condições de vida e de trabalho dos camponeses, podendo ocorrer lutas entre grandes e pequenos proprietários. Ademais esse processo é precedido e/ou acompanhado por roubos de terras, com a consequente expulsão dos trabalhadores rurais, criando as condições para o desenvolvimento da agricultura em grande escala (MARX, 2003<sup>a</sup>, p. 490).

---

<sup>4</sup> Não é nosso intuito retomar neste trabalho o caloroso debate acerca do conceito de agricultura familiar. Tal debate no Brasil, a nosso ver, gravita em torno de dois polos principais, e o mais importante elemento de diferenciação é o papel ocupado pelo campesinato na constituição histórica do que chamamos hoje de agricultura familiar. De um lado, estão os que definem a agricultura familiar enquanto uma ruptura completa com as formas anteriores de produção na agricultura, como manifestação própria da modernidade e de uma suposta “profissionalização” do agricultor. Na opinião de Abramovay, um dos expoentes desta corrente no Brasil, “uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (2007, p. 33). A capacidade de se adaptar e montar um comportamento adequado de acordo com o ambiente econômico e social, aliado a sua própria integração e dependência dos mercados marcariam uma ruptura da agricultura familiar com as formas camponesas conhecidas. De outro lado, Maria Nazareth Wanderley, em diálogo com o *groupe de sociologie rural* (especialmente com a produção de Marcel Jollivet e Henri Mendras), argumenta que a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, no qual o campesinato representa uma das diferentes formas de agricultura agrupadas no conceito de agricultura familiar (WANDERLEY, 1996:1-2). Desta forma, a agricultura familiar não representaria uma ruptura com as formas de campesinato até então existentes, mas sim uma categoria chave de caráter genérico, na qual estariam incorporadas diferentes formas de agricultura camponesa. Para não incorrer em anacronismo utilizaremos a categoria genérica *formas familiares de agricultura* para nos referir à agricultura não patronal no período anterior a construção do conceito de agricultura familiar.

<sup>5</sup> Em Marx, a superpopulação relativa é composta do excedente de trabalhadores, que vindos do campo para a cidade, ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital. Esse fenômeno, próprio da lógica capitalista, provoca o rebaixamento dos salários em face da formação de um exército de reserva. O desemprego da força de trabalho é potencializado com a ampliação do desenvolvimento tecnológico (capital constante) reduzindo os gastos em mão de obra (capital variável) (Ver em RAUTA RAMOS, 2009, p. 24-25).



A expropriação de terras dos camponeses foi uma das bases principais da acumulação primitiva do capital, chamada por Smith de “*previous accumulation*”, uma acumulação que não decorre do modo de produção capitalista, mas é seu ponto de partida (MARX, 2003<sup>b</sup>, p. 827). Esse processo de acumulação primitiva é marcado por um conjunto de

[...] transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídos de direitos (MARX, 2003<sup>b</sup>, p. 829-830).

A expropriação camponesa cria diretamente grandes proprietários de terra. E “associada à expulsão da população rural, renovadas, intermitentes, proporcionaram à indústria urbana massas sempre novas de proletários inteiramente desligados da esfera corporativa” (MARX, 2003<sup>b</sup>, p. 858).

E essa expropriação é realizada pelo capital sob a benevolência do Estado, que muitas vezes cobre esse processo de violência contra os pequenos agricultores com o manto da legalidade. No surgimento do capitalismo, na Inglaterra, quando Guilherme de Orange III estava no poder, em decorrência da “gloriosa revolução”, cresceu enormemente os roubos às terras do Estado. “Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou simplesmente roubadas mediante a anexação direta a propriedades particulares” (idem, p. 837). A oligarquia inglesa constituiu seus grandes domínios com essa usurpação das terras como também com o saque aos bens da Igreja.

Os capitalistas burgueses favoreceram a usurpação, dentre outros motivos, para transformar a terra em mero artigo de comércio, ampliar a área da grande exploração agrícola, aumentar o suprimento dos proletários sem direitos, enxotados das terras etc. (MARX, 2003b, p. 838).

Mas a história dessa expropriação não é idêntica em todos os países, não ocorre dentro de um único momento histórico, e nem ao mesmo tempo em regiões de um mesmo país. “A história dessa expropriação assume matizes diversas nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes” (idem).

A expropriação das terras camponesas é realizada por uma conjugação de métodos, dentre os quais se destacam: o simples roubo ou grilagem, com o uso da violência física, e apoiado em documentos falsos. O roubo de terras também pode assumir a forma parlamentar, autorizando a apropriação de terras, ou seja, através de “decretos com que os senhores das terras se presenteavam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os propriedade particular, decretos de expropriação do povo” (idem, p. 838).

No que diz respeito aos arrendamentos de terras, esse é um mecanismo utilizado por grandes proprietários, para reduzir o seu quadro de trabalhadores assalariados. Desde o tempo de Marx os grandes proprietários fazem uso desse engenho, “o número dos trabalhadores agrícolas propriamente ditos, de ambos os sexos e de todas as idades, caiu de 1.241.269, em 1851, para 1.163.217, em 1861” (2003<sup>b</sup>, p. 783), como também a partir de 1801, não houve crescimento do número de arrendatários e de trabalhadores agrícolas em igual proporção à elevação do produto agrícola (idem, p. 781). Na passagem do feudalismo para o capitalismo, além de grandes massas de população que eram lançados nas cidades quando os pequenos trabalhadores rurais perdiam suas terras, a relação dos camponeses com a terra passou por diferentes formas, sendo servos substituídos por trabalhadores livres:

Eram assalariados da agricultura os camponeses que utilizavam seu tempo de lazer trabalhando para os grandes proprietários, e os assalariados propriamente ditos, uma classe independente e absolutamente pouco numerosa. Mas estes, ao mesmo tempo, eram de fato lavradores independentes, pois, além do salário, recebiam uma habitação e uma área para lavar de 4 a mais acres (idem, p. 831).

Para essa ultrapassagem e o capital dominar todas as relações de produção, uma exigência tinha que ser preenchida: "a subordinação servil da massa popular, sua transformação em mercenários [na medida em os trabalhadores livres necessitavam vender a sua própria força de trabalho a quem melhor lhes pagasse] e a conversão de seu instrumental de trabalho em capital" (MARX, 2003<sup>b</sup>, p. 834).

O abusivo poder exercido pelos grandes proprietários de terra permitiu a estes a utilização de métodos coercitivos com o intuito de revolucionar a agricultura, para que esta adquirisse o mesmo dinamismo já alcançado pela grande indústria:

[...] os proprietários das terras, utilizando processos legais, levaram a cabo uma usurpação como a que se efetivou depois no Continente, mas sem qualquer formalidade jurídica. Aboliram as disposições feudais relativas ao solo. Transferiram para o Estado deveres que estavam vinculados à propriedade do solo, "indenizaram" o Estado com tributos incidentes sobre os camponeses e sobre o resto do povo, submeteram ao regime da moderna propriedade privada os bens em relação aos quais possuíam título feudal e impuseram, por fim, aquelas leis de domicílio que, com variações impostas pelas circunstâncias, tinham sobre os lavradores ingleses os mesmos efeitos que o edito do tártaro Bóris Godunov sobre os camponeses russos (idem, p. 837).

O êxodo rural, além de beneficiar a grande indústria, oferecendo braços para serem contratados ou para integrar a superpopulação relativa (que pressiona o valor dos salários para baixo, aumentando a concorrência entre os trabalhadores, ou mesmo pode ser utilizada pelos patrões em época de expansão da indústria), contribui a favor dos grandes proprietários de terra. Como registra Marx em relação à Irlanda, que fornecia trabalhadores de baixos salários para a indústria inglesa, como também para os Estados Unidos, nação que já despontava com o desenvolvimento da indústria capitalista: "A realidade é que, na medida em que decresce a população irlandesa, aumenta a renda da terra; que o despovoamento beneficia o proprietário do solo, portanto, o solo e, conseqüentemente, o povo [se torna], mero acessório do solo" (idem, p. 821). Com o despovoamento do campo, a vocação da Irlanda é a de tornar-se uma imensa pastagem:

Assim, quando a Irlanda ficar reduzida a 31/2 milhões de habitantes, logo descobrirão que ela continua miserável por estar ainda superpovoada, tendo de prosseguir seu despovoamento até que esteja em condições de realizar sua vocação, a de uma imensa pastagem de ovelhas e de gado em geral (idem, p. 822).

No que diz respeito à dinâmica interna das forças políticas e econômicas atuantes no território por nós estudado, é autor privilegiado, neste trabalho, o italiano Gramsci, vinculado à tradição marxista que, numa conjuntura política muito mais complexa (diferente daquela dos tempos de Marx,<sup>6</sup> caracterizada por uma estrutura de Estado restrito,<sup>7</sup> na linguagem deste revolucionário italiano), pensa a realização de mudanças na sociedade valorizando componentes da superestrutura, onde se encontram os organismos da sociedade civil, denominados por ele aparelhos privados de hegemonia. As inquietações em relação à Revolução Russa e também referentes à realidade sócio-histórica da Itália de sua época constituíram bases de Gramsci para elaborar seu pensamento.

Ao longo do século XIX, as diversas organizações dos subalternos envolvidas nesse trabalho político-educativo ampliaram de fato, mas não de direito, a sociedade civil, constituindo de modo contraditório a sociedade civil proletária em confronto com a sociedade civil burguesa. Do ponto de vista econômico e jurídico das classes dirigentes, a sociedade civil limitava-se ao

---

<sup>6</sup> Cf. As lutas de Classe na França 1848 a 1850, O 18 Brumário de Luís Bonaparte e A Guerra Civil na França.

<sup>7</sup> Para Gramsci, o Estado restrito ou Sociedade política corresponde aos aparelhos de coerção, por meio dos quais a classe dirigente exerce do monopólio da repressão e da violência.

reino dos contratos civis privados, complementado pelo exercício das crenças religiosas e das ações filantrópicas, mas gradualmente ela foi confrontada e reconfigurada pelos movimentos proletários. Estes se transformaram em uma arena política em lócus de organização e manifestação da vontade e das identidades coletivas, da objetivação das ideias, das estratégias políticas e dos conflitos sociais. Havia, assim, um antagonismo real, e não apenas um processo dual, nas disputas hegemônicas entre os partidários das diferentes estratégias políticas de conservação e/ou superação da ordem capitalista (ABREU, 2008, p. 119).

Gramsci afasta-se da tradição da primeira geração de marxistas ao dar menos relevância à estrutura econômica, para perceber na superestrutura (político-ideológica) os elementos fundamentais na sociedade ocidental que impedem que seja deflagrado um processo revolucionário conduzido por trabalhadores, nos mesmos moldes do que ocorreu na Rússia em 1917.

Para Gramsci, nas sociedades democrático-burguesas ocidentais, a dominação se processa num misto de coerção e consenso, ou seja, coerção gerando o domínio (função dos aparelhos do Estado restrito) e hegemonia pela via do consenso, a direção ideocultural (função dos aparelhos privados de hegemonia). Isso não significa a justaposição entre Estado e a Sociedade Civil, muito mais um imbricamento na relação entre estes, enquanto que, no oriente, notadamente no caso da Rússia, o Estado seria “tudo” e a sociedade civil, “primária e gelatinosa”.

Em Lênin, a quem é atribuído a origem, no campo marxista, do conceito de hegemonia, é enfatizada a *ditadura do proletariado*, onde os trabalhadores tomariam poder por meio de um embate direto e o manteriam por meio dos instrumentos de coerção; já em Gramsci, é destacada a importância da formação de uma classe dirigente - por meio de uma reforma moral e intelectual - que possa ascender e manter-se no poder, fundamentalmente pelo consenso, a qual garantiria a direção cultural e ideológica de qualquer movimento que se pretenda revolucionário.

O problema essencial para ele [Lênin] é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil [...] Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política). A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política (PORTELLI, 1977, p. 65 apud ALVES, 2010, 73-74).

Por isso, a noção de bloco histórico é muito relevante para a compreensão do pensamento gramsciano. O autor concebe momentos em que estrutura e superestrutura organicamente vinculadas formam um bloco histórico, ou seja, um conjunto complexo e contraditório das superestruturas (AMMANN, 2003).

Para conceber os agricultores familiares (fração da classe trabalhadora) como integrados à classe subalterna, numa relação contraditória (mas complementar) com a classe dominante, na sociedade capitalista, Gramsci dá uma contribuição importante, passando pela análise da composição do Estado e da questão da hegemonia significando a direção política e intelectual. O Estado, na sua forma ampliada é compreendido, por este autor, por dois componentes, a sociedade política (o núcleo duro, de comando, onde se situa inclusive o aparato repressor, coercitivo), e a sociedade civil (emaranhado de relações em que a vida cotidiana se processa e onde se processam as disputas por hegemonia, transformada em consenso no qual as classes subalternas restam subordinadas). Esta suposta divisão não

significa a separação destas duas esferas, antes ao contrário, compreende uma unidade orgânica mesmo que prenda de contradições.

Moreira (2012) aponta os limites das análises apoiadas apenas no binômio: hegemonia e contra-hegemonia; busca, por meio da noção de subalternia, evidenciar as forças que atuam neste processo, muitas das vezes invisibilizadas por esse antagonismo analítico.

Essa categoria incluiria as formas sociais assalariadas marxistas relativas aos conceitos de subsunção real e formal do trabalho ao capital, as formas de subordinação direta, para Marx. São formas sociais assalariadas. Vistas, por determinadas correntes analíticas, como sendo as formas propriamente capitalistas de subordinação capitalista do trabalho ao capital. Acolheria também, as formas de subordinação indireta do trabalho ao capital, relativas, em Marx, particularmente no famoso Capítulo VI - Inédito d'O Capital, ao trabalhador por conta própria (2012, p. 07).

No município de Anchieta, o processo de subalternidade política e econômica é por nós analisado na sua constituição histórica, inicialmente através de um processo de dependência e submissão de seus habitantes nativos (índios), seguidos de escravos negros e imigrantes italianos (em especial). A força da Igreja Católica se fez presente, principalmente por uma ação doutrinadora e domesticadora (pela catequese).

Para Gramsci (1982), instituições integrantes da esfera da sociedade civil são responsáveis por corroborar na manutenção do *status quo*, com a formação do consenso e a legitimação da dominação, instituições estas classificadas como aparelhos privados de hegemonia.

Constituem aparelhos privados de hegemonia, a escola, o partido político, o sindicato, com destaque para a Igreja, a qual, por meio de uma construção utópica busca discursivamente atenuar os conflitos existentes entre as classes (com o argumento de que todos os homens são iguais, irmãos, filhos de um único Deus). Esta atuação da Igreja, enquanto aparelho privado de hegemonia está ainda presente nos dias de hoje, produzindo na sociedade uma postura de passividade, conformismo e subserviência, em que, em regra geral, não caberiam lutas neste mundo e sim a busca pela santificação no aguardo passivo, em relação ao mundo real, da recompensa no mundo celestial.

Um dos intérpretes de Hegel expressa o ponto de vista deste autor sobre a relação entre ação política e cristianismo:

O misticismo cristão desvaloriza o político, o público, e encerra o homem numa vida privada dominada apenas pela preocupação com o particular, levando-o a desinteressar-se de sua sorte política e a entregar-se, no que diz respeito a isso, a um poder alheio; aliás, ele facilita indiretamente a obediência a esse poder, na medida em que, religião da não-ligação, da separação, realiza a Essência num ser transcendente, diante do qual o homem é, portanto, sem essência, sem valor, servindo apenas para obedecer. Mas essa relação de separação, tão contrária ao espírito, poder de unidade, é uma violência que lhe é imposta por uma religião que tem todo o peso de uma religião oficial. O cristianismo é uma religião privada que para se impor, deve negar o caráter privado do seu próprio conteúdo atribuindo-lhe forma de uma religião oficial, pública: ele é a publicidade de uma religião privada. Assim acolhe dentro de si mesmo a relação dominação-servidão constitutiva do Estado no qual o homem não está em si mesmo e, para mantê-lo em seu seio, não hesita em favorecer diretamente sua manutenção na esfera política, pois, assim como é o homem na vida política, assim ele é na vida religiosa (BOURGEOIS, 2000, p. 44).

Para Gramsci (2002, p. 135), “a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica”, pois, apesar da inegável tendência à unificação,

observada na atividade histórica destes grupos, esta unificação é sucessivamente rompida pelos grupos dominantes. Só uma vitória permanente abriria caminho para o fim da subordinação. A vitória das classes subalternas num dado momento não significa o rompimento imediato da subordinação, pois, como mostra a experiência histórica da Revolução Francesa (1789), “mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa”.

Por esta razão, aqueles que se propõem à construção de uma história desses movimentos realizados por segmentos das classes subalternas só o podem fazer mediante um esforço de análise de materiais, algumas vezes em condições de difícil acesso, pois a história oficial é contada a partir do ponto de vista das classes dominantes, aquelas que se perpetuam no poder, logo, sem nenhum compromisso com a memória das classes subalternas.

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, por esse caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados. Portanto, deve-se estudar: 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renascimento ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formas que afirmam a autonomia integral, etc. (GRAMSCI, 2002, p. 140).

O exercício da contra-hegemonia exige então um processo de unificação das classes subalternas em torno da produção de uma ideologia capaz de produzir o consenso em amplas camadas da sociedade. A ditadura de uma classe sobre outra tem que ser obscurecida para a maior parte de uma determinada população (MAESTRI & CANDREVA, 2007, p. 244), portanto, a dominação tem que ser internalizada e naturalizada pelo conjunto da sociedade.

Por ideologia Gramsci compreende as concepções de mundo que se manifestam implicitamente na arte, no direito e em vários outros âmbitos da vida, seja no plano individual ou no coletivo (AMMANN, 2003). Os intelectuais fornecem o cimento da ideologia e da formação do consenso e operam na sociedade civil, lugar por excelência de produção das ideologias. Na produção das ideologias, este autor destaca o papel dos intelectuais, numa concepção estendida do termo, para além dos “grandes intelectuais”, incorporando a esta categoria professores, religiosos, etc. Para ele, os intelectuais não são independentes da classe que os produz, logo, se originários de classes dominantes, e/ou articulados a elas, tendem a elaborar e/ou transmitir sua ideologia, contribuindo ativamente para impor sua hegemonia.

Muito embora nosso objeto de estudo esteja mais circunscrito ao período de 1977 a 2013, marcados pela instalação, em Anchieta, do grande capital internacional, representado pela empresa de mineração, uma remissão histórica se fez necessária desde a fundação da aldeia (1565) no sentido de identificar fontes de poder que prevalecem como suportes das frações da classe dominante, e como consequência, componentes caracterizadores da identidade social de sua população.

Como no estudo de nosso objeto, lançamos nosso olhar sobre a constituição e trajetória do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta, dois campos de discussão se avizinham. O primeiro relativo a uma reflexão teórica sobre a natureza dos movimentos sociais e, dentro desta categoria, o movimento sindical de trabalhadores rurais; o segundo, uma análise do processo político, reduzida à democracia participativa e gestão compartilhada de políticas públicas, questões que compõem no campo político pós Constituição de 1988 e no debate acadêmico nas últimas décadas.

Entre as décadas de 1970 e 1980, os movimentos sociais no Brasil tiveram um papel importante para a queda da Ditadura Militar: manifestações sociais, que culminaram na criação do PT e da CUT. Para muitos autores, o arrefecimento das manifestações, em praça pública, dos movimentos sociais, na conjuntura seguinte, é característica de uma “crise dos movimentos sociais” (GOHN, 1997, p. 322). No entanto, ou essa crise foi superada, ou essa assertiva não é inteiramente verdadeira, diante da explosão de grandes manifestações, em junho e julho de 2012, no Brasil.<sup>8</sup> Pode-se admitir que depois da criação do PT e da CUT, as reivindicações dos principais movimentos sociais foram incorporadas por essas duas novas grandes instituições, que se fizeram representar em face do Estado, mediando as reivindicações da classe trabalhadora.

Por outro lado, após o processo de democratização da sociedade brasileira, constata-se o aumento crescente das instituições representativas da sociedade civil (conselhos, fóruns, comissões) e outros espaços de concertação social, tendo por base os dispositivos da Constituição de 1988.

A participação política no Brasil democrático tem sido marcada por dois fenômenos importantes: a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das chamadas instituições participativas. Do lado da sociedade civil, diversos atores pertencentes a esse campo político reivindicaram, desde o final do período autoritário, uma maior presença em instituições encarregadas da deliberação de sobre políticas públicas [...] (AVRITZER, 2007, p. 443).

Há controvérsias, se nessa nova ordem, os conselhos e outros órgãos colegiados representam arenas políticas importantes, no redirecionamento das políticas públicas, apesar de consideramos sua existência relevante para a criação de políticas afirmativas não apenas para a área rural, como aquelas dirigidas às minorias (negros, mulheres, crianças e adolescentes, idosos, gays, etc.).

Existem diferentes concepções de movimentos sociais no âmbito das ciências sociais. Não é nosso intuito aprofundar essas correntes, apenas localizar duas vertentes que consideramos mais relevantes, uma vinculada ao marxismo e a outra de corte culturalista.

A discussão sobre movimentos sociais, de autores vinculados à perspectiva marxista, centra sua análise nas organizações de representação da classe trabalhadora, como partidos, sindicatos e outras manifestações sociais, para esses teóricos estas organizações expressam e podem incorporar os movimentos sociais. A luta, força motriz destes movimentos, estaria vinculada diretamente à condição de classe e aos conflitos derivados da relação capital e trabalho (GALVÃO, 2008).

De acordo com Alentejano (2007), existe uma diferença na concepção de classe presente na obra Marx. Segundo ele, no prefácio à primeira edição e no posfácio à segunda

---

<sup>8</sup> Cf. Redes de Indignação e Esperança de Manuel Castells, em especial o posfácio à edição brasileira.

edição de *O Capital*, as classes sociais aparecem determinadas diretamente pela esfera econômica, enquanto que n’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, - texto de análise de conjuntura política do golpe de Bonaparte - apesar de priorizar o aspecto econômico, dá importância a elementos políticos e culturais na configuração das classes sociais.<sup>9</sup>

A luta dos trabalhadores pode estar voltada exclusivamente para as questões imediatas, como as lutas econômicas e sociais (melhoria das condições de trabalho, inclusive melhorias salariais e condições de vida), como também pode estar voltada para um objetivo estratégico, a superação do capitalismo, através da transformação das condições estruturais as quais o proletariado está historicamente submetido. O agente da transformação, nesta perspectiva, é a classe trabalhadora mediada por suas organizações. Alguns autores, entre eles Alonso (2009), agrupam esta matriz de análise no campo das “teorias da revolução”, dado que o fim último das ações protagonizadas pelos trabalhadores seria a tomada do poder e a alteração das condições estruturais da sociedade.<sup>10</sup>

Com a consolidação do capitalismo, pode-se observar uma modificação na estrutura de classes, com a diversificação do mundo do trabalho, aumentando as estruturas de emprego na esfera dos serviços e do comércio, com a redução da planta fabril. Portanto, além da luta sindical, aparecem movimentos, na esfera cultural (como os movimentos: negro, feminista, ambientalista, e mais recentemente LGBT), não vinculados diretamente a partidos e sindicatos.<sup>11</sup> Estes movimentos, submetidos à difusão da ideologia neoliberal, mostravam ainda interesse pela atividade política, mas não necessariamente no campo da disputa direta pelo poder e ultrapassagem do capitalismo, características das revoluções.

A partir do final da década de 1960, prenunciada a crise estrutural do capital, surge na cena internacional um conjunto de movimentos que exigirá dos intelectuais esforços para sua melhor compreensão. O que se percebe de imediato é o caráter inovador de tais manifestações, na medida em que os movimentos não estão vinculados diretamente a agentes tradicionais da cena política e às suas lutas (sindicatos e partidos). Alentejano (2007) destaca também a profusão de movimentos, com pautas específicas: feminismo, pacifismo, ambientalismo e direitos civis, entre os mais proeminentes deste período.

Ora, o capitalismo após uma fase áurea, chamada “Os trinta anos gloriosos”, introduzindo modificações profundas no mundo do trabalho, registradas em sua plenitude, na atual reestruturação produtiva, com a redução do número de empregos fabris e seu

---

<sup>9</sup> Lembramos que os dois trabalhos têm objetivos diferentes. A obra magna de Marx, *O Capital*, trata do antagonismo fundamental entre capital e trabalho, explicitando a estrutura da constituição do capitalismo. Portanto, ele é marcado pela demonstração do antagonismo existente entre as classes. Igualmente à análise que faz em *A luta de classe na França*, texto jornalístico, que aborda a conjuntura que antecede o Golpe de Bonaparte. No entanto, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, uma análise de conjuntura, trata especificamente desse golpe, e consequentemente referente à ditadura instalada depois de Bonaparte ter sido eleito Presidente da República com o voto dos camponeses, que prevaleceu entre as décadas de 1850 a 1870. Neste texto, a concepção de classe não enfatiza exclusivamente a determinação econômica; há um componente, pode-se dizer, de Estado ampliado, ao lidar com elementos ideológicos incorporados pelo campesinato francês, originários da figura de Napoleão Bonaparte, o grande general que no governo beneficiou esses trabalhadores. Eles tinham em relação ao segundo Bonaparte (sobrinho do primeiro) expectativas de melhoria de suas condições de vida, razão pela qual votaram massivamente nele para presidente da república.

<sup>10</sup> Já vimos que dentro do marxismo existem correntes que tratam de forma diferenciada os caminhos para a superação da ordem burguesa. Desde a tomada à força do poder, presente na obra de Lênin até a construção do consenso e a busca pela hegemonia, estes objetivos estratégicos presentes na obra de Gramsci.

<sup>11</sup> De acordo com Alonso, 2009, nas décadas de 1930 a 1960, houve uma considerável produção intelectual no campo da teoria da desmobilização política, com autores como Adorno e Riesman, anteriormente adeptos às “teorias da revolução”. Para estes autores, a sociedade moderna teria produzido seres individualistas e hedonistas, sem qualquer interesse pela política. Acredita-se que os movimentos observados no fim da década de 1960 seriam expressão de um retorno do proletariado como ator central da cena política.

crescimento no setor de serviços e comércio. Do ponto de vista marxista a diversificação das lutas pode ser explicada pelas modificações introduzidas pelo capital nas classes sociais. As lutas de classe se deslocam da fábrica para o conjunto da sociedade.

A complexidade do cenário posto pela emergência desses novos sujeitos sociais, com bandeiras de luta que se distanciavam das reivindicações tradicionais, para muitos, desvinculados dos conflitos de classe, suscita em Tourraine, e seus seguidores, a necessidade de valorizar a obra de Weber, para explicar esse fenômeno, fazendo críticas à concepção marxista, demasiadamente economicista e materialista, ao colocar em segundo plano a questão cultural.

Estas críticas estão presentes, por exemplo, em Alexander (1998), que ao revisar Tourraine, alerta para uma suposta confusão intelectual no campo marxista, onde qualquer mudança social, necessariamente passa pelo campo das relações econômicas. Assim, para o autor:

[...] a narrativa revolucionária declarou que só depois do estabelecimento de novas formas de estrutura, somente depois que as transformações técnicas permitissem a redistribuição equitativa de bens e serviços, é que considerações de ordem ética, moral e cultural seriam levadas em conta (ALEXANDER, 1998, p. 02).

De acordo com Goss & Prudêncio (2004) esta vertente culturalista que tem Tourraine como um de seus maiores expoentes, se contrapõe a marxista, ao desprezar o corte de classes sociais em sua análise. Além disso, enfatiza a microestrutura, deslocando a atenção do campo da sociedade política para a sociedade civil, da luta de classes para chamados movimentos sociais. E por isso, acaba classificando os movimentos sociais em velhos e novos movimentos.

Por velhos movimentos, entendem-se os que historicamente estiveram relacionados à luta de classes, movida especialmente no espaço fabril, chegando alguns deles a se orientar por uma estratégia revolucionária. Os novos movimentos gravitariam no campo da organização social e da cultura, onde a busca não seria mais pela igualdade de condições materiais, e sim pelos direitos sociais, entre eles o direito à diferença ou à diversidade. Estes movimentos não seriam explicados por sua conexão direta com os problemas da produção e da desigualdade próprias do modo de produção capitalista. Não atacariam a estrutura da sociedade, porque o problema não residiria mais na estrutura, ele se manifestaria em diversos espaços da sociedade, não necessariamente na planta fabril (TOURRAINE, 1989, p. 13 apud GALVÃO, 2008, p. 04).

A divergência entre as duas concepções de movimentos sociais parecem muito claras: a vertente marxista analisa os fenômenos a partir da luta de classes e dos conflitos derivados da relação antagônica entre capital e trabalho, onde a referência principal é o conflito de classes, enquanto a vertente culturalista, desenvolvida por Tourraine, com base em Weber, centra foco na organização social e na cultura determinando a ação do indivíduo.

Embora seja forçoso reconhecer a importância dos aspectos da cultura e da subjetividade na análise dos movimentos sociais, faz-se necessário afirmar a importância e a atualidade da concepção de classes sociais, determinada pelo vínculo, das pessoas e suas famílias, na produção, especialmente em se tratando da análise da ação de um Sindicato de Trabalhadores Rurais, sendo a cultura produzida relacionada as determinações materiais.



A importância de nos debruçarmos sobre o largo período histórico que antecede a entrada do grande capital em Anchieta (com a indústria de pelotização, na fase conhecida como dos “Grandes Projetos”) é porque, desde a formação da aldeia de Reritiba, foram forjados componentes ideoculturais, que permanecem ainda hoje como definidores da identidade social de seus habitantes, mantidos especialmente nos atuais agricultores familiares, sendo fundamental para a compreensão dos processos sociais atualmente em curso no município.

Em termos de inovação, buscamos também fornecer um panorama das áreas rurais do município, destacando iniciativas no âmbito da cultura, que para nós, apoiados em Hobsbawn & Ranger (2002), conformariam processos de invenção da tradição, os quais, de alguma forma, se conectam a iniciativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que visam a ampliar a visibilidade sobre as áreas rurais do município, propondo a sua maior valorização através da conquista de um conjunto de políticas públicas. Desse modo, são destacadas as iniciativas em torno das Semanas da Agricultura Familiar, sendo demonstrada a perda de autonomia do Sindicato em face à sua incorporação por parte das estruturas de poder local, tendo como expoente manifesto os representantes dos grupos sociais que assumem o aparelho da Prefeitura Municipal, mas que na verdade fazem uma mediação da força política e econômica hoje dominante em Anchieta representada pelo grande capital (Samarco, Petrobrás e Vale). Essa força representada pelas grandes corporações, na conformação do poder local no município de Anchieta, é um elemento de inovação cujo início ocorre na década de 1970, com a instalação da empresa mineradora.

Optamos por não nomear os entrevistados no intuito de preservá-los. Dividimos o trabalho em três capítulos que integram uma mesma totalidade, mas que também podem ser lidos de forma isolada.

No primeiro, abordamos a constituição da agricultura familiar no Espírito Santo e em Anchieta, dentro de uma perspectiva histórica, destacando a contribuição das diferentes etnias no processo de constituição das formas familiares e comerciais de agricultura. Utilizando fontes historiográficas secundárias de períodos distintos, procuramos mapear os principais momentos históricos pelo qual passou a agricultura, pressupondo que desde a colonização do país, este já se encontrava na dinâmica do mercantilismo, momento histórico em que se constituiu a acumulação primitiva do capital. Passando por diferentes fases da consolidação da produção capitalista, até a fase de instalação dos grandes projetos, a agricultura familiar se mantém na economia do município sem grandes alterações, tornando-se daí em diante a ficar subordinada de forma dominante às condições impostas mundialmente pelos grandes conglomerados industriais e financeiros. Os materiais utilizados são, na sua maior parte, extraídos de fontes secundárias, com destaque para algumas obras de intelectuais capixabas produzidas em diferentes contextos históricos. Também receberam ênfase os relatos de viajantes que visitaram o Espírito Santo no primeiro quartel do século XIX, bem como documentos produzidos neste período, e que nos fornecem elementos para pensar a sociedade da época. Muitos destes materiais se encontram digitalizados no endereço eletrônico do Arquivo Público do Espírito Santo.

O segundo capítulo explora a constituição dos grandes projetos dentro do Espírito Santo e em particular no município de Anchieta, a partir da instalação da primeira usina da Samarco Mineração no ano de 1977. Tem destaque na análise a obra de Rocha e Morandi, muito citada na produção intelectual capixaba na discussão da industrialização e modernização da agricultura. Abordamos alguns momentos da consolidação do capitalismo

no Espírito Santo, destacando as estratégias de atração e distribuição de investimentos colocadas em prática pelo Estado e o processo de resistência de alguns segmentos da sociedade civil. Utilizamos material bibliográfico, vinculado à história, política e economia, alguns documentos produzidos por órgão oficiais, como o Instituto Jones dos Santos Neves, Relatórios de Impacto Ambiental e reportagens de meios de comunicação diversos. Também são introduzidas informações extraídas por meio de entrevistas diretas realizadas com o intuito de complementar e mesmo elucidar dados que constam em fontes secundárias.

No terceiro e último capítulo, utilizamos dados estatísticos provenientes dos censos agropecuários (IBGE), do INCRA e do censo agropecuário municipal, documentos produzidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta, Sindicato Rural Patronal e Secretaria Municipal de Agricultura. Há neste capítulo uma preocupação em caracterizar elementos da estrutura agrária do município que permanecem conformando seus diferentes setores rurais e a sua agricultura familiar, compreendendo que esta se relaciona diretamente à forma como foi distribuída historicamente a propriedade da terra e as etnias que se fizeram presentes na sua ocupação. No que se refere ao acesso as fontes, o mesmo foi facilitado em razão das relações pessoais e profissionais que o pesquisador mantém com os responsáveis pelas instituições (o STRAP e a SEMAPA), o que também possibilitou a realização de entrevistas que se mostraram muito valiosas.

## **CAPÍTULO I - RERITIBA, VILA NOVA DE BENEVENTE E ANCHIETA: A AGRICULTURA SE TRANSFORMA E A TERRA É TRANSFORMADA**

Embora o objeto central desta dissertação seja a análise da dinâmica da agricultura familiar, desde a década de 1970 (tendo como marcos de referência a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Anchieta, como também a instalação da indústria de mineração), até o ano de 2013 (ano em que iniciamos a escrita deste trabalho), sentimos a necessidade de proceder a uma remissão histórica. Inicialmente localizamos a formação da Aldeia de Reritiba (1565), posterior Vila Nova de Benevente (1759) e, finalmente, da constituição da cidade de Anchieta (1883). Muito embora seja a sociedade mais simples (Reritiba) explicada pela sociedade mais complexa (Anchieta nos dias de hoje, subordinada ao capitalismo monopolista) elementos daquela estão presentes nesta, dando continuidade a processos políticos e econômicos que ainda permanecem. Mas por outro lado, há inovações na sociedade de hoje que precisam ser explicadas em suas determinações, identificando, portanto, elementos de continuidade e possíveis elementos de ruptura dentro de um decurso histórico estudado. Assim, busca-se compreender, nos termos utilizados por Carlos Nelson Coutinho (2000), “a complexa articulação de ‘progresso’ (a adaptação ao capitalismo) e ‘conservação’ (a permanência de elementos da antiga ordem)”. Processo que tentamos desenvolver no decorrer desta exposição.

Nos primórdios da fundação da Aldeia de Reritiba (1565), prevalecia o sistema de capitanias hereditárias, no caso do Espírito Santo alicerçada na produção de açúcar em grandes propriedades, e com uso de mão de obra inicialmente indígena, seguida da escravidão africana. No que diz respeito às formas familiares de agricultura, estas foram desenvolvidas de forma dependente, por homens livres vinculados às classes subalternas (negros, índios e colonos pobres), portanto pertencentes a grupos sociais que ocupavam um lugar subordinado no processo social de constituição da colônia.

Na Aldeia de Reritiba, observa-se a concorrência, no processo de exploração da mão de obra indígena, de duas grandes empresas: a escravista, pertencente a grandes proprietários de terra e a jesuítica. Observa-se assim a existência de conflitos de interesses entre frações da classe dirigente.

Posteriormente, com a expulsão dos jesuítas e a constituição da Vila Nova de Benevente, (ambos os processos em 1759), as formas familiares de agricultura passaram a figurar com maior ênfase, apesar de se desenvolverem subordinadas a grande propriedade agrícola (ainda que esta figurasse em menor escala que nas Vilas vizinhas) com destaque para a exploração madeireira.

Com a introdução dos imigrantes europeus, no fim do século XIX se consolida a ocupação permanente do território da Vila de Benevente, com a fundação por estes de povoações. Difunde-se então a pequena propriedade baseada em núcleos de imigrantes onde se produzia especialmente o café, conferindo a esta cultura de base familiar uma preeminência enquanto segmento dinamizador da economia local.

Como se observa este primeiro capítulo consiste num panorama histórico <sup>12</sup> em que se apoia o processo de constituição do município de Anchieta, desde sua fundação enquanto

---

<sup>12</sup> Como o período considerado é extenso, implica em análises um tanto quanto panorâmicas e às vezes demasiadamente descritivas, isto porque, se nos aprofundássemos sobremaneira em determinados assuntos chamados ao texto, em caráter secundário, correríamos o risco de desenvolver simultaneamente outro objeto de estudo, fugindo do proposto neste trabalho.

Aldeia de Reritiba (1565), passando por sua ascensão à condição de Vila Nova de Benevente (1759), depois cidade (1883), até a repercussão no município da crise do café<sup>13</sup> (1960).

Nesse processo, e em especial, no que se refere à agricultura familiar, destacamos o papel dos colonos portugueses, dos índios, dos negros e dos imigrantes europeus a partir do fim do século XIX, dando uma atenção especial aos processos ocorridos em solo Anchietaense buscando relacioná-los às dinâmicas econômicas e políticas existentes fora do município, seja na esfera estadual, nacional e mesmo internacional.

Objetivando facilitar a melhor compreensão do texto, o dividimos cinco tópicos: A Agricultura e suas raízes: os povos originários e a ação do colonizador; O lugar da Vila no contexto do desenvolvimento do território capixaba: de Reritiba à Benevente; A imigração italiana no Espírito Santo e sua influência na ocupação dos sertões; A particularidade da Colônia Rio Novo e os efeitos da imigração no Sul do Estado; e Posição de Anchieta no quadro da “crise” e alteração da dinâmica econômica estadual.

### **1.1 - A Agricultura e suas raízes: os povos originários e a ação do colonizador**

A agricultura constituiu-se ao longo da história em uma das atividades econômicas mais importantes da humanidade, com reflexos em todos os segmentos da vida social. A descoberta e o domínio do cultivo de alimentos, bem como a domesticação e a criação de animais pelos primeiros grupos de homínídeos, marcam uma revolução em seu modo de vida. Antes de desenvolverem as habilidades necessárias a esse processo, os homens viviam em pequenos grupos, extraindo da caça e da coleta de frutos e raízes o seu sustento; ao esgotar os recursos de determinada área, deslocavam-se para outras áreas, caracterizando assim a sua condição de nômades. O domínio da agricultura e da criação de animais e o subsequente uso da metalurgia representaram um avanço na “evolução” biológica e cultural pela qual os homens passaram no decurso da história (MAZOYER & ROUDART, 2010).

A origem da palavra cultura está associada à questão da agricultura, relativo ao cultivo de alimentos, ao cuidado daquilo que cresce naturalmente. Guarda em si vestígios de uma transição histórica de grande importância, onde convivem, dentro de uma unidade contraditória, o natural e o social, o que fazemos com o mundo e o que o mundo faz conosco (EAGLETON, 2005). Ou seja, a humanidade se humaniza distanciando-se dos demais animais ao buscar controlar a natureza mediante a atividade laboral.

Os homens passaram a intervir, por meio do cultivo de alimentos, nos mais diferentes ecossistemas, e ao se apropriar das evoluções técnicas, construídas no decorrer da presença humana na terra, alteraram para sempre as configurações originais dos ecossistemas e também dos modos de vida humanos. Os seres humanos ao mesmo tempo produziam sua subsistência e a si mesmos e seus modos de vida, seu conhecimento, suas técnicas, suas interpretações de mundo, enfim suas vidas.

---

<sup>13</sup> Daré (2010) busca relativizar a ideia de “crise” da agricultura no Espírito Santo no período anterior a sua industrialização. A autora parte do pressuposto de que a ideia da “crise” é elemento de uma construção ideológica maior, que buscou inserir as ideias desenvolvimentistas no Espírito Santo. Para ela, a ideia de “crise”, expressa em ações e documentos governamentais, foi apropriada por estudiosos deste período da história capixaba, sendo lida a partir do discurso oficial, reificando assim a ideia de “crise” difundida por interesse da classe dominante.

A agricultura assumiu características distintas em cada parte do mundo, produzindo civilizações com graus diferenciados de desenvolvimento técnico/social. No Brasil, no período anterior à conquista portuguesa, viviam inúmeros grupos indígenas que dominavam algumas técnicas de produção agrícola e que, de modo geral, organizavam seu sistema produtivo a partir de uma divisão sexual do trabalho e da produção para autoconsumo, aliada à caça e à pesca artesanal, desenvolvendo uma relação orgânica de dependência com o território (local de vida, alimento, cultura e espiritualidade).

A chegada do colonizador representou um embate entre duas formas de se relacionar com o território e de utilizar dos recursos da natureza, com objetivos e padrões técnicos muito diferenciados. De um lado, o índio que extraía da natureza o necessário à sobrevivência do seu grupo e, do outro, o colonizador ávido pela acumulação de riquezas,<sup>14</sup> característica do processo de acumulação primitiva do capital (a remessa para a metrópole, especialmente, da madeira, açúcar, do ouro e de pedras preciosas).<sup>15</sup> O contato inicial aparentemente amistoso entre estas civilizações deu lugar à manifestação de disputas em torno de terras e ao próprio processo de escravidão e extermínio de muitas nações indígenas ao longo dos séculos. Obviamente, também existiram alianças estabelecidas entre determinados grupos de indígenas e certos grupos de europeus e mesmo líderes indígenas que, desenvolvendo serviços para as autoridades da época, se destacaram junto à sociedade do período, como no caso de Araribóia e Maracajuaçu.<sup>16</sup>

No Espírito Santo, após a chegada do colonizador, as terras antes pertencentes aos povos tupis e guaranis foram incorporadas pela Coroa portuguesa e repassadas a seu donatário Vasco Fernandes Coutinho que, no ano de 1535, aportou no litoral capixaba com alguns navios e um pequeno grupo de colonos. A emboscada preparara por índios ao donatário, recebido a flechadas na Baía de Vitória, prenunciava os inúmeros conflitos entre indígenas e colonizadores que marcariam a história da capitania (SALETTTO, 2011). Embora não seja objeto central da historiografia oficial, existem inúmeros relatos de resistência indígena ao

---

<sup>14</sup> “Os nossos Tupinambás muito se admiram dos franceses e outros estrangeiros se darem ao trabalho de ir buscar os seus arabutan. Uma vez um velho perguntou-me: Por que vindes vós outros, mairs e pêros [franceses e portugueses] buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muita, mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele supunha, mas dela extraíamos tinha para tingir, tal qual faziam eles com seus cordões de algodão e suas plumas. Retrucou o velho imediatamente: e porventura precisais de muito? \_\_ Sim, respondi-lhe, pois, no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados. \_\_ Ah! Retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas, acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: Mas esse homem tão rico de que me falas não morre? \_\_ Sim, disse eu, morre como os outros. Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo: e quando morrem para quem fica o que deixam? \_\_ Para seus filhos se os têm, respondi; na falta destes para os irmãos ou parentes mais próximos. \_\_ Na verdade, continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo, agora vejo que vós outros sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis aqui quando chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados (LERY, 1960, p. 151-161 *apud* RIBEIRO, 1995, p. 46).

<sup>15</sup> Alimonda (2006, p. 45-58) questiona a ideia de que os conquistadores dominaram os povos originários, destruíram sua cultura e impuseram a sua própria, afirmando que o contato entre colonizador e indígena não representou a destruição de uma cultura face à presença e a imposição de outra. O que houve, de seu ponto de vista, foi uma reorganização seletiva do conhecimento, uma recomposição das estruturas cognitivas, culminando com a apropriação, por parte do colonizador, dos conhecimentos indígenas, especialmente os relacionados ao trato com a natureza, o que possibilitou ao invasor prover a sua subsistência e com o tempo a produção para o mercado.

<sup>16</sup> O primeiro era líder dos terminós e ajudou os colonos capixabas a derrotar o grupo do francês Villegagnon; o segundo, era do Rio de Janeiro e também se aliava aos portugueses na luta contra os franceses que, por sua vez, aliados dos tupinambás.

domínio de seus territórios no Espírito Santo, o que demonstra um grau de coesão social e organização significativos por parte destes grupos indígenas.<sup>17</sup>

A historiografia sobre este período nos conta que os primeiros colonos que chegaram ao Espírito Santo construíram casas, iniciaram as primeiras plantações de cana-de-açúcar, seguidas pela construção de engenhos e também fortificações que seriam de muita utilidade para enfrentar os constantes ataques de grupos indígenas. (OLIVEIRA, 2008; SALETTO, 2011). Estes conflitos entre indígenas e colonos motivaram a alteração, em 1550, da sede da Capitania para a ilha de Santo Antônio, processo em que a antiga sede passou a ser conhecida como Vila Velha.

Durante séculos o desenvolvimento e a ocupação da capitania estiveram circunscritos ao litoral, nas áreas não alagadas e sujeitas a esta vigilância quase perene em relação a ataques indígenas e as expedições estrangeiras. Em termos numéricos, a superioridade indígena fica evidente quando observamos uma carta de Afonso Brás, padre jesuíta que, tendo passado por esta capitania, assim se expressou: “*Son tantos, y es la tierra tan grande, y van en tanto crecimiento, que si no tuviessen continua guerra, y si se no comiessen los unos a los otros no podrían caber*” (OLIVEIRA, 2008, p. 81).

Neste cenário de tensão e de superioridade numérica dos indígenas sobre o colono português, aportam na capitania, no ano de 1551, os primeiros padres jesuítas, como parte da estratégia portuguesa para a consolidação de seu domínio sobre a nova colônia, reforçando ainda mais o caráter mercantilista desta empreitada nos trópicos. A presença do colonizador, com o suporte da ação jesuítica, tinha o objetivo estratégico de transformar as terras pertencentes a diversos povos indígenas em uma colônia de exploração. Portanto, a chegada dos religiosos recebeu desde o início total apoio do donatário e dos colonos portugueses para trabalhar a catequese, a conversão e o amansamento dos índios da região (o que não significa a inexistência de divergências e conflitos de interesses entre colonos portugueses e religiosos). No ano seguinte a sua chegada, já estava em funcionamento o colégio jesuíta<sup>18</sup> em Vitória e partir deste, lançadas as bases para o trabalho que viriam a desenvolver nesta capitania.

Recolhendo informações existentes em cartas do padre José de Anchieta, e no trabalho historiográfico, empreendido por Serafim Leite, Saletto (2011) traça um panorama dos inúmeros conflitos que envolveram indígenas e colonos no Brasil colonial, com destaque para as situações vivenciadas em território capixaba. Neste trabalho, mostra de forma circunstanciada como ocorreu o extermínio das populações indígenas por meio da conquista, da escravidão, das guerras e dos inúmeros surtos epidemiológicos que dizimaram, em poucos séculos, as nações indígenas que habitavam este território. Esta historiadora aborda os aldeamentos, focalizando a estrutura instalada pelos jesuítas, e de como estes serviram de instrumento para a desestruturação do modo de vida dos índios, através da conversão. Retrata ainda o papel que teve neste processo a incitação de conflitos entre diferentes grupos indígenas, levando-os ao acirramento das tensões já existentes entre grupos indígenas antes da chegada do colonizador.

---

<sup>17</sup> Ainda hoje existem grupos indígenas em território capixaba, concentrados especialmente no município de Aracruz. Estes grupos após décadas de expropriação e de lutas para a reconquista do seu território obtiveram a demarcação de suas terras em 2007, usurpadas na década de 1960 pela empresa multinacional Aracruz Celulose.

<sup>18</sup> Trata-se do prédio localizado no centro de Vitória, incorporado ao patrimônio do Império português após a expulsão dos religiosos, transformado em sede do Governo (Palácio Anchieta).

A vinda destes religiosos tinha também como objetivo obter um maior controle moral sobre os colonos que habitavam a capitania e a expansão da fé católica nas novas terras. Se considerarmos o cenário da contra-reforma católica, percebe-se que estes eram objetivos estratégicos para a Igreja e para os reinos católicos da época, articulados às estratégias de acumulação primitiva do capital.

Oliveira (2008), cujo trabalho é considerado por muitos um clássico da historiografia capixaba, tem uma visão romantizada da relação Colono x Jesuíta. Para ele a capitania do Espírito Santo constituiu uma exceção, no que se refere às relações entre colonizadores e missionários jesuítas, visto que não houve conflitos relevantes entre estes, a exemplo dos que ocorreram em São Paulo, Maranhão e Rio de Janeiro. O autor atribui este cenário ao êxito dos jesuítas em sua missão, seja no processo de conversão, seja nas relações estabelecidas com os grupos indígenas, que possibilitou a diminuição considerável dos ataques indígenas aos colonos. O argumento de Oliveira em relação a essa suporta "harmonia" entre colonizadores e jesuítas é contrariado em sua própria obra, ao mencionar o episódio da revolta de índios de Reritiba e a consequente constituição da Aldeia de Orobó<sup>19</sup> - tendo por detrás destes fatos a ação do ouvidor Pascoal Ferreira de Veras que certamente representava a opinião de alguns setores descontentes entre os colonos portugueses.<sup>20</sup> Este autor, ainda persistindo nas virtudes da ação jesuítica no Espírito Santo, referenciando a Serafim Leite, considera o trabalho de conversão do indígena no Espírito Santo o mais exitoso, dentre todas as capitanias do Brasil, visto o enorme contingente de índios que os padres conseguiram trazer para suas aldeias.<sup>21</sup>

Concomitante às iniciativas de introdução do açúcar na capitania do Espírito Santo e seu desenvolvimento por parte do donatário, houve a escravização dos índios, única mão de obra escrava até 1621 quando se introduz na capitania o elemento negro (Oliveira, 2008, p. 132). Apesar dos avanços verificados nos últimos anos, as pesquisas existentes sobre a questão da escravidão no Espírito Santo são ainda muito incipientes, especialmente no que se refere ao período colonial. Ao que parece, o esforço mais proeminente em relação à temática, está concentrada na escravidão do *oitocentos*, onde são mais expressivas a quantidade de escravos e mais volumosas as fontes históricas.

## **1.2 - O lugar da Vila no contexto do desenvolvimento do território capixaba: de Reritiba à Benevente**

Dentre as aldeias criadas pelos jesuítas no Espírito Santo, a de Reritiba<sup>22</sup> se destaca, por se constituir uma das mais populosas do Brasil até o período da expulsão desses religiosos em 1759.

---

<sup>19</sup> Transformada posteriormente no município de Piúma/ES.

<sup>20</sup> Segundo Oliveira (2008), um desentendimento entre um jesuíta e um índio, na procissão de São Miguel, desencadeou um levante contra os padres, culminando em saques a casa paroquial e na fuga dos religiosos para o colégio de Vitória. Ainda segundo o autor, o incidente parece ter sido agravado por divergências políticas entre os jesuítas e o ouvidor Pascoal Ferreira de Veras. Seja como for, o resultado desse processo foi o degredo de algumas lideranças indígenas para a colônia de Sacramento no sul do país e a expulsão dos que foram considerados pelas autoridades menos culpados para fora da aldeia. Estes se fixaram três léguas acima do mar, nas cabeceiras do rio Reritiba, formando a aldeia de Orobó.

<sup>21</sup> Há relatos de que os padres jesuítas empreendiam longas viagens aos sertões da capitania, conseguindo convencer tribos inteiras a segui-los até os aldeamentos no litoral, estes movimentos ficaram conhecidos por descimentos.

<sup>22</sup> Palavra de origem tupi que significa "Lugar de muitas ostras" (GONÇALVES, 1996, p. 16).

Fundada em 1565, Reritiba ou Iiritiba, como inicialmente se chamava o povoado, tornou-se um importante aldeamento responsável pela conversão indígena na região. No auge deste processo, antes da morte do Padre José de Anchieta<sup>23</sup>, essa aldeia chegou a contar com mais de 3.000 índios (SALLETO, 2011). O viajante Auguste de Saint-Hilaire (1936) indica um número ainda maior, cerca de 12.000 indígenas, localizados em Reritiba e arredores, reduzidos a 9.000 índios logo após a expulsão dos jesuítas. Algumas décadas depois desse evento, no censo de 1820, sua população não passava de 2.500 indivíduos, havendo menos de 900 índios.<sup>24</sup> A diminuição drástica do número de indígenas aldeados se deve a natureza dos trabalhos que lhes foram imputados pelos colonos após a expulsão dos jesuítas. Imperícia no tratamento do gentio, recrutamentos forçados e superexploração por parte do governo e seus mandatários fizeram com que os índios executassem um movimento de retorno aos sertões onde poderiam viver livremente longe da exploração do colono. A exploração da mão de obra utilizada pelos jesuítas não estava baseada na força coercitiva e sim no domínio ideológico, inculcando na mentalidade indígena, por meio de vários expedientes, a subordinação e a subserviência. Pode-se inferir que o que os jesuítas conquistaram no Espírito Santo, no que tange ao amansamento do silvícola, foi um processo de amortecimento da resistência à exploração, de caráter extremamente frágil e instável. Exemplo disso foi a revolta de índios em Reritiba (atual Anchieta) em 1742 e sua própria evasão após a expulsão destes religiosos pelo governo português.

Ainda no período jesuítico, a aldeia de Reritiba exercia a função de base de apoio para outras unidades jesuíticas localizadas no que hoje são os municípios de Presidente Kennedy, Itapemirim e Guaparari, sendo esta a única localidade de residência de jesuítas na porção sul da capitania, inclusive do Padre José de Anchieta (OLIVEIRA, 2008).

A exploração das terras da aldeia de Reritiba esteve desde o período inicial da colonização até período da imigração europeia, circunscrita ao litoral e proximidades, só adentrando três léguas no território. Todo o restante da área, pertencente à povoação, esteve sob o domínio indígena, nas áreas denominadas genericamente de *sertão*, sendo constantemente incursionadas por jesuítas que buscavam metais preciosos e a promoção dos descimentos indígenas. Mesmo havendo proibição tácita em relação à promoção de caminhos em direção às Minas Gerais - o que posicionou a província do Espírito Santo como “barreira verde” para impedir o tráfico de metais - os jesuítas aproveitavam do seu status e da autoridade em relação à catequese indígena para promover incursões ao *sertão* da capitania.

A imagem do *sertão* é muito cara ao próprio mundo colonial e aos que escreveram sobre o tema, na medida em que o uso do termo denotava historicamente uma oposição entre o mundo civilizado e a ausência de civilização. Nos discursos de época, a civilização estaria representada pelos núcleos povoados onde se instalou desde início o colonizador; no *sertão*, jazeriam diversas tribos indígenas, desprovidas de governo, de leis e da própria fé (MOREIRA, 2011). Entretanto, como pontua a mesma autora, não é possível pensar o colono e o indígena a partir da polaridade “civilização x *sertão*”, estas diferentes culturas se chocaram, se entrelaçaram e desenvolveram relações assimétricas, de dominação e subordinação, mas que alteraram mutuamente as suas práticas. Havia uma grande porosidade

---

<sup>23</sup> Tornou-se São José de Anchieta por meio de decreto papal assinado em abril/2014.

<sup>24</sup> Informação extraída do censo de 1820. A diminuição drástica do número de indígenas aldeados pode ser atribuída à natureza dos trabalhos que lhes foram imputados pelos colonos após a expulsão dos jesuítas e principalmente pela “quebra” no processo de doutrinação e domínio ideocultural que era exercido pelos jesuítas, que inclusive para facilitar a dominação foram os primeiros a sistematizar a língua nativa em uma gramática. Ao que parece, após a expulsão dos religiosos, os índios executaram um movimento de retorno aos sertões da recém-instalada Vila Nova de Benevente.



entre estas fronteiras, derivada dos constantes contatos, das alianças, das próprias guerras travadas. No ano de 1820, aproximadamente 61% da população capixaba era formada por índios, boa parte deles não aculturados.

As aldeias litorâneas fundadas pelos jesuítas transformaram-se nas primeiras Vilas da capitania.<sup>25</sup> Em terras capixabas, observa-se que os jesuítas, apesar de adentrarem no interior com frequência, não se instalavam ali formando povoações, isso pode ser atribuído a um *modus operandi* da Companhia de Jesus que vinculou a catequese ao uso da mão de obra indígena em suas propriedades no litoral, onde era mais fácil o escoamento da produção por meio de portos.

Os jesuítas possuíam no Espírito Santo extensas fazendas localizadas nas proximidades do litoral, as quais se destacavam Itapoca, Araçatiba e Muribeca, responsáveis pela produção de farinha, hortaliças e criação de gado, respectivamente, produtos que eram encaminhados para mercados de Vitória e Rio de Janeiro, via embarcações. No auge da produção, Muribeca no litoral sul da capitania, próxima a Anchieta, chegou a contar com duas mil cabeças de gado e duas centenas de cavalos (OLIVEIRA, 2008). Não raro, esta concentração de terras e de poder econômico nas mãos dos religiosos causava animosidades entre estes e demais proprietários locais e autoridades.

Conde (2011) traz elementos importantes para refletir o papel das fazendas jesuíticas na sua relação com uso da mão de obra escrava e de sua reprodução.<sup>26</sup> Com base em documentos contidos no arquivo ultramarino, inventários *post-mortem* e bibliografia, o autor assevera que, diferentemente do que ocorreu em outras regiões do país, as unidades produtivas dos jesuítas no Espírito Santo foram as que mais apresentavam elevada a produção agrícola, com maior destaque na economia capixaba, até os anos 1700; e que na saída dos jesuítas, houve uma regressão dessa força econômica. Destaca o emprego massivo do trabalho escravo nas fazendas de Muribeca e Araçatiba, algo em torno de 300 e 400 cativos em cada fazenda. Com o controle das fazendas por particulares, houve consequentemente a diminuição da escravaria e a queda na produção. Fenômenos em geral atribuídos a uma desarticulação da estrutura agrário-exportadora montada pelos religiosos.

No auge do domínio jesuítico na região a dinâmica econômica principal estava relacionada à agricultura do tipo *plantation* com forte componente de mão de obra escrava e indígena. Além dos empreendimentos jesuíticos que figuram na história oficial como os mais vultosos, sabe-se da existência de outras fazendas na região, especialmente concentradas no território da Vila de Itapemirim.<sup>27</sup> A pequena agricultura era uma atividade marginal se comparada à importância econômica e política da grande propriedade concentrada nas mãos dos jesuítas e dos colonizadores e das receitas geradas por esta. Logo, durante todo o período auge da presença dos jesuítas, a pequena agricultura esteve vinculada às frações das classes subalternas: aos negros, aos índios e aos colonos pobres enquanto atividade secundária dentro do empreendimento colonizador.

---

<sup>25</sup> De acordo com informação do Capitão-mor Inácio João Monjeardino, em 1790, das cinco principais Vilas do Estado, duas eram Vilas de índios, Reritiba e Reis Magos respectivamente, só perdendo em população para a Vila de Vitória, sede do Estado e cabeça da comarca (Moreira, 2011).

<sup>26</sup> Alguns estudiosos da escravidão africana em terras capixabas, entre eles Campos (2011) e Conde (2011), destacam o caráter particular da escravidão nestas terras, em específico o caráter endógeno da reprodução das escravarias, demonstrando, a partir de documentos da época, certo equilíbrio na quantidade de escravos homens e mulheres.

<sup>27</sup> Região que perfaz atualmente os municípios de Itapemirim, Maratáizes, Presidente Kennedy, Cachoeiro de Itapemirim e Rio Novo do Sul.

A expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses fez parte de um processo mais amplo de transformação do próprio Império e de recondução dos interesses da Coroa para áreas até então não prioritárias, para além dos grandes centros dinamizadores (Minas, Rio de Janeiro, e etc.). De acordo com estudiosos,<sup>28</sup> a expulsão marcou um período de declínio da capitania do Espírito Santo, visto que os inacianos<sup>29</sup> haviam adquirido importância em todos os setores da vida colonial: na instrução pública, onde detinham a proeminência, e na vida religiosa e cultural, por meio do processo da catequese e do rigoroso controle moral que exerciam, não somente sobre os índios, mas também em relação aos portugueses; na política, por meio da autoridade que exerciam sobre o uso da mão de obra indígena, influenciando na demarcação das áreas que comporiam as aldeias; e finalmente, na economia, por meio do domínio de extensas fazendas que empregavam mão de obra indígena e africana. A importância adquirida pelos jesuítas em seus negócios e na vida pública, como o tempo, passou a incomodar as autoridades portuguesas, principalmente frações da classe dominante que almejavam apropriar-se dos domínios jesuítas, interesses esses conjuminados levaram, finalmente, ao processo de sua expulsão - considerado um evento traumático para a capitania, o que na certa ensejou uma nova reconfiguração de poderes.

Imediatamente a expulsão dos jesuítas, a aldeia de Reritiba foi elevada à condição de Vila, recebendo o nome de Vila Nova de Benevente, na época a segunda mais populosa do Espírito Santo, em cuja população predominava o componente indígena. Mas, seis décadas depois, em 1820, esta população estava reduzida à metade (GONÇALVES, 1996).

Com a saída dos religiosos, a Vila perdeu progressivamente importância política e econômica, isto porque em torno da empresa jesuítica estava estruturada uma série de atividades complementares e dependentes desta dinâmica principal. Processo acompanhado de uma drástica diminuição de sua população, resultante da fuga dos índios aldeados, que retornaram para os sertões buscando escapar da opressão e da escravidão imposta pelos colonos (idem).

No quadro das transformações processadas após a expulsão dos jesuítas também merece destaque o aumento da importância da Vila de Itapemirim e todo o Vale do Itapemirim (atual Cachoeiro de Itapemirim) no que se referem à *plantation* escravista. Com a proibição da importação de escravos (1831), o porto de Itapemirim se converteu no principal acesso ilegal de escravos do Brasil (Novaes, 1963).<sup>30</sup> Desta forma, parece haver uma reconfiguração da situação econômica da região e o polo mais dinâmico desta deslocou-se de Benevente, até então maior aldeamento da porção sul da capitania e local de residência dos jesuítas, para a Vila de Itapemirim, espaço da *plantation* escravista.

Campos Júnior (2005), ao tratar de Vila Nova de Benevente, afirma que, com a expulsão dos jesuítas, “Benevente e toda a capitania, viveu momentos de penúria, pois aqui quase nada se fez” (2005, p. 244. Grifos nossos). Em âmbito regional ocorreu uma

---

<sup>28</sup> Cf. Campos Júnior, 2005; Gonçalves, 1996; Oliveira, 2008; Saint-Hilaire, 1936;

<sup>29</sup> Como também eram reconhecidos os jesuítas, ordem fundada por Santo Ignácio de Loyola.

<sup>30</sup> Pelo Rio Itapemirim se alcançava as minas do Castelo, local onde se descobriu ouro por volta de 1770. A exploração não foi à frente por conta dos constantes ataques indígenas e mesmo pela quantidade pouco significativa do metal encontrado. Após a proibição do tráfico de escravos, Itapemirim se converte num dos principais locais de remessa ilegal de cativos do Brasil, atividade acobertada pelo Barão de Itapemirim que foi presidente da província do Espírito Santo nos anos de 1852, 1853 e 1857. Os escravos ingressos na região foram deslocados para Campos dos Goitacazes e para Minas Gerais.

reestruturação da grande propriedade <sup>31</sup> posicionando a região de Itapemirim <sup>32</sup> como polo central da economia regional, especialmente considerando a robusta produção agrícola baseada na mão de obra escrava e toda rede de negócios que se estruturou em torno da dinâmica econômica impressa por estas lavouras (inicialmente o açúcar e com a crise de preço deste, o café). No entanto, o “esvaziamento” da Vila de Benevente não se deve exclusivamente à expulsão dos jesuítas. Nesse momento há um deslocamento na economia da colônia, cujo polo mais dinâmico se constituiu na extração de ouro e pedras preciosas, encontrados em abundância na região de Minas Gerais, e desta forma Benevente deixou de ter sua importância.

Em Benevente durante 100 anos, da expulsão dos religiosos até a chegada das primeiras levas de imigrantes italianos se conformou uma série de atividades com ligação direta com a agricultura, especialmente no que se refere à produção de gêneros alimentícios, também com um destacado comércio de madeiras. Fenômeno que não contrastava com a realidade verificada em outras partes da capitania no mesmo período histórico.

Tendo sido desmantelada parte da estrutura agrário-exportadora, controlada na região pelos jesuítas, os habitantes da vila dedicaram-se à prática de uma agricultura para o autoconsumo e de atividades correlatas. Oliveira (2008, p. 243), ao citar correspondência do Capitão-mor Inácio João Mongeardino dirigida ao Governador da Bahia para tratar da situação de Benevente, no ano de 1790, destaca que: “[em Benevente] Os seus habitantes são índios e de natureza como dito ficam frouxos; por meio da cultura, só tiram o sustento, sendo a terra capaz de tudo; o comércio dela é de serraria de madeiras”. Esta lógica de produção para a autoconsumo que regulava o comportamento dos habitantes de Benevente, no que se refere ao domínio produtivo, é própria de uma herança indígena onde não se observa a preocupação em produzir para acumular e sim para sua própria sobrevivência – o que contrasta com o modelo de colonização difundido na época, alicerçado na grande propriedade, no trabalho escravo e na monocultura de exportação. Essa herança indígena, ancestral, é tornada ainda mais evidente na medida em que o elemento que conferia alguma relevância a Vila não mais existe (a presença dos jesuítas e o aldeamento) e que em paralelo, na vizinha Itapemirim, ocorre a continuidade da produção agrícola para a exportação.

Pelo que foi referido anteriormente, é possível perceber que na Vila de Benevente, depois da expulsão dos jesuítas, evidenciou-se a existência de um campesinato produzindo com base numa estrutura própria, distinta daquela instalada por jesuítas em suas fazendas. Os aldeamentos, na empresa jesuítica, constituíam-se em espaços de catequese e de reserva e formação de mão de obra, locais onde eram ensinados ofícios e técnicas para uma maior otimização e variedade da produção agrícola local. E, em especial, se considerarmos a necessidade de gêneros alimentícios para consumo dos milhares de índios aldeados em Reritiba.

Este “aprendizado” e sua incorporação na população de Benevente, de ancestralidade indígena, associada à inexistência de uma atividade comercial intensa e a presença em menor grau da grande propriedade, configuraram a realidade de uma pequena agricultura em

---

<sup>31</sup> As propriedades anteriormente pertencentes aos jesuítas foram repassadas a mandatários locais. Surgindo novas fazendas na região ou mesmo ampliando-se a área de antigas possessões responsáveis inicialmente pela produção de açúcar e posteriormente pela produção de café.

<sup>32</sup> De acordo com o dicionário Cezar Augusto Marques (1878) no verbete Itapemirim consta que a população da Vila de Itapemirim em 1863 era de 9.681 pessoas, enquanto que Benevente possuía 5.277 pessoas e Vitória capital da província 4.361. Em todos os há uma presença significativa de escravos, na ordem de ¼ da população. O número de negros, pardos e caboclos supera exponencialmente o número de brancos. Nos três casos observados menos da metade da população é branca.

Benevente após a expulsão dos jesuítas. Nas palavras de Maria Yedda Linhares, trata-se “da história da gente comum que trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados, e que na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência” (1997, p. 243).

Ciro Cardoso (1979), um dos precursores da história agrária no país, identificou no camponês, emergido no seio da sociedade escravista, as seguintes características: a posse ou usufruto da terra; o trabalho predominantemente familiar, ainda que admita o uso de força de trabalho adicional externa à família (inclusive de escravos); produção atrelada ao autoconsumo, podendo estar direcionada ao mercado; e certo grau de autonomia em relação aos gêneros produzidos e fins dados aos excedentes.

A expulsão dos jesuítas acarretou uma reconfiguração dos poderes, funções e da própria vida econômica da Vila, uma espécie de campesinato passou a ocupar lugar de destaque na vida de Benevente. Esta Vila antes espaço privilegiado de conversão e arregimentação de mão de obra indígena se torna um espaço cujas atividades centrais se relacionam ao cultivo da terra e a exploração da madeira. Portanto, nesse momento histórico, há o incremento das atividades madeireiras em Anchieta e, em consequência, a ocupação destas terras para produzir a agricultura de autoconsumo, como também àquela voltada para o mercado.

No ano de 1818, Benevente possuía 06 engenhos de açúcar: Quatinga, Itaúnas, Três Barras, Monte Urubu, Boa Vista e Inhaúma<sup>33</sup> (RUBIM, 2003, p. 28), ou seja, juntamente com atividades de subsistência (assemelhadas às formas atuais de produção familiar) conviviam formas senhoriais de produção, daí a existência de 644 escravos lavradores em Benevente no ano de 1878. Sobre a Vila de Itapemirim, Francisco Rubim ressalta que, na época, era ocupada por grandes fazendas, inclusive a fazenda Muribeca, antiga possessão jesuítica que, segundo suas informações, mantinha a produção de gado.

Durante todo o período colonial, a cana, transformada em açúcar, foi a principal produto de exportação do Espírito Santo, moldando as paisagens e as próprias formas de sociabilidade, influenciando no quantitativo da mão de obra e na ocupação do território. A lavoura que exigia muitos braços para o seu desenvolvimento entrou em declínio na segunda metade do século XIX, dando lugar à produção de café que crescia exponencialmente. Este produto figurava na estatística de exportação, em 1847, com 115.390 arrobas, em 1900, com 1.234.195; enquanto o açúcar, em 1844, de 324.308 arrobas caiu para 456 em 1891, desaparecendo das estatísticas em 1892 (OLIVEIRA, 2008).

Esse fenômeno de substituição de uma cultura por outra, no caso da cana-de-açúcar em favor do café, sofre a determinação de uma dinâmica da economia internacional, em que se destacava a expansão da produção do açúcar de beterraba na Europa em face ao bloqueio imposto por Napoleão impedindo a importação do produto. Houve também o aumento da produção no sul dos Estados Unidos; e, por fim, a ascensão de Cuba enquanto grande produtora de açúcar, cuja posição geográfica facilitava em muito o acesso ao mercado americano, até então o principal mercado do açúcar brasileiro (GROSSELLI, 2008).

Além da cultura do café, substituindo a produção da cana-de-açúcar, figuravam no quadro produtivo, as lavouras de algodão, feijão, mandioca e milho e o comércio de madeiras

---

<sup>33</sup> Como traço característico da historiografia da época, o autor não cita suas fontes, tornando difícil a checagem das dessas informações. O fato é que os últimos 04 nomes de engenhos situados em Benevente, por ele relacionados, nomeiam locais e comunidades ainda hoje existentes no município.

de lei, feito via porto da Vila, tendo como um de seus destinos a cidade do Rio de Janeiro e Vitória. De acordo com Marques (1878), Benevente era também conhecida pela construção de navios de longa duração. Nos registros paroquiais que servem de anexo ao verbete, há um demonstrativo constando o número de habitantes e suas respectivas profissões. De acordo com estes dados, dos 5.300 moradores a maior parte da população à época era composta por lavradores, 2.524 indivíduos, dos quais 644 eram escravos classificados em pretos e pardos e; o segundo maior grupo era o das costureiras <sup>34</sup> composto por 967 mulheres, das quais 83 eram escravas; os sem profissão (849 indivíduos), os empregados no trabalho doméstico (379 indivíduos), os artistas (64 indivíduos), os proprietários e capitalistas (43 indivíduos), os comerciantes (20 indivíduos), os operários em madeira (11 indivíduos), os operários em vestuário (09 indivíduos), os operários em couro (06 indivíduos) e em tecido (04 indivíduos) compunham o restante das profissões registradas no período (MARQUES, 1878). É possível ter uma ideia de como se estruturava economicamente a Vila de Benevente no último quartel do século XIX: na produção de gêneros alimentícios e do comércio de madeiras. Havia um número significativo de lavradores (2.524 indivíduos), em sua maior parte livres e em contraposição um número reduzido (43 indivíduos) de proprietários e capitalistas e de comerciantes, caixeiros e guarda-livros (20 indivíduos). Pode-se admitir uma inter-relação destas atividades. A exploração da madeira pode ter sido acompanhada de uma expansão da pequena lavoura, ou o inverso, especialmente se consideramos que a ocupação do território da vila nesta época não atingia três léguas, a partir do litoral. Ocorria a venda do excedente da produção agrícola e também da madeira, além do abastecimento da vila com ferramentas e outros produtos, o que indica uma acumulação primitiva do capital e a existência de comerciantes dentro de uma dinâmica onde havia um predomínio das formas familiares de agricultura, em contraste com a situação da vizinha Vila de Itapemirim.

### **1.3 - A imigração italiana no Espírito Santo e sua influência na ocupação dos “sertões”**

Com o prenúncio do esgotamento das relações de produção escravistas e a emergência de relações tipicamente capitalistas (Ainda na primeira metade do século XIX) iniciaram-se as primeiras tentativas de atrair imigrantes para ocupar o território capixaba. Diferentemente de São Paulo, para onde os imigrantes eram atraídos para atuar nas fazendas de café em substituição a mão de obra escrava, o Espírito Santo adotou, num primeiro momento, uma política de imigração que priorizou a constituição de núcleos de povoamento alicerçados na distribuição de lotes as famílias dos imigrantes, com isso promovendo a gradativa ocupação do interior do estado (GROSSELLI, 2008).

Atualmente, os descendentes de imigrantes italianos configuram uma importante parcela de ocupação do território espírito-santense. Muitos autores, entre eles, Bussato (2002), afirmam que de 60% a 70% da população capixaba são descendentes de imigrantes italianos. <sup>35</sup> A influência desta etnia também é percebida em Anchieta que recebeu muitos

---

<sup>34</sup> Não há registro sobre a matéria-prima utilizada por estas mulheres, tampouco de que a atividade da costura fosse um elemento importante na economia da Vila, provavelmente realizavam tais tarefas no âmbito familiar e em circuitos restritos.

<sup>35</sup> Dadalto (2008) em seu trabalho busca desconstruir, o que para ela, seria um mito da presença determinante dos italianos na composição da população capixaba. Para ela o que existe é um discurso da italianidade que reproduz inclusive o dado citado por Bussato, de ampla circulação em órgãos públicos e privados, mas que não tem base científica, na medida em que nenhuma pesquisa foi realizada para comprovar o “grau” de italianidade ou de qualquer outra etnia da população capixaba. O sucesso na construção desse mito é atribuído pela autora no volume significativo de obras literárias produzidas sobre os imigrantes italianos e as posições que estes descendentes ocuparam na política estadual nos últimos 50 anos que teriam cristalizado essa imagem de um imigrante trabalhador e vencedor em terras capixabas.

destes imigrantes, direcionados ao trabalho no interior. Por esta razão temos a necessidade de analisar este processo, pensando sua influência na composição da população e na ocupação do interior capixaba.

Ao tratar das migrações, a sociologia em geral se concentra nos “fatores de expulsão” e nos “fatores de atração”, ou seja, nas condições estruturais e conjunturais que levaram indivíduos e famílias a deslocarem-se de uma área para outra (JONHSON, 1997, p. 145). Nessa linha de reflexão, é importante elucidar os motivos que levaram milhares de famílias de diferentes nacionalidades a cruzar oceanos em direção a regiões desconhecidas.<sup>36</sup>

A migração em massa de europeus, ocorrida na segunda metade do século XIX, em direção ao Brasil<sup>37</sup> (e, por conseguinte, ao Espírito Santo) - orquestrada pelo governo imperial e alguns empresários associados a interesses de proprietários de terra - provocou profundas transformações na composição social da população, na demografia, na economia e na própria cultura.

Em *Colônias Imperiais na Terra do Café*, Renzo M. Grosselli (2008), pesquisador italiano, desenvolveu um minucioso trabalho esclarecendo diversos aspectos do processo de imigração italiana em direção o Espírito Santo. Toma por base, as fontes existentes na Itália e no Espírito Santo, como também o meticuloso trabalho de entrevistas com descendentes de imigrantes. Sobre as motivações dos imigrantes, o autor pontua primeiramente o cenário geopolítico da região do Trento, especialmente o que conformava a região do Tirol, assim batizado pelo Império Austríaco, hoje norte da Itália. Grosselli enfatiza o controle exercido por esse Império sobre o território e sobre a política, a ausência de instituições comandadas por agentes locais e os esforços diplomáticos empreendidos por esses agentes para libertar a região do Trento dos poderes de Viena.

Esta região, no ano de 1870, apesar de situar-se na região mais desenvolvida,<sup>38</sup> constituía-se em uma terra de agricultores, com uma agricultura praticada em condições muito adversas: apenas 16% das terras eram agricultáveis, o restante composto por bosques e áreas de alta montanha; havia uma enorme densidade populacional na região, com cerca de 55 habitantes, por quilômetro quadrado; a maior parte da população, 341.519 habitantes, tinha como meio de sobrevivência a agricultura e/ou atividades relacionadas; e por fim, destaca-se o papel das crises de produção, provocadas por doenças e variações climáticas, e à dificuldade no escoamento de produtos, decorrente dos conflitos presentes no processo de unificação da Itália, que levaram ao caos sua economia (GROSSELLI, 2008).

Desde a chegada da família real no Brasil (1808), houve o interesse em atrair fluxos comerciais, como também à vinda de imigrantes europeus, na concepção de que isto possibilitaria mudar as condições de subpovoamento do país e também mudar a face da sociedade brasileira da época (hegemonicamente formada por negros, pardos e indígenas). Por esta razão, uma série de medidas foi tomada, algumas para favorecer e mesmo atrair o ingresso de imigrantes ao país. Uma década após a chegada da família real, foram constituídas algumas colônias de imigrantes: Nova Friburgo, no Rio de Janeiro e São Leopoldo, no Rio

---

<sup>36</sup> O Espírito Santo apesar de ter atraído um contingente de imigrantes reduzido, se comparado ao restante que ingressou na região sul e nos demais estados da região sudeste (especialmente em São Paulo), figura como o estado que possui a maior porcentagem de descendentes de imigrantes europeus. Cerca de 60% de sua população atual é descendente de imigrantes europeus (em sua maioria, italianos e alemães).

<sup>37</sup> No mesmo período observa-se forte entrada de imigrantes, principalmente italianos, em outros países como, por exemplo, Estados Unidos e Argentina.

<sup>38</sup> Cf. PUTNAM (1996).

Grande do Sul (ambas fundadas em 1818), e Santo Amaro em São Paulo, em 1826 (GROSSELLI, 2008).

No mesmo movimento, se instalou nas proximidades de Vitória, no Espírito Santo, um núcleo de açorianos,<sup>39</sup> o que indica certa preocupação das autoridades imperiais para com o Espírito Santo, especialmente no que se refere ao seu desenvolvimento e sua ocupação territorial. Sobre estes fatos,

Merece citação especial – pela repercussão que teve na vida capixaba – a carta régia de dezessete de janeiro de 1814. É um documento que fala alto das preocupações do Governo de D. João pelo progresso do Espírito Santo. Determinava ficassem isentas de pagamento de dízimo, por dez anos, as culturas de trigo e linho que se fizessem aqui; revogava a carta régia de 13 de março de 1797, isto é, permitia se concedessem sesmarias à margem de quaisquer rios da capitania; e libertava o uso e comércio de madeiras, excetuados o pau-brasil, a peroba e o tapinhoã (OLIVEIRA, 2008, p 277).

Mas a experiência de povoamento em terras capixabas seria robustecida, apenas algumas décadas depois, com a instalação de vários núcleos colonias nos *sertões* do Espírito Santo.

No Brasil, após a edição da lei que proibia a importação de escravos (1831), se verificou, especialmente a partir das décadas de 1840 e 1850, uma tentativa dos latifundiários de iniciar uma reversão da política de imigração a seu favor, como forma de somar à mão de obra escrava o trabalho do imigrante. Ao proibir a importação de escravos, houve nesta época, a intensificação de seu comércio, em nível interno, dada especialmente a crise do açúcar que liberou essa mão de obra, então empregada em sua cultura no Nordeste.

Os interesses em torno da imigração, antes voltados apenas para a ocupação do território e sua dinamização, com as diversas leis restritivas ao comércio de escravos, editadas desde 1831, passam a se voltar para a necessidade de substituição do escravo liberto, via o imigrante.

Um conjunto de leis passou a regulamentar a questão da imigração no país das quais a mais relevante, por sua abrangência, é a Lei 3.784 de 19/01/1867. De acordo com este dispositivo, a instalação de núcleos coloniais de imigrantes não deveria ocorrer em zonas de latifúndio, impedindo a concorrência entre latifundiários, cuja produção agrícola era operada por trabalhadores escravizados, e o núcleo de colonização que busca o imigrante para sua constituição e também, fundamentalmente, para que o latifúndio não encontrasse no núcleo colonial um obstáculo a sua expansão (GROSSELLI, 2008).<sup>40</sup>

Atribui-se o atraso econômico do Espírito Santo em relação ao Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais à dificuldade na ocupação do território capixaba, circunscrito ao litoral (até meados do século XIX). Também se observa que, diferentemente de outras regiões do país, o modelo da *plantation* escravista não se disseminou por todo o território capixaba, estando concentrado apenas em algumas regiões, tendo como determinantes: a particularidades da geografia local (montanhas e muitas áreas alagadas); as dificuldades de ocupação de determinadas áreas do território por conta da presença indígena; a proibição da

<sup>39</sup> Tecnicamente o ingresso de 50 casais de açorianos no Espírito Santo em 1813 não pode ser considerado como imigração, dado que o arquipélago dos Açores fazia parte, junto com o Brasil, do Império Português.

<sup>40</sup> Evitava-se, desse modo, a ocorrência de concorrência como aquela havida séculos antes entre os colonos portugueses e os jesuítas no que concerne a uso da mão de obra indígena, os primeiros tentando escravizá-los e os segundos a constituição de aldeamentos.

abertura de estradas em direção às áreas de mineração – o que provocou um isolamento da província e impediu o crescimento de sua população.

No Espírito Santo, os ideólogos desse tempo, argumentavam que faltavam pessoas laborativas que pudessem se dedicar ao trabalho nas diferentes porções do território, uma vez que, como já foi exposto, o índio não se subordinava ao domínio da lógica produtiva de acumulação europeia, produzindo apenas para o autoconsumo e não se mantendo fixo num dado local. Assim, uma confluência de interesses, e condições sociais e históricas, possibilitou o processo de imigração em massa Espírito Santo, vinculado diretamente a uma dinâmica que ocorria ao mesmo tempo em âmbito nacional e internacional.

Pode-se deduzir que a crise na economia italiana, as incertezas políticas, a escassez de terras para execução de suas atividades, conjuminadas à propaganda pró-imigração dos governos, provincial e imperial, possibilitaram o ingresso das primeiras famílias de imigrantes nestas terras.

As propriedades dos agricultores na região do Tirol, de onde proveio significativa parcela daqueles que migraram para o Espírito Santo, não chegavam a 1,4 hectares, na verdade, a maioria exercia seu trabalho em menos de meio hectare. Nesse sentido, a expectativa do recebimento de lotes de 25 hectares, sementes e ferramentas que seriam distribuídas as famílias que decidissem vir ao Espírito Santo constituía-se uma proposta bastante tentadora, considerando que o prazo para pagamento da terra, dos instrumentos de trabalho e víveres era de 05 anos após dois anos de sua instalação no lote (GROSSELLI, 2008).

Segundo Campos (2011), nos idos 1800, não imperava, no Espírito Santo, o modelo da *plantation* escravista que utilizava o grosso da mão de obra escrava em uma produção orientada para a exportação de um único produto. O que havia era uma modesta produção de alimentos (carne, açúcar, farinha de mandioca, trigo, roscas, sal, queijo) e de mobiliário, comercializada em pequenos navios para o Rio de Janeiro e Salvador.

Esta mesma autora, analisando a família escrava no Espírito Santo, nos períodos de 1790-1821 e 1850-1872, fornece-nos pistas para melhor compreender a sociedade dessa época. Contrariamente à existência de “homens de grossa aventura”, descritos por João Fragoso <sup>41</sup> na análise do Rio de Janeiro, em terras capixabas prevaleciam “senhores de modesta fortuna” (2011, p. 89). Os protagonistas da produção agrícola capixaba “eram lavradores com plantações próprias, roceiros ou sitiantes que lograram amealhar modestas fortunas. Alguns poucos fazendeiros e negociantes destacavam-se dentre esses agricultores, sem alcançar, contudo, riquezas vultosas” (idem), como as verificadas em outras regiões do Brasil, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo; indica que, no Espírito Santo, nesse período, quase metade de todos os escravos (43,3%) estava empregada na pequena lavoura de alimentos.

Os primeiros imigrantes italianos chegaram ao Espírito Santo, por volta de 1847, quando se fundou o primeiro núcleo colonial, <sup>42</sup> denominado Santa Izabel, no atual município

---

<sup>41</sup> Trata-se de João Luís Ribeiro Fragoso, autor de *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*.

<sup>42</sup> As primeiras levas de imigrantes eram direcionadas a núcleos coloniais no interior, onde recebiam as terras onde deveriam residir e produzir. Grosso modo as terras eram entregues pelo Estado, por meio de pessoas direcionadas a este serviço, juntamente com víveres e ferramentas sendo acordado que o imigrante teria dois anos de carência e cinco anos para pagar o material, inclusive o lote, recebido do Estado.



de Domingos Martins; sendo, na sequência, outros núcleos criados: Colônia Rio Novo (1854) e Colônia Santa Leopoldina em 1856 (CELIN, 1984).

Estas colônias expandiram-se a partir de seus núcleos originais, recebendo cada vez mais imigrantes e estendendo seus limites territoriais. O que originou uma pressão por parte de grupos locais, para seu desmembramento com a formação de novos núcleos, como, por exemplo, Timbuhy <sup>43</sup> (1875), resultante do crescimento da Colônia Santa Leopoldina e a Colônia Castello (1880), fruto do desmembramento de uma extensa área antes pertencente à colônia Rio Novo (GROSSELLI, 2008).

Ao atrair o imigrante e sua família, o governo da província do Espírito Santo almejava que, após sua instalação, estes criassem laços com a terra e nela eles se fixassem, o que é evidenciado no decreto específico de fomento da imigração, assinado pelo Governo do Espírito Santo, em 1892. <sup>44</sup>

Em artigos desse decreto, há uma descrição do perfil desejado, seguido de uma relação dos benefícios ofertados pelo Estado; e por fim, as condições de acesso a estes, conforme se vê abaixo:

Art. 72: São recebidos nos portos do Estado, os indivíduos sadios e aptos ao trabalho, estrangeiros ou nacionais, que não tenham praticado ações criminosas, que sejam provenientes diretamente da Europa, ou de outros países da América ou outros estados da união; e que sejam sempre acompanhados pelas famílias, com a intenção de se estabelecerem na agricultura do Estado; de criarem e desenvolverem qualquer indústria útil, ou se ocuparem nas artes mecânicas.

Art. 73: Os imigrantes que com estas condições chegam diretamente de portos estrangeiros, ou em trânsito pela capital federal, receberão do Estado os seguintes favores, além daqueles que são concedidos a todos os habitantes:

1º - Pagamento da passagem de acordo com as tarifas que estarão em vigor no Estado, e em falta dessas, aquelas da União;

2º - Alojamento na capital do Estado até a partida para o local de destinação;

3º - Transporte gratuito, alojamento e alimentação durante o trajeto até o local escolhido para residência;

4º - Tratamento gratuito pelo período de 02 anos;

5º - Um lote colonial de 25 hectares de terreno fértil, em qualquer núcleo do Estado, a sua escolha;

6º - Antecipação de cinquenta mil réis para cada família, para a compra de ferramentas e utensílios, além de outros duzentos mil réis em prestações de cinquenta mil réis para cada quinquena, para a sua manutenção enquanto se ocuparem da construção de sua casa provisória; ou se preferirem as famílias receberão do Estado a casa provisória e um pedaço de terra desmatada de cinquenta metros quadrados.

7º - Proteção do Estado durante o período de dois anos, tanto para aqueles que se estabelecerem no núcleo colonial, como aqueles que se empregarem com grandes proprietários agrícolas; serão assistidos pelo Estado para a obtenção de tais contratos, removendo-os se necessário para os núcleos coloniais;

8º - Preferência pelo emprego assalariado, nos trabalhos dirigidos pelas comissões, e em geral nas obras do Estado, durante dezoito meses a contar da data de chegada aos portos do Estado;

9º - Proteção às viúvas e aos órfãos em caso de morte acontecida no Estado; nos dois primeiros anos de residência, receberão a ajuda do Estado de modo que possam manter-se na imigração.

---

<sup>43</sup> Timbuhy, atual município de Santa Teresa, possui grande população de descendentes italianos e vive nas últimas décadas, a exemplo do que acontece em outras cidades capixabas, um processo de exaltação de sua descendência italiana por meio de festas da “cultura italiana”, círculos de cultura italiana, grupos de dança folclórica e tantos outros elementos característicos do processo de invenção da tradição estudado, em outro contexto, por Hobsbawm & Ranger (2008). Esta cidade está em processo de *gemellaggio*, na busca de tonar-se cidade gêmea de Novaledo, no Trento, de onde veio grande parte dos italianos que se instalaram em Santa Teresa.

<sup>44</sup> Refere-se ao Decreto nº -04 de 04/06/1892. Trata-se de um período já inscrito na ordem republicana, em que observa-se uma maior autonomia do Espírito Santo em relação ao Governo central, de modo a editar a sua própria política de incentivo a imigração.

agricultura, ou facilitando-lhes o retorno à sua pátria quando estes demonstrarem impossibilidade de prover o seu sustento por insuficiência de condições;

Parágrafo único: estes favores são garantidos tanto para os imigrantes que vem espontaneamente quanto àqueles que são introduzidos em virtude de contratos feitos com o Estado.

[...]

Art. 76: Nenhum imigrante receberá a ajuda que trata o artigo 73 e seus parágrafos, a não ser que declare expressamente, na chegada, que deseja estabelecer-se no Estado e qual destinação deseja tomar, obrigando-se a não sair do Estado antes de três anos a contar do dia de chegada, salvo por força maior, ou autorizado pelo presidente do Estado com base nas informações do diretor.

Os múltiplos subsídios fornecidos pelo Estado seriam o principal responsável pela atração do considerável fluxo de imigrantes ingressos no estado a partir da assinatura do Decreto, até o ano de 1896. Entretanto, entre a proposta e a realidade encontrada pelos imigrantes havia um hiato, quando aportavam no estado os imigrantes percebiam de imediato outra realidade, um Estado ainda desorganizado que não conseguia cumprir os compromissos pactuados.

Nos primeiros anos, após a chegada do imigrante, verificou-se a sua subordinação ao trabalho realizado em fazendas vizinhas às Colônias: do recebimento do lote até torná-lo efetivamente produtivo, havia um tempo exigido para a colheita de determinados cultivos, e as necessidades de sobrevivência eram urgentes.

Este processo era muito difícil, na medida em que, a maior parte dos núcleos de povoamento situava-se distante de fazendas e estas também eram incapazes de absorver toda a mão de obra disponível. Como na maior parte do país, os camponeses que chegavam ao Espírito Santo dispunham de pouca ou nenhuma poupança, sendo usual o parcelamento das dívidas de sua instalação <sup>45</sup> e as dificuldades em sobreviver eram recorrentes (GROSSELI, 2008).

O relatório do Cônsul Carlos Nagar (1895) informa que na chegada os imigrantes ficavam alojados num galpão, quando era feitos repasses de informação, para escolherem seus locais de destino, cujos deslocamentos para o destino final poderia demorar um mês. Assim, a concentração de muitas pessoas num local insalubre gerava estados febris e doenças que atingiam especialmente as crianças. Além disso, são registradas também a insuficiência e a má qualidade dos barcos e animais, para fazer o transporte dos imigrantes, até os núcleos coloniais. Não era fornecida alimentação durante o percurso, o que deixava os indivíduos em trânsito até 24 horas sem se alimentar, sendo os cuidados, com sua saúde, exercidos por pessoas sem preparo. Chegando ao núcleo colonial, era necessário aguardar a demarcação dos lotes, realizado com grande lentidão, como também a alimentação oferecida era de péssima qualidade. Quase todos os terrenos estavam localizados no interior de densas matas, cabendo ao colono e a sua família desmatá-los e fazê-los produzir. O colono devia ainda investir no cultivo de cereais, para poder manter-se na propriedade, na medida em que a colheita de seu principal produto, o café, ocorreria somente 04 anos após seu plantio.

Segundo Agostino Lazzaro, na apresentação que faz do relatório do Consul da Itália Carlos Nagar (1895), sobre as condições dos seus conterrâneos em terras capixabas, a imigração italiana e de outras nacionalidades, para o Espírito Santo, teve como objetivo principal preencher o grande “vazio demográfico” que existia no território capixaba até o final do século XIX, para impulsionar o aumento das finanças públicas com a implantação de um modelo de colonização voltado para a produção com vistas ao mercado externo.

<sup>45</sup> Trata-se de débitos relacionados à aquisição do lote, instrumentos de trabalho e sementes.

De acordo com Celin (1984), no ano de 1872, a população do Espírito Santo não passava de 80 mil pessoas. No censo de 1930, após grande fluxo migratório provindo da Europa, este estado já apresentava cerca de 600 mil pessoas, apresentando um crescimento de 700%, nesse meio século, atribuído pelo autor ao ingresso de imigrantes e à elevação das taxas de natalidade.

Segundo este autor a imigração para terras capixabas, até 1895, foi de aproximadamente 100 mil indivíduos, sendo 80 mil italianos e 20 mil alemães e de outras nacionalidades.<sup>46</sup> Devemos considerar que, na passagem do Império para a República, houve uma ampliação do ingresso de imigrantes no Espírito Santo.<sup>47</sup> Este fenômeno é atribuído por alguns autores, entre eles Bittencourt (1981), a uma maior autonomia do Espírito Santo em relação ao governo central, conquistada somente em decorrência da nova situação política vivenciada a partir da República, e de um cenário econômico favorável com o crescimento das exportações de café. Entretanto, a imigração europeia por si só não explica o vertiginoso crescimento populacional verificado no último quartel do século XIX e o primeiro do século XX. Esse fenômeno pode ser atribuído a uma migração interna.

Abaixo dispomos de um mapa do Espírito Santo em que é ressaltada a expansão do território a partir da chegada dos imigrantes.

---

<sup>46</sup> Os números variam a depender da fonte consultada. Entretanto, o que o autor não considera é que nem todas famílias de imigrantes que ingressaram no Espírito Santo permaneceram em seu território. Muitas delas, dadas às dificuldades enfrentadas, preferiam dirigir-se ao sul do país ou mesmo regressar a Europa.

<sup>47</sup> Neto (2010), alicerçado sobre estatísticas compiladas por Saletto (1996 a), mostra-nos os dados de ingresso de imigrantes no Espírito Santo. No período de 1873 – 1890 ingressaram 19.940 pessoas, de 1890 – 1896 a soma de 20.006 e de 1897 – 1901 apenas 233 imigrantes.

### Mapa 01: Região colonizada por Italianos



REGIÃO COLONIZADA POR ITALIANOS

Fonte: Deizenzi, L. S. *Os Italianos no Estado do Espírito Santo*, Rio de Janeiro, 1974, p. 63

Extraído da apresentação do texto "O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana - Carlos Nagat 1895" material produzido pelo arquivo público do ES em 1995 (Coleção Canaã)

Visualizamos no mapa as cidades em que houve uma influencia decisiva da imigração europeia na sua constituição. No sul destacam-se as cidades de Alfredo Chaves, Castelo, Rio Novo do Sul, Iconha, Anchieta e Vargem Alta.

Contrapondo-se a essa visão dominante da contribuição do imigrante europeu no vertiginoso crescimento da população capixaba e na ocupação do território, Almada (1993) destaca o papel do migrante nacional neste processo, especialmente do mulato e do negro liberto, advindos das províncias vizinhas, fenômeno obscurecido na literatura científica capixaba. Tal historiografia, grosso modo, exalta o imigrante europeu, conferindo à sua trajetória em terras capixabas ares de uma verdadeira epopeia, colocando este como o grande responsável pela ocupação do território, desconsiderando que em todas as frentes de colonização estavam presentes os negros e os índios.

Sobre o crescimento da população, pode-se verificar, na tabela abaixo, que o Espírito Santo, entre 1872 e 1940, se manteve com taxas acima das observadas em estados vizinhos, como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Almada (1993) atribui esse fenômeno à existência de “terras livres” onde o migrante poderia se estabelecer sem um controle rigoroso do Estado, na medida em que não havia, até então, um mercado de terras aquecido. Sobre este mesmo aspecto, Bergamim informa que, na região sul do Espírito Santo, até os idos de 1900, apenas “15,4% das terras haviam sido apropriadas privadamente” (2004, p. 25), colaborando no argumento de que a disponibilidade de terras atraía ao estado significativos fluxos de migrantes.

Registra-se um crescimento exponencial da população do Espírito Santo, entre os fins do século XIX e início do século XX. Mesmo considerando as altas taxas de natalidade das famílias de imigrantes europeus, não é possível responsabilizar o crescimento populacional na base exclusiva dos nascimentos. Há, sem dúvida, um fluxo de migrantes nacionais que ingressou no Espírito Santo nesse período, pois, mesmo encerrada a entrada massiva de imigrantes europeus em nosso estado (1896), as taxas de crescimento continuaram altas, superando os vizinhos, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

<b>Tabela 01 – Crescimento populacional do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1872 a 1940</b>						
Ano	Espírito Santo		Minas Gerais		Rio de Janeiro	
	População total	Crescimento (%)	População total	Crescimento (%)	População total	Crescimento (%)
1872	82.137	-	2.039.735	-	1.057.696	-
1890	135.997	65,57	3.184.099	56,10	1.399.535	32,32
1900	209.783	54,26	3.594.471	12,89	1.737.478	24,15
1910	335.051	59,71	4.479.689	24,63	2.132.687	22,75
1920	447.806	33,65	5.888.173	31,44	2.699.566	26,58
1940	750.107	67,51	6.736.416	14,41	3.611.998	33,80
Fonte: extraído de Neto (2010).						

A imigração estrangeira no Espírito Santo, ocorrida a partir do final do século XIX, representou o ingresso de um significativo contingente de trabalhadores direcionados quase que exclusivamente para a agricultura e a ocupação de áreas interioranas, os sertões da província. Estas áreas, compostas por longas faixas de terras devolutas, foram entregues aos imigrantes sob a forma de lotes onde estes deveriam lavrar e produzir. O padrão de ocupação, que privilegiou a formação de núcleos coloniais em detrimento do trabalho em parceria nas

fazendas, predominou no período anterior a abolição da escravidão. No Espírito Santo, os imigrantes ingressos nos núcleos coloniais recebiam terras, ferramentas e víveres, a serem pagos posteriormente ao Estado.

Após a abolição, de acordo com Buffon (1992), do total de ingressos em terras capixabas, 40% migrou para região sul do estado. Sendo que 65% dos imigrantes que se instalaram no Espírito Santo, não foram para os núcleos coloniais, possivelmente submeteram-se a uma relação de parceria em propriedades de fazendeiros da região sul; posteriormente adquiriram destes lotes de terras, por meio da compra, dando origem ao posterior fracionamento da grande propriedade, gerando pequenas unidades produtivas, que permanecem, em parte, até hoje como característica da região.

Desde modo, é possível inferir que em áreas de ocupação já consolidada, como no sul do Espírito Santo, a imigração europeia ocorreu em paralelo a um declínio parcial da grande propriedade, verificado logo após a escravidão. Fazendeiros, não dispoñdo de mão de obra, e fugindo de uma relação de assalariamento, atraíam imigrantes para trabalhar em parceria (meação). Ocorre que para o imigrante a condição de trabalhador nas fazendas era apenas transitória, seu projeto de vida estava orientado pelo desejo de ser proprietário da terra (BERGAMIM, 2004).

Posteriormente, vislumbrando novas formas de auferir renda, alguns fazendeiros começaram a lotear suas propriedades e a vendê-las a imigrantes europeus, para que estes pudessem produzir café e lhes pagar a prazo. Dentro desse mesmo movimento, os antigos proprietários de terras abriram firmas de venda de café, associando a venda de lotes de terras à compra do café produzido nestas. Portanto, constituem um fenômeno posterior à formação de núcleos coloniais apoiados pelo Estado, verificado em grande medida após a abolição.

[...] com a desagregação da grande propriedade e a formação da pequena, vai se abrindo espaço para o surgimento de firmas [...] que, por seu intermédio, acabam concentrando a captura do excedente produtivo para a esfera da comercialização, ficando, de um lado, um imenso número de pequenos produtores e, de outro, uma cadeia extremamente articulada de casas comerciais controladoras de expressiva fração da comercialização do café capixaba (CAMPOS JR, 1985, p. 62 *apud* MACEDO & MAGALHÃES, 2011, p. 74).

Certamente houve algumas determinações para que o segmento social dominante, de então, permitisse o declínio da grande propriedade de terras, dando lugar, no plano da produção, à presença majoritária da pequena propriedade.

Os grandes fazendeiros não ofereceram resistência à introdução de núcleos coloniais no Espírito Santo (processo iniciado antes da abolição) e isso se deve a alguns fatores, dentre eles: a distância desses núcleos em relação às fazendas; a farta mão de obra escrava que fez com que os fazendeiros não se preocupassem, em atrair imigrantes para suas fazendas; e a abundância de terras livres, ainda não apropriadas privadamente (terras devolutas). Assim, os núcleos coloniais foram se formando sem se confrontar ou concorrer com o latifúndio.

Neto (2010), baseado em estudos de Saletto (1996) e Campos Júnior (1996), indica a emergência, em paralelo com a abolição da escravidão, de uma classe comercial<sup>48</sup> articulada à estrutura de poder, que vê na pequena propriedade potencialidade de ampliação de seus negócios comerciais. Desse modo, seus esforços se dirigem no sentido de converter a ação do Estado em direção ao fortalecimento das atividades comerciais, na sua relação com os

---

48 Na sua maior parte, este capital comercial tem origem nas atividades ligadas ao latifúndio.

pequenos agricultores proprietários; o que concorreu para a fragmentação da grande propriedade na região sul.

Com a consolidação da produção do café, principal cultura mercantil do Espírito Santo, fenômeno ocorrido em 1853 <sup>49</sup> e que prevaleceu até a década de 1960 (quando essa produção entra em “crise”), tem-se um cenário que mescla a pequena propriedade, produtora de café, com a presença de casas comerciais que se situam majoritariamente na cidade de Vitória, capital do estado, sendo seus agentes incentivados pela construção da estrada de ferro Cachoeiro-Vitória, visto ter aberto a possibilidade do escoamento da produção de café desta região até a capital. Em 1910, tal estrada de ferro foi concluída, retirando do porto de Anchieta a centralidade no comércio do café da região de Alfredo Chaves e arredores (CAMPOS JÚNIOR, 2005). Terras onde foram instalados dois núcleos da Colônia Rio Novo.

O processo de imigração, que envolveu diversas regiões do Estado, marcou decisivamente a história de Vila Nova de Benevente, impulsionando a ocupação do território especialmente em áreas distantes do centro da Vila, localidades onde se localizavam escravos fugidos e indígenas como seus habitantes.

Os primeiros imigrantes desembarcaram no porto de Benevente e, após submeterem-se a quarentena, dirigiram-se para o *Sertão* correspondendo hoje aos municípios de Alfredo Chaves, Iconha, Rio Novo dos Sul e os setores Alto Pongal e Vale do Corindiba (estes dois últimos ainda hoje pertencentes ao município de Anchieta). De acordo com o Arquivo Público do Espírito Santo, aportaram na Vila de Benevente, entre 1875 a 1895, aproximadamente 8.000 imigrantes originários da região do Tirol, norte da Itália, o que corresponde a 10% do total de imigrantes italianos ingressos no estado nesse período. Os demais 90% foram alocados em outros núcleos de povoamento disseminados no Estado. Diferentemente do que ocorreu em outros estados, no Espírito Santo, ao menos na primeira etapa da imigração, a maior parte dos imigrantes foi direcionada aos núcleos coloniais <sup>50</sup> recebendo lotes para trabalhar por conta própria e isso reflete na própria estrutura fundiária do Espírito Santo, onde há o predomínio da propriedade familiar.

Usualmente, alguns autores ao analisar o processo de imigração, lançam mão do termo “vazios demográficos”, como se as terras ocupadas pelos imigrantes estivessem literalmente sem pessoas, obscurecendo assim a presença de índios, escravos fugidos, posseiros, etc. Em Anchieta sabe-se que desde o período colonial havia inúmeros grupos indígenas no interior, nos sertões. Desse modo,

É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo durante o século XIX como um enorme “vazio demográfico”, totalmente disponível à ação colonizadora oficial e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados “índios bravos” ou “tapuias”, representantes das tribos Purí, Coroado, Botocudo, etc., mas, também os então denominados “índios mansos”, “domesticados” ou “civilizados”, isto é, aqueles pertencentes às tribos Tupiniquim e Temiminó que desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760) estavam semi-integrados à modesta vida social luso-brasileira (MOREIRA, 2000).

Sabe-se que a pressão exercida por proprietários de terras sobre grupos indígenas forçou seu distanciamento do litoral, entrando cada vez mais em áreas interioranas, afora a

<sup>49</sup> Em 1853 o café superou o açúcar na pauta de exportações capixabas.

<sup>50</sup> São núcleos coloniais do período: Santa Izabel (1847), Santa Leopoldina (1856), Timbuy (1875), Santa Cruz (1877), Castello (1881) e Accioly Vasconcelos, Muniz Freire e Demétrio Ribeiro, Afonso Cláudio e Costa Pereira (ambos fundados entre 1882 e 1896).

dizimação de muitas tribos indígenas. Em Benevente tal fenômeno passou a ser recorrente, especialmente, a partir da expulsão dos jesuítas. Após tal processo, o Governo Imperial cedeu, de forma inalienável, aos índios, aqueles considerados “mansos”, existentes na Vila de Benevente, uma área correspondente a 6 x 6 léguas, em terras localizadas da margem esquerda do Rio Benevente à lagoa de Maimbá, mas que foram ao longo da história apropriadas por sesmeiros de origem lusitana (SAINT-HILAIRE, 1974).<sup>51</sup> A expropriação do território indígena, iniciada no litoral da Vila, com a tomada das terras mais planas e com maior facilidade de escoamento da produção, foi posteriormente complementada com a criação da Colônia Rio Novo (1854), em Itapemirim, um dos elementos responsáveis pela “interiorização” da expropriação, ocupando inclusive terras mais íngremes, parte destas pertencentes originalmente à sesmária dos índios.

Em torno do cultivo do café, majoritariamente realizado em pequenas unidades produtivas, é que se desenvolveu a dinâmica econômica capixaba a partir do último quartel do século XIX até a crise de produção da década de 1960. Praticamente um século vivendo quase que exclusivamente com base na dinâmica impressa por este produto, cultivado em paralelo a uma forte lavoura de autoconsumo. A distribuição de lotes aos imigrantes e o declínio parcial do latifúndio reconfiguraram o território capixaba. Verifica-se a partir de então a ampliação da relevância das formas familiares de produção no estado, ao lado da qual se estruturou uma rede comercial com influência em vários elos da cadeia produtiva do café.

#### **1.4 - A particularidade da Colônia Rio Novo e os efeitos da imigração no Sul do Estado**

A remissão à Colônia Rio Novo se torna necessária na medida em que dois de seus núcleos (Segundo e Quarto Territórios) integraram uma parcela de terras da Vila de Benevente, exercendo uma importante função na ocupação de seu interior e possibilitando uma maior dinamização da sua economia com a produção do café.

A Colônia Rio Novo foi fundada por um português, de nome Caetano Dias da Silva, cuja riqueza provinha do tráfico de escravos, prática exercida na sua trajetória anterior. Seu primeiro núcleo estava localizado em terras pertencentes então à Vila de Itapemirim que, na ocasião, se limitava com uma faixa de terras da Vila Nova de Benevente.<sup>52</sup>

Itapemirim consolidou-se no decurso da história como uma região própria para a instalação da *plantation* escravista. Possuía terras férteis e planas, próximas ao mar, aonde os jesuítas chegaram a ter 2.000 cabeças de gado em sua fazenda Muribeca (CAMPOS JÚNIOR, 2005, p. 244). Anos mais tarde, com a expulsão destes religiosos, fazendeiros fluminenses e mineiros se instalaram na região, cultivando cana-de-açúcar, mandioca e café, a exemplo do Barão de Itapemirim, do seu concorrente o Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, além do Sr. José Tavares de Brum e Silva (ROCHA, 2008).

Enquanto na Vila de Benevente, houve o desenvolvimento de um campesinato, que cresceu em paralelo a atividades de cunho comercial, em Itapemirim se consolidou o domínio da grande propriedade agrícola, com lavouras de exportação. Seus fazendeiros extraíram

---

<sup>51</sup> Consta atualmente, bem próxima a sede do município, a comunidade tradicional de Chapada do A que recentemente se auto reconheceu como comunidade Tupiniquim e aguarda análise e pareceres da FUNAI.

<sup>52</sup> Num primeiro momento, o empreendimento atraiu a imigração de chineses, suíços, alemães, franceses, holandeses, belgas e portugueses, que se somaram a uma centena de escravos existentes nas fazendas de propriedade do fundador da colônia. Nesta primeira experiência, a vinda do imigrante não esteve atrelada a de sua família, processo ocorrido somente a partir da década de 1870.



rendas de terras apropriadas de estruturas fundiárias deixadas pelos religiosos jesuítas em decorrência sua expulsão.

Nesse período, a ambiência é de uma sociedade que passa por um longo processo de transição - da ordem escravocrata para o trabalho livre -, onde se evidencia a existência de uma classe dominante (proprietários de terras) e uma classe subalterna (escravos, libertos, índios amansados e colonos pobres).<sup>53</sup>

Em 1861 o Imperador D. Pedro II visitou a Colônia Rio Novo e verificando as dificuldades do empreendimento e as possibilidades de produção de riqueza, se houvesse investimento na agricultura, tornou esta colônia de responsabilidade do Governo Imperial,<sup>54</sup> nomeando a esta um interventor. Ainda assim, a história da Colônia Rio Novo foi marcada por ausência de estradas, falta de demarcação dos lotes, inexistência de pontes, muitos conflitos entre colonos e funcionários do governo, persistência de doenças e promessas não cumpridas.<sup>55</sup>

Nessa viagem ao Espírito Santo, o Imperador D. Pedro II teve a oportunidade de conversar com alguns dos imigrantes, tendo observado que:

[...] Há 686 colonos; mas [atentando] a que tem só 2 a 3 léguas de [estradas] na colônia e as casas se acham espaçadas custa-me a acreditar em tal número. Os colonos são de diversas nações e até chins que me disse o Jobim serem muito ladrões, ainda que o Caetano se mostre contente com eles. Os colonos que vi têm quase todos cara de doente [queixando-se] de moléstias, de falta de médico, cemitério, padre e capela. Também ouvi a alguns que o contrato, que, aliás, não pude examinar não fora cumprido quanto a princípio de derrubada e casa para morar nos prazos [...] Plantam os gêneros alimentícios e café em terrenos próprios e também cana de parceria moendo no engenho [...] (ROCHA, 2008, p. 240).

Mesmo neste cenário de dificuldades, a Colônia Rio Novo expandiu-se a partir de seu núcleo original, denominado 1º território, conformando posteriormente o 2º, 3º, 4º e 5º territórios, numa área geográfica que abarca os atuais municípios de Rio Novo do Sul, Piúma, Iconha, Anchieta, Alfredo Chaves e parte de Guarapari.

De acordo com o Arquivo do Público do ES, dos imigrantes italianos que aportaram em Benevente (cerca de 8.000 mil). Parte se fixou em territórios coloniais na região, outros seguiram para a Colônia Leopoldina, atual município de Santa Leopoldina, região serrana do estado, bem como alguns se deslocaram para a região sul do país.

A Colônia Rio Novo “acabou tornando-se uma colônia bastante original, composta por 05 vastíssimos territórios, em que foram demarcados poucos lotes (em relação à vastidão de sua área), muito distantes entre si, e que constituiriam praticamente corpos separados” (GROSSELLI, 2008, p. 345). Sobre a colônia, Cavati (1973) informa que foram delimitados 2.958 lotes, ou prazos, como também eram chamados os terrenos demarcados. A principal cultura era o café associado a uma forte lavoura de autoconsumo.

---

<sup>53</sup> Antecedido por uma luta antiescravista, as consequências do fim da escravidão foi de certo modo abortadas, preservando os interesses das classes proprietárias de terra, mediante uma estratégia que resultou na Proclamação da República, relegando os negros e ameríndios a um processo de exclusão, especialmente se considerarmos as determinações já contidas na lei de terras de 1850, que impediam o acesso das classes subalternas à terra.

<sup>54</sup> Como já exposto, desde 1814 uma série de medidas foram tomadas no sentido de favorecer a ocupação do Espírito Santo e de ampliar a sua produção agrícola.

<sup>55</sup> Cf. Nagar (1995), onde o Cônsul Geral da Itália retrata as péssimas condições dos imigrantes de seu país no Espírito Santo, descrevendo de forma detalhada a carência de escolas, de saúde, a relação com a justiça, entre outros aspectos; também, Grosselli (2008), Tschudi (2004); Rocha (2008). Todas estas obras pertencentes à coleção Canaã, editada pelo Arquivo Público do Espírito Santo, estão disponíveis em meio digital no site do arquivo público do Espírito Santo.

Na mesorregião Sul do Espírito Santo, a primeira colônia foi denominada Rio Novo (1854), cujo território cobria parte das terras vinculadas à Vila Benevente. Mais tarde foram criados outros núcleos coloniais como Muniz Freire e Castello. De acordo com Campos Júnior (2005) a imigração marca a introdução da cultura do café <sup>56</sup> no município de Anchieta, tendo como base produtiva as pequenas propriedades, <sup>57</sup> padrão também seguido no restante do Estado e que diferenciou a produção cafeeira capixaba daquela realizada nos estados de Minas Gerais e de São Paulo, onde predominavam as grandes plantações.

A entrada de imigrantes e a exportação do café na região eram realizadas através do porto de Benevente, <sup>58</sup> logo, com esse novo momento da economia, a Vila retomou a sua centralidade regional experimentando um novo ciclo de desenvolvimento, em suas mais variadas dimensões, sendo elevada à categoria de cidade, sob a denominação de Anchieta, em 1883 (CAMPOS JÚNIOR, 2005).

Nesta época, Anchieta era um dos 13 dos municípios que compunham a província do Espírito Santo, sua paróquia era a segunda mais populosa, contando em 1870 com cerca de 5.300 pessoas (DAEMON, 2010), sendo integrado também pelos territórios que hoje compõem os municípios de Iconha, Piúma e Alfredo Chaves, este último, 4º território da Colônia Rio Novo, grande produtor de café. No início do século XX, Anchieta (local cujo porto escoava a maior parte da produção de café dos antigos territórios da colônia Rio Novo, como visto anteriormente) perde sua centralidade com a inauguração da estrada de ferro ligando Cachoeiro à Vitória. Esta estrada tinha o objetivo claro de privilegiar a praça comercial de Vitória e reduzir as relações comerciais estabelecidas entre Cachoeiro de Itapemirim e Campos dos Goytacazes.

Em Benevente (Anchieta), paralelo à constituição de núcleos de povoamento, também se constituiu algumas grandes propriedades que contaram com a utilização de escravos, entre as quais destacamos a Fazenda Jacarandá, de propriedade do Coronel José Gomes de Oliveira (brasileiro, pai dos arcebispos que exerceram uma grande influência em Anchieta, nas primeiras décadas do século XX, conforme registrado no capítulo II), localizada no limite norte das terras da Vila, próximo de onde mais tarde foi instalado o 5º Território da Colônia Rio Novo.

No livro “*Breve Histórico da localidade denominada São Miguel do Rio Coryndiba*”, escrito por Firmo J. Marchesi, <sup>59</sup> em 1930, a convite de famílias importantes do local, descendentes dos primeiros colonizadores, têm destaque os principais acontecimentos que marcaram a vida em São Miguel. Obviamente que este tipo de documentação possui limites, tanto em relação ao rigor de sua construção, quanto aos personagens destacados ou

---

<sup>56</sup> Algumas décadas antes, da formação da Colônia Rio Novo, o café foi introduzido na região, e sua produção desenvolvida por fazendeiros esteve concentrada na região do Vale do Itapemirim.

<sup>57</sup> De acordo com Celin (1984), a forma de assentamento dos imigrantes obedecia frequentemente à apropriação de pequenas áreas que no início era 50 hectares e fixou-se em definitivo em 25 hectares. Algumas famílias, pelos mais variados processos de transferência, se apossaram de várias colônias. Porém, a média, como constatou Wagemann no início do século, era de 2 a 3 colônias, ou seja, de 50 a 75 hectares por família.

<sup>58</sup> As atividades portuárias têm uma longa tradição em Anchieta. Do período colonial até os dias de hoje as principais atividades econômicas do município desenvolvem-se a partir do porto. No passado o porto recebia escravos, viajantes, imigrantes e produtos, hoje, o porto assumiu outra dimensão, responsável especificamente por enviar ao mundo pelotas de ferro fabricadas pela Samarco Mineração. Em todos os períodos, trata-se de uma riqueza produzida, mas não retida no local. Sua população segue pobre, espoliada e subalternizada.

<sup>59</sup> Italiano, foi professor de primeiras letras em Todos os Santos (5º território da Colônia Rio Novo) e mais tarde proibido de dar aulas por conta da sua nacionalidade (CAVATI, 1973, p. 58). Pessoa influente, e com maior grau de instrução que seus pares, foi convidado a escrever a História da comunidade de São Miguel.

simplesmente “esquecidos” em sua narrativa; entretanto, sua leitura pode nos fornecer pistas para a compreensão da sociedade da época.

Segundo este autor, até 1870, São Miguel do Rio Coryndiba, foi inicialmente povoado parcamente por famílias de descendência indígena, as quais não residiam aí de forma permanente. Isso indica que a noção de “vazio demográfico” não se aplica, nem mesmo à região mais distante do centro da Vila (45 km). A partir de então, instalou-se a primeira propriedade de cultura agrícola para fins comerciais (a Fazenda Jacarandá), imóvel pertencente ao Coronel José Gomes de Oliveira.<sup>60</sup> Este havia anteriormente lutado na guerra do Paraguai o que concorreu para acentuar seu prestígio junto à sociedade local. O Coronel e sua família eram proprietários de escravos, usados no desmatamento e no plantio de café. O transporte até local, realizado por meio de barcos e canoas, levava a produção à foz do Rio Benevente passando por seu afluente Rio Corindiba, visto a não existência de estradas (MARCHESI, 1930).

A fazenda jacarandá, de acordo com esse mesmo autor, serviu como fornecedora de sementes e mudas para os primeiros imigrantes italianos que, por volta de 1876, se instalaram na localidade hoje conhecida como Todos os Santos (Quinto Território da Colônia Rio Novo)<sup>61</sup>, situada nos limites da Vila de Benevente, nas proximidades da dita fazenda (a uns de 15 quilômetros). De acordo com Grosselli (2008), tratava-se de 89 famílias que subiram o Rio Benevente e fundaram esse núcleo colonial, distante dos demais “territórios” da colônia. Assim, passaram a adquirir mudas e sementes da fazenda jacarandá, geograficamente mais próxima que os demais núcleos da colônia.

Marchesi (1930) ainda relata como se deu o início da povoação de São Miguel, em frente à fazenda Jacarandá. Seus habitantes, seguindo o *valeroso exemplo* do Coronel, foram abandonando antigos costumes da caça e da pesca para se dedicar a agricultura.

Ahi justamente aos poucos foram-se estabelecendo umas famílias, vindas de “Jabaquara”, amparadas pelo Tenente Coronel José Gomes de Oliveira, que a muitos adiantara dinheiro para a aquisição de posses. E como o lugar ia tomando nome pela suavidade de seu clima e aguas saborosas, não demorou muito tempo que se estabelecessem mais outras famílias, que deixando aos poucos o costume da caça e da pesca como meio de vida, a exemplo do vizinho fazendeiro foram derrubando mattas e cultivando as terras [...] As famílias mencionadas (novos proprietários de terras) eram descendentes de índios mansos que viviam entre Jabaquara e Benevente, cujos remanescentes se vêm ainda hoje, ali, remadores, canoeiros e pescadores, em geral, muito hábeis (MARCHESI, 1930, p. 4-5).

Gradativamente a localidade de São Miguel se ampliou, atraindo novos moradores por meio de um conjunto de processos: migração interna à Vila, de famílias oriundas de comunidades próximas; abertura de caminhos que facilitaram o acesso a outras regiões; crescente intercâmbio com o 5º território da Colônia Rio Novo. O recenseamento realizado em 1900 demonstra esse crescimento: sua população nesta época era composta por 780 pessoas, com uma produção de 30.000 arrobas, ou seja, 7.500 sacos de café.

---

<sup>60</sup> Trata-se daquele que seria o pai de uma figura legendária no município de Anchieta – Dom Helvécio Gomes de Oliveira. Nascido no município ingressou na vida religiosa juntamente com seu irmão (portanto filho do mesmo Coronel), Dom Manuel Gomes de Oliveira, oriundos de uma família de proprietários de terra, e de tradição religiosa, cuja influência no município será relatada posteriormente.

<sup>61</sup> Atualmente Todos Santos é distrito administrativo do município de Guarapari. No início do século XX algumas áreas pertencentes a Anchieta foram incorporadas por Guarapari no intuito de ampliar suas áreas rurais e melhorar sua arrecadação.

O ciclo do café, iniciado no estado do Espírito Santo, a partir da segunda metade do século XIX, teve importância no soerguimento da Vila de Benevente (após o “declínio” provocado com a saída dos jesuítas), hoje município de Anchieta.

Como dissemos, nesta Vila, a lavoura esteve baseada principalmente na pequena propriedade, muito embora existissem grandes propriedades <sup>62</sup> no seu território. Todo o café produzido na Vila era destinado à exportação. Além de participar dessa produção (especialmente com a parte de seus territórios hoje compostos pelos municípios de Iconha, Piúma e Alfredo Chaves), também seu porto exerceu a função de escoamento da produção cafeeira regional, até 1910.

A partir desta data, com a instalação da Ferrovia Sul, ligando Cachoeiro de Itapemirim à capital, a produção cafeeira da região deixou de ser exportada pelo Porto de Benevente, retirando de Anchieta a centralidade regional em relação ao comércio do café, reduzindo a circulação desta mercadoria na Vila. Outro determinante para a diminuição da relevância econômica e política da Vila foi a emancipação, no início do século XX, de Iconha, Piúma e Alfredo Chaves, territórios integrados originalmente à Vila e onde era cultivado o café, (CAMPOS JUNIOR, 2005).

No que se refere às terras que ainda pertenciam a Anchieta observa-se a continuidade da produção de café, muito embora em menor grau. Também deixou de existir uma série de atividades que se desenvolviam em decorrência da produção cafeeira e de seu comércio. Negociantes do produto, antes instalados na Vila mudaram-se para Cachoeiro e Vitória que consolidaram a partir de então como principais praças comerciais.

No Espírito Santo, o censo de 1920 mostrou que 89% dos estabelecimentos agrícolas recenseados possuíam até 100 hectares; expandindo esta faixa para imóveis até 200 hectares, perfazia-se o total de 96%. O café era cultivado em 78% dessas propriedades, sua cultura constituía a principal renda dos agricultores (CELIN, 1984). Como vimos, a partir da consolidação da lavoura cafeeira no Espírito Santo, ainda em meados do século XIX, se estruturou uma atividade comercial em torno do café. São, justamente, os interesses destes empreendedores, influenciando sobre a ação do Estado, que impulsionaram a imigração italiana no Espírito Santo e a redução da importância do latifúndio, especialmente sob o impacto da abolição da escravidão (1888). Em torno das atividades cafeeiras e atividades correlatas esteve estruturada toda a economia do Espírito Santo até a década de 1960.

De acordo com Macedo & Magalhães (2011), o domínio da economia capixaba pelo capitalismo foi retardado em decorrência dos seguintes fatores: a estrutura produtiva sob a qual se alicerçou a economia cafeeira, baseada na pequena propriedade; a forte lavoura de autoconsumo; a inexistência de uma rede de cidades; e finalmente, a não configuração de um capital comercial (ou seja, sua reduzida acumulação primitiva de capital) que pudesse reorientar as atividades nos momentos de crise, como se verificou na década de 1950.

Em resumo, para estes autores, o tipo de desenvolvimento praticado, tendo como eixo central a produção de café em pequenas propriedades, não permitiu a existência de um

---

<sup>62</sup> De acordo com Emiliana Gonçalves (1996), existiu no distrito de Jabaquara, interior de Anchieta, uma usina de produção de açúcar que chegou a figurar como a segunda mais importante do Espírito Santo (A primeira e mais importante é a Usina Paineiras que ocupa atualmente as terras pertencentes ao antigo Barão de Itapemirim no município de Itapemirim). A autora nos conta que no auge da produção os campos no entorno da usina eram dominados pela lavoura de cana, mas que, na década de 1929, no cenário de crise internacional, a usina foi vendida ao Estado para saldar dívidas. Relata ainda a autora, que as terras antes ocupadas com a cana foram transformadas em pastagens e plantações de arroz.

circuito local de valorização do capital, em especial do capital mercantil, que possibilitasse a aplicação de investimentos em outras atividades, para além da lavoura cafeeira, e para diversificar a estrutura produtiva do estado, a exemplo do que ocorria em São Paulo, onde historicamente o capital originário da lavoura cafeeira foi empregado na atividade industrial.

Dessa forma, nos momentos de crise, rompiam-se os circuitos de valorização do capital, como, aliás, se verifica em todas as atividades e setores movidos pelo lucro. Porém, na agricultura capixaba, diferentemente do que se observava em regiões que apresentavam relações capitalistas mais desenvolvidas, a reconstituição desse circuito ficava obliterada pelas características de sua estrutura produtiva e pela ausência de um capital comercial capaz de transformar as relações de produção de sorte a reconstituir os circuitos de valorização em patamar mais elevado, tanto do ponto de vista técnico-produtivo, quanto dos crescentes níveis de acumulação e diversificação das atividades (MACEDO & MAGALHÃES, p. 80).

Nos momentos de crise de superprodução e de queda dos preços do café a economia capixaba, ao contrário do que acontecia na região cafeeira de São Paulo, não apresentava mudanças estruturais e nem realizava movimentos significativos de substituição de culturas. As unidades produtoras, a despeito da brutal redução do nível da renda advinda da queda dos preços do café, mantinham a lavoura cafeeira e reforçavam a produção de subsistência de forma a compensar a redução da compra de determinados produtos que adquiriam no mercado. Assim, as unidades produtoras tornam-se ainda mais autossuficientes, os fluxos de comércio se reduzem e o processo de acumulação estagnava (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 22).

Estas constatações são base para uma reflexão sobre a mudança na estrutura produtiva que se processou a partir da década de 1960, no contexto da implantação dos “grandes projetos” no Espírito Santo, com grandes investimentos de capital internacional. No discurso oficial, estes objetivavam uma maior dinamização da economia capixaba e a redução da dependência econômica das exportações de café. Entretanto, promoveram a consolidação do capitalismo no território nacional, em especial o capixaba, substituindo a dependência do café pela dos grandes conglomerados industriais internacionais. Assuntos que serão trabalhados no próximo capítulo.

## **1.5 - Posição de Anchieta no quadro da “crise” e alteração da dinâmica econômica estadual**

Em Anchieta, a partir da emancipação de algumas partes do seu território, produtoras de café, e da construção da ferrovia Cachoeiro x Vitória (1910), houve uma reconfiguração das suas atividades econômicas, com ênfase na produção agrícola familiar, seja na condição de pequenos proprietários, seja como meeiros destes. No litoral teve prosseguimento as atividades da pesca artesanal. Até a década de 1970 cerca de 80% da população do município vivia no campo.

Neste cenário, emergem duas figuras ilustres do município, filhos do Coronel José Gomes de Oliveira (grande proprietário de terras e escravos): Dom Emanuel Gomes de Oliveira e seu irmão Dom Helvécio Gomes de Oliveira,<sup>63</sup> respectivamente Arcebispo de Goiás - GO (1923-1955) e Arcebispo de Mariana - MG (1922-1961). Estes religiosos, além de serem filhos de um grande produtor de café, galgaram posições dentro da estrutura da Igreja Católica estabelecendo um amplo leque de relações com as classes dirigentes do país (PEREIRA, 2010). O patrimônio da família, a fazenda jacarandá, foi retalhada e vendida após a morte de seu pai.

---

<sup>63</sup> Dom Helvécio, a convite da Igreja, fez seus estudos superiores em Turim e Roma na Itália, época em que somente aqueles possuidores de grandes patrimônios tinham acesso ao ensino superior, sendo que poucos estudavam no exterior.

Atribui-se a D. Helvécio importantes fatos da vida social e política da cidade de Anchieta, entre eles destaca-se: a responsabilidade no retorno dos padres jesuítas, após 169 anos de sua expulsão, para assumirem os trabalhos da paróquia de Nossa Senhora da Assunção (Igreja Matriz de Anchieta), como também da vinda das irmãs Carmelitas associada ao início de suas atividades educacionais (em 1930) e a criação de dois colégios, “Maria Mattos” (em 1937), escola de formação de professoras no regime de internato, tendo atraído para a Anchieta centenas de jovens das camadas mais abastadas, vindas das mais diferentes partes do Estado e mesmo do sul da Bahia, e o Colégio Coronel Gomes de Oliveira, no ano de 1936, especializado na educação de meninos; a construção do hospital municipal em 1943, adquirido com recursos próprios <sup>64</sup> (incorporado posteriormente ao MEPES); a instalação, em 1947, de novos serviços de água e luz, alcançados por meio das suas relações <sup>65</sup> com seu afilhado, o Governador Carlos Lindemberg (GONÇALVES, 1996).

A importância histórica da Igreja Católica persistiu em toda a história deste município, tendo iniciado pela ação da empresa jesuítica, mantida pela liderança desses dois religiosos, e renovada pela atuação do MEPES, fundado por religiosos jesuítas (1968). Desse modo, são de sua responsabilidade intervenções significativas na sociedade local e isto se deve ao processo de hegemonia desenvolvida por seus agentes (reforma moral e intelectual junto a sua população) nas relações sociais desenvolvidas no território. Esses religiosos tiveram uma atuação bastante ampla, indo da subordinação e aculturação dos povos indígenas, até a instalação de novos aparelhos privados de hegemonia (escolas e hospital) por parte de Dom Helvécio, culminando numa situação mais atual, numa rede de Escolas Famílias com unidades em outros municípios do Espírito Santo, creches e um hospital pertencentes ao MEPES (estes no território de Anchieta).

Sabemos que instituições integradas à esfera da sociedade civil são responsáveis por corroborar na manutenção do *status quo*, com a formação do consenso e a legitimação da dominação, instituições estas classificadas por Gramsci como aparelhos privados de hegemonia, dentre as quais se destaca a Igreja, a qual, por meio de uma construção utópica busca discursivamente atenuar os conflitos existentes entre as classes (com o argumento de que todos os homens são iguais, irmãos, filhos de um único Deus). A ação da Igreja foi e é responsável ainda hoje por eivar a sociedade, a exemplo de Anchieta, de uma postura de passividade, conformismo e subserviência, na medida em que, em regra geral, não caberiam lutas neste mundo e sim a busca pela recompensa no novo mundo, um mundo celestial. O caráter ideológico, de reforço e sustentação da hegemonia da classe dominante, concorreu para requalificar Anchieta e posicioná-la no contexto das cidades do Espírito Santo estruturadas inicialmente pela dinâmica da economia cafeeira.

Anchieta não participou de forma ativa da primeira fase <sup>66</sup> [1955-1975] da industrialização capixaba, visto não possuir uma produção significativa de café, logo, não foi

---

<sup>64</sup> O voto de pobreza não é algo exigido em todas as ordens existentes na Igreja Católica, logo, alguns padres e bispos da Igreja possuem recursos oriundos de suas atividades sacerdotais, ou mesmo herança de família – o que é previsto no código de direito canônico –, alguns inclusive possuindo bens imóveis que não estão sobre a tutela da Igreja. A fonte consultada não detalha o significado de *recursos próprios*, o que dá margem para se pensar em herança ou então dinheiro de doações recolhidas pelo Bispo na sua arquidiocese de origem.

<sup>65</sup> D. Helvécio era padrinho do Governador Carlos Lindemberg (1947-1951 e 1959). D. Helvécio, talvez pela natureza de seu cargo ou por um traço de sua personalidade, sempre esteve muito bem relacionado, vinculando-se aos poderosos e mandatários, fato que não desabona sua história de vida, quando analisada de forma mais ampla, considerando o contexto de sua época. Cf. Pereira (2010);

<sup>66</sup> Rocha; Morandi (1991) dividiram a industrialização capixaba em duas fases, com características distintas: A primeira fase, de 1955 e 1975, é marcada pela dinamização das atividades, com o uso de um capital interno, em sua maior parte fruto das indenizações pagas pelo Governo Federal aos produtores de café; por rearranjos em atividades tidas como tradicionais, como

beneficiada pelas “políticas dinamizadoras” da economia, implementadas pelo Estado em áreas onde ocorreu a erradicação substantiva dos cafezais. Também não possuía, até então, nenhuma tradição na atividade industrial, tampouco poupança significativa acumulada por seus habitantes. É na agricultura de autoconsumo e na pesca e em lavouras de café quantitativamente pouco importantes que se alicerçou, nesse momento, a economia local. Ou seja, no plano econômico e consequentemente no plano político não era elevada a posição ocupada pelos grupos dominantes residentes no município. Desse modo, não surgiram alternativas à dinamização da economia local.

Somente na fase conhecida como dos “Grandes Projetos” que o município se reposiciona na economia estadual, dentro do quadro da Ditadura Militar, com a instalação da empresa de capital estrangeiro, Samarco Mineração, processada dentro na segunda fase da industrialização capixaba [1975 – em diante]. “O diferencial desta para a primeira fase é a presença do grande capital formado por grupos estatais e privados, tanto nacionais como estrangeiros” (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 94). Esse domínio do grande capital influi diretamente sobre todos os setores da economia e não somente na atividade industrial. Seus efeitos se reproduzem no campo, com a intensificação do processo de modernização da agricultura capixaba, repercutindo em todo seu território. Porém em Anchieta há uma particularidade a ser desvendada no próximo capítulo.

---

a pecuária e a extração vegetal, ambas vinculadas à indústria de transformação; pela implantação de alguns grandes investimentos constantes no plano de metas que escaparam do eixo Rio-São Paulo; e pela presença de uma política própria, de incentivos fiscais, direcionada à produção industrial do estado. A segunda fase, de 1975 a 1990, é assinalada pela presença do grande capital, nacional e internacional; o aumento da concentração fundiária; ampliação das relações de assalariamento no campo, seguida de uma diminuição das tradicionais relações de produção familiar e de parceria; e fundamentalmente, implantação de grandes investimentos no setor industrial, tornando a economia capixaba cada vez mais complexa. Em diálogo com esta periodização, Caçador; Grassi (2009) empreendem um esforço para indicar, o que para eles seria um terceiro ciclo do desenvolvimento capixaba, iniciado a partir da década de 1990 e ainda em vigor. Esta etapa estaria marcada por uma “diversificação conservadora”, onde haveria o desenvolvimento de novas atividades dinamizadoras, mas com um traço marcante dos setores relacionados à produção de commodities (basicamente setor mineral e agropecuário, com baixos níveis de elaboração). Muito embora, haja análises de abalizados autores que reforçam a tese de uma “diversificação conservadora” da economia espírito-santense, existe uma euforia entre os agentes públicos e privados, quando recebem as notícias relacionadas aos vultosos investimentos, previstos para o estado nos próximos anos (nas áreas de mineração, siderurgia e petróleo e gás). Mesmo discordando em parte com estas periodizações, utilizamos essas divisões para melhor caracterizar alguns momentos históricos significativos na subordinação da produção do estado do Espírito Santo ao grande capital, particularizando o município de Anchieta e seu espaço rural dentro deste contexto.

## CAPÍTULO II - ANCHIETA NO CONTEXTO DA HEGEMONIA DOS “GRANDES PROJETOS”

A modernidade capitalista - declarada e exaltada atualmente no Espírito Santo e no município de Anchieta, relacionada a processos industriais já instalados ou ainda aqueles com perspectivas de instalação (mineração, petróleo e siderurgia) - tem sua origem marcada em vários momentos da história do país, onde a transição para o processo modernizador processou-se pelo alto e de forma incompleta, mantendo componentes arcaicos combinados aos modernos. Uma sociedade que faz da preservação de componentes da antiga ordem um modo de ser moderno (MENEGAT, 2012).

Trata-se, portanto, do binômio: modernidade e conservação. Modernidade relacionada ao “progresso”, ou melhor, a uma adaptação ao capitalismo; e conservação relacionada à permanência de elementos da antiga ordem, como verificado no caso da Independência do Brasil, da Abolição da escravidão e da Proclamação da República - momentos decisivos da nossa história - que preservaram os interesses da classe dominante de então, cuja riqueza se assentou historicamente na propriedade da terra (COUTINHO, 2000).

Nesse quadro das transformações processadas pelo alto, ou seja, pela “via não clássica” ou “prussiana”<sup>67</sup>, é que emerge a ditadura militar no Brasil, como forma de conter a mobilização das camadas populares em crescente radicalização, salvaguardando assim, mais uma vez, os interesses de uma coalização de frações da classe dominante, de composição bastante heterogênea. O golpe, ao mesmo tempo em que impede a possível formação de um novo bloco histórico, em que a classe trabalhadora teria papel importante no destino do país, preserva os interesses da classe dominante, ao buscar a consolidação da economia nacional integrada à internacional, sob a égide do grande capital. Deste modo,

(...) a ditadura é “apenas” a expressão atual (...) de uma tendência dominante na história brasileira. (...) o caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, menos em seus períodos “democráticos”. (...) as transformações políticas e modernização econômico-social no Brasil, foram sempre efetuados no quadro de uma via prussiana, ou seja, através da conciliação entre frações da classe dominante, de medidas aplicadas “de cima para baixo”, com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução ampliada da dependência do capitalismo internacional; essas transformações (...) tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares (...) (COUTINHO, 1979, 41 apud MENEGAT, 2012, p. 222-223).

Em sentido correlato, Florestan Fernandes, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, advoga que a ditadura militar foi um processo desencadeado pela burguesia nacional em consonância com a burguesia dos países centrais do capitalismo. Observa-se a ação dessas burguesias no contexto histórico de polarização e disputas de hegemonia entre os campos socialista e capitalista. Não se trata de burguesias conquistadoras, como nos processos revolucionários clássicos, mas sim de uma classe social que quer “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore” (FERNANDES, 1981, p. 308), processo visível na

---

<sup>67</sup> Termo formulado por Lênin para analisar a transição ao capitalismo na Alemanha que diferentemente do ocorrido na França, Inglaterra e EUA (Casos Clássicos) não houve uma revolução no sentido literal do termo, ou seja, uma subversão da ordem e rompimento com as estruturas do regime anterior. A transição para capitalismo ocorreu, na Alemanha, de modo a adequar a estrutura agrária às necessidades do capital. Este conceito é análogo ao de “revolução passiva” presente em Gramsci e de “revolução pelo alto” encontrado em Barrington Moore Jr (SILVA, 2011).



militarização das estruturas e na consequente domesticação do Estado. Este processo é intitulado, pelo autor, de *autocracia burguesa*.

Os vários trabalhos que buscaram elucidar o golpe de 1964 convergem no sentido de apontar que o fenômeno verificado no Brasil inscrevia-se numa ordem mais ampla, constituída sob os auspícios da dominação norte-americana que patrocinou, especialmente durante a década de 1960, uma série de golpes de Estado em vários países da América Latina.

Para Netto (1990), o Golpe de abril, em 1964, se inscreve no marco de alterações substantivas na divisão internacional do trabalho, onde os centros imperialistas, capitaneados pelos Estados Unidos, no contexto da guerra fria, deflagraram uma *contrarrevolução preventiva* em escala planetária que, no Brasil, teve os seguintes rebatimentos:

[...] afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zoológicamente anticomunista [...] (NETTO, 1994, p. 17).

Para a compreensão do alcance deste processo na vida nacional, o referido autor destaca alguns elementos que tornam muito particular a formação social brasileira. Segundo seu ponto de vista, três fenômenos, visceralmente conectados, são essenciais para a apreensão da formação social brasileira:

- O primeiro, diz respeito à economia, na medida em que, o desenvolvimento capitalista processou-se, no Brasil, preservando o latifúndio, de forma contrária ao que a experiência histórica havia demonstrado. Aqui, “o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua ‘*reposição*’ em patamares mais complexos, funcionais e integrados” (1994, p. 19).

- O segundo, a “recorrente exclusão das forças populares dos processos de decisão política” (idem), característica observada ao longo da história do país, em que, parcelas da classe dominante buscaram os meios para impedir o acesso das classes subalternas às instâncias decisórias, evitando assim a socialização da política, utilizando inclusive meios de coerção. As classes dominantes “conseguiram que um fio condutor costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social” (idem).

- O terceiro e último, diz respeito à relação entre o Estado e a Sociedade Civil. Não se trata aqui de um Estado que se coloca acima da sociedade civil e que impede o seu desenvolvimento, este age “como vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfiguradora, seja pela repressão, das agências da sociedade que expressam os interesses das classes subalternas” (idem).

Desta forma, fica evidente que os processos diretivos da sociedade brasileira foram, na sua grande parte, realizados “pelo alto”, pela “via não clássica”, preservando assim os interesses das classes dominantes que sempre mantiveram o controle do Estado.

O entendimento destes processos é fundamental para desvelarmos a questão do *boom* de industrialização ocorrido no Estado do Espírito Santo, a partir da década de 1960, e inscrevê-lo dentro de uma nova ordem vigente no país. Uma industrialização que tem como principais determinantes, conjugados, no plano político o golpe militar e a ascensão da

burguesia ao poder, e no plano econômico a crise do café que afetou substancialmente a economia capixaba e as políticas ditas desenvolvimentistas adotadas pelos militares.

Tentamos indicar no capítulo anterior os interesses subjacentes aos importantes processos históricos do desenvolvimento capitalista do Espírito Santo, como também em Anchieta, focalizando o núcleo central de nosso objeto: o papel desempenhado por formas familiares de agricultura na história do município.

Com este segundo capítulo, prosseguimos no delineamento de nosso objeto, tendo como marco a entrada do grande capital internacional na economia anchietense, aplicado na produção de pelotas de minério de ferro voltada para exportação.<sup>68</sup> Processo esse que altera substantivamente a relação rural x urbano, nesse município, com destaque para a extensão do urbano adentrando o meio rural, a concentração da terra, a formação de pastagens e a redução da população rural.

No quadro da *autocracia burguesa*, o capital internacional encontrou as condições propícias para sua consolidação neste país, dando início ao que se chamou “fase dos grandes projetos”, instalados em diversas partes de território brasileiro, todos implantados de cima para baixo e com grande composição de capital estrangeiro (sem a participação de importantes segmentos sociais, inclusive da pequena burguesia local de capital familiar).

No Espírito Santo, já estava em curso um processo de recomposição do capital em virtude da crise do café, mas tratava-se de um capital eminentemente local, que fora, por ocasião da crise, convertido numa diversidade de investimentos da pequena indústria (alimentos, madeira, minerais não metálicos, têxtil e etc.), impulsionada pelo crescimento do mercado consumidor local e nacional.

Nas áreas rurais desse estado, as transformações ocorreram com o desenvolvimento do agronegócio nos quadros da modernização da agricultura – baseada no uso intensivo da mecanização agrícola e do agrotóxico, na concentração da terra, etc. Sendo observada uma expansão significativa da pecuária e de atividades madeireiras.

Dentro dessa complexidade, a economia capixaba, antes de base predominantemente agrícola (como dissemos acima, as indústrias até então eram de base familiar e de pequeno capital, vinculadas em sua maior parte ao beneficiamento do café), teve seu polo mais dinâmico a grande indústria com forte componente de capital internacional.<sup>69</sup> Seus agentes econômicos passaram a exercer a hegemonia sobre os aparelhos do estado do Espírito Santo, com base na intensificação do processo de industrialização consolidado de forma definitiva a partir de 1975, quando ocorre a instalação de grandes projetos industriais em diversas partes de seu território, especialmente em regiões litorâneas, como ao norte a empresa de Aracruz Celulose (1978) e ao sul, a Samarco Mineração (1977).

Parte-se da premissa de que as relações de produção capitalistas efetivamente se inserem em Anchieta a partir da instalação da primeira usina de pelotização de propriedade da mineradora Samarco (1977). Até então as relações de produção estavam alicerçadas na agricultura familiar (predominância de minifúndios) e na pesca artesanal. No confronto cotidiano com a presença impactante da mineradora em seu território, processo desenvolvido

---

<sup>68</sup> Minério extraído pela empresa em suas reservas localizadas em Minas Gerais, transportada por minerodutos até o litoral de Anchieta, onde é transformado em pelotas de ferro e exportado para siderúrgicas em várias partes do mundo.

<sup>69</sup> Cf. Rocha & Morandi (1991).

ao longo das décadas seguintes, a agricultura familiar desenvolveu-se em condições de subalternidade, invisibilizada enquanto categoria econômico-produtiva e política.

A discussão sobre a agricultura familiar no município de Anchieta, dentro do contexto de hegemonia dos agentes econômicos vinculados aos grandes projetos, segue neste trabalho subdividida em quatro tópicos, a saber: Da crise do café à industrialização do Espírito Santo via “grandes projetos”; Alterações na estrutura produtiva estadual e sua repercussão no município de Anchieta; Metamorfoses Sociais decorrentes da instalação de “Grandes Projetos” e da expansão do grande capital; Empreendimentos industriais em Anchieta.

## 2.1 – Da crise do café à industrialização do Espírito Santo via “grandes projetos”

Na década de 1940, predominava no Espírito Santo a pequena e média propriedade agrícola. A tabela abaixo indica a existência de um reduzido número de propriedades superiores a 200 hectares; o conjunto destes imóveis correspondia a apenas 21,8% da área total de terras evidenciando que a política de subvenção ao imigrante europeu teve influência decisiva para a configuração da estrutura fundiária verificada no Espírito Santo à época.

<b>Tabela 02 – Estrutura Fundiária do Espírito Santo em 1940</b>				
Classes de área	Nº de propriedades	%	Área ocupada	%
De 5	1.478	3,53	4.789	0,24
De 5 a 10	3.859	9,21	30.814	1,57
De 11 a 20	7.323	17,47	104.286	5,30
De 21 a 50	17.554	41,88	538.586	27,39
De 51 a 100	8.103	19,33	525.883	26,74
De 101 a 200	2.553	6,09	331.917	16,88
De 201 a 500	828	1,98	237.377	12,07
De 501 a 1000	156	0,37	106.043	5,39
De 1001 a 2500	60	0,14	86.822	4,42
Total	41.914	100	1.966.517	100
Fonte: Extraído de Bergamim (2004)				

Segundo Bergamim (2004), até a década de 1940, cerca de 50% das relações de trabalho no campo estavam alicerçadas no regime de parceria. Se somássemos a este número a mão de obra familiar, alcançaríamos o total de 97% da mão de obra utilizada no campo. Isso decorre da pouca expressividade das relações de assalariamento em face de uma agricultura de base familiar pouco capitalizada e com bases na pequena e média propriedade. Ainda segundo a autora, na década de 1960, no contexto da crise do café, percebe-se uma redução nestes números, pois, a parceria e a mão de obra familiar somam 80% da mão de obra ocupada na agricultura. Mesmo com a redução percebe-se ainda o significativo o emprego da mão de obra familiar.

Até a década de 1960, o Espírito Santo possuía uma estrutura produtiva muito particular, onde sobressaía uma importante dependência econômica em relação ao café produzido em pequenas propriedades e também em relação a atividades industriais relacionadas à sua cadeia produtiva. No ano de 1949, no auge dos preços do café, 32,4% da renda interna estadual eram gerados diretamente pelas lavouras. Na indústria, o subgênero beneficiamento, torrefação e moagem de cereais, vinculado majoritariamente ao café,

representavam 60,9% do valor da produção industrial capixaba; dez anos depois, em face à “crise” cafeeira, esse segmento representava apenas 16, 6% (Rocha & Morandi, 1991).

Diferentemente do que havia ocorrido em outras crises de superprodução do café, desta vez o Governo Federal, nos esforços para conter a crise, programou uma robusta política de erradicação dos cafezais <sup>70</sup> até que a capacidade produtiva se adequasse às necessidades do mercado consumidor.

O programa de erradicação, executado de junho/62 a maio/67, atingiu mais da metade do cafezal capixaba, liberando 71% da área plantada com café, deixando praticamente 60 mil pessoas sem emprego na área rural. As consequências deste programa foram, de imediato uma profunda crise social, devido principalmente ao desemprego no setor agrícola, que provocou o êxodo de famílias para as cidades, especialmente para a região da Grande Vitória, que não dispunha de infraestrutura urbana suficiente para abrigar o número elevado de pessoas que se deslocaram e, muito menos, oferecia empregos para essa massa de trabalhadores desempregados (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 36).

A erradicação dos cafezais conduzida pelo Governo Federal encontrou seu suporte na determinação do Governo do Estado do Espírito Santo, <sup>71</sup> associado a frações da classe dirigente, <sup>72</sup> de promover, por meio de políticas modernizadoras, transformações econômicas e sociais no campo e na cidade, reduzindo o peso do café sobre a economia. A erradicação também foi instrumento para produzir uma superpopulação relativa que, posteriormente, pode ser apropriada a baixo custo pela indústria.

Esse período da história capixaba ficou marcado pela instalação de grandes projetos industriais, com vultosos investimentos na área de mineração, siderurgia, transportes e reflorestamento, que deram a tônica do processo de crescimento industrial e dinamização econômica verificada no Espírito Santo especialmente a partir da década de 1970.

Por grandes projetos compreendemos aqueles que mobilizam, em grande escala, capital, energia e recursos naturais, promovendo irreversíveis transformações econômico-sociais e ambientais nos espaços de sua instalação.

São empreendimentos que consolidam a apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos (VAINER e ARAÚJO, 1992, p. 34 apud BRAGA e SILVA, 2011, p. 111).

O conceito de grandes projetos, trabalhado por esses autores, é relevante não só para considerar o contexto da implantação de indústrias em território capixaba, sob a égide da autocracia burguesa, como também para analisar o que parece ser uma nova fase do desenvolvimento capitalista no Espírito Santo, com rebatimentos diretos em Anchieta. As medidas tomadas pelo governo estadual e local - para assegurar esses novos investimentos -

---

<sup>70</sup> “O programa atingiu todas as áreas produtoras do país, mas algumas tiveram proporcionalmente um número maior de pés erradicados, como foi o caso do Espírito Santo. Neste Estado foram erradicados 53,8% do cafezal, que ocupava 71% da área total cultivada com café. Nos demais estados cafeeiros – Minas Gerais, São Paulo e Paraná – essas proporções foram, respectivamente, de 33, 26 e 28,4% dos cafeeiros e 41,2, 26,5 e 19,8% das áreas cultivadas” (Rocha; Morandi, 1991, p. 52). Isso mostra o quanto a economia capixaba foi abalada pela erradicação, demonstrando também o baixo nível de produtividade das lavouras cafeeiras, consideradas antieconômicas e por isso mesmo erradicadas.

<sup>71</sup> Rocha; Morandi (1991) citam discurso do Governador Jones dos Santos Neves, em 1952, em que advertia: “os galhos dos cafezais são frágeis demais para sustentar nossos sonhos de progresso”.

<sup>72</sup> Cf. Daré (2010). Trata entre outras coisas do papel exercido pela burguesia, organizada na FINDES (Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo) e infiltrada no Estado, no processo de construção da ideia de “crise” e na difusão do ideário desenvolvimentista neste estado.

demonstram uma associação entre o grande capital e a classe dirigente que assegura o controle do Estado. O volume significativo de investimentos previstos, registrado em publicações do Instituto Jones dos Santos Neves, indica sua vinculação a uma política de caráter nacional, com a instalação de grandes projetos em outros territórios brasileiros. A experiência histórica dessa implantação no Espírito Santo e em particular em Anchieta, analisada ao longo do texto, gera controvérsias em torno dos efeitos desses projetos especialmente no meio ambiente, no aparecimento de “bolsões de pobreza” e no aumento da violência urbana.

O caso do Estado do Espírito Santo é emblemático no que se refere a seu processo de industrialização, pois, mesmo situado na região mais dinâmica do país - a Região Sudeste - ingressou tardiamente na economia nacional e internacional (SIQUEIRA, 2009). Enquanto os estados vizinhos viviam o processo de substituição de importações, o Espírito Santo ingressava timidamente, com capital local de base familiar, no seu processo de desenvolvimento industrial, sendo posteriormente sua indústria profundamente alterada a partir de políticas de incentivo fiscal.

Considerando os incentivos fiscais (aplicados nas décadas de 1950 e 1960) na Região Norte e Nordeste do país, o Espírito Santo - dado cenário de quase insolvência do Estado pós-erradicação dos cafezais - pleiteou junto ao Governo Federal a extensão dessa política para seu território, geograficamente posicionado na Região Sudeste, mas com índices de desenvolvimento facilmente comparados aos estados do nordeste (Rocha & Morandi, 1991). A demanda por incentivos fiscais teve por objetivo propiciar uma maior dinamização da economia capixaba, garantindo lucros aos empresários locais que, com a crise do café, tiveram suas atividades prejudicadas.

Para Mota (2002), o caso capixaba, apesar de não ser único, é paradigmático, pois dessas articulações <sup>73</sup> resultou um mecanismo considerado de desenvolvimento regional específico para o Espírito Santo: o FUNRES (Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo), criado para estimular a indústria capixaba quando a economia cafeeira, assentada no trabalho familiar em pequenas propriedades, entrou em crise. Até então se observava a atuação do governo federal mediante instrumentos de política fiscal voltados para um conjunto de estados.

Em paralelo, o governo estadual realizou uma série de mudanças institucionais com o objetivo de alicerçar o ingresso da economia capixaba numa nova etapa. As medidas adotadas refletem um processo de transformação na estrutura institucional, permitindo a emergência de atores, dirigidos à atividade industrial, na cena política local com uma nova concepção de desenvolvimento pautada no crescimento e diversificação da atividade industrial. São deste período: a criação do Banestes -1969- (Banco do Estado do Espírito Santo), do BANDES - 1969- (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo), do FUNDAP -1970- (Fundo para o Desenvolvimento de Atividades Portuárias) e da SUPPIN -1971- (Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial), somente para ficar em alguns exemplos.

---

<sup>73</sup> Trata-se de articulações do Governo Estadual e de empresários junto ao Governo Federal em torno da construção de instrumentos fiscais capazes de promover a dinamização econômica do Espírito Santo após a política de erradicação dos cafezais.

## 2.2 - Alterações na estrutura produtiva estadual e sua repercussão no município de Anchieta

A década de 1960 é apresentada por muitos autores como um ponto de inflexão na dinâmica econômica capixaba. Neste período amplia-se de forma significativa a industrialização, tanto no Espírito Santo, como em outros territórios do Brasil, fazendo com que este estado transitasse de uma economia vinculada basicamente à produção e exportação de café, para uma economia que passou a ter a atividade industrial como seu principal alicerce. As profundas transformações sociais decorrentes desse giro na dinâmica econômica auxiliam a pensar o atual papel da agricultura familiar em face da crescente e contínua expansão dos projetos industriais, particularmente no município de Anchieta.

Para Rocha & Morandi (1991), a primeira fase do desenvolvimento industrial capixaba (1955/1975) foi marcada pela crise do café e a instalação de alguns projetos relacionados ao Plano de Metas do Governo Federal, investimentos ligados à indústria de base, que delinearam uma significativa expansão da indústria capixaba, em especial nos ramos da metalurgia e de minerais não metálicos e produtos alimentares. Sendo que este dinamismo esteve associado a alguns fatores.

[...] O primeiro foi a implementação da política desenvolvimentista do PLANO DE METAS, com importantes repercussões ao nível do desenvolvimento industrial. Em segundo lugar, foi relevante o fato de que a decadência da cafeicultura tornou a atividade pouco atrativa e abriu espaço para a expansão de atividades alternativas, principalmente a exploração de madeira e pecuária bovina, que tiveram desdobramentos em termos de industrialização de seus produtos. O terceiro fator foi a acelerada expansão dos mercados consumidores urbanos no Espírito Santo e dos estados vizinhos, que possibilitou aumento significativo da demanda de bens industriais de consumo produzidos pela indústria local (idem, p. 83)

No plano da agropecuária, com o aprofundamento da “crise” do café, houve uma significativa expansão da atividade madeireira, da pecuária de corte e de leite e da silvicultura, associada à produção do látex da seringueira e também, fundamentalmente, a produção de papel celulose.

A produção média de madeira em toras, que no triênio 1952/1954 foi de 79,6 mil m<sup>3</sup> passou a 169,4 mil m<sup>3</sup> em 1955/1957, com crescimento de 112,8%. Em 1967/1969 atingiu 344,1 mil m<sup>3</sup> e em 1973/1975, 317, 2 mil m<sup>3</sup>, a partir de quando entrou em franco declínio. [...] Na década de 1960, a área de pastagens aumentou de 842, 6 mil ha para 1.829,9 mil ha, o equivalente a 48,7% da área total dos estabelecimentos. É importante destacar que neste período houve a incorporação de 870 mil ha de novas terras, que correspondiam, principalmente, aos estabelecimentos da região norte do Estado. Por outro lado, a erradicação dos cafezais liberou, no período, uma área total de 299, 4 mil ha, cuja maior parcela (70,1%) foi ocupada por pastagens. Assim, as pastagens além de ocuparem a maior parte da área liberada pela erradicação, ocuparam também uma área equivalente a 89, 3% das novas terras de fronteira incorporadas. [...] No conjunto, entre 1960 e 1975, a área de pastagens cresceu 152,8%, enquanto a área de lavouras foi reduzida em 11, 3%. [...] O reflorestamento foi iniciado no Estado a partir de 1967, por intermédio da Aracruz Florestal S/A e da Companhia Vale do Rio Doce, que se valeram do incentivo fiscal baseado no Imposto de Renda, instituído em fins de 1966 (idem, p. 60-78).

Para estes autores, a expansão destas atividades, tidas como secundárias no período auge do café, está relacionada a alguns fatores, dentre os quais se destacam: a ocupação de uma nova fronteira agrícola no norte do Estado, possibilitando a incorporação de uma área significativa de terras; a disponibilidade de áreas cultiváveis após a erradicação dos cafezais; o processo de desenvolvimento das indústrias demandadoras de determinadas matérias-primas; e a expansão de um mercado consumidor no espaço urbano, fruto do crescimento

significativo verificado na Região Metropolitana da Grande Vitória <sup>74</sup> a partir da década de 1960.

As transformações no cenário agrícola capixaba fizeram parte do contexto da modernização da agricultura processada nos países periféricos. No caso capixaba, esta modernização se orientou para o atendimento de uma dinâmica produzida pela presença crescente da atividade industrial na economia.

Vimos que, após o processo de erradicação dos cafezais, ocorreu a desestruturação e alteração da estrutura produtiva, com destaque para a perda de importância das lavouras de autoconsumo cultivadas em paralelo com a produção de café (cultura mercantil) e a conversão para uma produção agrícola voltada para o atendimento do mercado, subordinada aos interesses da indústria, seja de alimentação (no caso do gado) seja de produção de papel (no caso do eucalipto).

A política de erradicação dos cafezais improdutivos <sup>75</sup> e as alterações na economia capixaba certamente afetaram a dinâmica econômica de Anchieta. Dados colhidos em entrevista com um antigo dirigente sindical indicam que as áreas de terras antes empregadas na lavoura cafeeira, depois de “liberadas”, converteram-se em pastagens. Essa afirmação pode ser comprovada pela observação das terras municipais distribuídas nos diferentes setores rurais, é reforçada quando consideramos que a agricultura estadual no último século seguiu o ciclo: desmatamento - plantio do café - substituição por pastagens (após o fim ciclo produtivo do café) (ROCHA; MORANDI, 1991). Logo, são elementos determinantes da expansão da pecuária extensiva no Espírito Santo: a crise de preços do café; a liberação de áreas após a erradicação; à incorporação de novas terras na fronteira norte; <sup>76</sup> e, por fim, o incremento do mercado consumidor com o crescimento exponencial da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Ainda no fim da década de 1960, uma política estadual teve rebatimentos em Anchieta. Trata-se do Provarzea/ES (Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis do Estado do Espírito Santo), responsável pela dragagem e reposicionamento de cursos hídricos visando o aproveitamento das terras, naturalmente alagadas, na constituição de lavouras. Embora muitas destas terras tenham se tornado agricultáveis elas não foram transformadas em lavouras. O objetivo oficial dessa política foi alcançado apenas parcialmente, dado que a maior parte da área criada foi convertida em pastagem. Uma rápida passagem pelos principais cursos d'água de Anchieta possibilita verificar que, em torno deles, se conforma predominantemente pastagens, sendo o gado de corte e de leite criado de forma extensiva, ou seja, muita terra, pouco gado e práticas predatórias do meio ambiente (uso de herbicidas, entre outros).

---

<sup>74</sup> Instituída pela Lei estadual nº 58, de 21.02.1995. Atualmente compõem esta região os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

<sup>75</sup> Historicamente, os índices de produtividade das lavouras de café no sul do Espírito Santo (notadamente na região de Itapemirim) estiveram aquém de regiões tradicionalmente produtoras, o número de pés de café por hectare, por fazenda e por escravo figurava bem abaixo do observado no Vale do Paraíba (BUFFON, 1992, p. 80). Tal situação é ainda hoje uma realidade para a região sul do estado, que, de acordo com a EMBRAPA possui a produtividade de seus cafezais 30% inferior a média estadual. Cf. <http://www.sapc.embrapa.br/index.php/ultimas-noticias/espírito-santo-referencia-de-sucesso-na-producao-de-cafe-conilon>. Acesso em: 04/02/2014.

<sup>76</sup> Sobre a dinâmica de ocupação do norte do estado e seu caráter de zona pioneira muitos trabalhos podem ser encontrados, entre eles destacamos: Becker (1973); Ferreira (2010);

Após o Provarzeas, o traçado de alguns rios, antes sinuoso, passou a ser retilíneo. Estes processos modificaram a configuração do território rural provocando dois fenômenos correlatos: a existência predominante de pastagens às margens dos principais rios anchietenses e o assoreamento do Rio Benevente e seus afluentes.

Na entrevista cedida por um antigo dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, podemos dimensionar alguns efeitos da política erradicação dos cafezais e do Provárzea em Anchieta, bem como os usos dados às terras após esse processo. Segundo este, o café produzido no município na década de 1960 era o da variedade Arábica produzindo em anos alternados. Se ocorresse seca, a produção estava praticamente perdida, pois, o grão perdia líquido e tornava-se leve <sup>77</sup> e de pouca qualidade. Após a retirada de muitos cafezais, o entrevistado nos relata que nas áreas mais íngremes introduziu-se a cultura da banana e nas áreas mais baixas observou-se uma expansão das pastagens. Até então, o gado existente era exclusivo para o consumo das famílias. O entrevistado ressalta como elemento que contribuiu para “animar” os produtores a expandirem produção de gado a instalação da Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (município vizinho a Anchieta).

De fato os registros mostram que tal cooperativa foi formada em 1962 exatamente no período em que tem início as ações do IBC (Instituto Brasileiro de Café) em conjunto com o GERCA (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura) (PISSATI, 2010). Provavelmente, a exemplo, do que ocorreu em outras regiões produtoras de café do estado do Espírito Santo, recursos do programa de dinamização econômica foram aportados na constituição da cooperativa.

De acordo com o entrevistado, o Provarzea teve importância para o município de Anchieta, visto que muitas terras do município eram alagadas e impróprias ao cultivo. Gradativamente, com a intervenção do Estado em parceria com o município estas áreas foram sendo dragadas e convertidas inicialmente para a produção de arroz. <sup>78</sup> Com a expansão da pecuária estas áreas foram sendo transformadas em pastagens, configurando o atual cenário da agricultura em Anchieta. O predomínio das pastagens, na ocupação das terras do município de Anchieta, moldam inclusive as formas familiares de produção, dado que um conjunto significativo de pequenos agricultores dedica-se a criação de gado, especialmente na produção de leite. <sup>79</sup> Tais fatos serão mais bem trabalhados no terceiro capítulo quando da caracterização dos setores rurais do município.

De acordo com Rebello (2012), a dragagem desses rios esteve vinculada a uma estratégia do Estado em promover a dinamização da agricultura, aproveitando áreas antes impróprias a cultivos e, mesmo, possibilitando o emprego de novas tecnologias. Em algumas regiões do Espírito Santo, como Aracruz, a construção (ou reposicionamento) de cursos

---

<sup>77</sup> Tradicionalmente vende-se café à saca de 60 quilos, quando mais leve o grão, menor o lucro do produtor.

<sup>78</sup> Anchieta que ocupou durante décadas suas várzeas com considerável produção de arroz, em 2012, de acordo com dados do IBGE possuía apenas 2 hectares plantados, ou seja, produção insignificante.

<sup>79</sup> De acordo com a Unidade Municipal de Cadastro (NAC/UMC) do município de Anchieta, existem hoje (2014) no município de Anchieta cerca de 22 mil bovinos, criados na sua maior parte de forma extensiva. Dos 370 produtores, aproximadamente 150 produzem apenas para o consumo, tendo este conjunto de produtores sob sua posse cerca de 1000 animais. Dos 220 produtores que detêm 21.000 cabeças de gado, aproximadamente 150 produzem e comercializam leite, existe um número de produtores que produzem, mas não comercializam em volume. Existem grandes produtores no município, em geral vinculados a grupos econômicos importantes, como é o caso da Ponta Ubu – Pertencente à Samarco Mineração – e que possui 1900 cabeças de gado de corte e a o grupo Águia Branca, que nos 200 alqueires atualmente pertencentes à Companhia Siderúrgica de Ubu/Vale, possui 2000 animais de corte. Próximo, em Jabaquara, destaca-se o produtor Hélio Virgílio Pimentel com 1000 animais destinados a produção de leite e a reprodução de matrizes comercializadas com vários estados.



hídricos esteve vinculada a grandes empresas produtoras de arroz, sendo algumas dessas terras mais tarde parcialmente apropriadas por outras empresas em seus processos produtivos.

Na década de 1960, Anchieta era uma cidade de pequeno porte, igualmente a tantas outras no estado do Espírito Santo. Sua economia gravitava em torno da agricultura e da pesca artesanal e as dificuldades em relação ao orçamento público eram uma constante,<sup>80</sup> contrastava sobremaneira com o desenvolvimento do turismo de veraneio vigente em municípios vizinhos (Guarapari e Piúma). Os serviços de educação e saúde eram reduzidos, localizados majoritariamente no centro urbano.<sup>81</sup> Esse quadro de dificuldades era mais acentuado no meio rural, associado às transformações provocadas pela crise do café, ao processo de modernização da agricultura e à própria mudança na estrutura produtiva estadual. Tal processo, vinculado à importante presença da Igreja Católica, resulta em articulações dos jesuítas, trazidos por Dom Helvécio, junto aos agricultores e lideranças locais, que deram vida ao Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), no ano de 1968.

A criação do MEPES enquanto instituição educacional precisa ser pensada dentro de uma dinâmica mais ampla, considerando o cenário político brasileiro, moldado pela ação direta do regime autocrático burguês, especificamente na sua ingerência sobre a educação, componente do “mundo da cultura”.

Netto (1994) aponta a existência de dois momentos chaves no enfrentamento da educação pela autocracia burguesa: o primeiro deles situa-se entre 1964 e 1968 e caracteriza-se pelo esforço de romper com as experiências de cunho democrático que vinham se desenvolvendo nos anos anteriores; e o segundo, de 1968 a 1969, destinado a moldar o sistema educacional para atender os objetivos de um projeto “modernizador”. Neste período (1968 -1969) se institucionaliza a intervenção militar na educação superior com vistas ao aniquilamento dos movimentos sociais encampados por universitários, professores e outros (GERMANO, 1994). E como medida complementar o Estado autocrático promoveu a reforma do 1º e 2º graus, por meio da Lei nº 5.692/71 que, entre outros elementos, instituiu, no artigo 7, a obrigatoriedade da disciplina Moral e Cívica, numa manobra para reforçar o controle do país para além do aparelho coercitivo do Estado. Em Gramsci, está claro o papel estratégico dos aparelhos privados de hegemonia na construção do consenso, especialmente, em países ocidentais onde a sociedade civil apresenta-se melhor estruturada.

Para a inculcação ideológica, houve a utilização de outros instrumentos, aceitando-se a ingerência dos Estados Unidos, nos assuntos políticos do Brasil, existente desde a preparação do Golpe de Estado.<sup>82</sup> De acordo com Ghiraldelli Júnior (2006), de junho de 1964 a janeiro de 1968, foram firmados 12 acordos entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos, conhecidos como acordos MEC-USAID. O que ratifica o elevado grau de subordinação e de vinculação dos militares ao imperialismo norte-americano.<sup>83</sup>

---

<sup>80</sup> Rosa (2006) informa que 87% das receitas municipais, no ano de 1971, era fruto de transferência da União e apenas 13% resultado das atividades econômicas desenvolvidas no município.

<sup>81</sup> Moradores mais antigos do município relatam as que dificuldades que existiam décadas atrás no acesso a educação e a saúde em Anchieta. A maior parte destes equipamentos, quando existentes, concentrava-se na sede do município. O que é uma realidade ainda hoje existente em muitos municípios brasileiros.

<sup>82</sup> Cf. Brasil (2007).

<sup>83</sup> Cf. Werebe (1994), para uma discussão sobre educação no Brasil, em especial no período da autocracia burguesa.

Esses momentos inscrevem-se dentro de uma dinâmica própria de reforço da hegemonia das classes dominantes sobre as classes subalternas. O controle exercido pelos aparelhos coercitivos (esfera da sociedade política), por si só não se sustenta a longo prazo, sendo necessária a via do consenso, ou seja, uma dominação processada por meio da cultura e da ideologia (processos que correm na esfera da sociedade civil - emaranhado de relações em que a vida cotidiana se faz e onde ocorrem as disputas por hegemonia) (GRAMSCI, 1982).

A educação, neste sentido, é um veículo estratégico para inculcar nas pessoas, desde a tenra infância, os valores das classes dominantes, enfraquecendo a capacidade de conscientização, articulação e organização das classes subalternas e, por conseguinte, diminuindo as chances de constituição de um novo bloco histórico que transponha a ordem vigente. Obviamente esses processos não ocorreram de forma pacífica, sem contestação e reação das classes subalternas, mesmo sob a vigência ostensiva de processos repressivos.

A experiência histórica do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo inscreve-se dentro dessa conjuntura sócio-política complexa, sofrendo influencia de numa nova ação proposta para a Igreja Católica no mundo<sup>84</sup> e também subordinada à conjuntura política brasileira. No chamado da Igreja a seus sacerdotes estava evidente uma preocupação com as desigualdades sociais no mundo. Ao mesmo tempo esboça-se um temor de que em contextos de miserabilidade insurgissem movimentos revolucionários.<sup>85</sup>

No Brasil, sabe-se que inicialmente amplos setores da Igreja apoiaram o golpe. O reverso será observado algum tempo depois, especialmente com a ação do que se convencionou chamar de clero progressista (WEREBE, 1994).

Nosella (2013) conta que encontrou com o jesuíta italiano Humberto Pietrogrande em Florença (Itália) em 1966. Na ocasião, o padre esboçou uma profunda preocupação com a situação socioeconômica dos descendentes de italianos em terras capixabas, quando comparado com os filhos dos imigrantes que estavam no sul do Brasil e mesmo os camponeses que haviam ficado na Itália. No seu entendimento, era necessário promover uma educação no meio rural capaz de dar conta de um espaço em transformação, levando conhecimentos técnicos aos agricultores e uma sólida formação humana e comunitária (idem).<sup>86</sup> O empreendimento educacional, direcionado aos filhos de camponeses, articulou lideranças rurais dos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul e Iconha (CALIARI, 2002, JESUS, 2011), onde residia grande parte dos descendentes de imigrantes italianos, a partir da formação da Colônia Rio Novo na segunda metade do século XIX.<sup>87</sup>

Surge então a Escola Família Agrícola de Olivânia, no município de Anchieta, obra integrante da estrutura do MEPES. O prédio da Escola, projetado para ser Igreja, funcionou primeiro como educandário; posteriormente, como entreposto comercial (até a década de

---

<sup>84</sup> As Encíclicas *Mater et Magistra* do papa João Paulo XXIII e *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI orientavam o clero a se preocupar com uma ação socioeconômica do povo, indo além da questão dos sacramentos (NOSELLA, 2013). Entretanto, salta aos olhos o caráter reformista da proposta que busca preservar, ainda que com mudanças, a estrutura econômica consolidada, ou seja, o capitalismo.

<sup>85</sup> Essa preocupação era ainda maior em relação às áreas rurais onde estava concentrada boa parte da população e onde se articulavam movimentos populares questionadores da ordem vigente.

<sup>86</sup> O que também pode ser entendido com uma iniciativa para impedir lutas camponesas à exemplo do que ocorria no norte do Brasil, desbaratadas pela ditadura militar.

<sup>87</sup> Um dos componentes essenciais da formação do Movimento está na *Associazione degli Amici dello Stato Brasiliano dello Spirito Santo* (AES), fundação Ítalo-Italiana fundada em Padova em 1966, responsável por possibilitar a assinatura de convênios e o repasse de recursos.

1950); ficou alguns anos abandonado e, por fim, em 1969, foi transformado em escola.<sup>88</sup> No mesmo ano foram criadas escolas similares em municípios vizinhos (Alfredo Chaves, Iconha e Rio Novo do Sul) e, como parte do sistema, foi incorporado o Hospital de Anchieta, criado por Dom Helvécio, único até hoje no município de Anchieta. Esses atores agiram sob os auspícios de uma ideologia que dizia ser necessário tecnificar o campo, uma ideia fundante da modernização da agricultura, no sentido de alterar as práticas produtivas até então desempenhadas, aumentando a produção e com isso, afiançavam, alcançar o bem-estar das famílias participantes. Por isso, inicialmente, houve um investimento na formação de agricultores técnicos que pudessem agir diretamente sobre suas propriedades.<sup>89</sup> Na justificativa, identificavam um processo de desagregação social, causado pelo êxodo rural, oriundo tanto pela saída das pessoas para as cidades como pelo processo de migração interna, direcionado à região norte do estado, caracterizada como a nova fronteira agrícola.

### **2.3 - Metamorfoses Sociais decorrentes da instalação de “Grandes Projetos” e da expansão do grande capital**

Na segunda fase de expansão recente da economia capixaba (1975/1990),<sup>90</sup> de acordo com a periodização de Rocha & Morandi (1991), o fenômeno de modernização conservadora seguia seu curso, alterando a estrutura produtiva da indústria local e da agricultura e promovendo também uma considerável expansão do setor terciário, fruto do aumento da população urbana. Nesse momento, os investimentos mais importantes em infraestrutura, necessários à dinâmica econômica, já estavam, grosso modo, equacionados. Já havia uma estrutura condizente de transporte e de fornecimento de energia elétrica, além de um mercado consumidor interno, elementos essenciais a uma economia capitalista em crescimento.

No que diz respeito à agricultura, esses autores destacam que o processo de modernização, atrelado aos interesses do grande capital, promoveu uma expansão do modelo de agricultura empresarial no campo, com uma tendência a absorção do pequeno produtor pela lógica empresarial, em decorrência de seu envolvimento com a estrutura de crédito criada no período. Também indicam a expansão crescente da eletrificação rural, do número de tratores e projetos de irrigação, e do uso de fertilizantes e defensivos químicos. Esses autores registram um processo de concentração da terra, ameaçando alterar a posição do estado como uma das melhores estruturas fundiárias dentro da federação; e por fim, uma modificação das relações de trabalho no campo, com a redução do trabalho familiar e a ampliação do trabalho realizado no regime de parceria, além da ampliação das relações de assalariamento.<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> Hoje, reconhecida como a primeira Escola Família Agrícola do Brasil (JESUS, 2011).

<sup>89</sup> Por volta de 1983 emerge a preocupação com a questão do uso indiscriminado de agrotóxico, passando a Escola a reorientar suas práticas no sentido de uma produção orgânica. De acordo com um docente da Escola Família Agrícola de Olivânia, contemporâneo aos fatos, na época se utilizava muito veneno dentro propriedade da Escola e na própria região, quando chegou nesta época um professor vindo de Minas Gerais que iniciou o combate a estas práticas, tendo como medida inicial o sepultamento literal de todas as bombas costais no pátio da escola, ato prático carregado de simbolismo e que significou uma transição, marcada por muita tensão na comunidade escolar e na comunidade local, que não concordou de início com a medida. Entrevista realizada em outubro de 2013.

<sup>90</sup> Divisão proposta por Rocha e Morandi (1991) e adotada parcialmente neste trabalho.

<sup>91</sup> Pode ser que a ampliação das relações de parceria seja um mecanismo para escamotear relações de assalariamento não formalizadas. O ex-diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta, em entrevista já referenciada, disse que era comum em Anchieta, essencialmente, nas grandes propriedades, a existência de meeiros e parceiros, que além de cultivarem pequena área cedida pelo fazendeiro dedicavam-se a serviços em sua propriedade, mediante pagamento.

Na atual Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, a partir do final da década de 1960, a instalação de grandes projetos industriais foi acompanhada por um grande processo de urbanização, criando um conjunto de periferias urbanas. Segundo Siqueira, a expansão significativa de bairros periféricos em Vitória decorreu da elevada concentração de trabalhadores, muitos com fraca ou nenhuma qualificação profissional (SIQUEIRA, 2009, p. 14-16). Na verdade a aglomeração urbana é fruto da lógica do capital, pois onde este se concentra os trabalhadores acorrem na busca de trabalho. E, para rebaixar seus salários, precisa haver maiores contingentes populacionais do que a oferta de empregos. Este fenômeno, no caso capixaba, foi reforçado pela erradicação dos cafezais e a liberação de um grande contingente de trabalhadores.

Desse modo, as indústrias e a rede de serviços formada a partir da instalação dos grandes projetos não absorveram os enormes contingentes de trabalhadores. Muitos destes, vindos do interior do estado, expulsos pelo processo de erradicação dos cafezais e na expectativa de emprego nas indústrias que se instalavam na capital. Destaca-se também o grande fluxo de migrantes vindos de outros estados da federação atraídos pela perspectiva de trabalho no setor industrial ou em atividades correlatas.

Se em 1960 o recenseamento nacional contou pouco mais de 216 mil habitantes nos sete municípios que atualmente compõem a RMGV, no Censo 2010 foi apontada uma população de quase 1,7 milhões de habitantes, sendo que 90% desse total está concentrado nos quatro municípios conurbados, a saber, Vila Velha, Serra, Cariacica e Vitória (IJSN, 2011, p. 04).

No Espírito Santo, um forte componente ideológico respalda a instalação de grandes projetos, ressaltando neles a oportunidade de alavancar o desenvolvimento do Estado, superando seu “atraso” em relação aos demais estados da região sudeste. Não se discute, por exemplo, a quem serve esse desenvolvimento. Por isso,

[...] Nem mesmo as mazelas sociais trazidas pelos grandes investimentos – inchação das cidades, favelização, falta de infraestrutura sanitária, etc. – mudam a opinião dos sucessivos Governos estaduais que tudo investiram para a consolidação dos grandes projetos. No final, todos consideram que o Espírito Santo ganhou (SILVA e LINO, 2008 apud SIQUEIRA, 2009, p. 16).

Em terras capixabas, a partir da segunda metade da década de 1960, os grandes projetos foram inicialmente instalados na atual Região Metropolitana da Grande Vitória. Posteriormente, expandiram-se pelo litoral em direção ao norte (Aracruz Celulose) e ao sul do Estado (Samarco Mineração, no município de Anchieta). Em Anchieta, dividimos o processo de implantação de indústrias em dois grandes momentos:

- Um primeiro, compreendendo o período de 1975 a 2005, cujo início é marcado pelo começo da construção da primeira usina de pelotização (1975) e sua instalação em 1977.<sup>92</sup> Nesse período, registramos a construção da 2ª Usina de Pelotização, inaugurada em 1997, como também a descoberta, em 2003, de petróleo no litoral do município, na área correspondente ao campo das baleias.

- O segundo momento, de 2005 a 2013, se inicia com a construção da 3ª Usina da Samarco Mineração que é inaugurada em 2008. Houve nesse período a demarcação do Polo Industrial e de Serviços de Anchieta – PISA (2007), a construção da Unidade de Tratamento de Gás (UTG Sul, iniciada em 2008 e inaugurada em 2010) e o começo da construção da 4ª Usina de Pelotização da Samarco Mineração (iniciada em 2011 e inaugurada em 2014), o

---

<sup>92</sup> Este projeto é integrado pela indústria de pelotização, os minerodutos que trazem o minério de Minas Gerais para Anchieta e o porto, de propriedade da empresa, responsável pelo escoamento da produção.

processo de consulta à população para a instalação da Companhia Siderúrgica de Ubu, cujo projeto foi protelado (ou mesmo abortado), em face da crise internacional do capital.

Cada um desses momentos possui características particulares e efeitos diversos, muito embora seja parte do mesmo processo de expansão do grande capital na região. Com as descobertas de petróleo no seu litoral, a correspondente instalação de plataformas da Petrobras e da UTG Sul ampliou-se a visibilidade a Anchieta, que passou a ser alvo constante das investidas dos grandes projetos industriais (matriz de um modelo desenvolvimentista ainda em curso no país e cujas origens estão diretamente vinculadas ao regime da autocracia burguesa).<sup>93</sup>

Pode-se afirmar que a instalação de indústrias em Anchieta se inicia no Estado ditatorial e se expande durante o período da democratização, apesar da emergência de uma legislação ambiental, vigente hoje no país. A indústria de pelotização, cuja construção e instalação da primeira usina se deram sob a tutela da autocracia burguesa, embora tenha seus efeitos aumentados na destruição do meio ambiente (Atualmente, 2014, são 4 usinas em funcionamento que despejam seus gases e material particulado no ar, na terra e nos recursos hídricos do município, diretamente sobre a lagoa de maebá), incorporou no seu discurso a sustentabilidade, como também uma diretoria de relacionamento com a comunidade (que oferece recursos para financiamento a fundo perdido de projetos sociais mediante editais específicos), além de um centro de educação ambiental. Paralelo a este processo, têm aparecido grupos de defesa ambiental que exercem pressões, inclusive, para o cumprimento de condicionantes socioambientais.<sup>94</sup>

No âmbito do estado do Espírito Santo, houve o ingresso nesse período (década de 1970) de um grande fluxo de capitais internacionais, especialmente direcionado a diversificação da estrutura da indústria de transformação capixaba e da indústria extrativa mineral, na qual se enquadra a Samarco. Segundo Mota (2002), a construção desta empresa esteve na sua origem relacionada a uma disposição do Estado em atrair grandes plantas industriais, na perspectiva de que vultosos investimentos poderiam promover a dinamização econômica a partir da oferta de serviços relacionada à dinâmica destes empreendimentos. Assim como a construção do Porto de Turbarão (1966) e a construção de cinco usinas de pelotização de minério de ferro da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) em Vitória (1969 a 1979), a implantação da Aracruz Celulose (1978) em Aracruz e a Companhia Siderúrgica de Tubarão (1976). Todas fazem parte de um mesmo processo, orquestrado pelo Estado ditatorial. Tratava-se da busca da suposta “diversificação” da economia capixaba, cuja “crise” foi atribuída à dependência que economia capixaba tinha do café e ao modelo de pequenas propriedades familiares predominante no estado (DARÉ, 2010).

A instalação da Samarco Mineração S/A em Anchieta, no ano de 1977,<sup>95</sup> foi, portanto, decisão da autocracia burguesa, tomada “de cima para baixo”, em articulação com o capital internacional, sem que houvesse qualquer espécie de diálogo com a população local, composta majoritariamente por agricultores familiares e pescadores artesanais.<sup>96</sup> Viviam-se, na

---

<sup>93</sup> Faz parte da lógica capitalista a aglomeração num mesmo espaço urbano de diferentes investimentos, cujo produto é a criação de efeitos úteis complexos que ao serem apropriados rentabilizam a aplicação do capital.

<sup>94</sup> Cf. <http://seculo-diario.jusbrasil.com.br/politica/6557968/samarco-mineracao-pode-receber-licenca-de-4-usina-em-abril>. Acesso em 19/02/2014.

<sup>95</sup> As obras iniciaram-se em 1975. A operação da usina é que foi iniciada em 1977 (ROSA, 2006).

<sup>96</sup> De acordo com o censo do IBGE no ano de 1970, apenas 19, 93 % dos moradores de Anchieta habitavam a área urbana. O restante, 81, 07 % vivia na área rural.

ocasião, o auge das ditas políticas desenvolvimentistas, com a abertura para o capital internacional e o aprofundamento da divisão internacional do trabalho. É nesta conjuntura que se instala a 1ª Usina de Pelotização e o Porto de Ubu (também de propriedade da Samarco), responsável pelo escoamento da sua produção.<sup>97</sup>

O município vivia então basicamente da agricultura e da pesca, contando com uma incipiente praça comercial. A maior parte da população vivia no campo, situação que veio a se alterar apenas na década de 1980 após a instalação da empresa, conforme se verifica na tabela abaixo.

<b>Tabela 3: Evolução da população rural – urbana em Anchieta no período de 1970 – 2010</b>										
Pop.	1970		1980		1991		2000		2010	
		%		%		%		%		%
Rural	9.097	80,07	5.282	46,28	6.141	41,12	5.965	31,1	5.741	24
Urbana	2.264	19,93	6.131	53,72	8.793	58,88	13.211	68,9	18.156	76
Total	11.361	100	11.413	100	14.934	100	19.176	100	23.894	100
Fonte: Censos demográficos do IBGE. Elaboração própria.										

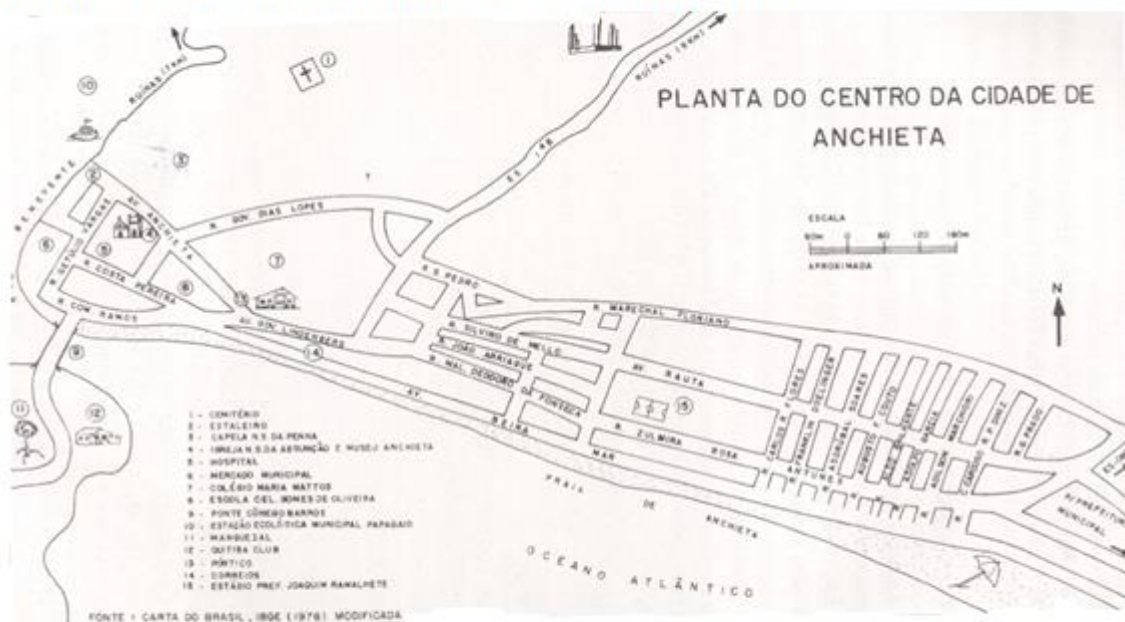
Podemos observar que, no período anterior à construção dessa empresa de mineração, na década de 1970, dos 11.361 habitantes do município de Anchieta apenas 19,93% estava domiciliada em área urbana. Ou seja, mais de 80% de sua população estava concentrada na zona rural. Após a construção da Samarco, em 1980, mantendo-se praticamente inalterado o número de sua população, registra-se um deslocamento para a área urbana, reduzindo a população rural para menos da metade de seu contingente, concentrando a área urbana 53,72% desta.

É seguro afirmar que a instalação dessa empresa acelerou e potencializou a vinda não só de trabalhadores das áreas rurais do município para a cidade, mas também de outros estados da federação, atraídos pelas promessas de emprego e esperança de ascensão social. Fenômeno verificado ainda mais intensamente nos municípios vizinhos de Guarapari e Piúma. Essa dinâmica, aumentada com as sucessivas expansões da mineradora, pode ser mais bem compreendida observando o mapa abaixo onde são confrontadas a cidade de Anchieta, na década de 1970, e a cidade atual, destacando a expansão do urbano sobre as áreas rurais.

Na figura 1, observa-se o perímetro urbano da sede do município, onde existem poucas ruas e apenas alguns bairros; que, além do reduzido número de habitantes, caracterizam uma cidade de pequeno porte.

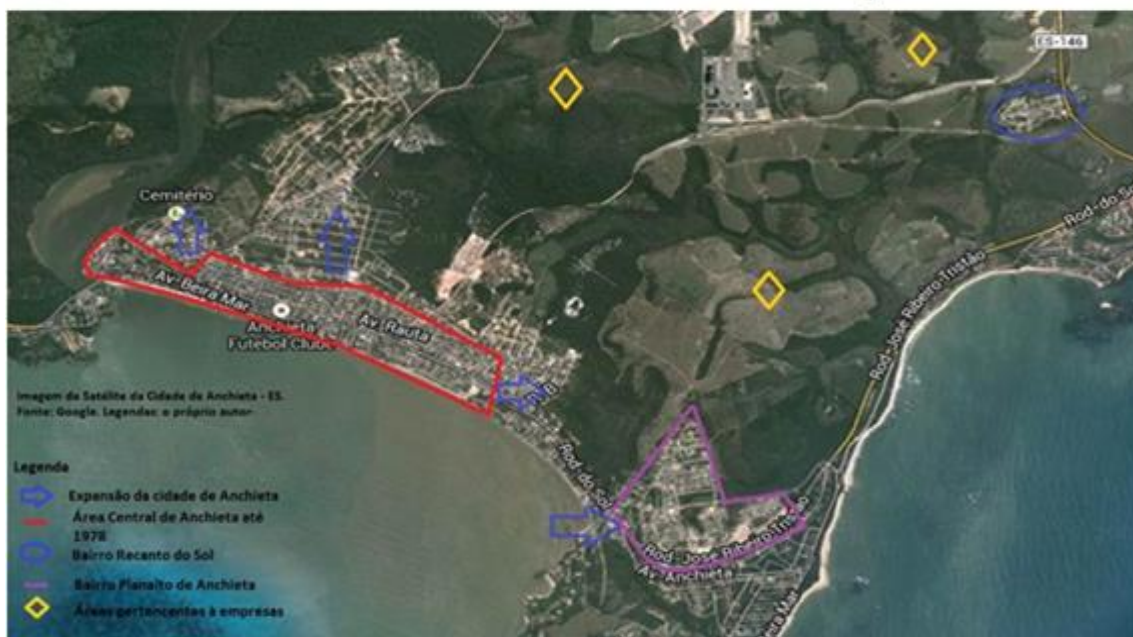
<sup>97</sup> Processo que impôs limites à pesca artesanal realizada pela comunidade pesqueira há gerações, dado que a instalação do porto da mineradora foi processa dentro de área tradicionalmente utilizada por pescadores.

**Figura 1: Planta do centro da cidade de Anchieta/Es em 1978**



Extraído de Neves, et. al (1995)

**Figura 2: Parte central da cidade de Anchieta e bairros criados a partir de 1978**



Fonte: Google      Elaboração própria

Com a figura 2, foto atual, é possível perceber a expansão da cidade para às laterais do núcleo principal em direção aos municípios de Guarapari e Piúma, onde são destacadas a área ocupada pela cidade em 1978, <sup>98</sup> os novos bairros <sup>99</sup> e a grande área dentro do tecido urbano, hoje sob o domínio da empresa mineradora. <sup>100</sup>

<sup>98</sup> Em traço vermelho.

<sup>99</sup> As setas azuis indicam as áreas para onde a cidade se expandiu em sucessivos movimentos desencadeados pela instalação das usinas da mineradora (como será demonstrado posteriormente). As áreas circuladas pela cor azul e roxa demarcam os

Também a estrutura fundiária sofreu alteração, na medida em que, num processo similar ao que aconteceu no Estado, houve uma concentração fundiária em Anchieta, entre os anos 1970 e 1975. E neste caso, como fator determinante desta concentração fundiária está a instalação da Samarco Mineração, sendo esta empresa a maior proprietária de terras em Anchieta, tendo incorporado a seu patrimônio um quinto das terras do município (FUTURA, 2006).

Aumentou a área no extrato que concentra as propriedades [sic]<sup>101</sup> com mais de 500 hectares: no intervalo de 100 a 500 hectares o intervalo foi de 1.525 para 4.479 hectares e no mais de 1000 hectares passou de 1000 para 4.172 hectares entre 1970 e 1975, respectivamente. As propriedades [sic] com até 100 hectares, em 1970, correspondiam a 52,58% da área de estabelecimentos agropecuários de Anchieta, enquanto em 1975, essa participação passou para 41,04 % apresentando uma redução significativa das pequenas e médias propriedades [sic] (CAMPOS JUNIOR, 2005, p. 250).

Além disso, uma empresa mineradora, dentro do tecido urbano, já é interditada nos principais países centrais do capitalismo, dada a destruição ambiental e os danos à saúde que provoca. No seu entorno, surgiram bairros onde residem as frações mais empobrecidas da cidade, inclusive trabalhadores da empresa terceirizados que recebem baixos salários. As camadas de maior poder aquisitivo se afastam de seu entorno.

Salientamos que parte das terras antes rurais foi incorporada ao tecido urbano, privando os agricultores de sua utilização. Este processo insere-se na lógica capitalista, pois, de acordo com Moreira (1997, p. 56).

[...] Um estoque de terras apresenta uma possibilidade de uso bastante flexível. A flexibilidade da utilidade das terras envolve, não só uma flexibilidade na produção de diversas mercadorias agropecuárias, bem como uma flexibilidade de utilização não propriamente agrícola: usos urbanos, mineração, energia elétrica, lazer, turismo e, futuramente, recursos da biodiversidade. Neste sentido podemos dizer que a terra tem a possibilidade de objetivar diversos usos presentes e futuros, respondendo à formação de expectativas sobre o futuro [...].

De toda maneira, esta empresa ao se instalar no município exigiu como condição geral de produção a abertura e pavimentação de vias de acesso, como também progressivamente criou a necessidade de uma rede de equipamentos e serviços públicos, através de investimentos do Estado. A aglomeração dessa infraestrutura urbana eleva o valor da terra, aquecendo o mercado imobiliário de modo geral em Anchieta, provocando o surgimento de especuladores, além de êxodo rural.

De acordo com dados do IBGE, no intervalo de 10 anos, entre 1970 e 1980, quase 04 mil pessoas saíram da área rural do município. Os efeitos puderam ser sentidos no campo, onde foram afetadas as relações de sociabilidade travadas no interior das comunidades e a própria agricultura, na medida em que as terras dos pequenos agricultores foram incorporadas pelos grandes proprietários; e na cidade, na sua expansão desordenada, no adensamento, na formação de bairros periféricos, sobrecarregando os escassos e pouco estruturados serviços públicos ofertados à época. Contudo, nem todos os efeitos/perdas podem ser mensurados.

Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais), por exemplo, a dispersão de um grupo familiar extenso, ou a inundação de lugares com

---

bairros Recanto do Sol e Planalto de Anchieta, respectivamente. Estes bairros são originários de ocupações irregulares realizadas na época em que houve a instalação das Usinas da 2ª e 3ª Usinas da Samarco Mineração.

<sup>100</sup> Com o losango amarelo indicamos as áreas na entrada da cidade pertencentes em sua maior parte à mineradora Samarco.

<sup>101</sup> O autor designa equivocadamente propriedade àquilo que o IBGE compreende por estabelecimento rural. Onde isto foi detectado inserimos na frente [sic].



importância simbólica, religiosa, para um determinado grupo social. (VAINER, 2008, p. 45 apud CRUZ; SILVA, 2010, p.184).

Sobre o município de Anchieta da década de 1970, portanto antes da instalação da mineradora, Rosa (2006) salienta que não havia nenhuma agência bancária e as atividades principais eram a agricultura e a pesca. Contava apenas com uma empresa de extração de areia na lagoa de Mae-bá, na divisa entre Anchieta e Guarapari, 06 empresas de bebida (alambiques de aguardente), 01 empresa de material de transporte, 04 de exploração de madeira e 02 de alimentação.

Ainda de acordo com este autor, em 1971, 87% das suas receitas tinham como origem as transferências da União, apenas 13% eram geradas no próprio município. Esse cenário demonstra que se tratava de um município onde as atividades econômicas eram predominantemente alicerçadas na agricultura e na pesca artesanal. Cenário modificado substantivamente a partir da instalação da Samarco Mineração (1977).

A empresa, ao longo destes 36 anos, tem ampliado a sua estrutura produtiva com suas sucessivas expansões. Rauta Ramos (2011) aponta a expansão do empreendimento, 2ª, 3ª e 4ª Usinas, como elementos próprios do regime de acumulação capitalista, a despeito de quaisquer danos ambientais e sociais que possam ser provocados.

[...] dentro da lógica do capital, cujo imperativo é acumular cada vez mais, cresceu a necessidade de seus proprietários privados transnacionais de aumentar a acumulação da riqueza socialmente produzida; a empresa anteviu a possibilidade de obter maiores lucros com uma produção em grande escala, independentemente da poluição produzida no subsolo e nas lagoas (loais de penetração e/ou depósito de seus resíduos), no ar, com a difusão cada vez maior de material particulado, e mais ainda no mar, com o movimento de carregamento dos navios e as dragagens periódicas em seu porto. Assim, em 1997, inaugurou-se a segunda usina; em 2008, a terceira, encontrando-se atualmente em construção a quarta usina (RAUTA RAMOS, 2011, p. 11).

No ano de 2013, a Samarco Mineração alcançou a posição de segunda maior exportadora no mercado transoceânico de pelotas de ferro no mundo, sendo sua capacidade produtiva 22,250 milhões de toneladas/ano. Sua produção atende exclusivamente ao mercado externo e seu produto é vendido em 19 países, utilizado em siderúrgicas nas Américas, Europa, África e Ásia (SAMARCO, 2013).

A empresa, ao tempo que se constitui um elemento importante da entrada das relações capitalistas no município, como também na economia do estado do Espírito Santo pelas receitas que produz, agrega fundamentalmente capital ao patrimônio de seus proprietários e acionistas. De acordo com informações da rádio CBN o lucro líquido da empresa no ano de 2012 foi de R\$2,64 bilhões.<sup>102</sup>

A atividade industrial tem crescido no município alterando profundamente sua estrutura econômica. Em 1994, a Samarco era a única grande empresa de Anchieta, com uma usina de pelletização e um porto para exportação de seus produtos. Atualmente compartilha essa posição com a Petrobrás que mantém exploração de hidrocarbonetos mediante a instalação de plataformas em seu litoral, e tem em funcionamento a UTG Sul Capixaba.

Nesse ano (1994), a contribuição do setor industrial no ICMS (Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços) recolhido no município era de 20,5%, o agropecuário

---

<sup>102</sup> Disponível em: [http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2013/04/cbn\\_vitoria/reportagens/1430638-samarco-tem-lucro-de-r-2-64-bilhoes-no-ultimo-ano-um-recuo-de-9.html](http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2013/04/cbn_vitoria/reportagens/1430638-samarco-tem-lucro-de-r-2-64-bilhoes-no-ultimo-ano-um-recuo-de-9.html). Acesso em: 19/02/2014.

contribuía com 0,6% e o peso maior estava no setor terciário da economia, o comércio, representando 78,9% (NEVES, et. al, 1995, p. 80).

Dados mais recentes (2008), sobre a contribuição dos setores produtivos da economia na composição do PIB, indicam o predomínio do setor industrial, com 73,93%; seguido do setor de serviços (21,84%), direcionado uma parte importante para as atividades do setor industrial, sendo que o setor agropecuário participa apenas com 1,23% na composição do PIB municipal (IJSN, 2011, p. 29).<sup>103</sup>

Desse modo, a atividade industrial no município interfere diretamente no valor do PIB municipal fazendo com que nos últimos anos o município tenha se colocado entre os 10 maiores PIB's do estado do Espírito Santo. De acordo com o IJSN (2011) de 1999 a 2008 Anchieta figurou entre os 10 maiores PIB's. De 2007 para 2008 subiu três posições figurando no 6º lugar entre os maiores PIB's do Estado, a frente de municípios como Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim.

Dados dos IJSN (2012) conferem a Anchieta o posto de maior PIB *per capita* do Espírito Santo e o sexto maior entre as cidades brasileiras, a cifra chega a R\$ 175.188, muito acima da média estadual que era na época R\$ 20.231 e a nacional de R\$ 15.990. Além das atividades da Samarco acrescentam-se os recursos pagos sob a forma de *royalties* de exploração de petróleo no litoral do município. Verifica-se que em menos de duas décadas a situação se inverteu; o setor industrial configura-se atualmente como o mais relevante na geração de receitas no município.

Ainda que os dados oficiais demonstrem o importante peso da indústria na composição da receita pública municipal, o mesmo não pode ser dito em relação à questão da ocupação da mão de obra local. A indústria, no ano 2000, ocupou apenas a terceira posição na geração de ocupações, atrás do setor de serviços e da agropecuária. De acordo com Abe, (2006), a PEA ocupada de Anchieta no ano 2000 representava o total de 8.107 pessoas, distribuídas no setor de serviços como maior gerador de ocupações (42,1%), sendo também relevante o setor agropecuário (27,2%), seguido das atividades industriais (17%), e do comércio e reparação (11,6%).

No ano de 2010 a população economicamente ativa ocupada em Anchieta era de 11.551 trabalhadores. Os setores que mais empregam são: serviços (56,39%), setor agropecuário (17,62%) e o comércio e reparação (11,73%). Em último lugar aparece a indústria (9,63%), constando ainda (4,63%) em atividades mal especificadas (IBGE 2010). Verifica-se desse modo que a despeito da receita gerada pela atividade industrial a mesma não pode ser considerada responsável direta pela empregabilidade alcançada no município de Anchieta. A geração de emprego, argumento utilizado pelos agentes públicos e privados que apoiam a instalação dos grandes projetos, e reificado na sociedade anchietense é desmontado no confronto com as estatísticas oficiais.

---

<sup>103</sup> Os dados sobre a participação do setor agropecuário na composição do PIB municipal são relativizados por organizações que atuam junto à agricultura, entre elas o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que defende que o volume real de recursos produzidos pelas atividades agropecuárias é superior as cifras apontadas para a composição do PIB, argumentam que muitos produtores não guiam seus produtos, deixando de recolher os impostos, e que a presença dos “atravessadores” em geral de outros municípios faz com a receita de Anchieta, na agricultura, pareça insignificante. Também atentam para o fato de que diante da magnitude dos investimentos realizados pela indústria em Anchieta (na ordem de bilhões de reais) dificilmente qualquer atividade agrícola a ser desenvolvida, especialmente em pequenas unidades produtivas, possa fazer frente, numericamente, aos valores de arrecadação destas empresas.

## 2.4 - Empreendimentos industriais em Anchieta

Um empreendimento quando está em vias de instalar-se, ou mesmo ainda no plano das perspectivas, provoca um processo de ampla circulação de informações relativas à questão das vagas de emprego,<sup>104</sup> no sentido de criar ou aumentar o contingente de trabalhadores e com isso promover o achatamento dos salários, em especial, no período que antecede e acompanha a construção das plantas industriais. Esse processo pode ser verificado nas inúmeras manchetes de jornal que anunciam em letras garrafais as “oportunidades” de trabalho na grande indústria em Anchieta, nos documentos produzidos pelas empresas por ocasião de seu licenciamento e na própria fala das autoridades municipais. Tudo isso para atrair trabalhadores e ser criada uma superpopulação relativa<sup>105</sup> (mais trabalhadores do que a fração que será ocupada pelo capital). Por isso, as previsões de empregos divulgadas são astronômicas. De acordo com a Prefeitura Municipal de Anchieta,<sup>106</sup> alicerçada em dados fornecidos pelo Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), os projetos previstos para a região demandariam, em de 2013, o total de 25.845 novos trabalhadores (número superior ao total de sua população no período). Se os empregos gravitam no plano das previsões, dado que nem todos os projetos se concretizam, o mesmo não se pode falar do fluxo de migrantes que se instala em Anchieta e nos municípios vizinhos à espera das tão propaladas “oportunidades”.

Ao migrar para as cidades estes indivíduos demandam principalmente moradia e serviços públicos, promovendo a elevação dos preços da terra e a sobrecarga nos serviços de saúde e educação, além de adensar o tecido urbano. A partir das construções, observa-se o aumento do crescimento populacional e a expansão da cidade de seu núcleo original para seu entorno.

Observa-se na cidade capitalista o fenômeno da “segregação sócioespacial”, cuja expressão mais visível é a separação entre áreas “nobres” e áreas “periféricas”. As áreas nobres concentram a oferta de equipamentos públicos e privados, sendo local de residência dos “grandes e médios proprietários dos meios de produção, circulação e troca da riqueza social”. No extremo oposto, estão às áreas periféricas em que residem os trabalhadores de baixa renda, marcadas pela ausência ou insuficiência dos equipamentos públicos e privados (RAUTA RAMOS, 2002, p. 138).

A construção da 1ª Usina da Samarco e do seu porto marca a criação destas zonas periféricas no município de Anchieta, onde além de migrantes locais, passaram a residir um contingente de trabalhadores vindos da Bahia, fugindo da seca e atraídos pelas notícias de emprego e possibilidades de acesso a melhores condições de vida (FUKUDA, 2012).

Como derivação desse processo de migração, houve a expansão do tecido urbano da sede do município, antes restrita ao centro (Cf. Figura 01 e 02). Os trabalhadores se concentraram em áreas mais distantes, muitas delas fruto de ocupação irregular, única alternativa de habitação. O bairro Alvorada e Justiça I e II, atualmente valorizados, têm na sua origem ocupações em uma área contígua ao centro da cidade, realizadas a partir da construção

---

<sup>104</sup> Muito embora, as informações mais estratégicas sejam mantidas em “segredo de Estado”.

<sup>105</sup> Cf. Nota 05. Para uma conceituação de superpopulação relativa.

<sup>106</sup> Material em slide, divulgado nos conselhos municipais de Anchieta. Ano de 2010. Disponível em: Acesso em 10/12/2013.

da 1ª Usina (inaugurada em 1977); esta provocou também o incremento na população do bairro Mãe-bá (FUKUDA, 2012), nome da lagoa onde a Samarco despeja seus resíduos finais.

O anúncio da 2ª Usina, na metade da década de 1990, desencadeou um processo de ocupação irregular, seguido da negociação de lotes que deu origem ao bairro Recanto do Sol, situado a menos de 1 km da entrada norte da empresa. Em 1997, ano de sua inauguração, o bairro já contava com grande contingente populacional, em sua maioria, vindos da Bahia, trabalhadores empregados durante as obras de construção e, posteriormente, descartados na fase de operação da referida usina (RAUTA RAMOS, 2011b).

O início das obras da construção da 3ª Usina, por volta de 2005, foi seguido de outro processo de ocupação irregular, desta vez numa área bem próxima ao centro da cidade, conformando o bairro Planalto de Anchieta (na figura 02 se pode observar a expansão desses bairros periféricos a partir da instalação das usinas da mineradora Samarco S.A).<sup>107</sup>

Os moradores destas áreas periféricas passaram a ser estigmatizados e os problemas sociais vividos por eles (fruto das relações capitalistas, portanto, da omissão do Estado diante das demandas das classes subalternas) indicavam, numa leitura simples, status inferior em relação aos moradores de áreas nobres e intermediárias.<sup>108</sup>

De modo geral no Brasil, a cada movimento empresarial ou anúncio de empreendimentos, observa-se um novo fluxo migratório que ocupa irregularmente espaços urbanos, seguido de um processo de periferização e/ou favelização. Em Anchieta, não se pode falar ainda em favelização, mesmo porque a dominação capitalista ainda não foi completada. Atualmente observa-se um processo contínuo de ocupação irregular, nas áreas laterais da cidade, em oposição ao mar, como também em direção a Piúma e Guarapari e isso ocorre essencialmente por conta da escassez em relação às áreas de expansão, dado que boa parte da cidade de Anchieta está comprimida entre o mar e as terras interioranas incorporadas ao longo dos anos pela Samarco Mineração. Desse modo, os trabalhadores em busca de moradia têm se deslocado para áreas cada vez mais periféricas, saindo inclusive para outros municípios vizinhos como Piúma e Guarapari onde os valores dos imóveis e, em consequência, os aluguéis são mais acessíveis e a oferta de bens e serviços apresenta-se melhor estruturada.

Muito embora, tudo isso se oponha à vocação natural do município, a pesca artesanal e a agricultura familiar, as estruturas produtivas existentes, instaladas no período da autocracia burguesa, associadas à descoberta e início da exploração de petróleo, no litoral de Anchieta, despertam o interesse de industriais, não só para implantação no município, mas em toda a região de seus projetos.

Este processo pode representar uma nova fase dos grandes projetos em Anchieta, desencadeada pela descoberta de Petróleo, no litoral do município, e pela ampliação de projetos já existentes da Samarco Mineração com a previsão de instalação de outros empreendimentos.

A distribuição destes empreendimentos pelo território capixaba, previsto como estratégico pelo ES 2025,<sup>109</sup> não é um processo aleatório. De acordo com Zanotelli et. al

<sup>107</sup> Todas as suas Usinas são construídas em área contínua dentro de seu parque produtivo, interligadas aos minerodutos e a estrutura do seu Porto.

<sup>108</sup> Sobre o processo de segregação sócioespacial em Anchieta e Guarapari. Cf. FUKUDA (2012).

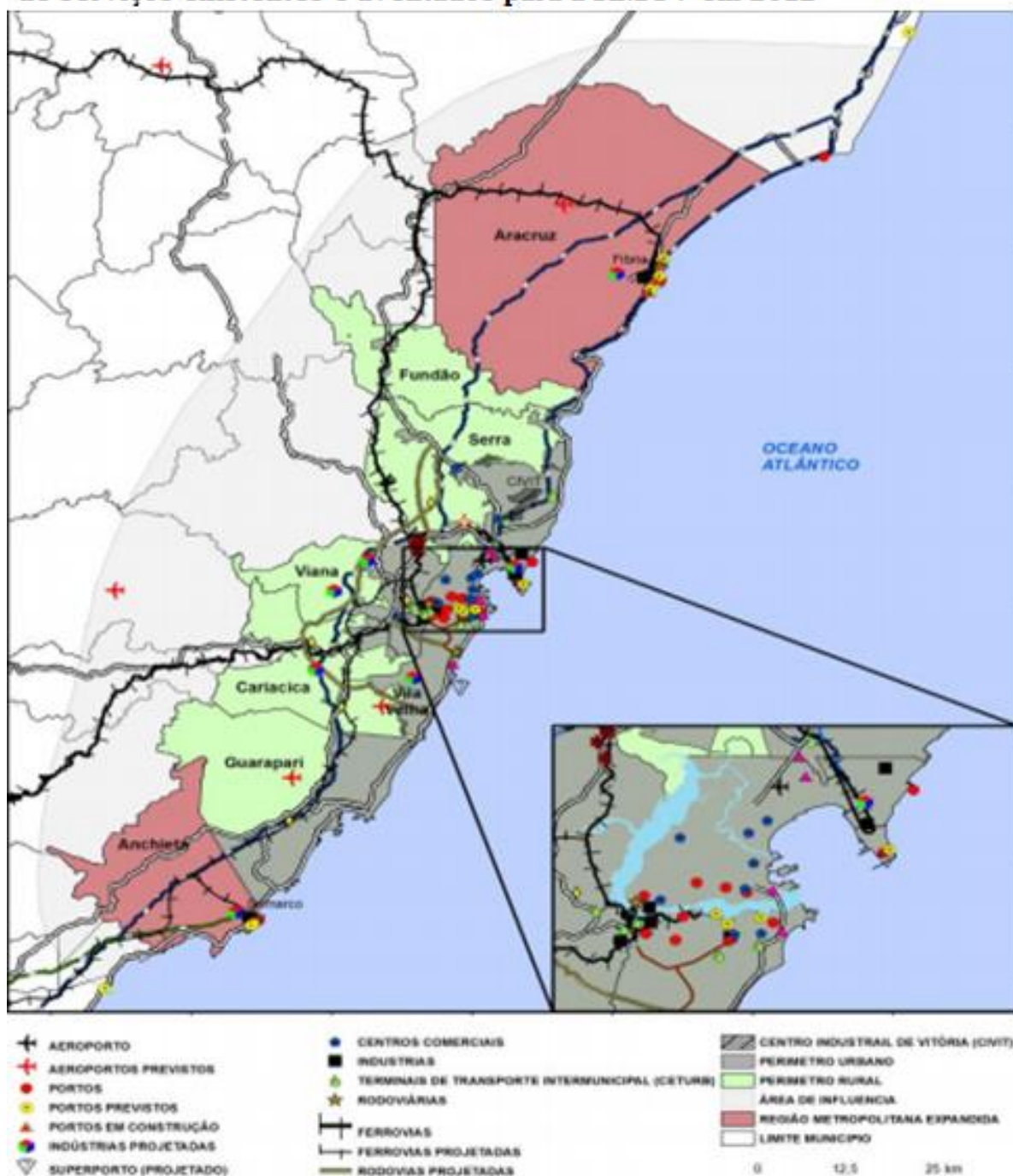
<sup>109</sup> Trata-se do planejamento do Governo do Estado do Espírito Santo, elaborado no ano de 2006 e quem tem como um de seus eixos centrais a “descentralização do desenvolvimento e dos frutos do progresso”, por meio de uma estratégia de

(2013), a sua localização obedece a uma lógica de eficiência nas alocações de empresas capitalistas. E isso se confirma se observarmos que grande parte dos investimentos previstos para os próximos anos no Espírito Santo está concentrada na Região Metropolitana Expandida (RMGV, acrescida de Aracruz ao norte e Anchieta ao Sul). A figura abaixo é ilustrativa da dinâmica econômica irradiada pela RMGV (polo mais dinâmico) em direção às áreas de expansão.

---

constituição de polos de desenvolvimento que tem nos grandes projetos industriais seu principal elemento propulsor, apesar de reconhecer, ao menos formalmente no texto do planejamento, a necessidade de romper com a dependência da dinâmica dos grandes projetos industriais. Cf. Anexo 03 para verificar como deve se estruturar a rede de cidades capixabas a partir desta perspectiva de criação de polos de desenvolvimento. Destaque para a cidade de Anchieta neste processo.

**Mapa 02: Equipamentos, infraestruturas, polos industriais, comerciais e de serviços existentes e aventados para a RMGV em 2012**



**Material extraído de Zanotelli, et. al (2013)**

Em Anchieta, alguns elementos indicam o ingresso do município numa nova etapa de industrialização: o funcionamento da 3ª Usina da Samarco Mineração (iniciada em 2005 e inaugurada em 2008) e a edificação de sua 4ª Usina (iniciada em 2011, estando prevista a inauguração ainda para 2014); a reserva de área para a constituição do Polo Industrial e de Serviços de Anchieta - PISA (2007); a construção da UTG Sul - Unidade de Tratamento de Gás do Sul do Espírito Santo (iniciada em 2008 e inaugurada em 2010); e a Companhia

Siderúrgica de Ubu (projeto abortado, conforme divulgado pela imprensa em fevereiro de 2013).

Os projetos acima referidos estão agrupados, de acordo com a periodização proposta por Caçador & Grassi (2009), na 3ª fase da industrialização capixaba, cuja característica principal seria a “diversificação conservadora”, aparecendo as grandes indústrias mineradoras e a exploração de petróleo como os principais empreendimentos. No tocante ao município de Anchieta, enquadrados esses processos na 2ª fase da industrialização, tendo como principal característica a presença e/ou perspectiva de empreendimentos de grande porte para além das usinas da Samarco Mineração.

Nesse processo, observa-se que a relevância econômica assumida por esses projetos industriais converte-se em importância política, na medida em que os planos de expansão e de instalação de novas empresas encontram-se acolhidos e apoiados por lideranças políticas, tanto no Governo Estadual, quando no Municipal, alicerçados no Plano ES 2025 e na ideologia desenvolvimentista ainda difundida no Espírito Santo.

A forma como se deu a formulação do Plano ES 2025 indica a orientação assumida pelo estado do Espírito Santo, e os interesses ao qual este se filia.

Inicialmente, é importante destacar que o plano foi patrocinado pela Petrobrás, pelo grupo de empresários capixabas, Espírito Santo em Ação, e executado pela empresa Macroplan Prospectiva Estratégia & Gestão; foi coordenado por Guilherme Gomes Dias, na época Secretário de Planejamento, e Arthur Carlos Gerhardt Santos, ex governador do Espírito Santo no período de 1971 a 1974, ex-presidente da Aracruz Celulose (atual Fibria) e ex-presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão (Atual Arcelor Mittal). A equipe técnica do plano contou com a participação de várias instituições privadas, como a Samarco, Petrobrás, Companhia Siderúrgica de Tubarão (Atual Arcelor Mittal), Companhia Vale do Rio Doce (atual Vale), etc. Além de consultores de diversas instituições, inclusive da Universidade Federal do Espírito Santo. A participação da sociedade é pouco perceptível. São raros os representantes de movimentos sociais que foram entrevistados e, além disso, o plano não traz claramente de que forma essa participação se deu. A despeito de, por vezes, o plano citar seu caráter democrático, isso não parece ter ocorrido de fato [...] (ZANOTELLI, et. al., 2013, p. 03).

No Espírito Santo, as empresas privadas, vinculadas ao Estado, se lançaram na construção de um macroplanejamento com horizonte temporal até 2025. Na certa, o aprofundamento do domínio das relações capitalistas em terras capixabas, para a manutenção dos lucros de seus acionistas, requer o aporte político a suas iniciativas de expansão, com a instalação de novos projetos e a sua ratificação enquanto elemento estratégico para a consolidação do capitalismo no Espírito Santo.

Essa “sinergia” de interesses entre o poder público e as empresas privadas no Espírito Santo (ou seja, a coalização de forças políticas e forças capitalistas) tem efeitos em Anchieta, sobre um conjunto de iniciativas que visam assegurar as condições de instalação das empresas.

Em 2007, o Governo Municipal, no seu Plano Diretor, por meio da lei complementar nº14/2007, criou a “Macrozona Industrial e de Expansão”,<sup>110</sup> que compreende pelo menos 1/3 do território do município.<sup>111</sup> No mesmo ano, o Governador do Estado, por meio do decreto

<sup>110</sup> Cf. Anexo 01, Macrozoneamento do município de Anchieta, com destaque para a área destinada a expansão da indústria.

<sup>111</sup> Esta Macrozona delimita a área onde podem ser alocados os empreendimentos industriais, ela não foi objeto de desapropriação, pelo contrário, muitos particulares têm terras englobadas por esta macrozona, a exemplo da própria Samarco Mineração.

nº1.247-S/2007, autorizou a desapropriação de uma área de 2.536 hectares, composta de diversas propriedades rurais, para constituir o Polo Industrial e de Serviços de Anchieta (PISA), <sup>112</sup> área pretendida para a concentração destas atividades, que facilitará o acesso dos investidores a terra.

Observa-se também o apoio à construção da 3ª Usina da Samarco, iniciada em 2005 e concluída em 2008, mesmo a despeito dos problemas em relação à saúde das pessoas e às agressões ao meio ambiente, provocadas pela empresa ao longo da sua história; igualmente o apoio à construção da 4ª Usina, antes de serem cumpridas várias condicionantes, referentes à construção da 3ª usina. O que se pode observar, durante a construção da terceira usina, foi a utilização de algumas pousadas em balneários onde tradicionalmente era desenvolvido o turismo, como Ubu, Parati e Praia dos Castelhanos (esta área nobre do litoral anchietense), para alojar empregados da construção civil. Essa alteração, no uso dos equipamentos coletivos se deve ao fato de que tradicionalmente o turismo nesta região desenvolve-se no verão (alta estação), no inverno (baixa estação) os empresários arcam com os custos de manutenção. <sup>113</sup> Desta forma, a possibilidade de ter clientes o ano todo, mesmo aplicando um preço mais baixo, fez com que algumas pousadas passassem a ofertar seus serviços às empresas, recebendo assim seus trabalhadores.

Moradores de Anchieta consideram que o ingresso e a permanência de cerca de 7 mil trabalhadores, <sup>114</sup> em sua maioria de outras cidades, provocaram um “caos urbano”, cujos elementos mais visíveis são: crescimento das áreas periféricas, aumento da criminalidade e do tráfico de drogas, e sobrecarga nos serviços públicos (escolas, unidades de saúde, correios, bancos, entre outros).

Na área destinada ao Polo, foi construída, a partir de 2008, a UTG Sul Capixaba, inaugurada em outubro de 2010. Esta unidade integra o Plano Nacional de Antecipação da Produção de Gás (Plangás) e tem capacidade nominal para processar diariamente até 2,5 milhões de metros cúbicos de gás. <sup>115</sup>

Ainda em 2008, aventou-se a possibilidade da instalação da Siderúrgica Baosteel, composta pela junção de capitais chineses e da empresa Vale. A soma dos recursos a serem aplicados no município de Anchieta seria na ordem de R\$ 5 bilhões. O investimento, dado como certo, estava alicerçado na disposição favorável da classe política. Em outubro de 2008, funcionários do 2º escalão da Secretaria de Estado da Agricultura informaram, em reunião com agricultores familiares do município de Anchieta, a intenção de se construir 07 reservatórios de água (Barragens) para atender as demandas da siderúrgica, cinco no município de Alfredo Chaves e dois no município de Anchieta, o que alagaria uma área de 02

---

<sup>112</sup> Cf. Anexo 02, Área do Polo Industrial e de Serviços de Anchieta.

<sup>113</sup> Cf. Jornal Século diário. Disponível em: <http://seculo-diario.jusbrasil.com.br/politica/6557968/samarco-mineracao-pode-receber-licenca-de-4-usina-em-abril> e <http://seculodiario.com.br/12522/10/samarco-requer-licenca-para-operar-quarta-usina-em-anchieta>. Acesso em 19/02/2014.

<sup>114</sup> Um dos poucos estudos sobre o impacto da construção da 3ª Usina foi realizado pelo Fórum de Ubu, espaço criado por organizações da sociedade civil sob a mediação do Ministério Público Estadual. Disponível em: <http://as-socioambiental.com.br/exibetexto.php?id=1834&&tipo=0> Acesso em 28.09.2013.

<sup>115</sup> Por ocasião da solenidade de inauguração, o Presidente da Petrobras à época, José Sérgio Gabrielli, salientou a importância do empreendimento uma vez que doravante seriam dadas as condições para que o país integrasse numa mesma malha a produção e a entrega de gás no país, ressaltando que esta era obra de interesse nacional. Disponível em: <http://fatosedados.blogspetrobras.com.br/2010/10/26/petrobras-inaugura-nova-unidade-de-gas-no-espirito-santo/>. Acesso em: 28.09.2013.



mil hectares.<sup>116</sup> Os fatos, amplamente noticiados na imprensa capixaba, provocaram a reação dos agricultores e de alguns segmentos da sociedade, ligados às lutas sociais, e por consequência um recuo do governo estadual, que se viu obrigado a negar os fatos noticiados, argumentando que nunca havia solicitado tais estudos e que não haveria necessidade da construção de barragens dado que a água do rio Benevente seria suficiente para as necessidades da siderúrgica, da agricultura e da população local. Para os agricultores e comunidades que seriam atingidas por essas represas o recuo do governo estadual nesta questão foi uma conquista substantiva.

Pouco tempo depois, o governo estadual, que havia afiançado a existência de recursos hídricos, negou a instalação do empreendimento por conta da indisponibilidade de água se quer para atender as necessidades da população,<sup>117</sup> argumentando ainda a saturação do ar por conta da poluição, no limite fixado pelo CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente). Registra-se também o impacto que a instalação da empresa acarretaria nas infraestruturas das cidades de Anchieta e Guarapari.

Para não perder o empreendimento, o Governo do Estado ofertou outra área, no município de Itapemirim, mas do cenário de crise que se vivia a época, as empresas preferiram abortar o projeto. A possibilidade de construção das barragens, aventada e depois negada pelo Governo do Estado, deixou os agricultores em alerta e, pela primeira vez, teve-se uma resistência contra os empreendimentos, em vias de instalação no litoral de Anchieta, que tinham potencial negativo, em relação a todos os seus habitantes, inclusive aqueles mais distantes do local de implantação.

Entretanto, a Vale fez ressuscitar o projeto da siderúrgica, sob o nome de CSU (Companhia Siderúrgica de Ubu), que anteriormente era parceira da chinesa Baosteel. O mesmo empreendimento ressurgiu com outra roupagem, apresentando-se nas audiências públicas como ambientalmente correta, com tecnologia para dessalinização e melhor aproveitamento da água e, com menor volume de produção e por consequente menor impacto ambiental.<sup>118</sup> Na verdade o projeto assemelhava-se ao porte daquele instalado na baía de Sepetiba, CSA, em que a Vale mantinha parceria, cuja instalação vem dando problemas à saúde da população desde então. O empreendimento pretendia instalar-se na área do Polo Industrial e de Serviços de Anchieta, tendo como primeiro obstáculo a presença das comunidades de Chapada do A e de Monteiro (limítrofes a área do Polo e dentro da área prevista para instalação da CSU). Com o apoio incondicional do Estado, na figura do governo estadual e municipal, a empresa iniciou as conversações para a remoção das duas comunidades, tendo inclusive adquirido uma área próxima ao centro de Anchieta e principiado a construção de um conjunto habitacional onde pretendiam instalar as duas comunidades, desconsiderando os interesses dos moradores, as origens históricas e os laços de pertencimento que cercavam essas duas comunidades. A comunidade de Chapada do A,

---

<sup>116</sup> Cf. Jornal A Gazeta. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2008/10/476401-governo+planeja+7+barragens+para+atender+a+siderurgica+em+anchieta.html> e <http://gazetaonline.globo.com/conteudo/2008/10/28936-colnago+diz+que+construcao+de+barragens+no+sul+do+es+e+fantasia.html>. Acesso em 25.09.2013.

<sup>117</sup> A bacia hidrográfica do rio Benevente, além de atender à população dos municípios de Alfredo Chaves e de Anchieta, também abastece a população de Guarapari, que durante a alta estação aumenta cinco vezes mais, chegando a 500 mil consumidores. Cf. <http://gov-es.jusbrasil.com.br/politica/4448321/cesan-aumenta-producao-de-agua-em-guarapari-durante-o-verao>. Acesso em: 19/02/2014.

<sup>118</sup> Informações processadas a partir da leitura do Relatório de impacto Ambiental elaborado pelo CEPEMAR a pedido da Companhia Siderúrgica de Ubu. Disponível em: [http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RIMA\\_UBU.pdf](http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RIMA_UBU.pdf). Acesso em 05/02/2014.

resistindo ao assédio da empresa e de grupos políticos a ela associados, se auto reconheceu,<sup>119</sup> no ano de 2011, como Comunidade Tupiniquim de Chapada do A, ocasião em que remeteu pedido de reconhecimento junto a FUNAI (ainda em fase de tramitação).

O caso do empreendimento CSU é emblemático e simboliza o apoio incondicional do Estado ao grande capital. Por meio do decreto nº1373-S, o governador do estado, tornou de utilidade pública a CSU, bem como as obras de infraestrutura necessárias ao seu funcionamento, uma manobra que teve o objetivo de transformar áreas de preservação permanente (mata atlântica) em áreas passíveis de exploração industrial.

O movimento de resistência, embora com pouco apoio da população anchietense, extrapolou e alcançou projeção nacional, recebendo suporte de diversas organizações existentes no estado e no país, entre elas, integrantes de partidos políticos de esquerda, CUT e outras centrais sindicais, OAB, Via campesina, MST, DCE da UFES e o Movimento Alerta contra o Deserto Verde. Nesse sentido, foi criada uma redoma em que Chapada do A ficou blindada, cabendo ao IEMA para aprovação da licença prévia exigir da Vale um novo estudo para manter Chapada do A intocada, condicionante que não temos notícia até os dias de hoje de seu atendimento.

A empresa Vale que, desde 2011, procurava um parceiro para a CSU, anunciou, em 2013, a desistência do projeto, responsabilizando a crise internacional do capital a razão desse recuo. Ou seja, havia um retraimento do mercado de aço, especialmente o chinês, que a impedia de arcar com investimentos de tamanha magnitude, sem garantias de retorno.<sup>120</sup> Inclusive, na estrutura organizacional da Vale foi extinta a diretoria responsável pela produção siderúrgica, afirmando que se manteria apenas na produção de mineração.

Embora não sejam reconhecidos, pela empresa e pelas autoridades governamentais, pesaram sobre a decisão os inúmeros conflitos envolvendo a comunidade local e a empresa, especialmente no que se refere aos planos de remoção da comunidade Chapada do A, como também os níveis de contaminação do ar na região e a questão da falta de recursos hídricos que sempre foi um dos principais questionamentos dos movimentos sociais.

No que se refere à construção da 4ª Usina de Pelotização da Samarco, orçada em de R\$ 5,4 bilhões, em área contigua as demais usinas, desde o início das obras, em abril de 2011 até julho de 2013, ocorreram 13 paralisações de operários da construção civil em busca de melhores salários e benefícios. Na paralisação do mês de julho/2013, 06 mil trabalhadores interromperam por um mês as obras. Houve também um dia de protestos por conta da não priorização da mão de obra local na construção da 4ª usina, em face ao recrutamento de trabalhadores vindos de outros estados.<sup>121</sup> Em nota,<sup>122</sup> a empresa informou que acompanhava com atenção os acontecimentos esperando uma solução “ordeira” para a situação. Dizia ainda que dos 06 mil trabalhadores empregados, aproximadamente 56% pertenciam aos municípios de Anchieta, Piúma e Guarapari, 22% eram de outros municípios dentro do estado e 22% eram de outros lugares da federação. Na esteira da construção destas grandes plantas

---

<sup>119</sup> Cf. <http://anai.org.br/noticias140.asp>. Acesso em: 05/04/2014

<sup>120</sup> Cf. <http://www.metalica.com.br/vale-desiste-da-companhia-siderurgica-de-ubu>. Acesso em 05/02/2014.

<sup>121</sup> Disponível em: [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2013/07/noticias/dinheiro/1453416-impasse-poe-em-risco-a-4-usina-da-samarco-maior-obra-do-estado.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/07/noticias/dinheiro/1453416-impasse-poe-em-risco-a-4-usina-da-samarco-maior-obra-do-estado.html). Acesso em: 28/09/2013.

<sup>122</sup> Disponível: [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2013/07/noticias/cidades/gazeta\\_online\\_sul/1452001-populacao-protesta-contrasamarco.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/07/noticias/cidades/gazeta_online_sul/1452001-populacao-protesta-contrasamarco.html). Acesso em: 28.09.2013.

industriais um conjunto de empresas menores, em geral prestadoras de serviços, foi atraído pelo grande capital aí instalado.<sup>123</sup>

Sobre os inúmeros conflitos, existentes em diferentes comunidades em face dos grandes empreendimentos, no município de Anchieta/ES, há indicações no “Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil”,<sup>124</sup> elaborado pela Fiocruz e pela Fase. Esse sistema de informações registra os principais movimentos sociais contra os empreendimentos, organizados por comunidades e organizações sociais existentes em todo país.

Além dos danos ambientais (extensivos a todos a depender da distância que se encontra sua residência do empreendimento da mineração, alterados em quantidade pela dinâmica dos ventos), há que se registrar, no interior das famílias rurais, a formação de expectativas em relação a tais projetos, vinculadas à criação de empregos e melhoria das condições de vida. Influenciam na formulação de tais expectativas: a distância dos empreendimentos da pequena propriedade agrícola, a forma como a atividade na agricultura está estruturada e o nível de acesso do agricultor a políticas públicas e a rede de comércio de seus produtos.

Nas comunidades rurais próximas à sede, em sua maior parte ligadas à cidade por meio de estradas pavimentadas, observam-se as investidas das empresas em busca de mão de obra, ofertando inclusive transporte para os trabalhadores.

O acesso a níveis maiores de escolaridade, associados à possibilidade de maiores ganhos no serviço público municipal e na rede de serviços, interferem na forma como a mão de obra originária nas áreas rurais encontra-se empregada, diversificando os setores de empregabilidade no município de Anchieta.

No próximo capítulo, tentamos analisar inicialmente a estrutura agrária do município, a atuação dos diferentes sujeitos sociais presentes na trama da agricultura familiar, e como estes se posicionam atualmente no contexto da expansão de grandes projetos no município de Anchieta, examinando as Semanas da Agricultura, que usam o espaço urbano, enquanto lócus da trama das classes sociais em conflito. Analisamos ações na realização desses eventos desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Anchieta, buscando indicações de como esse sujeito coletivo entra na cena municipal, como um contraponto aos grandes projetos industriais, e de como constroem uma imagem valorativa, agregando parceiros e entidades a suas lutas.

---

<sup>123</sup> De acordo com Ataíde (2010) as principais empreiteiras da Samarco atuantes em Anchieta e onde trabalhavam a maioria dos terceirizados moradores do município eram: Demil, Incorpore Serviços, Crisol, Deplan, Alusa engenharia, Mista, Centúria, Luminus Service, Siwbrim, Matricial Engenharia, RCT, Sempre Viva e Tereme.

<sup>124</sup> Disponível em: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=336>. Acesso em: 28.09.2013. Cf. Anexo 05.

### **CAPÍTULO III - A AGRICULTURA FAMILIAR EM ANCHIETA: AÇÕES E PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÕES QUE ATUAM NO CAMPO**

Abre-se uma nova fase de industrialização no Espírito Santo, que se reflete na vida econômica e política de Anchieta, com a descoberta de petróleo em águas profundas de seu litoral: um conjunto de empresas industriais e correlatas promete se instalar nesse município, obtendo, do poder público, concessões para sua efetivação. Tal processo vem afetando sobremaneira à agricultura familiar. Nesse terceiro capítulo somos movidos por uma preocupação em caracterizar elementos da estrutura agrária do município, que permanecem conformando os diferentes setores rurais, relacionados diretamente à forma como foi distribuída historicamente a propriedade da terra, evidenciando as etnias que se fizeram presentes na sua ocupação. Iniciamos com uma caracterização das áreas rurais do município, destacando iniciativas no âmbito da cultura, qualificadas por nós de invenção da tradição (apoiados em Hobsbawn & Ranger, 2002).

Em termos da relação rural x urbano, a agricultura familiar se mantém, em condições de subalternidade, manifestada no plano econômico e na vida política. Dentro desse quadro, estudar a intervenção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na luta por melhores condições de trabalho e de vida pode ilustrar essa situação.

A hegemonia exercida inicialmente pela Igreja Católica, em particular na figura dos jesuítas, representado neste último período pelo MEPES (discutida nos capítulos anteriores), deslocou-se parcialmente para a Prefeitura Municipal enquanto aparelho de hegemonia local. Esta desempenha um processo de mediação a favor da manutenção do domínio das classes possuidoras, representado inicialmente pelo grupo da Samarco. Juntamente com outros grandes empreendimentos (a Petrobrás e a Vale), esta empresa centraliza o poder econômico e político. Resta saber que papel exerce o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na manutenção dessa subalternidade ou se há elementos de resistência no interior deste processo. Interessamos investigar quais elementos originários do processo histórico, são mantidos e se há elementos novos (seja de reforço à subalternidade seja em contraposição).

Dessa forma, neste terceiro capítulo, analisamos um conjunto de ações postas em prática pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Anchieta, em parceria com um grupo de entidades que atuam na agricultura, voltado à valorização da agricultura familiar. A ação recente dessa entidade se insere no quadro de democratização da sociedade brasileira, com a queda do regime da autocracia burguesa, cuja expressão maior é a Constituição de 1988, quando houve um avanço em termos da autonomia dos municípios e dispositivos de expansão da democracia participativa, via conselhos de políticas públicas.

Nos últimos anos houve em Anchieta uma série de ações desenvolvidas com o intuito de ativar a participação dos agricultores familiares no planejamento municipal, no tocante às políticas públicas orientadas para a elevação das suas condições de trabalho e vida. O recurso instrumental utilizado foram as Semanas da Agricultura Familiar, evento de caráter educativo, festivo e cerimonial, visando valorizar a agricultura familiar. As Semanas da Agricultura tinham como objetivo contribuir para a constituição de uma identidade comum do *ser (agricultor) anchietense* (como costumamos qualificar esse processo), valorizando um passado mítico, umbilicalmente associado às formas familiares de produção, base econômica e social das etnias formadoras (o índio, o branco europeu e negro africano), em contraposição à grande propriedade e ao processo de expansão do grande capital no município e na região.

Se por um lado, esse processo coloca na agenda política as demandas dos agricultores familiares, por outro, há a possibilidade de os grupos dominantes (que ocupam os aparelhos de hegemonia) reforçarem ainda mais sua subalternidade, cooptando as lideranças vinculadas ao Sindicato, alocando-as em funções dentro da estrutura municipal, reduzindo as iniciativas do Sindicato para assumir uma postura crítica e independente do poder instituído.

Esse processo pode também ser visto de outra forma: o Sindicato percebendo que o enfrentamento direto aos poderes constituídos não levaria a construção de políticas públicas afirmativas para o campo, utiliza como estratégia para garantir direitos aos agricultores familiares, uma vinculação orgânica com o poder público municipal. Se isso é verdade houve uma determinação histórica, ou seja, foi a forma possível, encontrada pela entidade, para assegurar direitos em torno da questão da educação, da saúde, dos investimentos em estruturas produtivas, subsídios, entre outras políticas e programas postos em prática no período por nós analisado. Em último grau, pode ser analisado este processo como uma luta do Sindicato em manter a terra de propriedade dos pequenos agricultores, impedir que esta fosse incorporada pelo grande capital e também garantir a permanência de uma parte dos trabalhadores no campo, resguardando os mesmos de serem espoliados pela indústria.

Ao propor políticas públicas para a agricultura familiar, o Sindicato resiste à subsunção do campo a relação capitalista (que promove a redução da pequena propriedade e a expulsão dos agricultores para as cidades). Ou seja, a manutenção da indústria doméstica, a organização dos grupos produtivos são iniciativas que podem ser vistas como formas não capitalistas, embora que, a longo termo, submetidas a tal lógica.

Em relação às Semanas da Agricultura, estas cada vez mais deixam de ser uma iniciativa do Sindicato e, portanto, dos agricultores familiares, para tornar-se um projeto controlado e sob a direção do governo municipal. Muito embora o Sindicato nunca tenha se afastado de sua realização.

No primeiro evento, concebido originalmente pelo Sindicato, os recursos financeiros para sua realização foram gerenciados pela ADESPA (Associação de Desenvolvimento Padre Anchieta), OSCIP vinculada indiretamente ao poder público local, sendo que a SEMADER é que dispunha do uso da verba, deliberando onde e como esta seria aplicada. A partir da segunda edição a ADESPA sai de cena, considerando as dificuldades na operacionalização do uso da verba, sendo então os recursos de patrocínio pertinentes à Semana da Agricultura alocados em contas do Sindicato (específicas de convênio). Mas a deliberação sobre seu uso cabia ainda à SEMADER, apesar de formalmente ser o Sindicato o proponente de suas edições analisadas nesta dissertação, ou seja, da primeira à sexta. Como os dirigentes sindicais vão sendo em certa medida incorporados pela estrutura municipal em cargos comissionados, o sindicato vai se enfraquecendo politicamente em termos da defesa dos interesses dos agricultores, com a diminuição do número de seus dirigentes e com uma vinculação cada vez maior ao poder público, com o risco de perder a sua identidade de organização sindical. Com isso o grupo dirigente do evento, composto pela SEMADER, Mepes, Incaper e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, passa a ser controlado pela primeira, que, mesmo dentro de uma roupagem democrática, acaba por ditar os rumos do evento. A resultante desse foi a transformação das Semanas da Agricultura em um grande evento do município, acentuando assim as disputas políticas internas aos grupos do governo local por seu controle.

Para facilitar a exposição, dividimos este capítulo em quatro subpartes intituladas: Caracterização do território rural de Anchieta; O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o

projeto político para o rural Anchietaense; As Semanas da Agricultura Familiar: ganhos e perdas do STRAP e perspectivas de futuro.

### 3.1 - Caracterização do território rural de Anchieta

Nosso esforço analítico é na direção de identificar as características que distinguem os diferentes setores rurais de Anchieta observando os fenômenos sociais em curso, à luz dos processos sócio-históricos vividos pelas diferentes comunidades e que conformam a agricultura familiar do município. Tratamos da estrutura interna do mundo rural de Anchieta, identificando elementos prevaletentes, os atuais processos e aqueles em andamento, em cada setor rural, realizando uma interpretação da invenção da tradição. Esta caracterização serve para se pensar o papel a ser desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais na nova configuração sócio-política de Anchieta.

Todos esses aspectos têm como pressupostos manter a distribuição da propriedade rural e as condições de emprego da mão de obra agrícola, encontradas nessas localidades. Destacamos a pequena e média propriedade familiar sem, contudo, deixar de pontuar a presença em todos os setores rurais da grande propriedade.

Em Anchieta, diferentemente do que ocorreu na região vizinha de Itapemirim, não predominou historicamente o latifúndio enquanto base da estrutura produtiva agrícola. A presença significativa de grupos indígenas aldeados e o ingresso de imigrantes europeus para compor os territórios da Colônia Rio Novo fizeram com que, no início do século passado, a estrutura fundiária se configurasse com a existência significativa de pequenas propriedades. Realidade já verificada por Topalov (1978) <sup>125</sup> na região sul do Brasil, fortemente influenciada por fluxos de camponeses europeus no fim do século XIX.

Entretanto, ao longo das últimas décadas, a configuração do território de Anchieta passou por alterações, sendo verificada uma fragmentação ainda maior decorrente de processos de sucessão, como também uma redução da área total do município ocupada por pequenas propriedades. Esse processo pode ser observado a partir da década de 1970, quando ocorreu no Espírito Santo e, em particular, no município de Anchieta, a instalação de grandes projetos industriais, acompanhada da expansão da pecuária; o que pode ser comprovado com os seguintes dados:

- em 1970, as propriedades [sic] até 100 hectares, existentes em Anchieta, correspondiam a 52,58% da área do município; em 1975 houve uma redução deste número para 41,04% (CAMPOS JÚNIOR, 2005, p. 250).

---

<sup>125</sup> Topalov (1978) mapeia um debate caloroso que corria no campo da intelectualidade brasileira desde a década de 1920, qual seja: a natureza da colonização realizada no Brasil, se de natureza feudal ou capitalista, destacando a politização crescente deste debate especialmente a partir da década de 1950, quando emergem movimentos de contestação no campo dando origem ao “problema agrário” brasileiro. Este debate faz com que o autor levante a hipótese da existência de um modo intermediário próprio da formação brasileira, “o modo de produção latifundiária, distinto do sistema feudal e do sistema capitalista desenvolvido” (1978, p. 70). No modo de produção proposto pelo autor há o predomínio do latifúndio enquanto unidade produtora, mesclado também com a presença de minifúndios, convertido muitas das vezes em local de reprodução da mão de obra utilizada no latifúndio, denominado por ele complexo latifúndio-minifúndio. Atualmente as relações capitalistas de produção encontram-se amplamente difundidas no campo, seja de forma direta ou indireta. Para uma discussão sobre subsunção real e formal e subordinação indireta, Cf. Moreira (1993 e 1999).

- em contrapartida, o total de área do município ocupada por estabelecimentos de 100 a 500 hectares cresceu de 1.525 para 4.479 hectares e o extrato com mais de 1.000 hectares, de 1.000 para 4.172 hectares. Situação que, segundo Campos Júnior (2005, p. 250), se manteve praticamente inalterada até o censo agropecuário de 1995 (idem);

- o total do território ocupado por áreas médias e grandes, entre os anos de 1970-1975, cresceu respectivamente de 290 e 400%; enquanto o total ocupado por pequenos estabelecimentos, ou seja, de até 100 hectares, que antes correspondia a 7.699 hectares, decresceu para 6.021 hectares (idem);

Os dados referentes à estrutura fundiária em Anchieta, nos anos seguintes, indicam o aumento da parcela do território ocupado por pequenas propriedades, como também se eleva a área total de terras agricultáveis. De acordo com os dados de 2002, trabalhados pelo INCAPER <sup>126</sup>:

- as propriedades até 100 hectares preenchem uma área total de 16.422 hectares; as de 100 a 500 ocupavam 11.065 hectares; e as terras no extrato de 500 a 1000 concentravam 4.644 hectares;

- a área total das propriedades de até 100 hectares - consideradas pequenas- correspondia a 52% da área total de propriedades do município, enquanto o restante – composto por médias e grandes propriedades – representava 48% da área rural;

- a área total das propriedades do município, somando pequenas, médias e grandes era de 32.131 hectares, muito superior aos 14.672 hectares verificados em 1970.

Esta ampliação da área total de terras agricultável no município, na verdade, pode ser atribuída a processos de regularização e de retificação de rios que ampliaram as terras cultiváveis. Ou seja, agricultores, em situação irregular, legalizaram suas terras permitindo a expansão do cultivo em suas áreas, fenômeno que ocorreu no mesmo período que os rios foram retificados disponibilizando mais terras para a agricultura.

Verifica-se uma divisão quase paritária do território rural do município, onde figuram, de um lado, propriedades até 100 hectares, e de outro as acima dessa medida. Essa paridade encobre uma realidade adversa que se contrapõe à agricultura familiar. De acordo com a Agenda XXI,

[...] 11 grandes propriedades rurais ocupam 27% do território, enquanto que 358 minifúndios ocupam apenas 7,7%. Somente a empresa Samarco Mineração é proprietária de 7.846, 957 hectares, correspondendo a 18,69% do território de Anchieta (FUTURA, 2006, p. 35).

Abaixo, segue um demonstrativo das propriedades rurais existentes em Anchieta, onde comparecem a área total de terras e o número de imóveis nelas compreendidas, distribuídas em minifúndios e pequenas propriedades (até 64 hectares), médias propriedades (+ de 64 a 240 hectares) e grandes propriedades (+ de 240 hectares).

---

<sup>126</sup> INCAPER. Disponível em: <http://www.incaper.es.gov.br/institucional/downloads/anchieta.pdf>. Acesso em: 13/12/2013. Os dados trabalhados por eles foram extraídos do INCRA que já trata a questão de outra forma, utilizando inclusive a terminologia propriedades, ao invés de estabelecimentos comumente encontrados nos censos. As duas unidades não são equivalentes.

Tabela 4: Propriedades rurais de Anchieta segundo a dimensão da área				
Classificação <sup>127</sup>	Área total (em hectares)	%	Nº de imóveis	%
Minifúndios e pequenas propriedades familiares <sup>128</sup>	15.078,9	38,9	799	86,5
Médias propriedades	11.541,6	29,9	107	11,5
Grandes propriedades	12.104,6	31,2	18	2,0
<b>Total</b>	<b>38.725,1</b>	<b>100,0</b>	<b>924</b>	<b>100,0</b>
Fonte: Dados elaborados com base no Cadastro de Imóveis Rurais, exercício 2005.				

De acordo com esses dados, pode-se afirmar que há uma concentração fundiária no município de Anchieta, na medida em que apenas 13,5% das propriedades aí existentes ocupam 61,1% das terras, com 125 estabelecimentos. Ou seja, somente 38,9% das terras estão distribuídas entre os minifúndios e pequenas propriedades (86,5% das propriedades rurais), com 799 estabelecimentos.

No âmbito nacional, de acordo com os dados do INCRA, exercício 2003, a situação da concentração fundiária é mais alarmante. A estrutura fundiária nacional revela um quadro concentrador das terras: 35,1% das terras cultiváveis encontram-se concentradas em 0,8% das propriedades rurais; enquanto que 36,4% das terras correspondem a 6,7% de propriedades e 28,4% a 92,6%. Isso quer dizer que as grandes e médias propriedades concentram 71,5% das terras rurais brasileiras, distribuídas apenas em 7,5% de estabelecimentos, enquanto que somente 28,4% das terras correspondem a 92,6% das propriedades, ou seja, os pequenos agricultores, mesmo representando a quase totalidade das propriedades, ocupam menos de um terço das terras cultiváveis. <sup>129</sup>

A maior concentração fundiária em Anchieta é registrada nas proximidades da indústria Samarco, localizado no distrito sede, no setor horizonte, visto que parte significativa do seu território foi apropriada pela mineradora, enquanto que nos setores São Mateus e Jabaquara existem grandes fazendas ocupando parte importante de seu território.

Verifica-se, ainda atualmente, o aquecimento do mercado de terras, na medida em que grandes empresas vêm adquirindo áreas próximas àquelas destinadas a empreendimentos industriais e comerciais, para utilizá-las como local de instalação de seus projetos, ou como reserva de mercado ou ainda como objeto de especulação. Esse fenômeno acaba se reproduzindo, tal como um imã, incorporando gradativamente as pequenas propriedades do entorno e atraindo novos especuladores. Muitas destas áreas ficam subutilizadas esperando valorização, realizada quando investimentos públicos e/ou privados são instalados em suas cercanias.

De acordo com a Unidade Municipal de Cadastro (NAC/UMC) em Anchieta, recentemente a Companhia Siderúrgica de Ubu, pertencente à Vale, adquiriu 200 alqueires

<sup>127</sup> Para efeitos de classificação, o INCRA adota a unidade módulo fiscal. Em Anchieta/ES, o módulo fiscal corresponde a 16 hectares. Os imóveis com área inferior a um módulo fiscal são classificados como minifúndio. Nesse município, são consideradas pequenas propriedades os imóveis entre 1 e 4 módulos (16 a 64 hectares); São médias propriedades os imóveis + de 4 a 15 módulos (acima de 64 até 240 hectares) e grandes propriedades os imóveis acima de 15 módulos (+ de 240 hectares).

<sup>128</sup> O total de terras cultiváveis por mini e pequenos proprietários não corresponde, absolutamente, ao existente; isso porque no Cadastro do Incra (2005), 14 propriedades cuja área registrada é zero foram enquadrados nessa categoria, seguindo o critério adotado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta. Estes imóveis, na classificação do referido cadastro, aparecem como minifúndio, pequena propriedade ou “não classificado”.

<sup>129</sup> Esse esforço de comparação entre o município e a realidade rural nacional precisa ser relativizado, isso porque além dos dados serem de exercícios diferentes (respectivamente, 2005 e 2003), o critério de classificação nacional das terras é distinto daquele utilizado, pelo INCRA, para classificar as terras do município.



(1000 hectares) de terra do Grupo Águia Branca em Jabaquara. Mas esta área, hoje de propriedade da Vale, continua sendo explorada por esta empresa com a criação de 2000 cabeças de gado de corte. Após a venda do imóvel, o grupo Águia Branca adquiriu ainda no setor Jabaquara (comunidade de Simpatia), uma área de 60 alqueires (300 hectares). São todas essas áreas próximas à BR 101 e à rodovia estadual que faz a ligação da BR com a sede do município e, mais importante, estão dentro ou próximas a áreas destinadas à expansão industrial.

Nos dias atuais parte importante do território anchietense se transforma em área de pastagens,<sup>130</sup> sendo paisagem comum encontrada nas imediações das comunidades rurais. As pastagens poderiam, no limite, serem compreendidas como estratégia que pode mascarar a improdutividade de muitos imóveis.

De acordo com a Agenda XXI de Anchieta, o município em 2005 tinha suas terras assim distribuídas: 32% de pequenas propriedades, 29% de médias propriedades, 29% de grandes propriedades, 8% de minifúndios e 2% não classificada. Ao considerar pequenas propriedades somente os imóveis rurais de até 64 hectares<sup>131</sup> (04 módulos fiscais) constata-se que apenas 40% da área total de terras do município são ocupadas por agricultores familiares, o restante ou está nas mãos das grandes empresas ou utilizadas por agricultores não familiares.<sup>132</sup> A concentração fundiária, característica do Brasil, se apresenta visível em Anchieta, onde uma grande quantidade de proprietários possuem uma pequena quantidade de terra e onde uma pequena quantidade de pessoas/empresas possuem grandes extensões de terras.

Se de um lado a grande propriedade é nociva às formas camponesas de agricultura por conta da forma de exploração da terra, da existência da monocultura e do pequeno emprego de mão de obra, a existência de tantos minifúndios, sem uma política pública de apoio efetivo a exemplo da existente ao agronegócio, também é problemática, pois, os agricultores não encontram em suas reduzidas áreas de terras os mecanismos necessários a sua reprodução social. Esse processo de fragmentação da propriedade da terra, que dá origem ou amplia a quantidade de minifúndios, tem sua gênese nas sucessivas divisões entre herdeiros processadas no interior das famílias. Com espaços cada vez menores e sem recursos para estender seus domínios e/ou realizar investimentos, os agricultores familiares veem diminuídas as possibilidades de cultivar a terra e, por consequência, têm seus rendimentos com as lavouras reduzidos dramaticamente. Este processo deixa como alternativas: a venda do imóvel que é incorporado, em geral, por uma média ou grande propriedade localizada nas imediações do minifúndio; ou a adoção da pluriatividade,<sup>133</sup> onde as famílias têm necessidade de compor o seu poder aquisitivo com rendas originárias de outras atividades para além da produção agrícola.

---

<sup>130</sup> A Samarco Mineração, por meio da empresa Ponta Ubu, possui, de acordo com NAC/UMC, aproximadamente 1900 cabeças de gado.

<sup>131</sup> Por lei são considerados agricultores familiares àqueles que não detenham a qualquer título área superior a 04 módulos fiscais, além de outros critérios como o uso predominante de mão de obra familiar, etc. Em Anchieta o módulo fiscal é de 16 hectares.

<sup>132</sup> Muito embora parte destas propriedades, tidas como de agricultura familiar, mesmo estando num extrato que possibilitaria este seu enquadramento podem estar ocupadas por agricultura de caráter comercial, com empregados ou desviadas de função, empregada em usos diversos.

<sup>133</sup> Adotamos como definição de pluriatividade o fenômeno no qual muitas famílias de agricultores buscam externos à propriedade, inclusive em atividades não agrícolas, os mecanismos complementares a sua manutenção e a de sua família. Processo classificado por Schneider (2001 e 2003) no campo das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares.

De acordo com o Censo Agropecuário Municipal de Anchieta, a maior parte da população economicamente ativa no campo, no ano de 2006, exercia atividade agrícola, entretanto, figuram com destaque outras atividades, entre elas o funcionalismo público, o que denota a pluriatividade como um traço marcante da agricultura familiar em Anchieta que muito bem pode ser entendida como uma estratégia de reprodução social destes grupos. Principalmente se considerarmos que a renda proveniente de atividades externas à propriedade ingressa na reprodução do conjunto familiar sendo parte dela utilizada como dinamizador da unidade produtiva. Além disso, indica o uso da máquina administrativa como oferta de emprego a famílias de agricultores familiares como estratégia de cooptação política (um conjunto destes trabalhadores atua em cargos comissionados).

Por outro lado, o crescimento do número de pessoas, residentes no campo, que não exercem atividades rurais, pode estar sendo potencializado por alguns processos observados hoje em Anchieta:

- a instalação de grandes projetos (Samarco Mineração, Petrobrás e Vale) e a consequente expansão das áreas urbanas e do setor de serviços, promovendo a atração de trabalhadores, especialmente os jovens;
- o acesso cada vez maior a cursos técnicos e a educação superior; e
- a abertura e pavimentação de estradas que ligam a sede do município aos setores do território rural, facilitando o fluxo de bens, serviços e pessoas, passarelas que ligam a vida do campo à cidade, com a instalação de transportes coletivos.

A vida do campo, em Anchieta, cada vez mais se assemelha a vida urbana. Comércio, pavimentação, equipamentos e serviços públicos podem hoje ser encontrados nas áreas rurais em menor ou maior expressão, materializados em boa parte pelas lutas do STRAP por melhores condições de trabalho e de vida. Esta aproximação entre cidade e campo pode indicar um momento propício para se repensar o futuro das áreas rurais do município de Anchieta e o seu papel na dinâmica da vida municipal.

No processo de subordinação de um território ao domínio do capital, a renda fundiária se eleva, como resultado da incorporação de trabalho social. "Assim crescem o mercado e a procura da terra, e imediatamente a procura de terra, ou seja, da condição de produção que todos os ramos, inclusive não-agrícolas, porfiam por obter" (MARX, 2008<sup>b</sup>, p. 848). Juntamente com o desenvolvimento do mercado de produtos agrícolas, e o correlato aumento da população urbana (fazendo crescer as necessidades de alimento), aumenta o valor da terra e da renda fundiária.

O aumento da população urbana, acompanhado da redução da população rural e do número de agricultores familiares, decorre da própria lógica capitalista, isso por que:

[...] na indústria (no sentido restrito) o acréscimo do capital constante<sup>134</sup> em relação ao variável<sup>135</sup> está ligado ao acréscimo absoluto, embora decréscimo relativo, do capital variável, enquanto na agricultura o capital variável exigido para a exploração de determinado pedaço de terra decresce em termos absolutos [...] (idem, p. 848-849)

As terras ocupadas por agricultores familiares, por serem as mais íngremes e pouco férteis, apresentam baixa produtividade, muito embora o agricultor familiar e seu grupo se

<sup>134</sup> Gastos com a força produtiva material - meios de produção, ou seja, instalações, equipamentos e instrumentos de trabalho.

<sup>135</sup> Gastos com a força produtiva humana - transformada em salários.

desgastem em operar "seu pequeno pedaço de terra, mas trabalho isolado, desprovido e privado das condições objetivas, sociais e materiais, da produtividade" (idem, p. 899).

Moreira (1995), partindo da análise da renda da terra, realizada por autores clássicos como Smith, Ricardo e Marx, afirma que a renda da natureza só pode ser realmente compreendida quando levamos em consideração a apropriação do conhecimento sobre a natureza. Na sua interpretação não é possível entender "fertilidade e localização", atributos valorativos, como algo natural da terra, é preciso entendê-la como "naturalidade" de uma sociabilidade capitalista. Ou seja, é o trabalho social incorporado que torna essa mesma terra uma mercadoria, portanto, atribuindo-lhe valor de troca.

Desta forma, o valor de troca da terra depende do trabalho social a ela incorporado. Para o autor, os atributos "fertilidade" e "localização", como determinações naturais, podem ser totalmente relativizados, pois, a fertilidade é algo possível de manipulação, com o uso das tecnologias disponíveis; e a localização depende de quais mercados estamos falando e de quais empreendimentos podem ser instalados nessas mesmas terras.

Este autor explica, primeiramente, a forma como se deu o processo de transformação da terra em mercadoria, ressignificando a concepção clássica de renda da terra e, elucidando o processo de territorialização do grande capital na Amazônia, conferindo novos significados à competição intercapitalista e a apropriação do conhecimento sobre a natureza. Moreira fala de renda da terra como renda da natureza, e como renda do território ecossistêmico abarcando o complexo das relações associadas ao domínio do solo, do território (MOREIRA, 2007).

Trazendo para o contexto de Anchieta, a referência à terra feita por Moreira (1995) diz respeito tanto às terras produtivas (ligadas à produção agrícola, ou mesmo as usadas como suporte das atividades industriais e comerciais), quanto às improdutivas, apropriadas por grandes empresas como reserva de mercado. Neste sentido, como pontua a valorização das terras (atribuição de preço no mercado de terras) se dá principalmente por fatores externos aos gastos de seu proprietário e ao trabalho aplicado diretamente por ele na terra. Esse dispêndio de trabalho social (abertura e calçamento de estradas, instalação de rede elétrica, rede de água e de esgoto, cabos de telefonia e internet) se objetiva nas terras, de propriedade particular, valorizando-as, ou seja, adjudicando o seu preço no mercado. Desse modo, a depender da localização, o simples fato de ser proprietário de parcelas do solo possibilita, ao indivíduo ou a empresa capitalista, obter ganhos de forma gratuita, ou seja, sem depender de seu trabalho ou investimento próprio, constituindo uma apropriação privada em relação ao conjunto da sociedade. Esse capital público, realizado sobre o solo, antecipando e acompanhando os investimentos do capital privado, atrai um conjunto de empresas para a localidade do empreendimento capitalista. É por esta razão que quando se anuncia grandes empreendimentos percebe-se o aquecimento do mercado de terras, crescendo também a especulação imobiliária.

Apropriar-se da terra, ou obter concessão para explorar o subsolo, torna-se um passo importante para apropriar-se da renda da natureza (MOREIRA, 1998), isto porque, a terra (incluindo o subsolo) constitui uma reserva de possibilidades para ser acessada através da utilização dos recursos fornecidos por inovações tecnológicas, especialmente se levarmos em consideração o contexto das novas descobertas tecnológicas, com destaque para aquelas ligadas à biotecnologia e as novas tecnologias de comunicação e informação (NTIC's) (LOJKINE, 1995), que impactam decisivamente a exploração dos recursos nos territórios.

O investimento de capital em terras, sejam produtivas (agronegócio ou para instalação de indústria) ou como reserva de mercado, significa a territorialização do capital, próprio da lógica capitalista. Nesse sentido, como parceiro privilegiado do grande capital, o Estado concede incentivos fiscais para fomentar tal processo, similar ao ocorrido na região amazônica. Moreira nos alerta que as lutas travadas pelos povos da região, em torno da apropriação da terra e da natureza, se vinculam ao processo de territorialização do capital nesta região (MOREIRA, 1995).

Em Anchieta, as comunidades rurais são agrupadas em cinco setores levando em consideração a proximidade geográfica e as características socioculturais. Este conceito de setor rural, utilizado por instituições que atuam no campo e pelo poder público em Anchieta, é muito próximo da atual definição de territórios de identidade utilizada no escopo da política de desenvolvimento territorial do governo federal. Manteremos essa denominação setor rural, pois, é assim que estas comunidades se identificam e são identificadas no âmbito local. São cinco os setores, Corindiba, Horizonte, Jabaquara, Pongal e São Mateus. Muito embora o município esteja dividido administrativamente em três distritos (Anchieta, Pongal e Jabaquara), a divisão em setores rurais é utilizada tanto pelo poder público quanto por organizações da sociedade civil que atuam no campo. Em cada um dos setores existem comunidades que se destacam, seja em termos populacionais, seja em organização ou ainda em força política.

O mapa 3, disposto a seguir, indica a divisão do município em setores rurais, secundarizando a divisão administrativa adotada pelo IBGE, pela Câmara de Vereadores (no tocante à legislação).



**O Setor Corindiba ou Vale do Corindiba,**<sup>136</sup> está inteiramente dentro do Distrito de Jabaquara, localiza-se no extremo norte do município, limítrofe a Guarapari e Alfredo Chaves, ponto mais distante da sede municipal. Sua área é composta por seis comunidades rurais:<sup>137</sup> Independência, Olivânia, Dois Irmãos de Olivânia, Duas Barras, Jaqueira e São Vicente. O Vale, como é comumente chamado este setor, ainda conta com duas comunidades que pertencem ao município de Guarapari: Cabeça Quebrada e São Félix.

Seu território, originalmente ocupado por grupos indígenas nômades, a partir de 1860 foi alvo de uma migração interna, da cidade e de outras regiões da então Vila de Benevente, provocada pela instalação da Fazenda Jacarandá, de propriedade do Coronel José Gomes de Oliveira (conforme relatado no primeiro capítulo). Recebeu posteriormente a influência da imigração italiana, com a constituição do 5º Território da Colônia Rio Novo, localizado a 14 km da dita fazenda, e, em menor grau, a alemã. Ou seja, na origem, a região era habitada por indígenas, em seguida de famílias, deslocadas de diferentes localidades da vila, imigrantes italianos, e, em menor quantidade, famílias alemãs.

A estrada principal, que corta o setor, recebeu recentemente (2011) pavimentação e nela circula sua única empresa de transporte público, em dois horários/dia, de segunda a sábado e num único horário aos domingos.<sup>138</sup> O trajeto mais concorrido conduz à cidade de Guarapari, dado o maior fluxo de pessoas nessa direção, em especial, no sábado, dia de compras, de resolver negócios e visitar parentes. Esta atração exercida por Guarapari (centro turístico conhecido em todo o Brasil por suas areias monazíticas, situado a 25 km de distância desse setor), deve-se especialmente ao fato de que a cidade possui uma rede sofisticada de serviços, concorrendo somente com Cachoeiro de Itapemirim, ou com Vitória (capital do Estado), localidades bem mais distantes. Trata-se de uma cidade de porte médio, integrante da RMGV,<sup>139</sup> para onde se dirigiram algumas famílias que abandonaram a vida do campo neste setor. Por isso, no domingo, alguns integrantes destas famílias, agora residentes em Guarapari, retornam para o campo com o objetivo de visitar parentes, com os quais mantêm laços (familiares e afetivos) de pertencimento.

Sob a influência de Guarapari, e da proximidade da BR 101, o setor Corindiba vem expandindo as atividades relacionadas ao agroturismo. As comunidades formam o circuito turístico do “Vale Viver Corindiba”, que apresenta os seguintes atrativos: cachoeiras, piscinas, bares, uma pousada, propriedades de agricultura familiar, agroindústria e criação de peixes, além da Escola Família Agrícola de Olivânia, já referida, aí localizada, e a Casa da Roça, ponto de comercialização de alguns produtos oriundos das propriedades de agricultura familiar. Também na comunidade de Olivânia está localizada a única pousada rural existente em Anchieta, pertencente a uma família de agricultores familiares, empreendimento denominado Estância Recanto das Águas.<sup>140</sup>

---

<sup>136</sup> Identificado no mapa com a cor verde

<sup>137</sup> Consideramos enquanto comunidade um agrupamento de casas onde em geral tem-se a presença de alguns equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde, quadras de esporte), igrejas e comércio.

<sup>138</sup> De segunda a sábado, dois ônibus fazem o seguinte itinerário: comunidades x Guarapari e Anchieta (7:00 e 13:00) e sede dos municípios x comunidades (10: 30 e 15: 30). No domingo só há itinerário para Guarapari.

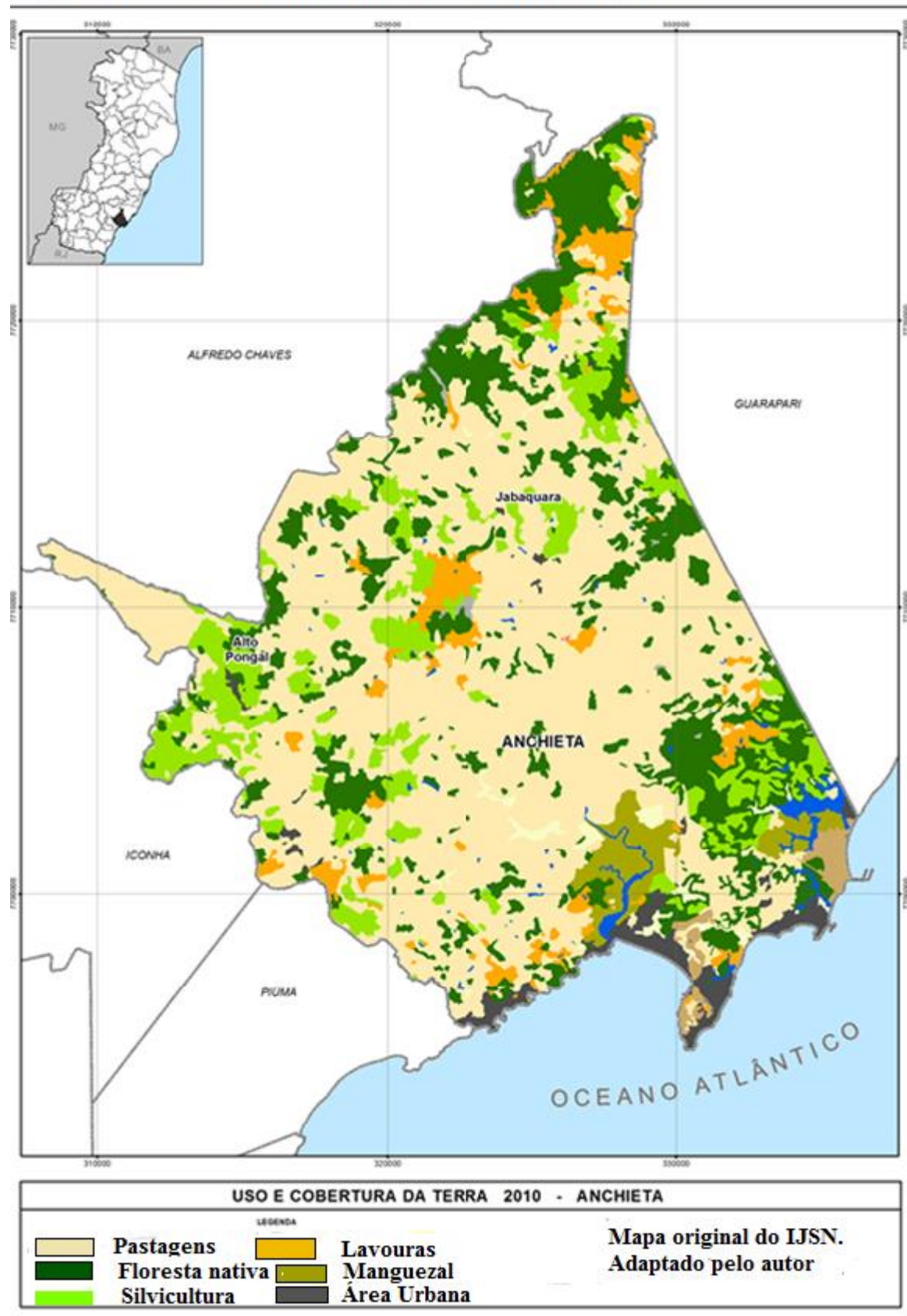
<sup>139</sup> O município de Guarapari foi incorporado à Região Metropolitana da Grande Vitória em 1999.

<sup>140</sup> O empreendimento tocado pela família Gaigher iniciou suas atividades em 2008. Os recursos de investimento são em boa parte oriundos do PRONAF. Na família é marcante a questão da pluriatividade, o esposo é formado como técnico agrícola na EFA-O, exercendo a profissão de agricultor, cultivando principalmente a banana e a esposa é engenheira agrônoma e professora da EFA-O. Também em Anchieta existe o Hotel fazenda Santana, de um empresário local, situado em Arerá, comunidade rural integrante do setor São Mateus. Esses dois empreendimentos são os únicos que oferecem hospedagem nas áreas rurais do município de Anchieta.

Os principais produtos cultivados neste setor são o café, a banana e coco e em menor grau cultivares alimentares como o feijão e o milho. Quanto às criações, destacam-se o gado de leite e de corte. A agroindústria caseira ainda possui certa importância, sendo desenvolvida no geral como atividade complementar às atividades agrícolas.

No mapa 4, logo abaixo, referente ao uso e cobertura do solo no município, se veem as terras ocupadas com pastagens, culturas e florestas. Verifica-se que a área correspondente ao setor Corindiba apresenta-se, na comparação com outros setores, com a maior área de florestas naturais do município, além de apresentar relativo equilíbrio entre as áreas ocupadas por culturas, pastagens e florestas plantadas.

**Mapa 4: Uso e cobertura da terra em Anchieta, ano de 2010**





No mapa 3, observa-se que em terras de Corindiba (cor verde), encontra-se a área do município de terras mais íngremes, partilhadas com o setor Pontal (cor amarela), apesar de existir uma quantidade de áreas planas, ocupadas em sua maioria por pastagens. As terras do Corindiba onde há uma maior concentração de pastagens estão nas proximidades do setor Jabaquara.

A citação a seguir, embora indique a não existência de latifúndio nesse setor, sugere uma diversidade nas dimensões das propriedades (sendo as maiores com 200 hectares - 7% das propriedades têm de 101 a 200 hectares), aponta para a concentração fundiária, convivendo com uma pluralidade de pequenas propriedades (77% das propriedades agrícolas aí existentes possuem até 50 hectares). Tem-se então uma ideia da forma como se distribui a propriedade rural, neste setor. Também se observam as atividades agrícolas que são aí desenvolvidas e o emprego da mão de obra em outras atividades:

[...] o setor constitui 17% das propriedades do município e que dentre essas, 77% têm até 50 hectares, 16% têm de 51 a 100 ha e 7% têm entre 101 e 200 ha. Se somarmos as propriedades até 100 ha, elas serão 93% do setor, ou seja, a maioria das propriedades aí localizadas são minifúndios e pequenas propriedades [...] das 871 pessoas contabilizadas nesse setor, 48% estão no trabalho rural. É o setor com maior percentual. Além desses, 18% são aposentados e 14% são crianças até 10 anos. Se somarmos este número, veremos então que 20% estão fora da atividade rural. Nas outras profissões, desenvolvidas por pessoas que moram no setor, a profissão mais significativa é funcionário público, somando 34% do total (BATTESTIN, 2009, p. 87).

A predominância de pequenas propriedades pode ser um fator explicativo da maior diversificação da produção e da permanência de um contingente significativo de pessoas que exercem a atividade rural neste setor. Embora não conste registrado em fontes oficiais, a observação da realidade do setor nos mostrou que este quadro pode ser alterado, pois, na comunidade de Dois Irmãos observa-se nos últimos anos um processo de aquisição de terras por um único proprietário não residente no município.

No plano da cultura, configuram-se as festas populares vinculadas à religiosidade católica (Festa de São Miguel, São Luiz Gonzaga, Nossa Senhora de Aparecida), pois, a maior parte da população do Vale do Corindiba confessa essa religião, entretanto, nos últimos anos, se observa a introdução de outras religiões (notadamente as igrejas pentecostais Assembleia de Deus e Deus é Amor), que podem estar provocando um arrefecimento nas manifestações religiosas. Outro fenômeno pode ser atribuído ao processo: a determinação do Bispado local em separar festa religiosa de festa “mundana”, ou seja, é vetado o comércio de bebidas nos dias das festas dos Santos. Isso faz com que as comunidades realizem duas festas, uma para o Santo (apenas religiosa) e uma para o povo (onde há bandas, bingo e bebida) sendo esta última mais frequentada do que a primeira. Esta cisão dissocia elementos da sociabilidade das comunidades rurais, as quais, tradicionalmente, se reuniam para festejar o santo e celebrar a própria vida, constituindo espaços de confraternização e momentos aguardados por toda a população local.

Neste setor, aparece ocasionalmente um elemento particular da cultura popular brasileira, trata-se da Folia de Reis que, nos últimos anos, vem se mostrando menos frequente. Ao que parece, os cantadores da folia (grupo restrito de integrantes, composto majoritariamente por idosos) surgem em épocas e ocasiões combinadas antecipadamente diferenciando-se da dança Italiana do setor Pongal e da dança portuguesa do setor Horizonte que possuem uma rotina de ensaios e apresentações.

A Escola Família Agrícola (EFA) de Olivânia é componente importante na visibilidade do setor Corindiba, localizada em terras originalmente pertencentes à fazenda Jacarandá, de propriedade do Coronel José Gomes de Oliveira (patriarca da família Oliveira e pai dos arcebispos Dom Helvécio e Dom Emanuel (como vimos, figuras destacadas na política local nas décadas de 1920 a 1960). Curiosamente, a escola atrai mais estudantes de fora do município do que em relação aos residentes no próprio Vale e mesmo no município de Anchieta. Este fenômeno pode estar relacionado à redução da atividade agrícola no município, pois esta, sob o impacto dos grandes projetos industriais, vem se tornando atividade acessória na reprodução social das famílias da agricultura familiar. Os filhos buscam fora da atividade rural a sua formação, perdendo laços de pertencimento com a comunidade rural, o que interfere nas suas opções em relação a projeto de futuro. Desse modo,

[...] para os pais que desejam a saída dos filhos da lavoura, a EFA [Escola Família Agrícola] é sim um meio útil, porém não tão adequado quanto um ginásio tradicional, por ser a EFA uma escola diferente cuja metodologia insiste na alternância, focalizando a realidade local (plano de estudo) o que, evidentemente, não serve ao objetivo desejado [...] (NOSELLA, 2013, p. 120).

Battestin (2009), ao investigar os projetos de vida dos jovens rurais de Anchieta, encontrou como expectativa profissional a projeção do urbano desejado pela maior parte dos jovens. Assim, é possível inferir que os projetos de vida, construídos em âmbito familiar, interferem diretamente na escolha do tipo de educação acessada pelos filhos dos agricultores, na preferência ou não pela educação do campo praticada pela EFA de Olivânia. Não resta dúvida que este cenário é potencializado pela presença da Samarco Mineração e a perspectiva de instalação de projetos industriais na região.

**O Setor Horizonte** <sup>141</sup> é composto pelas comunidades de Goembê, Belo Horizonte, Monteiro e Chapada do A (as três últimas localizadas nas redondezas da área de influência direta da Samarco Mineração e do projetado Polo Industrial e de Serviços de Anchieta), encontrando-se esta área próxima ao centro urbano de Anchieta e de Guarapari. Trata-se do setor de maior concentração fundiária, possuindo o menor número de propriedades, 11% do total do município. Grande parte do seu território integra as terras pertencentes à empresa mineradora e como também as propriedades adquiridas no entorno e que aguardam valorização.

O setor possui o maior número de propriedades acima de 200 ha, tem 41% das propriedades de 201 a 500 ha e 67% das propriedades acima de 501 ha, de todo o município [...] esse é o setor que menos tem proprietários (25%) e parceiros (20%), a soma dos dois não chega a 50% do total de famílias. Quando analisamos a distribuição das propriedades internamente, vemos que esse número aparentemente não é tão significativo, ou seja, soma 12% das propriedades aí existentes. Porém esses 12% ocupam uma considerável parcela das terras agricultáveis do setor. As outras se distribuem em 41% tem entre 0 e 10 ha e 38% de 11 a 50 ha. Esses números mostram claramente uma concentração de terras que se dá principalmente pela presença da Samarco Mineração, que é detentora da maior parte dessas propriedades e também em outros setores (a empresa é proprietária de aproximadamente 5 mil hectares, conforme registra Prefeitura 2006b). Enquanto a maior parte dos demais proprietários possui até 10 ha (BATTESTIN, 2009, p. 90).

Vimos que a expropriação e a expulsão de uma parte da população rural, liberando trabalhadores de seus meios de produção, constitui-se elemento intrínseco da lógica capitalista, em favor dos empresários industriais, ao criar um mercado interno e transformar lavradores em trabalhadores assalariados e ocupações similares. Isso significa que a elevada concentração da terra dificulta a reprodução social das famílias de agricultores.

<sup>141</sup> Identificado no mapa 3 (cor vermelha).

Antes a família camponesa produzia e elaborava os meios de subsistência e matérias-primas, que eram, na sua maior parte, consumidos por ela mesma. Esses meios de subsistência e matérias-primas transformam-se agora em mercadorias; o arrendatário vende-as no mercado gerado pelas manufaturas. [...] Assim, a expropriação dos que trabalhavam antes por conta própria e o divórcio entre eles e seus meios de produção correspondem à ruína da indústria doméstica rural e o processo de dissociação entre a manufatura e a agricultura (MARX, 2003<sup>b</sup>, p. 861).

Desse modo, resta como única opção dos membros do grupo familiar a busca de emprego no espaço urbano. A proximidade de áreas urbanas e de empreendimentos industriais exerce influência na distribuição das ocupações da mão de obra do setor:

Vinte e um por cento são assalariados rurais, e o maior percentual, ou seja, 33% das famílias declararam ter outros vínculos/profissões [...] O Censo mostra que esse é o setor que mais tem famílias com vínculos em atividades fora do rural -78%- (BATTESTIN, 2009, p. 90).

Mesmo assim, a agricultura resiste. A atividade fundamental desse setor rural é a criação de gado de leite e de corte, além de cultivar principalmente banana, mandioca e café. A silvicultura, em especial, com o plantio da seringueira, também é uma atividade relevante. A pecuária de leite e a silvicultura são mais características na comunidade de Goembê. Em Belo Horizonte observa-se um misto destas atividades, mesmo que um número significativo de moradores se vincule a empregos na empresa Mineradora (geralmente terceirizados) ou na Prefeitura Municipal. Essa última característica se registra em Monteiro, como também em Chapada do A, ambas localizadas no entorno das propriedades pertencentes à Samarco Mineração. Em Chapada do A, parte de seus moradores se ocupa do extrativismo do caranguejo, recolhido no mangue que ladeia esta comunidade, atividade que a vincula a um elemento de seu passado, de ancestralidade indígena, reafirmando práticas alternativas e sustentáveis de apropriação dos recursos da natureza. Mantém-se ainda a fabricação de farinha artesanal com a existência de três quitungos <sup>142</sup> e lavouras de autoconsumo. Esta comunidade, como já citado, identifica-se como comunidade indígena, na luta contra a sua expulsão do território, para instalação da CSU.

Vê-se que presença da agricultura familiar no setor Horizonte é muito frágil, à exceção da comunidade de Goembê, localizada mais distante do centro urbano e, portanto, da Samarco Mineração, onde predomina a pecuária, em especial a criação de gado de leite. Esta comunidade possui uma menor concentração fundiária, sendo a grande parte das terras distribuída entre agricultores familiares.

No que se refere ao uso e ocupação do solo, o mapa 2 demonstra no setor a preponderância da pastagem, da floresta plantada (eucalipto e seringueira) e de culturas. Também tem destaque a floresta nativa que ocupa uma parte importante do setor.

A comunidade de Belo Horizonte, colonizada inicialmente por portugueses (família Brandão), no plano cultural dedica-se à preservação dessa tradição, sendo reconhecida no município por meio de um grupo, de dança folclórica, denominado “Os Brandarinos”, criado em 1990. A gastronomia portuguesa, elemento importante da cultura local, é outro atrativo desta comunidade, além da caminhada ecológica ao Monte Urubu – topo de morro coberto por mata nativa (considerado patrimônio natural a ser preservado pelos habitantes da cidade de Anchieta), elementos que contribuem para configurar a identidade da comunidade e do setor.

---

<sup>142</sup> Indústria doméstica de fabricação de farinha.

A caminhada ecológica, realizada anualmente pela associação comunitária, contribui para dar visibilidade à comunidade Belo Horizonte, além de se constituir em elemento de união. O Monte Urubu, integrante da paisagem anchietense, atualmente está em terras adquiridas pela mineradora. Há uma luta, no sentido de transformar esta área numa reserva ambiental, comandada pela comunidade de Belo Horizonte, por meio da Associação comunitária, cujo presidente possui assento no Conselho Municipal de Meio Ambiente. Também a mineradora tem assento neste conselho, com direito a voz e voto. Nos debates travados no Conselho, a empresa não se posiciona contrária ao desejo manifesto da comunidade, porém, até hoje a transformação destas áreas em reserva não ocorreu, tendo sido recentemente instalada, por interesse desta empresa, uma rede de energia elétrica cortando o referido monte. Uma tensão permeia as relações estabelecidas nesta comunidade, de um lado um grupo, especialmente de jovens, com uma discussão em torno da questão ambiental, muito no foco da proteção ambiental, e do outro, moradores que vivem, em alguma medida, na dependência da empresa e do poder municipal, seja por meio dos empregos (na estrutura municipal e dentro da empresa), seja pelas pequenas doações que a mineradora faz à comunidade (relacionados a projetos assistenciais). A principal ação da comunidade (a caminhada ecológica), que poderia unir os habitantes de Anchieta na defesa do Monte Urubu, aparece financiada pela empresa, que a divulga em seus relatórios de “Sustentabilidade”, juntamente com outras ações financiadas no município.

Numa leitura mais otimista, pode-se afirmar que a comunidade mantém-se viva, demonstrando resiliência,<sup>143</sup> através de jovens envolvidos nas diversas atividades da comunidade (Igreja católica, grupo de jovens e associação), alguns ex-alunos da EFA de Olivânia. A proximidade em relação à cidade possibilita a existência de transporte coletivo e de empresas contratantes, facilita o acesso de jovens a atividades urbanas. A cidade constitui-se para estes jovens o local de trabalho e a comunidade rural o espaço de moradia e de pertencimento. Assim, a evasão de jovens parece menor que em outras comunidades rurais de Anchieta.

**O Setor Jabaquara**<sup>144</sup> é formado pelas comunidades de Jabaquara, Limeira, Itajobaia, Pé do Morro, Serra das Graças e Simpatia, que se encontram, basicamente, na área de influência da BR- 101, onde há regularmente transporte público para o acesso às cidades de Guarapari e Iconha.

Jabaquara, sede do Distrito de mesmo nome, se destaca, junto com sua vizinha Limeira, por um relativo adensamento urbano, diferenciando-se das demais comunidades do setor.<sup>145</sup> Por isso, certamente, encontra-se aí uma maior oferta de serviços de saúde e educação. Por outro lado, existe a presença da média e grande propriedade, utilizada essencialmente na criação de gado de corte e de leite.

O setor representa 21% das propriedades do município, o terceiro maior em número de propriedades [...] Oitenta por cento dessas propriedades têm até 50 ha e se somarmos com as que vão de 51 a 100 ha, chegará a um total de 89%. As demais, ou seja, 11% têm entre 100 e

<sup>143</sup> Ploeg (2008) entende a resiliência enquanto a capacidade que os camponeses no seu modo de fazer agricultura têm de resistir as crises, de lutar contra o Império, de otimizar seus recursos e seguir em frente se reproduzindo cada vez mais é um ponto chave que nos mostra o quão resilientes os mesmos e suas instituições são e o quanto homem e natureza tem em comum, principalmente se levar em conta o caráter da atividade agrícola camponesa e sua correlação com o meio ambiente

<sup>144</sup> Representado no mapa 3, cor vermelho escura.

<sup>145</sup> Parte importante de sua população, por residir em área urbana (sede de distrito e núcleos mais populosos como a comunidade de Limeira), não foi cadastrada no Censo Agropecuário Municipal (2006), pois não possuíam qualquer ligação com a agricultura.

500 ha, ou seja, trata-se de médias propriedades<sup>146</sup> [...] é o setor que mais tem assalariados rurais, ou seja, 44% das famílias aí residentes que foram contadas pelo censo, totalizando 54% de todos os assalariados do município. Num percentual muito próximo (43%) ficam os proprietários, seguidos pelos parceiros (13%) (BATTESTIN, 2009, p. 93).

Este setor desenvolve como principais atividades: pecuária de leite e de corte, silvicultura para a produção do látex, e café, havendo em menor grau o cultivo da mandioca, da banana e do feijão. Quanto às relações de trabalho, observam-se realidades diferentes na agricultura, havendo em algumas comunidades o trabalho assalariado, como em Jabaquara, Limeira e Simpatia, e em outras, como Pé do Morro e Serra das Graças, predominam a pequena propriedade e a agricultura familiar.

Situado na parte central do município, este setor apresenta uma concentração de pastagens, ao longo da bacia do Rio Benevente, principal curso d'água do município, onde há fazendas dedicadas à produção de gado de corte e de leite.

A comunidade de Limeira<sup>147</sup> se distingue de quaisquer comunidades existentes nos demais setores. Tem um número de habitantes maior que o da sede do distrito da qual está próxima; concentra um número grande de moradores, oriundos de outros estados ou de outras regiões do Espírito Santo; possui atributos de bairros periféricos, como adensamento populacional; problemas sociais relacionados ao desemprego, violência e drogas, sendo por isso estigmatizada enquanto uma “comunidade-problema”. Essa imagem negativa talvez seja derivada de seu afastamento de tudo o que se convencionou na concepção de comunidade rural (Ou seja, poucas casas, afastadas umas das outras, com pessoas que se conhecem há vários anos, sem migrantes, etc.).

A maior representação da cultura deste setor está na Festa do Divino Espírito Santo realizada na sede do distrito, evento religioso centenário que durante décadas mobilizou o município em torno dessa devoção. Nos últimos anos, as grandes festas do Divino deram lugar a cerimônias religiosas mais modestas. Fenômeno que atribuímos em grande medida à separação entre a “festa do Santo” e “festa do mundo”, alusão já feita em relação aos eventos religiosos do setor Corindiba.

Compõe o **Setor São Mateus**<sup>148</sup> as comunidades rurais de Arerá, Baixo Pongal, Boa Vista, Emboacica, Itapeúna, São Mateus, Subaia, Inhaúma e Viegas, todas integrantes do Distrito de Anchieta (Sede do município).

Estas se encontram relativamente próximas do centro do município, cujo acesso foi facilitado com o asfaltamento da principal via de circulação, reduzindo tempo o gasto no seu trajeto.

No tocante à distribuição da propriedade da terra e às formas de ocupação da mão de obra local, constata-se o predomínio de minifúndios e pequenas propriedades onde a

---

<sup>146</sup> Na verdade, de acordo com os critérios adotados pelo INCRA e pelo próprio censo municipal, trata-se de médias e grandes propriedades.

<sup>147</sup> A área ocupada por moradores está comprimida entre fazendas, uma delas é a de propriedade do senhor Hélio Virgílio Pimentel que possui, de acordo com o NAC/UMC, 1000 cabeças de gado de leite, atuando também na reprodução de matrizes, vendidas dentro e fora do estado. Anteriormente a parte ocupada por residências pertencia a pequenos proprietários que foram loteando suas terras, dando origem a comunidade, conhecida inicialmente por Sarampo, por conta de um surto da doença.

<sup>148</sup> Representado no mapa 3 (cor roxa).

população tem que recorrer a relações de trabalho urbanas, para a reprodução de seu grupo familiar:

O setor responde por 26% das propriedades do município, ou seja, é o que mais têm propriedades. Dentre suas propriedades, 60% têm até 10 hectares, sendo então o setor que mais possui minifúndios (36% do total do município). Vinte e sete por cento têm entre 11 a 50 ha, 6% de 51 a 100 ha, 5% têm entre 101 e 200 ha e somente 1% têm entre 201 a 500 ha. Nos números absolutos do censo, foi encontrada uma propriedade entre 500 e 1000 ha. A presença de tantos minifúndios pode ser justificada pela divisão das propriedades entre os herdeiros ao longo dos anos, pois, ao se conhecer um pouco o setor, percebem-se os núcleos familiares aí redistribuídos e que muitas das famílias basicamente produzem para subsistência, sem excedentes para a comercialização. E também por uma concentração, ainda que pequena, de terras nas mãos de fazendeiros da região (Anchieta e municípios vizinhos) [...] o setor tem o segundo menor percentual de pessoas que estão no trabalho rural (27% das pessoas), perdendo apenas para o Setor Horizonte [...] 44% das pessoas estão fora da atividade rural, uma característica muito parecida com o Setor Horizonte, reforçando a hipótese de que quanto mais próximo da sede, mais vínculos se têm com outras atividades não rurais (BATTESTIN, 2009, p. 90).

Além de grande parte dedicada a pastagens, verifica-se nos minifúndios e pequenas propriedades (circundadas pelas grandes propriedades) o cultivo de alimentos (plantio de feijão, milho e mandioca), quase que exclusivamente para a manutenção do próprio grupo familiar. O tamanho reduzido das propriedades impede um investimento significativo em culturas de cunho comercial. Também a produção do próprio alimento pode ser atribuída a uma herança étnica dos povos que originalmente ocuparam a região (negros e índios). Nas grandes e médias propriedades, a atividade principal é a criação de gado de leite e de corte, seguida da produção de mandioca, café e seringueira.

Nesse setor encontram-se instaladas pequenas agroindústrias de fabricação de farinha, uma pequena fábrica de lajotas e outra de picolé/sorvete, empreendimentos que auxiliam na ocupação da mão de obra local.

A comunidade mais importante do setor é a de São Mateus, ocupada predominantemente por descendentes de escravos e índios. Uma significativa quantidade de mulheres desta comunidade trabalha durante o dia na condição de doméstica, em residências do centro de Anchieta, retornando à tarde para seu lar.

Elementos da cultura negra forjaram a identidade social da comunidade, cuja maior expressão artística e cultural é o congo, uma tradição com 150 anos de história, atualmente organizada no grupo “Força da Raça”. Nas festividades do município esse grupo se apresenta recebendo o apoio da Prefeitura municipal que fornece ônibus e outros auxílios para a manutenção do grupo nas suas diversas apresentações. Uma das figuras de maior destaque na comunidade é Mestre Valentin Manoel dos Santos que, aos 90 anos, recebeu recentemente, da Secretaria de Estado da Cultura e do Ministério da Cultura, o título de “Mestre da Cultura Popular”.

De maneira geral nessas comunidades predomina o catolicismo em torno do qual se organizam as festas religiosas. No caso de São Mateus, especificamente, as festas se processam integradas às manifestações da cultura negra, sendo a fincada do mastro de São Benedito um ritual que envolve toda a comunidade e comunidades vizinhas, constituindo o elemento integrador de uma identidade do setor.

**O Setor Pongal** <sup>149</sup> se destaca por ser constituído majoritariamente por descendentes de imigrantes italianos, desenvolvendo atividades de preservação dessa cultura. Integram à região as comunidades de Alto Joeba, Córrego da Prata, Dois Irmãos, Itaperoroma Alta e Itaperoroma Baixa e Alto Pongal.<sup>150</sup> Todas estas comunidades rurais formam o “circuito turístico dos imigrantes”, numa alusão a imigração europeia do final do século XIX, já descrita neste trabalho.

A comunidade de Alto Pongal constitui-se na sede do Distrito e, nas últimas décadas, teve peso decisivo nos rumos da política municipal, elegendo durante vários mandatos, vereadores e prefeitos municipais originários dessa região. Em Anchieta não há praticamente disputa de projeto de sociedade no processo eleitoral. O que predomina são diferenças mantidas tradicionalmente entre famílias e grupos sociais. Uma questão de identidade comunitária permeia o processo eleitoral. Por exemplo, mesmo que ao serem eleitos os prefeitos residam na sede do município e não mais na comunidade de Alto Pongal, os laços com o local de origem mantêm-se, pois, lá habitam ainda os seus parentes e pessoas de seus afetos/colaboradores. Ou seja, prevalecem ainda no processo eleitoral laços de amizade, de parentesco e de dependência social, política e econômica. São elementos da cultura política tradicional que ainda têm vigência na vida política de Anchieta.

De 1960 a 2014, que inclui o período do regime militar (1964-1988) e dos “grandes projetos” (1960-2014), muitos dos prefeitos eleitos tinham sua origem em Alto Pongal, muito embora, como já observado alguns destes já residissem na sede do município quando eleitos.<sup>151</sup> Talvez por conta desta dimensão política, em Alto Pongal e demais comunidades deste setor exista uma quantidade elevada de investimentos públicos, realizados ao longo de décadas, convertidos em pavimentação asfáltica, iluminação pública, sistema de tratamento de água, escolas, quadras desportivas, cemitério, entre outras estruturas urbanas.<sup>152</sup> Outra determinação pode advir do nível de organização alcançado pelos produtores rurais familiares, que têm força para verem atendidas suas reivindicações. Suas principais lavouras são: café e banana, com destaque para o emprego de tecnologias no melhoramento da produção, com foco inclusive na qualidade do produto, aferida via certificação.

Na comunidade de Córrego da Prata existe um grupo de agricultores familiares,<sup>153</sup> que trabalha na melhoria de qualidade do seu café, adotando procedimentos inovadores tanto na produção quanto no beneficiamento do produto. A seleção das plantas e os tratos na cultura

---

<sup>149</sup> No mapa 1, cor amarela.

<sup>150</sup> Nas últimas décadas tem se acentuado a pluriatividade na comunidade de Alto Pongal e atualmente grande parte dos seus moradores exercem funções no serviço público e no transporte de cargas.

<sup>151</sup> São eles: Zeferino Justo Vettoraci (1967 a 1970); Alcides Ceccon (1971 a 1972); Zeferino Justo Vettoraci (1973 -1976); Alcides Ceccon (1977 a 1982); Zeferino Justo Vettoraci (1983 a 1987); Antônio Libardi (1988 a 1988); Edival José Petri (1993 a 1996 e 2005 a 2012). Exceção ocorreu apenas nos anos de 1989 a 1992 e 1997 a 2004 quando foi eleito Moacir Carone Assad (1989 a 1992 e 1997 a 2004), residente no centro da cidade e descendente de família tradicional na política de Anchieta.

<sup>152</sup> A Escola deste setor apresenta o melhor IDEB entre as escolas municipais, possuindo todas as estruturas físicas e de pessoal necessárias para ser considerada uma escola modelo (laboratórios, biblioteca, professores com formação adequada, etc..).

<sup>153</sup> Agricultores familiares na acepção Pronafiana e também previdenciária. As instituições que atuam na agricultura em Anchieta (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria de Agricultura, Mepes e INCAPER) consideram esta área como de domínio de uma agricultura familiar com um avançado domínio técnico-produtivo, diferente de outras regiões do município. O caráter eminentemente comercial de suas lavouras e o uso esporádico de mão de obra externa, em especial no período da colheita, não faz com que estas entidades os classifiquem de outras formas, até porque no escopo da política pública há previsão para tal. Classificar estes agricultores como empresários rurais implicaria às entidades repensar suas formas de atuação no campo e o próprio desenho de algumas políticas públicas implementadas em âmbito municipal. No caso do Sindicato, implicaria de imediato a perda de associados.

permitem uma alta produtividade por hectare, bem superior à média estadual. Na safra são colhidos apenas os grãos maduros, sendo realizada a secagem em terreiros suspensos (estufas), o que evita o contato dos grãos com o chão sem que ocorra a fermentação. Estes cuidados vêm apresentando resultados favoráveis: além da produtividade superior, os agricultores vinculados à CAFESUL (Cooperativa dos Cafeicultores do Sul do Estado do Espírito Santo) conseguem melhores preços e alguns têm sido premiados pela qualidade do seu produto.<sup>154</sup>

Na cultura da banana, há um investimento no processo de comercialização direta do produto, rompendo com a dependência do atravessador. Os produtores estão organizados na APROBANA (Associação de produtores de banana de Anchieta), através da qual realizam a comercialização de sua produção em diversos mercados regionais, como também vende para agentes institucionais, notadamente para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Esta associação é composta por agricultores familiares, por esta razão está habilitada a comercializar seus produtos através do PNAE. A associação envolve produtores de outras comunidades do município de Anchieta.

Este setor é responsável pelo maior número de unidades produtivas dedicadas à agroindústria familiar com caráter eminentemente empresarial. Destacam-se o segmento na indústria de massas, bolos, pães e biscoitos, com a recuperação da cultura italiana.

Neste Setor Rural, o grau de desenvolvimento experimentado pela agricultura permite que as organizações atuantes no município classifiquem seus agricultores como consolidados na atividade, estando a maior parte das terras legalizada. Existe uma relativa facilidade no acesso a políticas públicas e ao crédito que, em alguma medida, podem ser atribuídos ao próprio processo de organização de seus agricultores que se diferenciam dos demais por suas condições sócio-históricas, entre as quais se destacam a imigração europeia, que determinou em parte a melhor distribuição da terra, e, a partir do final da década de 1960, o peso exercido na vida política do município, processos que guardam relação entre si.

O setor [Pongal] responde por 25% das propriedades do município, ficando atrás apenas do Setor São Mateus que possui 26% do total. Dentre suas propriedades, 93% têm até 50 hectares, 5% têm entre 51 a 100 ha, se somados representam 99% das propriedades. O 1% restante têm entre 101 e 200 ha [...] esse setor tem o segundo maior número de proprietários (72%) e parceiros (27%). Juntos somam 99% das famílias. Somente 1% das famílias é assalariada rural [...] esse é o setor com melhor distribuição das terras em propriedades de regime familiar, e que estas estão mais estruturadas e legalizadas [...] estão no trabalho rural (46% das pessoas), perdendo apenas para o Setor Corindiba. Além desses, 14% são aposentados e 12% são crianças até 10 anos. Se somarmos esses números, concluiremos que 28% de pessoas estão fora da atividade rural e destas 45% são funcionários públicos (BATTESTIN, 2009, p. 96).

De acordo com o exposto, este setor rural se contrasta sobremaneira com os demais setores do município. Aí se encontram instalados praticamente todos os serviços que existem espaço urbano. É o setor que proporcionalmente possui mais pessoas empregadas no serviço público municipal (especialmente na Prefeitura), é também possui melhores níveis de escolaridade.

---

<sup>154</sup> Como por exemplo: Weder Bisi Zuqui e Carlos Fenandes Bisi, que ficaram em 1º e 3º lugar no concurso de qualidade de café da Cafesul. O café do primeiro agricultor citado foi classificado com um dos melhores cafés conilon do Espírito Santo. Disponível em: <<http://itapemirimonline.blogspot.com.br/2012/12/produtores-de-cafe-de-anchieta.html>>; e <<http://www.srjaguare.com.br/noticia/divulgada-a-lista-dos-melhores-cafes-naturais-do-premio-conilon-especial.php>>. Acesso em 01/12/2013.



Os agricultores deste setor são os mais capitalizados, possuindo meios de trabalho modernos (equipamentos, veículos, etc.). É o setor onde os índices de regularização da terra são mais elevados, o que somada a sua melhor distribuição, concorre para um maior desenvolvimento econômico destes agricultores, em especial nas comunidades de Córrego da Prata e Alto Joeba.

Em Alto Pongal, comunidade sede do distrito, a maioria dos seus habitantes não se ocupa em atividades rurais como meio de vida. Em geral estas atividades correm em paralelo a atividades tradicionalmente urbanas (funcionários públicos, caminhoneiros, comércio, etc.). Estas, sim, constituem principais fontes de rendimento de seus moradores.

Além de sua forte presença na vida política municipal, há uma influência sobre a ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.<sup>155</sup> Dos 40 anos de Sindicato, em 27 os presidentes eleitos tinham origem neste setor, apesar de uma distribuição equilibrada de associados em todo o município.

Para finalizar a discussão sobre os setores rurais existentes em Anchieta, neles se verificam, em menor ou maior grau, processos de invenção da tradição que têm por objetivo ampliar a coesão entre os diversos grupos étnicos aí existentes, ou mesmo “criar” identidades que possam ser elementos de visibilidade e de coesão social para moradores dessas localidades.

Hobsbawn & Ranger (2002) afirmam que a tradição corresponde a um conjunto de práticas que normalmente são reguladas, e tem por principal função manter a prática da natureza humana, seja ela de base real ou simbólica. Deste modo, a tradição inventada funciona como uma ferramenta que mantém a continuidade da relação e da convivência das pessoas em consonância com seu passado. É o que se pode observar entre os setores rurais do município de Anchieta.

A busca por um passado épico pode ser entendido a partir de perspectivas diversas:

- enquanto um processo de reação a uma suporta perda de identidade em face das transformações causadas pela modernização, no caso de Anchieta processada a partir da instalação da Samarco Mineração;
- enquanto uma estratégia de valorização das suas origens, para posicionarem-se em condição diferenciada na relação com os demais grupos presentes no município (que em nosso caso estaria expressa não por etnias, mas pela presença impactante de forças não-locais, estaduais, nacionais e internacionais dos complexos siderúrgico, petroleiro e portuário associados a “grandes projetos”);
- ou ainda, como estratégia para atrair levas de turistas para a oferta de bens e serviços constituídos nas comunidades, gerando emprego e renda.

No setor Corindiba as articulações se dão em torno de um conjunto de pequenos empreendimentos agrícolas em que a Escola Família Agrícola de Olivânia assume uma

---

<sup>155</sup> Elaboramos uma lista das pessoas que ocuparam a presidência do Sindicato desde sua fundação, destacando aqueles originários de comunidades que integram o setor Pongal. Da comunidade de Itaperoroma Baixa, Edival Mezadri (1973 - 1975); de Alto Pongal, Dulcino Lorencini (1982 - 1984); de Córrego da Prata, Elizeu Salaroli (1985 -1995); de Alto Pongal, Eloir Vieira (1996 -1999); de Alto Pongal, Renato Lorencini (2002 -2004); da mesma comunidade, Marta Regina Vasconcelos Lorencini (2010- 2013), reeleita com mandato que vigorará até 2017.

posição de destaque, especialmente no que se convencionou chamar “turismo pedagógico”. A história da Escola e da pedagogia da alternância é utilizada como elemento principal da identidade do setor. Também há referências a ilustres personalidades que nasceram neste local, notadamente Dom Helvécio e Dom Emanuel Gomes de Oliveira, já mencionadas anteriormente e que conferem elementos de invenção da tradição. Também, projetos dinamizadores tocados por jovens rurais formados na EFA Olivânia constituem parte de um “roteiro” de visitação proposto ao circuito “Vale Viver Corindiba”.<sup>156</sup> Estes empreendimentos originários da agricultura familiar têm se expandido significativamente a ponto de não se configurarem atualmente como tal, apesar de serem gestados e priorizarem o uso da mão de obra familiar.

No setor Horizonte, aludimos a dois fenômenos que se destacam: o apelo da comunidade de Belo Horizonte em torno da valorização da sua ancestralidade lusitana, por meio do grupo de dança “Os Brandarinos” e também um reforço na discussão ambiental por meio da caminhada ecológica e das demandas pela conservação do Monte Urubu; e a busca da comunidade de Chapada do A por sua ancestralidade indígena em face às investidas da Vale no projeto Companhia Siderúrgica de Ubu. Processos que, a exemplo da festa da imigração italiana (Alto Pongal), chamam a atenção para as comunidades podendo reverter-se em força política.

No setor São Mateus a expressão de uma identidade cultural local encontra-se no Congo e na devoção a São Benedito, conforme referido anteriormente. Em paralelo a grande propriedade resistem práticas de produção de culturas alimentares que tem vinculação direta com a ancestralidade do negro e do índio que ocuparam estas terras nos últimos séculos. Esse fenômeno é verificado especialmente nas comunidades de São Mateus e Emboacica, que tiveram alguns produtores dessa agricultura de autoconsumo homenageados na 5ª edição da Semana da Agricultura Familiar de Anchieta, cujo tema era *Segurança alimentar e nutricional em foco*. Por estas razões tais comunidades foram escolhidas para representarem esta atividade em Anchieta indicando que no restante do universo da agricultura municipal a preocupação produtiva principal está relacionada diretamente a culturas mercantis e não de autoconsumo.

O setor Jabaquara é uma terra de contrastes onde coexistem as grandes propriedades, os minifúndios e comunidades com características mais “urbanas” (Jabaquara e Limeira). Vimos que a festa do Divino Espírito Santo foi durante muitas décadas um elemento aglutinador destas comunidades, atualmente parece haver problemas na construção de outro elemento que constitua a identidade deste setor. Em todos os setores o que se observa é a construção de uma identidade comum destas comunidades, em geral, estes processos passam pelo plano da cultura, que tem vinculação com a esfera da produção na agricultura. Na comunidade de Jabaquara e Limeira não há um produto que identifique a todos, uma vez que, os grandes produtores de gado não possuem relações mais amplas de sociabilidade, tampouco estão envolvidos nos assuntos das comunidades. São agentes externos cujo relacionamento limita-se ao trato com a mão de obra contratada para atuar em suas fazendas. Não circulam nos bares, no campo de futebol, nas praças e na igreja da comunidade, estes, por excelência, espaços de sociabilidade.

Como reação a esta “ausência” de uma identidade própria do setor, percebida por atores locais, ou mesmo uma tentativa de valorização de uma produção que se supõem

---

<sup>156</sup> Lara Fruit (produtora de polpa de fruta), Água de coco só saúde (envasadora de água de coco) e Aquamais (produção de alevinos de tilápia).

familiar, surge a festa da tapioca de Simpatia, comunidade integrante do setor Jabaquara. Nela subsistem elementos típicos de processos de invenção da tradição, muito comuns no Espírito Santo. A comunidade ao realizar o evento elege a tapioca, subproduto da mandioca, como o elemento que caracterizaria e que seria expressão da cultura local. A tapioca, historicamente produzida por agricultores familiares foi eleita como a expressão produtiva da comunidade, mesmo que não seja o mais importante economicamente.<sup>157</sup> Em torno da tapioca constrói-se um rito que envolve a criação de uma “dança da tapioca”, realizada por alunos da escola local, não podendo ser esquecido o ponto alto das festividades, uma “tapioca gigante”.

No que se refere ao setor Pongal, este recupera valores e ritos dos migrantes italianos, podendo-se afirmar que existe aí um processo acentuado de “invenção da tradição”, processos especialmente verificados em Alto Pongal, principal comunidade do setor e sede do distrito, observado na criação do “Grupo Folclorístico Nona Adélia”; na caminhada “Passos dos Imigrantes” (que refaz anualmente, em dois dias, o caminho percorrido por imigrantes italianos no final do século XIX), do Porto de Benevente (atual Anchieta) até a comunidade; e na Festa da Imigração Italiana. Nesta última, verifica-se a obediência a um rito: decoração das fachadas das casas, desfiles de grupos folclóricos e a *carretela del vin*, considerada o ponto mais elevado das comemorações, quando representantes dessas famílias desfilam pela comunidade de Alto Pongal, distribuindo vinho e petiscos aos presentes na festa.

Essas manifestações ocorrem, em maior ou menor proporção, nas diversas comunidades rurais existentes no município de Anchieta. Essas foram, ao menos inicialmente, influenciadas e fortalecidas pelas Semanas da Agricultura Familiar que se constituíram espaço para a mostra dessa diversidade cultural existente em Anchieta.

Diante do que foi exposto, é impossível se pensar num quadro de homogeneidade tanto para a produção econômica como para as dimensões culturais das áreas rurais de Anchieta, trata-se, muito mais, de variadas formas de agricultura existentes no território municipal. Mesmo em relação à dependência ao grande capital e às estruturas municipais, as comunidades rurais apresentam distintos graus de subalternidade. Vê-se, por exemplo, no setor Pongal uma relativa autonomia econômica e política, em relação à elite dominante local,<sup>158</sup> assumindo suas lideranças em alguns casos posição de direção.

De um lado, a grande propriedade desenvolve uma agricultura que pode ser tipificada de capitalista, pois apresentam trabalhadores assalariados, elevada tecnologia, movimentam uma quantia elevada de capital. De outro lado, a agricultura familiar que, não se constitui um grupo homogêneo, pois, sua forma de produção difere a depender do setor e da comunidade, variando entre uma agricultura de autoconsumo e uma forma eminentemente comercial de produzir.

É possível perceber que os arranjos familiares possuem relevância nas comunidades, seja na vida doméstica, com o emprego da mão de obra familiar, seja na vida do campo, conformando as paisagens. No rural anchietaense a produção varia, gravitando, no entanto, em torno da pecuária de leite e de corte, do café, da banana, da mandioca, da seringueira e das culturas alimentares, como também se destacam as atividades vinculadas à agroindústria

---

<sup>157</sup> Há na comunidade uma grande fazenda produtora de látex da seringueira que possui inclusive um conjunto de casas, na entrada da comunidade, onde moram seus empregados assalariados, em geral, originários de outros estados, especialmente Bahia. Há também muitas fazendas de gado que circundam as propriedades de agricultura familiar.

<sup>158</sup> Em municípios do porte de Anchieta, os grupos dominantes locais se constituem por famílias integradas a uma pequena burguesia.

familiar e ao agroturismo. Estas podem ser atribuídas à proximidade de um mercado consumidor em expansão, que demanda tal modalidade de serviços, e também a uma opção das famílias para aproveitamento dos produtos e potencialidades de suas propriedades, na ocupação da mão de obra de jovens e mulheres, grupos sociais mais envolvidos nelas.

As origens históricas da ocupação dessas regiões se refletem na conformação das identidades de cada setor, relacionadas à particularidade da agricultura, influenciando nas relações de pertencimento e na cultura de modo geral, na medida em que seu modo de vida, relacionado à posse da terra e a predileção por determinados cultivos/criações, encontra-se conectado a esta origem ancestral.

Estes processos de invenção da tradição em Anchieta avançaram na última década e isso pode se atribuído a vários fatores: a um fenômeno mais geral de valorização das tradições culturais, registrado em diversas partes do Brasil e a um processo desencadeado no âmbito do município. Na última gestão municipal, duas práticas induziram este processo. A primeira delas a criação do Circuito de Agroturismo dos Imigrantes e o do Vale Viver Corindiba; e a segunda, a construção de um calendário municipal de festas comunitárias, condicionando o seu financiamento à apresentação de uma proposta que “valorizasse a cultura local ou um produto característico da comunidade”. As comunidades que não desenvolviam nenhuma ação deste tipo tiveram que inventar uma identidade, o mais próximo de suas origens e das características da localidade. Surgem com graus diferenciados de elaboração: “festa imigração italiana” em Alto Pongal; “Viola aos pés da Serra” na comunidade de Alto Joeba; “festival do caranguejo” em Chapada do A; “Festa da tilápia” em Maebá; “Festa do dourado” em Inhaúma; “Festa do feijão” em Emboacica; “festa do café” em São Lourenço; entre outras.

Assim, o cenário complexo vivenciado nas áreas rurais do município de Anchieta se molda com uma agricultura familiar ocupando áreas reduzidas do território municipal em comparação à grande e média propriedade, apresentando-se em algumas regiões mais voltada ao autoconsumo e em outras com objetivos eminentemente comerciais.

Desse modo, destaca-se no rural anchietense a pluriatividade da agricultura familiar e os processos de invenção da tradição que, em alguma medida buscam chamar a atenção do município e dos dirigentes locais para sua realidade. Processo que, acreditamos, podem estar sendo acelerados pela ação do poder público em torno do financiamento dessas festividades “tradicionais” e desta condicionalidade, verificada na última gestão, como também uma forma de enfrentamento do domínio dos grandes projetos na vida social e política de Anchieta. O modelo que estas festividades seguem, com adaptações, é o da estrutura da Semana da Agricultura Familiar objeto de análise a seguir.

Pode-se afirmar que as tensões e as disputas internas na vida política de Anchieta não guardam diretamente uma relação com o antagonismo fundamental existente na sociedade capitalista entre burguesia e proletariado. As relações capitalistas de produção ainda não penetraram completamente na vida econômica, política e social de Anchieta. Prevalecem as relações pessoais de compadrio, parentesco e favores, que mantém a subalternidade das comunidades rurais em relação às frações das classes dirigentes, além da dependência econômica.

Para que as relações de produção capitalistas dominem completamente todo o território de uma determinada municipalidade é preciso que o capital desapropriar o trabalhador do campo e da cidade de todas as suas condições de produção, tornando-o livre (desprovido de meios de produção e instrumentos próprios de trabalho) para se submeter ao processo de

exploração capitalista, dessa maneira, “na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro” (MARX, 2008<sup>b</sup>, 823-824).

Quando as relações capitalistas penetram no campo, há uma produção excedente àquela exigida para autoconsumo do camponês:

Produtividade do trabalho agrícola excedendo as necessidades individuais do trabalhador é a base de toda sociedade e, sobretudo da produção capitalista, que libera da produção dos meios imediatos de subsistência parte cada vez maior da sociedade, convertendo-a, conforme diz Stuart, em “braços livres”, tornando-a disponível para ser explorada noutros ramos (idem, p. 1041).

As formas adotadas pelo capital, para fugir do assalariamento, e assim obter mais lucros, podem se apresentar como arrendamento, parceria e/ou meação. Mas a apropriação da agricultura pelo capital não é um processo que se dá de forma imediata, ao contrário ocorre de forma lenta e desigual.

Alguns vestígios, na tentativa de romper com esta condição a que estão submetidas às frações das classes subalternas, em Anchieta, são vislumbrados na resistência oferecida contra os grandes projetos. Primeiro no que se refere à luta dos agricultores em torno da questão das barragens e do recuo do governo estadual (processo já referenciado) e segundo, no que se refere especialmente a CSU (Vale), comandada por grupos ambientalistas. Em torno da luta contra a erradicação de Chapada do A, necessária a instalação desta siderúrgica, se aglomerou um conjunto de forças locais, estaduais e nacionais, sob a liderança do “Movimento Internacional dos atingidos pela Vale”, reunindo diferentes parceiros: via campesina, MST, Rede Alerta contra o Deserto Verde, OAB, DCE/UFES, CUT e outras centrais sindicais, FAMOPES, bem como integrantes de partidos de esquerda. Essas manifestações promovidas por esta tentativa de movimento social agrupava atores da luta urbana e da luta camponesa.

Não se pode afirmar que, no caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, tenha havido qualquer prenúncio de um movimento contra-hegemônico. Ao contrário, pela análise, contida a seguir, verifica-se uma atuação no sentido de defesa das condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares e não de rompimento com a ordem vigente. Para isso, moveu-se na trama do poder local, ocupando uma posição subalterna nos processos políticos, inclusive na promoção dos eventos Semana da Agricultura em que se observa a dependência do governo local.

Sua ação passou por um conjunto de atividades, que envolveu: um processo de formação de lideranças rurais; a participação no processo eleitoral de um candidato a prefeito <sup>159</sup> vinculado originalmente a agricultura familiar; a realização das Semanas da Agricultura Familiar; a construção de um projeto político pautando a agricultura familiar (o Projeto SER - Sustentabilidade no Espaço Rural) e a construção de propostas da categoria ao PPA (Plano Plurianual de Aplicação).

---

<sup>159</sup> O candidato em questão havia num passado remoto sido associado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e nutria simpatia pela luta dos trabalhadores. Também sempre relacionado ao MEPES, que na sua origem, teve sua atuação voltada quase que exclusivamente para realidade do campo.

### 3.2 - O Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o projeto político para o meio rural Anchietaense

Como nos referimos na Introdução, a leitura que Gramsci faz da sociedade nos auxilia na análise dessa complexidade de fenômenos no qual se insere a ação sindical, sendo relevante para a compreensão dos processos de construção de hegemonia na esfera local, considerando o emaranhado de interesses, dentre os quais dos pequenos produtores e parceiros, aglutinados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Interesses que passam pela constituição do seu projeto político em que a agricultura familiar assume um lugar central em face às perspectivas de grandes investimentos industriais.

O STRAP, fundado em 09/05/1973,<sup>160</sup> centrou sua ação na luta pela garantia de direitos para pequenos agricultores, meeiros e assalariados.<sup>161</sup> Ao se verificar o livro de registro dos associados,<sup>162</sup> fica evidente o peso dos pequenos agricultores nos primeiros anos de sua fundação.<sup>163</sup>

Em 2014, de acordo com dados do cadastro do Sindicato, seus filiados encontram-se distribuídos nas seguintes categorias: 1439 parceiros (pessoas que trabalham mediante contratos de parceria); 508 proprietários (pessoas que possuem menos de 64 hectares, ou seja, 04 módulos fiscais); 79 comodatários (exploram terras de terceiros de forma gratuita, em geral trata-se de filhos de proprietários); 39 assalariados; e 04 arrendatários (agricultores que trabalham em áreas de terras pertencentes a terceiros mediante aluguel). Essas divisões dos trabalhadores em categorias não dão conta da complexidade das condições de trabalho no campo.

Topalov (1978), ao tratar das condições de emprego da mão de obra agrícola no Brasil, ressalta que um indivíduo pode estar ao mesmo tempo submetido a relações de trabalho de natureza diversa, o que certamente ocorre em Anchieta:

[...] o pequeno proprietário pode ser ao mesmo tempo um parceiro numa outra parcela e diarista num latifúndio; o próprio parceiro pode empregar assalariados em sua gleba e trabalhar na exploração de uma outra terra em meia ou arrendamento etc. Essa polivalência do emprego rural é para o trabalhador um meio de defesa contra o subemprego: suas rendas são mais garantidas quando se originam de várias fontes (1978, p. 65).

---

<sup>160</sup> Foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho, em 23/01/1974, e incorporou o município de Piúma na sua base territorial a partir de decisão proferida na Assembleia geral do dia 08/01/1994, passando a denominar-se Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta e Piúma.

<sup>161</sup> Em algumas regiões do país a gênese dos Sindicatos dos trabalhadores rurais esteve na ação de importantes grupos de trabalhadores assalariados que fundaram os Sindicatos como contraponto ao poder do empresariado rural. No caso de Anchieta, dado a história da colonização local que implicou numa peculiar distribuição fundiária, já tratada no texto, o Sindicato teve desde sua origem uma atuação direcionada primordialmente ao pequeno proprietário.

<sup>162</sup> Onde o trabalhador que desejava filiar-se tinha seus dados anotados, sendo atribuído um número de matrícula ao associado e na sequência: nome, idade, nacionalidade, naturalidade, profissão ou função, residência, estabelecimento onde exerce a função ou profissão.

<sup>163</sup> Dos 500 primeiros associados, inscritos no período de 1973 e 1975, 250 são classificados como pequenos proprietários, 116 como meeiros, 51 como diaristas, 48 como assalariados, 35 como autônomos. O dirigente sindical entrevistado por nós (12/02/2014), nos disse como a direção do sindicato enquadrava as pessoas nestas categorias. Não há novidade na categoria pequenos proprietários; a de meeiros significa pessoas que trabalhavam e moravam em propriedades de terceiros, em geral grandes proprietários, tinham área para cultivo, mas também poderiam eventualmente exercer atividades remuneradas nestas terras; O assalariado, mesmo não possuindo carteira de trabalho assinada, exercia atividade de forma perene em determinadas propriedades. O diarista, trabalhava a dia, variando de propriedade em propriedade à depender da demanda, podendo inclusive trabalhar em pequenas propriedades. O trabalhador autônomo é aquele que não se considera entre as categorias já citadas ou ainda poderia exercer, a depender das circunstâncias, uma ou outra atividade ou ainda uma atividade não necessariamente rural.

Isso que o autor denomina “estratégias de polivalência” são qualificadas hoje de pluriatividade, sendo observadas em vários setores rurais do município, especialmente entre jovens e mulheres, com o acréscimo de atividades não-agrícolas.

Antes da fundação do STRAP, existia no município um Sindicato Rural comandado por grandes proprietários de terras, ao que tudo indica, admitindo como associados pequenos proprietários, hoje reconhecidos como agricultores familiares (considerando somente o tamanho da área do imóvel).<sup>164</sup> Posteriormente, esse sindicato tomou o caráter explicitamente patronal.<sup>165</sup>

O STRAP assumiu, desde o início, na luta bandeiras por melhores condições de trabalho e de vida dos agricultores familiares, tais como, a obtenção do crédito rural e a questão da previdência social rural. Em paralelo, se preocupou com a assistência a seus filiados, integrando sua ação à saúde, por meio de um convênio com o extinto INAMPS, através do qual ofertava serviços médicos e odontológicos, isso numa época onde o acesso a tais serviços era muito precário.<sup>166</sup>

De modo geral, mantinha um programa eminentemente assistencialista, não transparecendo quaisquer conteúdos de divergência, conflito ou movimento de resistência. Esse ideário, distanciado das lutas classistas, que prevaleceu em várias partes do país, pode ser atribuído não apenas à influência da Igreja Católica que exerceu historicamente uma hegemonia sobre a população do município. Soma-se, ao quadro da fundação do Sindicato, uma determinação conjuntural, sob a égide da Ditadura Militar, com o adicional de sua fundação ter sido mediada pelo poder público local.<sup>167</sup>

Ciente dessas determinações é possível inferir que a ideologia prevalecente provinha da orientação católica (Igreja que foi uma das aliadas dos grupos que deflagraram o golpe de Estado, em 1964). Esta, com práticas conciliadoras, apaziguadoras dos possíveis conflitos que poderiam se manifestar na sociedade local, nascidos do antagonismo existente entre as classes, contribuiu para submeter a população local reforçando o processo hegemônico, na obtenção de um grande consenso. O que, historicamente, concorreu para impedir a organização dos segmentos das classes subalternas num projeto alternativo para o município de Anchieta. Ao contrário, difundiu um comportamento de submissão com uma ação mitigadora de conflitos, fazendo com que os segmentos subalternos se acomodassem nas franjas do poder, exercido pelos grupos dominantes. Por outro lado, sua ação reforçou a

---

<sup>164</sup> A carta de reconhecimento deste foi emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 07/09/1968. A ata da Assembleia de 28/06/1972 consta a seguinte determinação sobre os valores de contribuição dos associados do Sindicato Rural: “[...] até três (3) alqueires, mensalidade de CR\$ 2,00; de mais de três (3) até quatro (4) alqueires, CR\$ 2,50; de mais de dez (10) até quarenta (40) alqueires, CR\$ 5,00; de mais de quarenta (40) até cem (100) alqueires, CR\$ 8,00; acima de cem (100) alqueires, CR\$ 10,0 [...]” (Livro de Ata do Sindicato Rural, 1972).

<sup>165</sup> Em todos os documentos deste Sindicato, produzidos anteriormente a fundação do STRAP, consta o nome Sindicato Rural. Na Assembleia de 29/06/1974, poucos meses após o reconhecimento do Ministério do Trabalho da existência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais os documentos já exibem o nome Sindicato Rural Patronal. O termo patronal surge justamente para marcar uma distinção entre as bases sociais que compõem estas duas instituições.

<sup>166</sup> Informações corroboradas com a entrevista de uma ex-funcionária do STRAP. Entrevista realizada em 12/02/2014.

<sup>167</sup> De acordo com os entrevistados (Ex-dirigente do STRAP e Ex-funcionária do STRAP) a ideia de criar um Sindicato de Trabalhadores partiu do prefeito da época, e oriundo do setor Pongal, também associado do Sindicato Rural Patronal. O Sindicato de Trabalhadores funcionou inicialmente na Prefeitura Municipal, onde era fornecida a estrutura material, inclusive papéis e veículo para reuniões fora do município. Os processos previdenciários, de acordo com os entrevistados, passavam pelo crivo do prefeito. O primeiro presidente pertencia ao grupo que apoiava as eleições do prefeito, inclusive quando assumiu a presidência do Sindicato o fez em paralelo as funções de vereador do município. Logo, ao ser aclamado presidente do Sindicato, estava sob a chancela do representante do poder público local e das forças que dominavam a política em Anchieta.

estrutura familiar, o desenvolvimento da solidariedade, também contribuindo para elevar o nível educacional da população a partir da criação de escolas.

Num primeiro momento, vimos o domínio exclusivo da Igreja, posteriormente compartilhado com uma elite local, e hoje sob a tutela do grande capital, representado na figura dos empresários vinculados, direta ou indiretamente, à Samarco, Petrobras e Vale. Até os dias de hoje, mesmo diante de um cenário de expropriação e de relativa pobreza, as pessoas ou grupos sociais, de modo geral, se retraem, não se integrando a qualquer movimento de resistência a esse poder instituído (salvo raríssimas exceções já descritas).

Em entrevistas realizadas,<sup>168</sup> alguns elementos são relevantes para problematizar o contexto de criação do STRAP e as razões que o levaram a uma ação mais assistencial do que política, vinculadas à própria forma como se deu sua criação, influenciando os dirigentes sindicais à frente deste processo ao longo das décadas.

Ressalta-se que a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ocorre a partir da mediação do prefeito da época, utilizando da entidade para fins político-eleitorais.<sup>169</sup> Desse modo, esta entidade nasce subordinada ao poder público local e às forças que dominavam a vida pública em Anchieta. Este novo organismo serve de instrumento para a formação e a reprodução do consenso, assegurando o domínio, por meio da difusão ideológica e cultural. Essa situação é evidenciada na ata de fundação do sindicato.

O Sindicato agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as entidades Sindicais, no sentido de solidariedade e bem estar social e do interesse nacional. [...] Tem o objetivo de promover a conciliação nos dissídios de trabalho, manter escolas e serviços assistenciais e auspicar a criação de cooperativas aos seus associados [...] (Ata de fundação do STRAP, 09/06/1973).

Destarte, o Sindicato, que poderia representar um contraponto na política local, opondo-se à dominação, nasce pelo alto, através da ação dos grupos que estavam no poder e não por articulações dos trabalhadores (componentes das classes subalternas), caracterizando-se mais como organismos de colaboração de classe do que como movimento social. O caráter “conciliador” desta organização sindical, verificada desde na sua origem, mascarou durante décadas os prováveis conflitos entre capital e trabalho, ou seja, entre patrões e empregados e mesmo entre STRAP e Sindicato Patronal.<sup>170</sup>

O conjunto de práticas recentes do Sindicato sofreu a influência de uma orientação de âmbito nacional, derivada da ação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) - definida em seus congressos e ações de massa - e das reflexões realizadas pelo próprio movimento na esfera local, determinada pelo contexto social, político e econômico em que essa categoria se insere, onde há uma estratégia de proposição de políticas públicas e participação em espaços institucionais.

---

<sup>168</sup> As entrevistas foram realizadas no mesmo dia, entretanto, em momentos distintos, tanto com o dirigente sindical quanto com a funcionária do Sindicato.

<sup>169</sup> Para o ex-dirigente sindical não havia insatisfação dos grupos opositores ao prefeito a época em relação a esta “proximidade” da entidade sindical com o poder público. Disse que o grupo do prefeito era muito forte, em especial, no interior onde vivia a maior parte da população. Citou inclusive que ele havia recebido mais votos para vereador do que o candidato a prefeito da oposição.

<sup>170</sup> Os entrevistados são taxativos em afirmar a não existência na sua época de conflitos seja entre patrões e empregados, seja entre o Sindicato dos Trabalhadores e o dos patrões durante o período que estiveram no STRAP.



Uma possível mudança de rumos na ação desta instituição pode ser observada quando esta converge para a construção de políticas públicas, com sua inserção em conselhos municipais,<sup>171</sup> sem, contudo, abandonar a prestação de serviços assistenciais. Isso se verifica a partir de 2003, com o Projeto SER (Sustentabilidade no Espaço Rural),<sup>172</sup> que se vincula a um processo de ampliação da democracia participativa, focalizando a construção e a gestão de políticas públicas voltadas para o meio rural e ampliando a discussão sobre o mundo rural para além da dimensão agrícola. Com isso, também reforçou sua ação junto do poder público local influenciando nas decisões políticas mesmo que de forma subordinada.<sup>173</sup>

No Brasil, o debate em torno da intervenção popular na elaboração de políticas públicas emerge a partir do processo de redemocratização, encontrando acolhida no próprio texto constitucional. Desde então, um conjunto de atores sociais têm participado de muitos espaços criados oficialmente para possibilitar o diálogo entre a Sociedade civil e o Estado.<sup>174</sup> Os conselhos de políticas públicas<sup>175</sup> em todas as esferas podem ser considerados espaços,

<sup>171</sup> Em 2014, o Sindicato integrava os seguintes conselhos: Conselho de Desenvolvimento Rural, Conselho de Meio Ambiente, Conselho de Saúde e Conselho de Turismo.

<sup>172</sup> É uma versão municipal do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) elaborado pela CONTAG, projeto postulado por esta Confederação como contraponto às políticas neoliberais implantadas no período FHC em meados da década de 1990. Cf. <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=255&nw=1>>. Acesso em 27/12/2013. A ideia era preparar um grupo de lideranças que pudesse, de forma qualificada, propor ações estratégicas para a melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais e que tivessem condições de participar efetivamente dos processos políticos que seriam desencadeados a partir das eleições municipais de 2004. Por esta razão, durante toda a experiência do curso havia um instrumento metodológico - “Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças” (FOFA) - que era constantemente utilizado junto aos participantes para refletir sobre a realidade da sua comunidade, do seu município e do seu país. Os dirigentes sindicais de então, sentindo a necessidade de se aproximar de suas bases, de se fortalecer, lançam-se no processo de formação de lideranças visava à sustentação e a acumulação de forças de seu projeto político.

<sup>173</sup> No ano de 2003, vivia-se em Anchieta uma conjuntura política pouco favorável à agricultura familiar e a intervenção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Apesar de já existir a algum tempo políticas públicas federais, como o PRONAF, não havia, a nível municipal, políticas específicas para a agricultura e o orçamento da secretaria municipal de Agricultura restringia-se à folha de pagamento. Não que faltassem recursos no erário, mas porque a agricultura, de maneira geral, não se configurava uma ação estratégica na visão do Governo Municipal. Isso pode ser atribuído a consolidação de um discurso em torno da questão dos grandes projetos industriais em Anchieta, em específico, em torno da exploração de petróleo no município, da construção de novas usinas pela Samarco Mineração e de outras indústrias que poderiam alterar a estrutura produtiva do município nos próximos anos (PROJETO SER, 2004). O Sindicato iniciou um Programa de Formação de Animadores (as) em Desenvolvimento Local Sustentável, utilizando o recorte setor rural. Tal programa foi financiado uma parte pelo STRAP e outra por uma ex-diretora do STRAP que se encontrava na direção nacional da Contag. O apoio veio de lideranças rurais vinculadas, em sua maioria, a Igreja Católica, articuladas pela direção do STRAP. A responsabilidade de selecionar o conteúdo dos cursos coube aos financiadores, junto de quem ministrou os mesmos, Carlos Antônio Lopes Teixeira, ex-assessor da FETAES. A formação de lideranças ocorreu em 05 grupos, um em cada setor. Como locais de encontro se privilegiaram as Igrejas e escolas primárias localizadas nas comunidades. Estes grupos eram compostos, na sua maioria, por jovens e mulheres agricultoras, muitos destes vinculados à ação pastoral da Igreja Católica ou a associações comunitárias, tais como, Associação de agricultores e agricultoras familiares do Vale do Corindiba, Associação de agricultoras familiares de Córrego da Prata, Associação comunitária de Belo Horizonte, entre outras. Os cursos envolveram diretamente 120 pessoas e tinham como temas principais: a organização do Estado (os poderes da república, os entes federativos e as atribuições de cada qual – destaque para as funções do ente municipal); a constituição de 1988 e a questão da participação popular (debate conceitual sobre: política pública, conselhos de políticas públicas, espaços de participação); a lei orgânica municipal (estudo do texto que tratava da política agrícola no município e sobre a construção da LDO e do PPA); e por fim a discussão sobre Agenda XXI e Plano Diretor Municipal (STRAP, 2003).

<sup>174</sup> Alguns autores, como Dagnino (2002), ao discutir a natureza das relações entre o Estado e a Sociedade civil, acabam por ressaltar o caráter conflitivo deste tipo de relação, opondo uma esfera à outra, muitas vezes alegando que os conflitos entre a Sociedade civil e o Estado são derivados da natureza divergente de seus “projetos políticos”. Numa visão Gramsciana a questão das relações entre Estado e Sociedade Civil é enquadrada sobre outro prisma. Mesmo que muitas vezes antagônicas estas duas esferas estão imbricadas. O estado (sociedade política) seria o núcleo duro, o estado estrito, onde se situa os aparelhos de coerção, por meio do quais a classe dominante exerce com legitimidade a força. Na sociedade civil estariam as múltiplas instituições que se organizam para formar o consenso, para estabelecer a direção ideológica e cultural de uma dada sociedade. A luta de classes é transportada para esta esfera, tendo como palco central as relações travadas no âmbito dos aparelhos privados de hegemonia (Escolas, Igreja, Sindicatos, Partidos, etc.).

<sup>175</sup> Avritzer (2007) salienta que o número de conselheiros no Brasil ultrapassa o de vereadores, numa referência à importância que a democracia direta tem exercido em paralelo às formas consolidadas de democracia indireta.

para onde conflui uma série de atores de uma sociedade civil multifacetada e com diferentes projetos políticos.<sup>176</sup>

Nota-se que a presença destes espaços de participação popular é cada vez mais frequente no país e o formato de Conselho é comum de ser encontrado em vários municípios brasileiros, principalmente após o processo de descentralização das políticas a partir da Era FHC. Em geral, configura-se num espaço caracterizado no discurso oficial como de concertação social, onde estão presentes representantes de segmentos da sociedade civil e do poder público. Assim como em outros municípios, em Anchieta, verifica-se a existência de conselhos municipais em diferentes áreas: saúde, educação, agricultura, habitação, e etc. Alguns destes têm o poder de decidir sobre verbas públicas a serem alocadas em programas/projetos, ou seja, possuem caráter deliberativo; outros, por não possuírem tal competência, na medida em que são apenas consultivos, servem apenas para referendar atos determinados pelo poder público. Sem entrar em profundidade nessa discussão, por se distanciar de nosso objeto principal, as decisões tomadas nesses espaços dificilmente são movidas por conflito, predominando em suas práticas o consenso ou a busca por este.

O Projeto SER expressava a intenção explícita de intensificar a atuação política do Sindicato, secundarizando as funções administrativas da entidade (processos previdenciários, cartas de aptidão ao Pronaf, etc.). Na sua construção, os envolvidos alimentavam a ambição de ver ampliadas: sua participação na política local; a valorização do agricultor, de sua atividade e das comunidades rurais. Apresentava como objetivo maior:

Consolidar a agricultura familiar anchietense como alternativa concreta na promoção da qualidade de vida no campo com cidadania, justiça e equidade social e de crescimento econômico com distribuição de renda por meio da geração de ocupações produtivas e de empregos, de forma inclusiva de gênero, geração, etnia e demais diversidades presentes no campo, e, de forma imprescindível, norteada pelos princípios da sustentabilidade ampla e massiva (PROJETO SER, 2004, p. 07).

Trata-se de uma pauta não apenas local, mas nacional, inspirada especialmente nas discussões realizadas nos diferentes fóruns da CONTAG e do CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural).<sup>177</sup> No conjunto das aspirações destes agricultores, ou seja, nas demandas e repertórios de ação coletiva, figuravam elementos de caráter pragmático e utópico (GOHN, 1997, p. 256).

A utopia pode ser visualizada no Projeto SER, presente na referência à Sustentabilidade,<sup>178</sup> incluindo suas variadas dimensões, tal qual expresso pelas Nações Unidas. O que pode ser ilustrado pelo grande objetivo do Projeto, acima citado. Por não

---

<sup>176</sup> Mattei (2010) situa a questão da participação na questão da gestão social das políticas, e no caso agrário brasileiro, no contexto político da descentralização político-administrativa e das lutas sociais agrárias na década de 1990 e as respostas do Governo FHC à barbárie agrária e ao sistema familiar de produção, desdobrando-se na constituição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Agrário Sustentável e na análise de seus 10 anos, passando pelos governos Lula. Ressalte-se sua leitura dos Conselhos, como mediadores complexos das lutas e demandas políticas e os diferentes níveis ou tipos de participação que se configuram no processo. Referindo-se a Petty (1996), Mattei fala em sete tipos de participação: manipulada; passiva; por consulta; por incentivos materiais; funcional; interativa; e de mobilização própria. (MATTEI, 2010, p. 29)

<sup>177</sup> Historicamente o Sindicato de Anchieta participou de congressos nacionais da CONTAG e ações de massa como o Grito da Terra e Marcha das Margaridas. Em 2001, uma diretora do Sindicato de Anchieta passou a compor a direção nacional da Contag, na Comissão Nacional de Jovens. Este fato potencializou a aproximação entre os debates travados no movimento sindical no plano nacional e municipal.

<sup>178</sup> Para uma visão da utopia da sustentabilidade, Cf. Moreira (2010). Rauta Ramos (2009, p. 17-35) faz uma discussão de sustentabilidade, numa perspectiva crítica, com base em Marx.

enfrentar o antagonismo fundamental entre capital e trabalho, operando em conflitos secundários, aqueles derivados da relação entre Estado e sociedade civil, não há nesta construção conceitual qualquer questionamento sobre a apropriação privada dos recursos da natureza. Deixa, portanto, de lado um conjunto de questionamentos sobre as possibilidades de existência real desta sustentabilidade. Verifica-se o contrário: os agricultores e suas organizações, na construção do Projeto, naturalizam a ação dos grandes empreendimentos que se instalam na região e exploram, quase que livremente, os recursos da natureza, recursos que deveriam estar à disposição de todos e não exclusivamente utilizados para a acumulação do grande capital.

Em 2003, o Sindicato, (que nessa época não tinha qualquer aproximação orgânica com a prefeitura, isso porque havia apoiado anteriormente o candidato derrotado nas eleições) convidou o candidato derrotado, na condição de liderança política, para participar junto com os agricultores, dos cursos e da construção do Projeto SER. Nas eleições municipais de 2004, com o apoio dos agricultores familiares, sagrou-se prefeito este candidato, alternando a representação dos grupos locais na esfera do poder político no município.

O STRAP, atuando junto do poder público, a partir de 2005, deu forma a proposição de criação do Programa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural <sup>179</sup> e do Programa Municipal de Mecanização Agrícola e Escoamento da Produção.

Dentro desse leque de proposições, se incluem o formato do programa, a quantidade de técnicos empregada, originários da Escola Família Agrícola de Olivânia, sua distribuição pelos setores rurais, a capacitação a que foram submetidos após a contratação, bem como os temas tratados (organizações sociais do campo, pluriatividade, agroecologia, segurança alimentar, nova ATER, entre outros). Muito embora, haja uma dominância no comando do processo, desde a criação do Sindicato, de grupos sociais ocupantes do aparelho municipal, houve a influência nesse processo do STRAP e de atores formados pelo Sindicato (que na época atuavam na SEMADER) como, por exemplo, o ex-presidente da entidade, na época Secretário de Agricultura. Assim, sua vinculação ao poder público municipal se aprofunda e apoiado em um conjunto de agricultores familiares e dirigentes das comunidades rurais, o Sindicato encaminhou ao executivo municipal sua proposta ao PPA para o quadriênio 2006-2009.

Do ponto de vista de lideranças rurais, aglutinadas no Sindicato houve, na esfera local, uma quebra de paradigmas na relação entre o poder público e a sociedade civil organizada.

[...] as “quebras de paradigmas” podem ser alavancadas por transformações sociais promovidas a partir de atitudes tomadas pela sociedade como um todo, ou por um ou mais de seus segmentos, à exemplo de uma categoria profissional que conquista um direito que há vários anos vem sendo pleiteado. A conquista não é o fim, e sim, o recomeço de uma nova época que certamente exigirá mais esforços, mais objetividade, criticidade, criatividade e muitas responsabilidades, pois, “*não há direito que não venha precedido de muita luta e acompanhado de múltiplas responsabilidades*” (Proposta do STRAP ao PPA quadriênio 2006-2009, 2005, p. 03).

<sup>179</sup> Embora estes programas representem a face pragmática do processo de proposição da política pública voltada ao campo, há se considerar que desde a sua concepção os mesmos são perpassados por muitos aspectos ideológicos que se vinculam à agricultura familiar, sob a orientação do movimento sindical de trabalhadores rurais, incluindo o formato do programa, a quantidade de técnicos empregada, originários da Escola Família Agrícola de Olivânia, sua distribuição pelos setores rurais, a capacitação a que foram submetidos após a contratação, bem como os temas tratados nesta: *organizações sociais do campo, pluriatividade, agroecologia, segurança alimentar, nova ATER, entre outros*. Muito embora, haja uma dominância no comando do processo, desde a criação do Sindicato, de grupos sociais ocupantes do aparelho municipal, estes elementos tiveram a influência do Sindicato de Anchieta e de atores formados pelo Sindicato e que na época atuavam na Secretaria de Agricultura, como por exemplo, o ex-presidente do Sindicato que na época era Secretário de Agricultura.

Apesar da construção do Plano Plurianual ser atributo exclusivo do gestor municipal, dentro de uma estratégia talvez de cooptação ou mesmo concessão, dado o apoio do STRAP nas eleições municipais, este aceitou a proposta do Sindicato ao PPA. Do ponto de vista do STRAP, não se tratava de se sobrepor a competência do prefeito, mas sim de expandir os limites impostos legalmente à participação popular.

É preciso e desafiante, “desconstruir” os conceitos atuais de participação popular na elaboração das “peças” do processo orçamentário e “resignificá-la” no formato da participação cidadã, assim entendida como: responsabilidades mútuas, poder público e sociedade civil. Essa é a intenção maior do conjunto de pessoas e de organizações signatárias dessa proposta popular inédita na história desse município (Idem, p. 09).

Além de garantir a disposição de recursos financeiros para investimentos nas áreas rurais, movia o Sindicato um anseio de participação na política municipal, visto que este, por questões político-eleitorais, tinha sido afastado da esfera municipal nos anos que precederam o Projeto SER.

Com o objetivo de interferir na política local, o Sindicato se lança na construção do orçamento municipal. As propostas apresentadas na ocasião (2005)<sup>180</sup>, condensadas no *Programa Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Agricultura Familiar Anchiense*, expressam uma conjuntura, em que as preocupações com a dependência de insumos externos, problemas de regularização fundiária, êxodo rural de jovens e de mulheres e a questão dos grandes projetos ganharam destaque nas reflexões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

[...] as práticas degradantes que caracterizam o ambiente rural de município, em especial aos altos índices de utilização de agrotóxicos e as dificuldades captação de recursos externos, geradas por diversos fatores, porém, mais acentuadamente pelo elevado índice de desregularização das documentações relativas à propriedade da terra. O que, dentre outros prejuízos, dificulta em muito a inserção no mercado contemporâneo e a captação de recursos externos, seja de políticas públicas ou de ações da iniciativa privada.

[...] é urgente a adoção de ações sustentáveis no sentido de estimular a elevação da autoestima da juventude, por meio de oportunidades concretas de educação, esporte, lazer, trabalho e outros aspectos inerentes à boa qualidade de vida. Em especial no que se refere à juventude rural que, por fatores diversos, tem deixado o campo em busca de oportunidades na área urbana que na maioria das vezes não são encontradas ou não são suficientes para a sobrevivência.

[...] é crescente a concentração popular na periferia da cidade de Anchieta, e, em igual escala, o esvaziamento da área rural, isto motivado pelo domínio de extensas áreas por alguns poucos proprietários, e, conseqüentemente, pelas condições precárias e insuficientes de ocupações produtivas, emprego e renda no campo. Devido às práticas adotadas pelo governo municipal nos últimos anos em relação à agricultura familiar, marcada pelo total descaso, hoje não se tem referências éticas da relação da categoria com o poder público, sendo estas alimentadas pelo imediatismo e o caráter individual/pessoal da “coisa” pública [...] (Idem, p. 11 e 20).

Diagnósticos antecederam o processo de proposição,<sup>181</sup> contidos em um documento, elaborados nos diferentes setores rurais, com a participação de segmentos representativos, ocasião em que ocorria a formação de lideranças rurais, consideradas pelo STRAP, agentes de desenvolvimento local. Tais diagnósticos expressam o que os agricultores percebiam enquanto cenários do município de Anchieta, passíveis da intervenção do poder público com vistas à garantia da qualidade de vida no campo.

<sup>180</sup> A gestão do prefeito eleito com o apoio do Sindicato se iniciou no ano 2005.

<sup>181</sup> Nos diagnósticos utilizou-se a ferramenta FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) muito utilizada no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais no Espírito Santo.

No referido documento, há referências aos potenciais, em termos de organizações de agricultores e a atrativos naturais e culturais, existentes no município, a serem apropriados para alavancar a agricultura familiar, com repercussão em todo o território do município.

A proposta apresentada pelo Sindicato, aprovada na íntegra pela Câmara municipal, passou a integrar o plano de ação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SEMADER), no primeiro mandato do então prefeito eleito. As propostas ganharam forma em dois programas norteadores: o PROMATERA (Programa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural) e o PROMAEPa (Programa Municipal de Mecanização Agrícola). O primeiro programa, responsável pela assistência técnica e extensão rural em todos os setores rurais. O segundo referente ao fornecimento de máquinas agrícolas e equipamentos, para suporte das cadeias produtivas da agricultura familiar. Outros programas de caráter auxiliar tiveram como função atuar na diversificação agrícola, subsidiando a produção da agricultura familiar, à comercialização, entre outros. Nesta época, essas esferas de atuação compareciam em alta no debate sobre a agricultura familiar, realizado em âmbito nacional por organizações sociais e pelo governo federal.

Simultaneamente, ocorre uma retomada e um redirecionamento nos trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (COMDERS), com a incorporação do segmento da pesca. O Conselho, antes presidido pelo prefeito municipal e convocado apenas em temas relativos ao Pronaf, teve sua legislação alterada,<sup>182</sup> ampliando o universo de sua ação e passando o presidente a ser eleito, pelo voto dos conselheiros, dentre os membros da Secretaria Executiva, integrada somente por representantes do MEPES, STRAP, INCAPER e da SEMADER. Desse modo, a direção do Conselho é mantida sob o controle desta última que subordina politicamente as demais organizações, sem precisar mencionar a dominação, em última instância, da Prefeitura Municipal.

Como se vê no quadro abaixo, as instituições da sociedade civil que integram o Conselho de Desenvolvimento Rural, além dos indicados pelo Sindicato como representantes dos setores rurais, a Escola Família Agrícola do MEPES (ligado estruturalmente à Igreja Católica e conjunturalmente ao grupo político do Prefeito eleito, tendo este sido Secretário Executivo desta organização). No que diz respeito ao poder público, encontram-se representantes de órgãos municipais, somados ao INCAPER e da Câmara Municipal. Os representantes integrados ao grupo político que ocupa o aparelho municipal de hegemonia dominam as decisões do conselho na elaboração da política agrícola municipal.

---

<sup>182</sup> Lei nº. 355/2006, de 24 de maio de 2006. Disponível em: <<http://189.38.58.10/anchieta/images/leis/html/L3552006.html>>. Acesso em 08/12/2013. Substituiu a Lei nº. 072/2001, de 27 de Junho de 2001. Disponível em: <<http://189.38.58.10/anchieta/images/leis/html/L722001.html>>. Acesso em 08/12/2013.

### Quadro 01 - Composição do COMDERS de acordo com a Lei nº 355/2006

Sociedade civil	Poder Público
Sind. Dos Trab. Rurais	Secretaria de Agricultura
Escola Família Agrícola	Secretaria de Pesca
MEPES	Secretaria de Meio Ambiente
A.F* Setor São Mateus	Secretaria de Ação Social
A. F Setor Horizonte	Secretaria de Educação
A. F Setor Jabaquara	Secretaria de Saúde
A. F Setor Vale do Corindiba	Secretaria de Infraestrutura
A. F Setor Alto Pongal	Secretaria de Turismo
Associação de Maricultores	INCAPER
Colônia de Pesca Z 4	Câmara Municipal

De acordo com o artigo 5 da lei, a secretaria executiva do Conselho é composta pelo Sindicato, Secretaria de Agricultura, Incaper e Mepes.  
\* A. F - abreviação de Agricultura familiar.

Elaborado pelo autor

O conteúdo das ações executadas pela SEMADER passou a ser deliberado no âmbito do órgão colegiado.<sup>183</sup> Esse processo, mesmo dominado pelo poder municipal, foi permeado por tensões, apesar do cenário favorável à participação das lideranças vinculadas ao Sindicato. Um exemplo dessas tensões é a proposição do Sindicato para a formação de uma comissão de avaliação dos programas da SEMADER, em 2010, no segundo mandato do Prefeito eleito com o apoio do STRAP.

Embora não se possa afirmar que o STRAP usufrua de autonomia perante os órgãos da Prefeitura local, observa-se a existência no município de um processo de articulação em torno de políticas públicas, prevista no Projeto SER. Se de um lado, há uma significativa mobilização da base social do STRAP, de outro, o grupo político então dominante utilizou a contribuição dessa entidade para reforçar sua hegemonia, mediante a ação de um grupo de entidades atuantes na agricultura com a criação de um cenário de legitimação ao poder instituído. Estas instituições, movidas por vários interesses, não necessariamente voltados à emancipação social dos trabalhadores da agricultura familiar, agregam esforços, produzem planos com ações conjuntas e tornam mais abrangentes a sua ação.

Dessa maneira, estas entidades não se contrapõem aos interesses dos grandes projetos industriais, ao contrário, buscando a melhoria da qualidade de vida e das condições de

<sup>183</sup> Quanto às formas de representação da sociedade civil, Avritzer (2007) salienta sua diversidade destacando três delas: a advocacia de causas coletivas, a advocacia de temas e a representação da sociedade civil. A primeira, a advocacia de causas coletivas, é muito comum na ordem internacional, e prescinde de qualquer tipo de escolha ou autorização, dedica-se a defesa de atores que não os indicaram formalmente para tais funções (Exemplo: Anistia Internacional e Greenpeace). A segunda, a advocacia de temas, pode ser verificada em casos de organizações que defendem determinados direitos não existentes em certos países, e inimagináveis para a maioria das pessoas submetidas àqueles ditames culturais. Neste caso, a representação não incide sobre as pessoas, mas sobre determinado tema, como por exemplo, o papel da mulher nas sociedades árabes. A terceira e última, a representação da sociedade civil, diz mais respeito ao controle social das políticas públicas, via conselhos (nos âmbitos municipal, estadual e federal). O autor destaca sua crescente importância no Brasil, notadamente a partir do processo de democratização da sociedade.

trabalho dos agricultores, obscurecem a necessidade de enfrentamento dos poderes constituídos, com o argumento de que a expansão do tecido urbano decorrente da instalação dos grandes projetos pode ampliar o mercado consumidor dos produtos agrícolas.

Deixam de analisar os efeitos da instalação de grandes empresas poluidoras em seu território e os efeitos dessas sobre a agricultura: redução das terras agricultáveis, a saída dos jovens do campo em prejuízo da sucessão familiar na agricultura, a exaustão dos recursos hídricos da bacia do rio Benevente, além da poluição das águas, do ar e o dano à biodiversidade.

A proximidade ou imbricamento da SEMADER com o Sindicato pode ser explicado mediante um processo sistemático de cooptação de dirigentes sindicais pelo grupo que ocupa as estruturas do poder municipal, observável desde o processo eleitoral de 2004, ressaltando-se, no entanto, um reforço, por meio de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, e que em alguma medida oferecem resistência ao completo domínio das relações capitalistas no campo. A composição do quadro da SEMADER após a eleição do candidato apoiado pelo STRAP evidencia esse processo pelo menos no que diz respeito aos cargos ocupados por sindicalistas. O presidente do STRAP assumiu o cargo de Secretário de Agricultura, além de 04 membros da diretoria ampliada dessa entidade terem assumido cargos nesta secretaria, desligando-se, ao menos formalmente, do Sindicato.

Esse cenário é extremamente complexo, pois, de um lado, existe um movimento do poder público municipal no sentido de aproximar e submeter o Sindicato a seu controle, agregando este a sua rede de apoiadores; do outro lado, há uma estratégia do Sindicato que busca ocupar espaços dentro da estrutura do poder municipal, com a justificativa de promover “de dentro” as mudanças desejadas na agricultura, como também obter os meios para financiar suas ações. Caso fosse a construção de um movimento contra-hegemônico, de crítica e conjugação de força políticas para introduzir reformas no desenvolvimento local de corte capitalista, esse processo poderia ser analisado utilizando a categoria gramsciana “guerra de posição”. De fato, trata-se muito mais, como já mencionado, de um processo de cooptação dos dirigentes sindicais pelo grupo dominante. Processo consentido pelo Sindicato que percebe nesta ação a oportunidade de conseguir ampliar o leque de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Contraditoriamente, na fala das autoridades municipais e das próprias organizações que atuam na agricultura, projetavam-se uma diversidade de cenários, dos mais futuristas e alarmantes possíveis. Veiculados nos jornais, além de investimentos astronômicos previstos para o município de Anchieta, em projetos industriais e correlatos, as primeiras informações tratavam de um crescimento populacional na ordem de 300%, prevendo-se que este saltaria de 20 mil à época para 60 mil habitantes num prazo de 20 anos (BATTESTIN, 2009, p. 5).

Poderia a agricultura sobreviver diante destas perspectivas de crescimento populacional e de centralidade da indústria na vida econômica do município? Estariam as áreas rurais fadadas ao desaparecimento? <sup>184</sup> Estas eram questões postas por estas organizações.

---

<sup>184</sup> A ideia do fim do campesinato, encontrada na obra de Hobsbawm, exerceu grande influência nos debates do movimento sindical na década de 1990. Acreditamos que essa ideia, hoje confrontada com outros estudos que apontam para o contrário, ainda esteja presente no senso comum, no cotidiano e em alguns momentos é acionada para especular tendências, especialmente em fenômenos de grande dimensão, como os que ocorrem em Anchieta.

Havia também o temor de que a importância econômica crescente da grande indústria promovesse a retração de investimentos nas áreas rurais, dado que a contribuição da agricultura na composição do PIB municipal se reduz a cada dia em face do crescimento da participação da indústria.

E por fim, fica evidente a necessidade das instituições vinculadas à agricultura familiar conquistar apoio político junto aos trabalhadores rurais e dentro da cidade. Pensava-se que quanto mais forte estivesse a agricultura familiar, mais influente na política municipal seriam as instituições que nela atuam e seus dirigentes. No que se refere ao centro urbano do município, sua população, antes da realização das Semanas da Agricultura Familiar, pouco conhecia as áreas rurais, e/ou possuía uma visão estereotipada destas, vinculando-as ao atraso e ao conservadorismo, opostas ao progresso alardeado pelos grandes projetos.

### **3.3 - Semanas da Agricultura Familiar: ganhos e perdas do STRAP e perspectivas de futuro**

A partir da proposição do PPA, ficou assegurado no orçamento municipal o suporte à agricultura familiar pelo poder público municipal, e para tal foi valorizada a estrutura da SEMADER. Seu orçamento foi elevado,<sup>185</sup> bem como foram criados um conjunto de programas de atendimento aos agricultores.

A organização do evento Semanas da Agricultura Familiar, que remonta ao início de 2006, tornou-se a peça chave das ações da SEMADER, muito embora a iniciativa primeira tenha sido deflagrada pelo conjunto de lideranças rurais, representativas do Sindicato, que se reuniu na comunidade de Córrego da Prata, setor rural de Pongal, para discutir a realização de um evento que pudesse unir as comunidades rurais na defesa da agricultura familiar. A ideia inicial do STRAP era de que o evento fosse realizado anualmente em cada setor rural e tivesse como destaque a exposição em stands de produtos da agricultura familiar, organizados por setor rural, para sua comercialização na própria localidade espaço de sua realização. Também, dentro de sua programação, cada noite seria reservada a uma apresentação cultural de uma etnia com suas tradições culturais.

O financiamento das diferentes edições da Semana variou, estando presentes de forma recorrente recursos do governo municipal, além daqueles provindos da Secretaria Estadual de Agricultura. Em menor grau, participava financiando o Banestes, como também empresas privadas, inclusive vieram recursos financeiros da Samarco Mineração no ano de 2008 e da CSU no ano de 2011 (projeto da Vale de uma Siderúrgica em Anchieta).<sup>186</sup>

Após a primeira reunião realizada no âmbito dos associados do STRAP, foram somados ao grupo de planejamento do referido evento a SEMADER, o MEPES e o INCAPER, quando se desloca o comando do evento para o poder municipal, acompanhado

---

<sup>185</sup> Em 2004 o orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura era de R\$ 1.439.300,00 e o orçamento total do município R\$ 52.175.970,00. Em 2005, com as eleições do candidato apoiado pelo Sindicato o orçamento da Secretaria passou a ser R\$ 1.809.000,00, quase R\$ 400 mil reais a mais, sendo que o orçamento total do município subiu pouco, passando para R\$ 53.025.970,00.

<sup>186</sup> A CSU, talvez pela gama de conflitos provocados pela necessidade de erradicar uma comunidade rural (Chapada do A), preferiu manter seu nome não divulgado no material publicitário do evento.



pela introdução de algumas mudanças na proposta originária.<sup>187</sup> A principal delas foi a decisão de não realizá-lo de forma itinerante, nos distintos setores rurais, mas centralizá-lo no espaço urbano, especificamente na Praça São Pedro.

Então, inspirada na Feira Nacional da Agricultura, surge em Anchieta a Semana da Agricultura Familiar, realizada anualmente,<sup>188</sup> objetivando se constituir em uma vitrine da agricultura do município, expondo não somente a produção, mas também o modo de vida camponês, seus principais elementos culturais, tradições, entre outros aspectos. Com isso pretendia-se firmar, pelo menos no nível do discurso, as áreas rurais como essenciais na sua relação com a cidade, recuperando seu passado, dando destaque ao presente e resguardando sua preservação na história futura do município.

Para a consecução de seus objetivos, adotou-se um conjunto de práticas denominadas por Gohn (1997, p. 260), de práticas formais (feiras, congressos, seminários, abaixo-assinados, greves, entre outros), mais comuns a movimentos já institucionalizados, pois possuem normas definidas e um modo de ação característico. Também, de acordo com o pensamento desta autora, existem as práticas informais (passeatas, ocupações de órgãos públicos), próprias de movimentos sociais não institucionalizados, flexíveis em termos de organização, valores e ideologia.

Então, enquanto prática formal, a Semana da Agricultura, tinha por intuito transformar o centro da cidade, notadamente a Praça São Pedro, num espaço de encontro entre o campo e a cidade, reafirmando, a partir da 2ª edição do evento, a “*Agricultura familiar como um passo estratégico para o desenvolvimento de Anchieta*”, frase inscrita na fachada do prédio da SEMADER, localizada em frente à Praça São Pedro. Estes dizeres podem ser entendidos como um contraponto ao cenário projetado tendo por base os grandes projetos. Se o investimento industrial é estratégico na geração da receita municipal, criação de empregos e ampliação dos serviços infraestruturais e de equipamentos públicos, a agricultura familiar é relevante na ocupação da mão de obra no campo, na preservação da cultura local e na oferta de alguns alimentos para o mercado interno.

Diante de uma possível perda de importância da agricultura familiar e do conjunto de suas instituições, prevaleceu a elaboração de estratégias para sua valorização, num cenário em mudança. Ou seja, as Semanas da Agricultura Familiar, além de serem espaços de negócios,<sup>189</sup> se tornariam uma peça importante para divulgação e visibilidade da agricultura familiar no município.

---

<sup>187</sup> Convidada para colaborar com a ideia embrionária do evento, a Secretaria de Agricultura, consciente ou inconscientemente se apropria da ideia, a transforma e coloca na condição de parceiros as organizações que idealizaram o evento (as associações e o Sindicato). Não há registros na documentação do Sindicato de um debate mais aprofundado sobre esta questão. Algumas falas pontuadas dão a entender certo incômodo com o ocorrido, como por exemplo, uma crítica ao formato da atual Semana da Agricultura e uma menção aos “verdadeiros” idealizadores do evento feita pelo assessor do Sindicato, Carlos Antônio Lopes Teixeira no dia 17/12/2013 na Assembleia de fim de ano do STRAP.

<sup>188</sup> No ano de 2009, a Semana da Agricultura deixou de ser realizada, por problemas internos que levou ao atraso na adoção dos procedimentos preparatórios, no entanto consta como justificativa oficial a crise internacional do capitalismo deflagrada em 2008.

<sup>189</sup> Na semana existiu um stand específico para o artesanato do Território Sul-litorâneo (Guarapari, Iconha, Piúma, Marataízes, Itapemirim, Rio Novo do Sul, Presidente Kennedy) e algumas atividades envolveram agricultores e técnicos destes municípios, possibilitando certo intercâmbio. Este caráter regional foi reforçado também pelo projeto de capacitação conduzido pelo Sindicato, com recursos da SAF/MDA, de 2006 à 2009. Que inclusive dá origem às articulações para a formação do Território Sul-litorâneo. No mesmo momento em que se processam transformações na agricultura familiar em Anchieta, no sentido de valorizá-la por meio de políticas públicas, ocorre a valorização, em âmbito federal, com as políticas

Na sequência dos eventos, a articulação política é aprofundada, valorizando a agricultura familiar, buscando a cada ano debater um tema central,<sup>190</sup> de interesse da maioria, decidido no âmbito da SEMADER,<sup>191</sup> mesmo que fossem ouvidas as instituições parceiras. As diversas edições desse evento podem ser visualizadas no quadro abaixo:

Quadro 2: Semanas da Agricultura Familiar de Anchieta		
EDIÇÃO	ANO	TEMA
1ª	2006	<i>“Venha conhecer e sentir o valor da agricultura familiar”</i>
2ª	2007	<i>“A vida que a gente quer depende do que a gente faz”</i> <sup>192</sup>
3ª	2008	<i>“Preservando e respeitando todas as formas de vida”</i> <sup>193</sup>
4ª	2010	<i>“Juventude rural: um campo de possibilidades”</i>
5ª	2011	<i>“Segurança alimentar e nutricional em foco”</i> <sup>194</sup>
6ª	2012	<i>“Uma década de ação e reflexão sobre o meio rural de Anchieta”</i> <sup>195</sup>
Fonte: Arquivos da SEMAPA. Elaborado pelo autor		

De acordo com documentos produzidos pela SEMADER, buscava-se, através desse instrumento, a promoção de um grande encontro entre campo e cidade, transportando para a Praça São Pedro, lugar de destaque na vida cidadina, os elementos que pudessem representar a riqueza e a diversidade da vida rural do município.

A cada edição aprofundava-se a discussão dos problemas enfrentados pelas comunidades rurais. Por exemplo, na quarta edição, foi tratada a questão da sucessão na agricultura familiar, motivada pela constatação do envelhecimento da população rural e a saída dos jovens para o centro urbano. Nesta edição, debateu-se o papel dos jovens no interior das famílias e das unidades produtivas, seus objetivos e projetos de vida. Na época, a SEMADER, juntamente com o Sindicato, elaborou um roteiro para um curta-metragem,

---

alocadas no MDA e, em âmbito estadual, com os encaminhamentos a partir do PEDEAG (Plano de Desenvolvimento da Agricultura do Espírito Santo).

<sup>190</sup> Os temas são elementos norteadores de toda a programação do evento. Cursos, seminários, visitas de estudo, ornamentação, atrações, tudo gravita em torno do tema escolhido pelas organizações. A decisão sobre o tema é algo compartilhado pela Secretaria de Agricultura, Sindicato, Incaper e Mepes, muito embora se deva considerar que havia uma hegemonia exercida pela SEMADER na escolha destes.

<sup>191</sup> Em 2010 a SEMADER incorporou na sua estrutura a secretaria de pesca passando a se chamar SEMAPA (Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento).

<sup>192</sup> Tema inspirado na Campanha da Fraternidade (promovida anualmente pela Igreja Católica, neste ano “Vida e Missão neste chão”), chamava a atenção dos agricultores para questão do seu protagonismo na vida municipal, da necessidade de participar de forma qualificada da política (denunciando, ainda que timidamente, as mazelas provocadas pelo assistencialismo). Havia também uma preocupação com o fortalecimento das formas familiares de agricultura, com destaque para a discussão em torno da juventude rural e do processo de sucessão familiar.

<sup>193</sup> Tema escolhido também sob a inspiração da Campanha da Fraternidade. De acordo com o material do evento, este objetivava mostrar a diversidade e importância econômica, social, cultural e ambiental da agricultura familiar do município. Seguindo a lógica de valorização do campo, um item relevante, desta edição, consistiu na formatação de livro, intitulado *Parece? mas não é*. Seu conteúdo indica que é preciso abandonar visões preconcebidas sobre o campo para adquirir sua real compreensão e chegar a sua valorização. “Valorizar o meio rural, as famílias de agricultores e as atividades ali desenvolvidas é algo que precisa ser trabalhado e disseminado por todos e com todos. E nada mais coerente do que trabalhar junto às crianças a formação dessa consciência” (Trecho do Convite para lançamento do livro *Parece? mas não é*, 2008).

<sup>194</sup> No mesmo ano, discutia-se em âmbito nacional e estadual a realização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Também estava sendo apresentados os dados do Projeto Carmem (Pesquisa na área de saúde municipal) que mostrou dados alarmantes de consumo de refrigerantes e processados por parte de moradores das áreas rurais. Estes fatores influenciaram na escolha do tema. Agregou-se a dimensão da alimentação, da produção e da soberania em relação às sementes. De acordo com os organizadores, estas e outras ações foram desenvolvidas no intuito de “[...] oportunizar aos agricultores e público em geral, uma análise dos rumos da agricultura familiar de Anchieta, principalmente no que tange a produção de alimentos básicos, considerando sua relevante importância para o desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural da região” (SEMAPA, 2011).

<sup>195</sup> Dentro da programação da VI Semana, houve um Seminário dedicado especificamente à avaliação do processo e a formulação de propostas, intitulado *“Construindo um novo ciclo na ruralidade anchietense”*.

acompanhado de textos de apoio,<sup>196</sup> contendo depoimentos de jovens que estavam atuando nas áreas rurais de Anchieta e que se mostravam satisfeitos com as escolhas profissionais que haviam feito ao optarem por desenvolver no campo as atividades necessárias a sua sobrevivência. Alguns jovens haviam saído do meio rural, trabalhado como empregados em áreas urbanas e decidido retornar aos locais de origem para dirigir empreendimentos próprios.

Se de um lado, eram conhecidos os problemas que incidiam sobre a juventude no campo (alguns objeto da ação direta das organizações), do outro lado, era necessário evidenciar no cenário de dificuldades, os elementos necessários à permanência do jovem no campo, na qualidade de novos empreendedores. De acordo com os organizadores desta IV Semana:

Se os jovens rurais são atores estratégicos do desenvolvimento, sem perder de vista que também é um “grupo de risco”, e sem dúvida sujeitos de direito, é preciso se debruçar sobre este potencial e significativo segmento, garantindo-lhes a satisfação de suas necessidades vitais, sociais e produtivas. Para que a saída do campo e da atividade agrícola familiar seja uma opção e não uma imposição econômica e social (Projeto IV Semana da Agricultura, p. 04).

Havia uma preocupação das entidades que organizavam a Semana (SEMADER, MEPES, INCAPER e STRAP) em evidenciar a diversidade cultural e produtiva, encontrada nos distintos setores rurais do município. Neste sentido, foi desenvolvido um esforço no preparo dos produtores que iriam expor e comercializar os produtos e na organização dos grupos folclóricos que, com suas danças e demais manifestações, representaram as etnias formadoras do povo anchietense. A própria arte gráfica utilizada em todos os impressos, para a divulgação do evento, conduzia nesta direção.

No decorrer das diferentes edições, as Semanas da Agricultura sofreram algumas modificações especialmente em seu formato. De experiência embrionária, é alçada a condição de espaço anual de publicização da agricultura familiar, para onde convergiam as ações realizadas na agricultura durante aquele ano, uma espécie de grande prestação de contas, pincelada com elementos típicos de propaganda oficial, um tipo de marketing. Cada vez mais, evidencia-se o esvaziamento da função da Semana na divulgação e comercialização dos produtos de cada setor rural, perdendo dessa maneira a relação direta com os agricultores familiares, assumindo a centralidade os técnicos e funcionários administrativos da SEMAPA e dos demais parceiros institucionais, passando a ser o objetivo principal desses eventos o de fazer aparecer, como numa vitrine, as instituições atuantes na agricultura (SEMAPA, MEPES, INCAPER e STRAP). Destas instituições, a SEMAPA de longe é a que mais se beneficiou com o sucesso do evento, projetando-se dentro da estrutura da administração. No período auge da Semana, a secretária de agricultura chegou a ocupar simultaneamente duas secretarias, a de Agricultura e interinamente a de Saúde. O Sindicato conseguiu ocupar uma posição de relevo ao longo dos anos, devido a seu papel “viabilizador” da Semana. Haja vista que, desde a segunda edição da Semana, todos os recursos financeiros oriundos de convênios e patrocínios integraram o orçamento do Sindicato, sendo depositado em contas específicas em seu nome, sob a justificativa de que o processo de compra e a prestação de contas é menos burocrático que no poder público. Assim, passando o fluxo de recursos financeiros pelo Sindicato, esta entidade teve maior relevância e ganhou mais visibilidade no evento.

---

<sup>196</sup> O curta foi produzido pela Secretaria de Estado da Agricultura, através de um vídeo, que foi exibido na abertura da Semana.

O INCAPER e o MEPES embora tenham participado de todos os espaços de discussão da Semana assumiram sempre papéis secundários em sua realização. No caso da primeira, podemos inferir que seu status secundário se deve a divergências políticas/ideológicas entre a chefia desta instituição em nível local e a SEMAPA. No caso do MEPES, sua menor projeção se deve, em primeiro lugar, à extensão da sua área de atuação (que extrapola o município de Anchieta) e, em segundo lugar, a estratégia por ela utilizada de delegar determinadas responsabilidades para escolas de sua rede, a qual, no caso, assumiu tarefas importantes a Escola Família Agrícola de Olivânia.

No decorrer das edições das Semanas, as tensões entre as instituições parceiras se aprofundaram, na medida em que o evento cresce em importância, tornando as disputas por seu controle da Semana mais evidentes. A dimensão de comercialização da produção, num primeiro momento, um elemento de destaque, vai perdendo espaço na programação do evento, sendo substituído pelo avanço de ações visando a uma articulação política. Desse modo, os expositores/agricultores, elementos estratégicos na valorização da agricultura, deixam de ocupar papel central na sua realização e vão se afastando. Ou seja, a participação dos reais interessados na realização da Semana da Agricultura (os agricultores familiares), se reduz, sendo seu lugar ocupado por pessoal da administração, os técnicos vinculados à SEMAPA, como também o pessoal ligado ao artesanato urbano (escama de peixes).

Uma vez transformada a Semana da agricultura em elemento legitimador da atuação das instituições e dos investimentos que eram realizados no campo, qualquer sinal de “crise” denotava problemas nas instituições parceiras ou na própria parceria (STRAP, SEMADER, INCAPER e MEPES). Essas insatisfações encontravam eco no COMDERS, onde tinham assento estas organizações, associações e o poder público. O caráter deliberativo reforçava o colegiado como local central destes debates.

Cada um dos parceiros, responsáveis pela gestão da agricultura no município, possuía recursos financeiros, capacidades técnicas <sup>197</sup> e políticas diferenciadas, assumindo responsabilidades distintas. Desta forma, a SEMADER constituía-se o braço executor, financeiro, da Semana da Agricultura e das políticas voltadas para o campo; o Sindicato oferecia o suporte político, não somente agindo sobre o poder público, mas construindo conjuntamente as peças orçamentárias, como no caso do PPA e estudos sobre a realidade local, com os seus associados, o que dava legitimidade a determinadas ações; o MEPES, através da Escola Família Agrícola, auxiliava na execução da Semana e em processos de capacitação, articulação política, entre outros; e o INCAPER atuava no desenvolvimento da ATER no município.

Já na 4ª Semana, o evento deixa de ser uma novidade, tendo dificuldades para atender o aspecto relativo à necessária inovação; como consequência houve a redução do volume de expositores na Semana. Em 2010, as reclamações de agricultores em relação aos programas municipais voltados para o campo, fazem com que o Sindicato proponha dentro do Conselho a criação de uma comissão para avaliar a capacidade operacional da SEMADER. <sup>198</sup> Alguns

---

<sup>197</sup> É importante destacar que em 2005 quando as Semanas começam ser gestadas e durante a realização de todas as edições, havia nas instituições uma diversidade de profissionais, para além da área agrônômica. Na realidade o processo decisório sempre esteve nas mãos dos profissionais das ciências humanas e sociais. Cientistas sociais historiadores, pedagogos e turismólogos que constituíam o grupo de comando da secretaria.

<sup>198</sup> Em 2010, foram realizadas reuniões em praticamente todas as comunidades rurais para avaliar os serviços e ações desenvolvidas no campo nos últimos anos. O material foi coligido num relatório entregue ao prefeito. O não posicionamento deste fez com que o Sindicato propusesse dentro do COMDERS a criação de uma comissão de avaliação. Cf. Relatório de avaliação do PROMATERA e PROMAEP. COMDERS, abril de 2011.

meses após apresentação do material no conselho, a Secretária da pasta foi exonerada e deslocada para outra função na municipalidade.

Durante as demais edições do evento houve uma significativa rotatividade de profissionais, em especial, na equipe da SEMAPA, também observada em menor grau no Sindicato e no Incaper. Isto, talvez tenha prejudicado, em alguma medida, a continuidade das ações conjuntas. Ao que parece, a realização de todas as Semanas da Agricultura, planejamentos conjuntos, debates no âmbito do COMDERS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) e os seminários de juventude e de mulheres dependeram, em alguma medida, de uma disposição pessoal para o trabalho conjunto, muita mais do que uma disposição institucional. A saída de algumas figuras-chave do processo provocou um descompasso entre as ações das instituições refletindo no arrefecimento da importância desse evento. E o público (os agricultores e associações) começa a perceber, nas últimas edições, essa ausência de sintonia e reage com críticas e com a sua evasão.

Desde a construção do Projeto SER, muitas ações e lutas haviam sido travadas, sendo duas propostas encaminhadas pelo Sindicato e seus agricultores ao PPA e realizadas cinco Semanas da Agricultura Familiar, além de vários seminários, encontros, visitas técnicas,<sup>199</sup> entre outras ações.

Em 2011, foram indicados, consensualmente, alguns resultados positivos das edições da Semana da Agricultura, pelos diferentes parceiros.

Integração entre instituições que atuam na agricultura (SEMAPA<sup>200</sup>, STRAP, MEPES e INCAPER) e inter-relação com as comunidades e suas organizações; Diversas associações e grupos produtivos organizados e em pleno funcionamento; Atuação propositiva do Conselho de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro Sustentável; Visibilidade e valorização da agricultura familiar pelos “urbanos” e também pelos próprios agricultores; Aumento do número de agricultores que trabalham com atividades ligadas a agroindústria e ao turismo de lazer; Políticas públicas para a agricultura familiar: Promatera; Promaepa; comercialização – feiras livres, alimentação escolar e venda direta; infraestrutura rural: energia, telefonia rural, internet, pavimentação asfáltica, escolas, Selo de Inspeção Municipal, entre outros; Estruturação da feira livre da agricultura familiar; Premiação do PROMATERA (Programa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural); Captação de recursos externos (governos estadual e federal e iniciativa privada); Aumento dos valores apurados no setor de recolhimento da Prefeitura (NAC); Aumento do nível de conhecimento e de formação dos agricultores; Geração de trabalho e renda e rede de negócios; Construção da sede própria da SEMAPA e do Sindicato; SAF enquanto experiência exitosa no II Salão nacional dos Territórios Rurais, DF, 2009 (SEMAPA, 2011).

Após uma sequência de eventos, por indicação do Sindicato, a 6ª Semana ficou centrada em questões relativas à avaliação do processo, compreendendo também o levantamento das expectativas dos agricultores familiares em relação à continuidade do

---

<sup>199</sup> Trata-se de uma atividade eminentemente técnica, compreendendo a ida conjunta de técnicos das entidades parceiras e agricultores a comunidades rurais/empreendimentos onde se desenvolvem experiências consideradas exitosas. Em geral esses momentos eram realizados na programação técnica que a partir da 4ª edição passou a ser realizada uma semana antes da programação festiva. A programação técnica incluía visitas técnicas, oficinas e cursos e o Seminário de Juventude; já a programação festiva incluía a abertura do evento, as atrações culturais, oriundas das comunidades e também externas a estas, exposições, venda de produtos, shows locais e nacionais e a missa de ação de graças realizada no domingo.

<sup>200</sup> A Semapa é fruto da junção da Secretaria de Agricultura (SEMADER) com a Secretaria de Pesca do município de Anchieta.

projeto. Incluía nessa avaliação elementos da gestão municipal, particularmente o grau de atendimento das propostas encaminhadas pelo Sindicato e seus agricultores ao PPA.

Um período, contendo dois mandatos consecutivos, que se encerrava, tendo a frente do governo municipal, o candidato apoiado pelo STRAP. Desse modo abria-se a perspectiva de descontinuidade no que diz respeito às relações até então construídas, relações estas que passavam pela posição do Sindicato enquanto suporte da administração pública municipal, em especial no que concerne à atuação da Secretaria municipal de Agricultura onde havia se concentrado ex-membros da sua direção ocupando cargos comissionados.

Como consequência, na programação dessa Semana estava prevista uma avaliação <sup>201</sup> dos ganhos derivados das políticas públicas e dos programas do governo municipal, implantados na avaliação da última década, considerando as propostas de PPA entregues pelo Sindicato ao poder público até aquela data. Essas, referentes ao quadriênio 2005-2009, estavam agrupadas em subtítulos, tais como: 1) Geração e Gênero – mulheres, jovens e terceira idade; 2) Produção Agrícola e Agroindustrial – Insumos, Sistema Produtivo, Agroindústria, Distribuição e Comercialização, Consumidor Final; Associativismo, cooperativismo e ocupações rurais não agrícolas; 3) Educação do Campo; 4) Meio Ambiente e Ambiente institucional.

As propostas do PPA 2010-2013 seguiram os mesmos agrupamentos do quadriênio anterior, com ajustes e ampliação das ações. Para efeito da avaliação do que foi executado, realizada no âmbito do Seminário da Agricultura Familiar, qualificou-se como executadas as propostas que haviam encontrado acolhida nas diversas secretarias municipais, como se observa na tabela abaixo.

<b>Tabela 5: Levantamento da execução das propostas<sup>202</sup> ao PPA 2006 – 2009 e 2010 -2013</b>			
Temas	Quantidade de propostas	Propostas atendidas	Percentual de execução
Geração e Gênero	19	11	57,89%
Política Agrícola e Agroindustrial	27	18	66,66%
Associativismo, cooperativismo e Ornas	18	15	83,33%
Educação do campo	06	02	33,33%
Meio Ambiente	06	04	66,66%
Ambiente Institucional	07	05	71,42%
Total	83	55	62,26%
Fonte: Arquivos SEMAPA, elaborado pelo autor.			

De acordo com os dados acima, percebe-se que parte significativa das demandas apresentadas pelas lideranças rurais - inicialmente nos cursos do Projeto Ser e posteriormente em outros fóruns - havia sido executada no período de vigência das propostas.

O fenômeno acima decorre da atuação do Sindicato, que assume a direção de um processo político-administrativo, propondo ao PPA uma agenda específica para a agricultura familiar, o que representou um avanço para a categoria dos agricultores familiares, extensivo às áreas rurais do município. Houve, por parte dos gestores públicos, uma resposta favorável ao atendimento das propostas encaminhadas pelo Sindicato. Talvez isso não tivesse sido

<sup>201</sup> Dois produtos foram elaborados no Seminário: o primeiro deles consistia numa avaliação da execução das propostas entregues pelos agricultores, por ocasião da elaboração do Plano Plurianual (2005/2009 – 2010-2013); e o segundo, destacado na programação do Seminário, a construção de uma Carta de Proposições da Agricultura Familiar Anchietaense, onde constariam mais demandas da categoria para um próximo ciclo (2013-2022).

<sup>202</sup> No anexo 06 encontra-se uma tabela com todas as propostas ao PPA nos dois quadriênios referidos.

possível, caso o STRAP mantivesse relações combativas, de conteúdo crítico, junto ao poder municipal. Ou seja, a natureza das relações mantidas pela entidade com o poder público facilitou a execução das propostas ao PPA. Além de ter garantido os recursos necessários para o desenvolvimento das políticas públicas que as propostas diziam respeito, pode-se dizer que houve uma partilha de poder na orientação das mesmas<sup>203</sup>, sem, contudo, colocar em risco a hegemonia do grande capital no município.

Durante o período de 2003-2012, dentro de uma conjuntura política favorável às relações do poder público com os movimentos sociais, o Sindicato centrou uma ação direta junto aos agricultores familiares, dentro de elementos que considerava basilares no processo de construção e implantação de políticas públicas, priorizando a formação de base, a articulação política e a instrumentalização técnica dos agricultores familiares.

Diante de um cenário cujo horizonte é a instalação de grandes projetos, a agricultura familiar conseguiu incluir na pauta política municipal a sua valorização, como elemento importante da economia e da cultura do povo Anchietaense. A natureza das relações, estabelecidas entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Secretaria de Agricultura, possibilitou a execução de uma série de programas com o apoio do governo municipal, alguns deles incorporados como programa próprio da SEMAPA. Para as instituições parceiras, a agricultura familiar em Anchieta transitou da ameaça do desaparecimento à construção de uma rede de apoiadores, que vincula o campo à cidade, tornando-se a Semana da Agricultura uma peça fundamental dentro da estrutura da SEMAPA.

Os setores rurais do município de Anchieta, apesar de não se caracterizarem por uma produção agrícola ou agroindustrial elevada (ficando numa posição inferior a de municípios vizinhos), têm como diferencial, via a ação do STRAP: a capacidade de articulação e de construção de pautas políticas, com itens voltados à valorização dos setores rurais; a força exercida pelas entidades parceiras; e o peso político de algumas comunidades rurais na relação com os grupos dominantes do município, sendo algumas, consideradas, celeiros de lideranças políticas.

Resta relatar que o candidato do então prefeito de Anchieta, apoiado pelo STRAP (e que no passado recente ocupou a sua presidência), foi derrotado nas eleições de 2012 e assim mais uma vez a entidade se posiciona no campo em oposição ao grupo que ocupa o aparelho municipal (semelhante àquele período que precedeu o Projeto Ser), não porque tenham divergências em relação ao programa de campanha do candidato vitorioso, visto que não há aparentemente divergência fundamental entre as propostas dos dois candidatos (ambos não questionam o processo de exploração a que está submetido não apenas o campesinato, mas o conjunto da população vinculado à classe trabalhadora). A ação desenvolvida diante da atual gestão municipal é, portanto, de busca de articulação política, no sentido de manter a experiência dos últimos mandatos, para a realização de ações comuns, mesmo que permaneçam desconfianças mútuas.

---

<sup>203</sup> Do ponto de vista dos diretores do STRAP, em 2007, eles se encontravam diante de uma situação, na iminência de um processo de transição política, que poderia colocar em risco as relações estabelecidas ao longo dos últimos anos entre Poder Público e Sindicato, reuniu seus agricultores no Seminário da Agricultura Familiar (Julho/2012). Neste evento, construíram uma proposta elencando questões prioritárias ao PPA 2014-2017, centradas em temas que teriam a função de orientar a ação das instituições até 2022. Nesta nova proposta aparecem como questões prioritárias: 1) Produção e ATER (crédito orientado, regularização fundiária e ater); 2) Educação do campo – proposta pedagógica, infraestrutura de escolas rurais e ampliação da oferta; 3) Sucessão na agricultura familiar; 4) Organização social; 5) Infraestrutura; 6) Comercialização; 7) Sustentabilidade e Formação política. Cada uma dessas questões desdobra-se num conjunto de ações (SEMINÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR ANCHIETENSE, 2012).

A Semana da Agricultura Familiar, apesar de ser uma ação controlada pelo poder público local comprometido em assegurar a instalação dos grandes projetos industriais, conseguiu atingir o objetivo de colocar em evidência o valor das formas familiares de produção, dentro de um quadro de subordinação em relação ao grande capital. Em torno da realização de evento e das ações que o subsidiam foram aglutinados uma diversidade de atores sociais anteriormente dispersos e desenvolvendo ações pontais e pulverizadas. Mesmo que nas últimas edições se perceba um processo de estrangulamento na sua realização, fruto de conflitos internos e de mudanças conjunturais, o mérito desta iniciativa prevalece.

Contraditoriamente, o êxito do evento acentuou a intrínseca relação de dependência e subordinação do Sindicato em relação ao poder público local e por consequência às frações das classes dominantes com ação direta no município. Subordinação política e também financeira na medida em que a Prefeitura Municipal manteve de 2006 a 2012 um convênio<sup>204</sup> de cooperação técnica com o Sindicato, além de financiar parte da construção de sua sede própria, inaugurada em 2011.<sup>205</sup> Estes elementos sem dúvida influenciam na formação do consenso e no aparelhamento desta instituição, inclusive indiretamente pelo empresariado da Samarco que exerce seu poder político e econômico, mediado pelo governo local.<sup>206</sup>

Mesmo aparelhado pela Prefeitura Municipal, o Sindicato em 2012 se lançou numa iniciativa individual, de realização da “Festa da Roça”, evento semelhante à Semana da Agricultura, só que reduzido a um único dia e de caráter itinerante, como pretendia inicialmente que fossem as Semanas, sendo a ação desenvolvida sob o controle exclusivo do Sindicato. Parte do financiamento provém do próprio Sindicato, junto à comunidade rural que sedia o evento, recebendo também apoio do poder público. A ideia de fazer um evento de pequeno porte seria uma condição julgada pelo Sindicato para depender menos de organismos parceiros, possuindo esse maior autonomia na sua realização. Seu objetivo básico é promover uma festa anual (a primeira do ano) com as famílias rurais em suas comunidades,

---

<sup>204</sup> O Mepes e o INCAPER também mantiveram convênios com o poder público local. Recursos responsáveis por parte do custeio de suas ações.

<sup>205</sup> Os esforços para a construção da sede própria do STRAP sempre foi um elemento que fez parte da programação da Semana, sendo apoiado pelos parceiros. Na primeira edição foi realizado um bingo e com o dinheiro arrecadado o STRAP comprou dois lotes, nas demais edições sempre havia ou um bingo ou uma rifa cuja a arrecadação revertia-se para o Sindicato no projeto da construção da sua sede.

<sup>206</sup> Por meio da aplicação de recursos fruto de condicionantes ambientais, como no caso da reforma e ampliação do hospital do Mepes, em que mesmo cumprindo uma determinação do Ministério Público (TAC – Termo de Ajuste de Conduta), a empresa mineradora foi aplaudida como grande benemérita da população de Anchietaense. Aleatoriamente selecionamos três reportagens de jornais de circulação regional que abordaram o fato, vejamos as manchetes: (1) *Samarco e Mepes ampliam e reforma hospital*, disponível em: [http://www.revistaesbrasil.com.br/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=2334:samarco-e-mepes-entregam-hospital-%C3%A0-comunidade-ap%C3%B3s-amplia%C3%A7%C3%A3o-e-reforma&Itemid=110](http://www.revistaesbrasil.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=2334:samarco-e-mepes-entregam-hospital-%C3%A0-comunidade-ap%C3%B3s-amplia%C3%A7%C3%A3o-e-reforma&Itemid=110). (2) *Samarco e Mepes entregam hospital à comunidade após ampliação e reforma*, disponível em: <http://www.asgigantesdoespiritosanto.capixabao.com/pgn/734/arcelor-e-fibria-samarco-e-mepes-entregam-hospital-a-comu/>. (3) *Estado, Samarco e Prefeitura entregam reforma e ampliação do hospital*, disponível em: <http://www.ojornalonline.com.br/home/conteudo.asp?codigo=5701>. Acessado em 21/02/2014. Em todas as reportagens há referências ao montante de recursos empregados, entretanto, nenhuma delas diz que se trata de recursos fruto de um TAC mediado pela ação direta do Ministério Público em reconhecimento aos impactos sociais e ambientais da mineradora na região. Na reportagem (2) ainda recebeu destaque a fala do presidente da mineradora, que achamos por bem reproduzir nesta nota: “Por meio de ações responsáveis, buscamos alcançar excelentes resultados para a população e, conseqüentemente, para a empresa. A Samarco acredita no desenvolvimento sustentável e o pratica. Queremos crescer e estimular o crescimento das pessoas que participam do nosso dia-a-dia”.



aproximando estas do Sindicato. A primeira edição foi realizada na comunidade de Arerá. A segunda na comunidade de Dois Irmãos, em março de 2014.<sup>207</sup>

A trilha percorrida pelo Sindicato, nos últimos anos, levanta questões sobre o papel assumido por alguns movimentos sociais institucionalizados na reconstrução da democracia brasileira. Se de uma parte, ao longo da história contemporânea, existem movimentos que se opõem aos poderes constituídos e vão às ruas realizando ações de massa, outros adotam estratégias de interação com o Estado: os primeiros desenvolvendo ações de resistência, os segundos, de cooperação política. No caso do STRAP, tudo indica que sua prática se aproxima muito mais da segunda vertente.

Também pode haver uma diferenciação na posição assumida, determinada pela conjuntura local, estadual ou nacional, que a depender do partido (ou da coligação) que esteja no poder, movimentos podem se opor ao poder instituído e, ao mesmo tempo, em outra esfera, dar sustentação política ao governo.

No caso de Anchieta, o partido do Prefeito<sup>208</sup> (apoiado pelo Sindicato) não diferia daquele no comando da esfera estadual. E, no que se refere ao plano federal, não havia relações de oposição declarada entre o grupo político que ocupava o poder no governo estadual e aquele da esfera federal, na medida em que fazia parte de base aliada no âmbito local.<sup>209</sup>

Considerando que o candidato à Prefeito, apoiado pelo STRAP, às eleições de 2012, foi derrotado, e que, conseqüentemente, o cenário político era pouco favorável à perspectiva de continuidade das políticas voltadas à agricultura familiar, em Anchieta, os agricultores sob a liderança desse sindicato procuram construir estratégias que viabilizem uma nova articulação com o Prefeito eleito. Assim, em maio de 2013, as lideranças rurais se encontraram para discutir a conjuntura política local e os problemas enfrentados pelas comunidades rurais. Nesse encontro, foi adotada uma técnica de discussão em grupo, intitulada “Dinâmica da Caixa”,<sup>210</sup> resultando em dados, que foram dispostos no quadro abaixo:

---

<sup>207</sup> A presença da Igreja Católica se mantém muito forte neste eventos, haja vista o lugar central que ocupam as celebrações de missas nestas atividades. Devendo-se também considerar o contexto de formação de boa parte das lideranças atuantes no Sindicato, qual seja, as comunidades eclesiais de base do período auge da teologia da libertação.

<sup>208</sup> Inicialmente o candidato apoiado pelo STRAP encontrava-se vinculado ao PSDB, depois ele se deslocou para o PMDB, retornando para o PSDB e, mais tarde, ingressando no PSB seu partido atual.

<sup>209</sup> Os grupos que vêm ocupando os aparelhos da estrutura do governo estadual em suas alianças se diferem daquela estabelecida no âmbito nacional. Tem havido nos últimos anos uma aliança entre PSDB e PT no âmbito da política estadual. Isso se deve, possivelmente, a um grande contingente de ex-comunistas que se vincularam, no estado do Espírito Santo, ao PSDB. Sem falar da composição com outros partidos, tanto de direito como de esquerda. O PSTU e o PSOL são exceção, nunca participando dessas alianças. Agrega a esse grupo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que se mantém fiel à tradição classista.

<sup>210</sup> O resultado do uso de uma metodologia, chamada a “dinâmica da caixa” (consistindo em, livremente, cada pessoa, retirar de uma caixa vazia aquilo que não queria no meio rural e aquilo que desejava localizar nesse espaço). Seu objetivo era avaliar como as pessoas estavam percebendo a conjuntura de Anchieta e para onde o Sindicato, na reorientação de seu projeto político, o Projeto Ser, poderia caminhar. Esse encontro objetivava também promover uma capacitação política dos integrantes da chapa que estava concorrendo à diretoria do STRAP (chapa única, elaborada num processo de consenso).

<b>Quadro 3 : Dinâmica da Caixa – Formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta E Piúma</b>	
<b>Coloco na caixa o que eu não gostaria de ver no espaço rural anchietaense</b>	<b>Retiro da caixa o que eu gostaria de ver no espaço rural anchietaense</b>
Ignorância: baixos níveis de saberes locais e informações tecnológicas (sociais, políticas, culturais, econômicas/mercadoológicas e ambientais)	Bom nível de agentes de desenvolvimento rural sustentável e solidário agindo no espaço rural anchietaense.
Desânimo com fator de baixo autoestima e evasão rural	Uma agricultura familiar fortalecida e valorizada
Manifestações de tristeza que contagia negativamente outras pessoas	Autoestima que gere fortalecimento e valorização do campo
Falta de coragem para resistir e progredir	Alegria para progredir
Evasão da juventude rural	Oportunidades, diversificação, coletividade e ações em mutirão em prol dos espaços coletivos
Autodiscriminação em relação à categoria	Forças individuais e coletivas para lutar
Corrupção, Políticas públicas e ações governamentais que estimulam a saída dos jovens do campo	Campo fortalecido e acesso à posse da terra para quem deseja ser profissional na agricultura familiar
O êxodo rural	Jovens empreendedores no campo
Órgãos públicos que não cumprem a sua função social	Elevar e qualificar a participação da categoria nos espaços e instrumentos institucionais de controle social da ação pública
Altos níveis de despolitização no campo	Agricultores familiares com vontade e coragem para o posicionamento político
Idosos desanimados e “mal dizendo o campo”	Mais alegria no campo – contagiando outras pessoas para “buscar” alternativas de oportunidades para a juventude rural
Descriminação e desvalorização do campo: pessoas, valores e potenciais	Autovalorização no campo. Lideranças atuantes e vivenciando processos alternativos de desenvolvimento sustentável no campo
Individualismo e desvalorização do agir coletivo	Lideranças jovens nas lutas do campo, bons níveis de pertencimento, inovação, empreendedorismo e interação
Manipulação de agentes políticos, com e sem mandatos, dos sonhos e demandas do povo do campo	Fim da visão do campo como local de pessoas: carentes, sofridas, pobres coitadas e outros adjetivos
Boa condição financeira que não gera satisfação pessoal, harmonia familiar, sustentabilidade ecológica e ações coletivas	Harmonia e sustentabilidade: socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente equilibrado
Jovens com baixo sentido de pertencimento e de valorização do campo	Força vida para rever os preconceitos (internos e externos) em relação ao campo
Os “sanguessugas” do campo, no âmbito interno e no externo	Força para resistir e contrapor a visão degradante do campo
Fonte: Arquivos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta, elaborado pelo autor.	

Algumas questões sobre a atuação futura do STRAP, relacionadas ao que foi exposto e também às expectativas expressas por suas lideranças, são apresentadas abaixo, finalizando este último capítulo:

- A primeira diz respeito à construção de um processo de autonomização do STRAP em relação aos poderes constituídos, o que implicaria numa postura crítica da entidade em relação às determinações sócio-históricas a que a categoria esteve submetida;

- A segunda, relaciona-se à necessidade de uma articulação da entidade sindical com outras lutas, emergentes na área urbana do município (operários da Samarco, pescadores, ambientalistas, etc.) e mesmo de âmbito estadual, regional e nacional, buscando superar o caráter pontual e fragmentário das lutas, criando laços com outras frações das classes trabalhadoras com o objetivo de superar a subalternidade que caracterizou estes grupos sociais ao longo da história.

As transformações que ocorrem na estrutura produtiva (base econômica) implicam em alterações na superestrutura (política e ideológica), conformando cenários que, a depender da forma como se articularem as frações das classes subalternas, podem representar processos

efetivos de contra-hegemonia, significando ganhos não somente para os agricultores familiares, como também para o conjunto da classe trabalhadora. Resta saber qual papel que doravante assumirá o STRAP, se a manutenção do *status quo* ou a construção de um projeto político alternativo para o município de Anchieta, com caráter efetivamente emancipador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação procuramos compreender a agricultura familiar no contexto da implantação de grandes projetos industriais no município de Anchieta, localizado no sul do estado do Espírito Santo. Muito embora nosso objeto de estudo estivesse focado principalmente no período de 1977 a 2013, marcados pela instalação nesse território do grande capital internacional, representado pela empresa de mineração, uma remissão histórica se fez necessária desde a fundação da aldeia (1565), no sentido de identificar fontes de poder que se mantiveram, outras que emergiram e aquelas que prevaleceram como suportes das frações da classe dominante; e como consequência caracterizar alguns componentes da identidade social de sua população e em particular da população rural.

No município de Anchieta, o processo de subalternidade política e econômica foi por nós analisado na sua constituição histórica, inicialmente através de um processo de dependência e submissão de seus habitantes nativos (índios), seguidos de escravos negros e imigrantes italianos (em especial), em que a força da Igreja Católica se fez presente, principalmente pela ordem jesuítica, por sua ação doutrinadora e domesticadora através especialmente da catequese.

A importância de nos debruçarmos sobre o largo período histórico que antecede a entrada do grande capital nesse município (com a indústria de pelotização, na fase conhecida como dos “Grandes Projetos”) é porque, desde a formação da aldeia de Reritiba, foram forjados componentes ideoculturais que permanecem ainda hoje como definidores da identidade social de seus habitantes, reproduzidos por suas instituições e mantidos especialmente nos atuais agricultores familiares.

Concebemos a subalternidade como um importante componente dessa identidade social, construída e reforçada ao longo dos séculos. O conjunto de trabalhadores livres e pobres esteve submisso a mecanismos de subordinação, em que prevaleciam “relações de favor com os proprietários da terra” (MENEGAT, 2012, p. 219). Do ponto de vista ideocultural essa subordinação foi cimentada desde o início, como já referenciado, por um conteúdo ideológico provindo do doutrinamento da Igreja Católica.

O elemento da religião, encharcando a sociedade civil de passividade, conformismo e dependência, é um fenômeno manifesto e observado hoje na realidade em grande parte da população do município de Anchieta, onde a ação colonizadora-doutrinária, realizada pela Companhia de Jesus, produziu durante séculos a subordinação da sociedade de maneira geral ao modelo civilizatório europeu. Essa hegemonia exercida pelos religiosos, mesmo tendo sofrido um abalo na sua continuidade, com a expulsão dessa ordem em 1759, foi renovada por outras organizações religiosas e posteriormente pelos próprios jesuítas quando retornaram à Anchieta (em outros moldes e em conjuntura diversa).

A presença desta instituição, e de suas práticas “conciliadoras” e “apaziguadoras” dos conflitos de classes, foi mantida ativa em Anchieta, pois, em substituição a ordem expulsa

(jesuítas) integrantes de outras ordens religiosas assumiram os trabalhos na paróquia. Na década 1920, uma força religiosa passa a influir na vida do município, consolidando o papel da Igreja na formação do consenso na sociedade anchietense, representada pelos irmãos: Helvécio e Emanuel Gomes de Oliveira – o primeiro Arcebispo de Mariana e o segundo Arcebispo de Goiás, ambos nascidos nesse município. Estes foram responsáveis pelo retorno da ordem jesuítica à Paróquia de Anchieta; mecanismo que reforçou a permanência do poder exercido pela religião na sociedade anchietense, com a sua incorporação nas estruturas oficiais de ensino. Durante décadas o ensino ofertado por iniciativas de religiosos: o colégio Coronel Gomes de Oliveira (destinado a meninos) e o Maria Mattos (destinado a meninas), fundados na década de 1930, por Dom Helvécio. Até hoje, encontram-se oratórios, em algumas unidades de ensino, com imagens religiosas demonstrando a intrínseca vinculação que as instituições, mesmo públicas e laicas, mantêm com a Igreja Católica.

Nos antecedentes históricos (de 1565 à década de 1970), abordados no primeiro capítulo, vemos que num primeiro momento, o grupo social dominante era composto por jesuítas e uma incipiente elite agrária. Esses grupos impuseram a índios, negros cativos, colonos pobres e aos seus descendentes um processo de incorporação e de invisibilidade, com o uso de instrumentos de dominação (coerção) e de hegemonia (consenso).

Com a expulsão desses religiosos, a subordinação ao Império já se encontrava inculcada, mesmo no grupo social composto pela elite agrária que, embora de médias posses, encontra na produção agrícola sua maior expressão.

No decorrer desse período histórico, houve processos relativos à política econômica vigente no país, portanto, exógenos às instâncias decisórias locais, como, por exemplo, a imigração italiana no fim do século XIX, a crise do café e a emergência dos grandes projetos a partir da década de 1960. Neste mesmo período, antecedendo à instalação da mineradora, jesuítas italianos criaram o MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo), obra social específica para promover a educação e a assistência de camponeses.

Na verdade, só podemos encontrar de forma clara a reprodução em Anchieta de elementos importantes da constituição de um bloco histórico de natureza capitalista, com a entrada do capital internacional nesse município. O golpe militar proporcionou, no Brasil, as condições políticas para a consolidação do domínio do grande capital na sua economia. Em Anchieta, vemos o início dessa nova composição, com a entrada da indústria de pelotização da Samarco, cuja primeira usina passou a operar em 1977.

Em termos de movimentos de contra-hegemonia, podem ser valorizadas nesse município poucas iniciativas de forças vinculadas às classes subalternas, apesar de nenhuma dessas ter ameaçado o poder exercido por frações da classe dominante. Em todos os períodos poderíamos perceber gradações de descontentamento, queixas, ou até tímidas manifestações; mas, tudo indica que, a hegemonia da fração da classe dominante seguiu incontestada até os dias de hoje.

Certamente, essa presença marcante da religião, no comando de aparelhos de hegemonia (Igreja e unidades de ensino), reforça e mantém historicamente a subordinação, e mesmo apatia, que permanecem como elementos da identidade social da população de Anchieta. Ao que parece a população local incorporou o discurso dos vencedores como se este fosse o seu, naturalizando a expropriação do seu território, na medida em que a grande empresa mineradora é bastante valorizada independentemente da poluição que provoca no

meio ambiente e da riqueza produzida que é incorporada pelo grande capital, como também a grande maioria, se consultada, certamente se mostraria a favor da instalação de uma siderurgia no coração da cidade (o que pode ser depreendido nas audiências públicas, onde existiram apenas reações pessoais e pontuais), deixando de considerar os seus efeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

A perspectiva em relação aos efeitos dos grandes projetos, com ameaças aos territórios da agricultura familiar (com a construção de barragens) e da pesca (com a instalação de mais dois grandes portos que provocaria uma redução maior da área explorada pelos pescadores artesanais, além daquela já ocupada pelo porto da Samarco e dos efeitos danosos da exploração de petróleo no seu litoral), como também a tentativa de remoção da comunidade tradicional de Chapada do A (constituída de descendentes indígenas), ensejou o mais próximo ao que se conseguiu chegar de uma contraposição à hegemonia do grande capital via os grandes projetos. Entretanto, são lutas que têm pouca visibilidade dentro do município, percebidas apenas pelos atores nelas envolvidos, significando lutas pontuais, não integradas e não pertencentes a uma mesma totalidade, inviabilizando assim o processo de unificação necessário à participação na construção de um novo bloco histórico em nível nacional. Mesmo porque são lutas locais sem repercussões importantes no contexto mais amplo das lutas sociais.

Destaca-se, de modo geral, o caráter segmentário das lutas empreendidas na esfera local, que não são percebidas/entendidas como uma luta das classes subalternas contra as investidas do grande capital. Ao contrário, são compreendidas por parte significativa da população como manifestações oriundas de um pequeno grupo de pessoas contrárias “ao progresso e ao desenvolvimento do município”. Assim, pelo uso da força dos aparelhos de hegemonia, detidos por integrantes da classe dominante, as lutas são vistas como pertencentes a segmentos individualizados: os agricultores familiares, os pescadores artesanais, os moradores da comunidade de Chapada do A. Soma-se a isso, o poder exercido, especialmente junto aos moradores da área urbana, pela indústria de pelotização da Samarco, por contribuir de maneira substantiva com a receita pública municipal (além de financiar projetos sociais, em cumprimento de algumas condicionantes para instalação de seus projetos). Também é difundido entre sua população o suposto número elevado de empregos oferecidos à parcela de sua população, o que se encontra desmistificado na tese de doutorado de Ataíde (2010), que constatou a incidência de um elevado número de trabalhadores terceirizados na Unidade de Ubu e um número irrisório de trabalhadores residentes no município de Anchieta, e mesmo assim vinculadas a empresas subcontratadas. Esta construção, ilusória, elemento presente no senso comum da população local, difundida pela empresa bem como por políticos vinculados ao grupo dominante e, portanto, descolados das lutas sociais, constitui-se argumento para não serem contestados os grandes danos ambientais provocados pela empresa (lutas em torno das quais poderia se construir uma unidade política). Ou seja, na cidade, local por excelência da manifestação das contradições, existe a difusão de uma ideologia favorável à indústria de mineração, siderúrgica e petrolífera. Essa construção ideológica é cimentada pela dependência econômica direta ou indireta em relação a estas empresas, reforçada por aparelhos privados de hegemonia, entre eles a comunicação social ao difundir as possibilidades de crescimento econômico de seus projetos, como de outros correlatos previstos.

É possível inferir que a ideologia prevalecente em Anchieta, e que mantém um processo de subordinação de amplas camadas da população local, proveio originalmente da ação da Igreja Católica. Esta, com práticas conciliadoras, apaziguadoras dos possíveis conflitos que poderiam se manifestar na sociedade local, nascidos do antagonismo de classes,

submeteu a população local contribuindo para o processo na obtenção de um grande consenso. O que, historicamente, concorreu para impedir a organização dos segmentos das classes subalternas num projeto alternativo para o município de Anchieta. Ao contrário, difundiu um comportamento de submissão com uma ação mitigadora de conflitos, fazendo com que os segmentos subalternos se acomodassem nas franjas do poder exercido pelos grupos dominantes. Por outro lado, sua ação reforçou a estrutura familiar, o desenvolvimento da solidariedade, também contribuindo para elevar o nível cultural da população a partir da criação de escolas.

A ação das escolas, que forma os jovens, desenvolve-se diante da premissa da expectativa dos empregos oferecidos, concorreu para garantir o não questionamento dos “grandes projetos”, como se estes fossem a única alternativa de desenvolvimento para o município, e como isso gerando a subserviência. A Igreja, voltada exclusivamente para a dimensão espiritual, ao se abster diante das contradições sociais, colabora nessa mesma direção.

Junto a filhos de camponeses atuam diretamente as escolas do Mepes, sendo que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais faz um trabalho de mediação (mesmo que algumas vezes mesclado de ações de crítica), pois ao se movimentar - dirigentes “bem intencionados”, no sentido de propiciar as melhorias das condições de vida dos agricultores - o fazem focalizando apenas a aparência dos fenômenos e não suas reais determinações. Isso aponta para a existência de uma hegemonia do grande capital moldando as relações sociais, pessoais e a própria subjetividade do cidadão anchietense que, ao invés de ir “contra a corrente”, aceita com benevolência a instalação de grandes empresas e o domínio de seu território por multinacionais. E mais, dispõe-se a “participar” das audiências públicas, que representam mecanismos de legitimação da expropriação do seu território, em articulação com as autoridades governamentais, em diferentes níveis, e dos aparelhos privados de hegemonia (igrejas, escolas, sindicatos, entre outros).

Isso ocorre certamente porque os possíveis “intelectuais orgânicos”, aqueles emergentes das classes subalternas e/ou a elas vinculados, têm uma formação cujo passado ancestral foi veiculado pela religiosidade, originária dos jesuítas e de sua doutrinação e domesticação, no respeito ao *status quo*, à “ordem natural” das coisas, à harmonia duramente conquistada pelo processo de subordinação dos índios e dos negros e atualmente junto aos integrantes das classes subordinadas representadas por segmentos da classe trabalhadora (agricultores, pescadores, comerciários e “peões” – como são chamados os trabalhadores de baixa qualificação empregados na indústria do município).

A mineradora Samarco e, nos dias de hoje, a Petrobras se apropriam da riqueza socialmente produzida em território anchietense. Em torno da ação destas é construída uma ideologia a favor de seus projetos, alicerçada em promessas de desenvolvimento econômico. Gramsci já alertava que as ideologias possuíam validade psicológica enquanto superestrutura necessária de determinada estrutura, sendo o terreno onde os homens se movimentam e adquirem consciência de suas posições (AMMANN, 2003). Em torno da ação dessas empresas, configura-se um consenso partilhado pelas classes subalternas que, em sua maioria, acreditam ser os maiores beneficiários da ação destas empresas, dando origem a um conjunto de apoiadores ou em muitos casos claques organizadas e pagas pelas próprias empresas para atuar a seu favor nas audiências públicas.

Nessa zona de conflitos, algumas organizações assumem posições a favor ou contra. No caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, poder-se-ia pensar que ele participa de um processo (denominado por Gramsci de *guerra de posições*), visando alcançar uma situação mais favorável para os agricultores familiares, ampliando as políticas públicas que lhe são dirigidas, mas pelo mesmo processo, de outro lado, pode contribuir para formar consensos, difundindo uma ideologia favorável aos grandes empreendimentos, quando estes não são submetidos a crítica. Interessa ao Sindicato, numa visão limitada, pautar o espaço rural na discussão do chamado “desenvolvimento econômico e social” do município.

Num primeiro momento, vimos o domínio exclusivo da Igreja, posteriormente compartilhado com uma elite agrária local, e hoje sob a tutela do grande capital, representando pelas empresas Samarco, Petrobras e Vale. Até os dias de hoje, mesmo diante de um cenário de expropriação e de pobreza, as pessoas ou grupos sociais, de modo geral, se retraem e não se engajam a qualquer movimento de resistência a esse poder instituído.

Também as organizações que atuam junto aos agricultores operam nesta mesma direção, deixando, por exemplo, de analisar os efeitos diretos das grandes empresas poluidoras sobre a agricultura: redução das terras agricultáveis, a saída dos jovens do campo em prejuízo da sucessão familiar na agricultura, a exaustão dos recursos hídricos da bacia do rio Benevente, além da poluição das águas, do ar e o dano à biodiversidade.

Nesse sentido, é necessário ressaltar que a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRAP) se deu através da mediação do prefeito da época, utilizando da entidade para fins político-eleitorais. Desse modo, esta entidade nasce subordinada ao poder público local, como estratégia eleitoral, e às forças que dominavam a vida pública em Anchieta, entre elas o Sindicato patronal do qual o referido prefeito era integrante. Esse novo organismo serve desde o início como instrumento para a formação e a reprodução do consenso, assegurando a permanência de representantes das classes dominantes nas estruturas do poder municipal, em especial por meio da difusão ideológica e cultural.

Destarte, o Sindicato - que poderia representar um contraponto na política local, opondo-se à dominação e à exploração dos segmentos das classes subalternas por integrantes das classes dominantes - nasce pelo alto, através da ação dos grupos vinculados ao poder e não derivado de articulações dos trabalhadores. O caráter “conciliador” desta organização sindical, verificada desde a sua origem, mascarou durante décadas os prováveis conflitos entre capital e trabalho, mais especificamente entre grandes proprietários de terras e agricultores familiares, e mesmo entre STRAP e Sindicato Patronal.

Talvez possa ser vislumbrada uma pequena inflexão na prática do STRAP, quando sua ação converge para a construção de políticas públicas, com sua inserção em conselhos municipais, sem, contudo, abandonar a prestação de serviços assistenciais, e o vínculo com os detentores do poder. Isso se verifica a partir de 2003, com o Projeto SER (Sustentabilidade no Espaço Rural), que se vincula a um processo de ampliação da democracia participativa, focalizando a construção e a gestão de políticas públicas voltadas para o meio rural e com uma ampliação da discussão sobre o mundo rural para além da dimensão agrícola.

Por outro lado, é necessário também destacar que mesmo enredado nos grupos dominantes de Anchieta (Igreja, o Mepes e a prefeitura local e a grande indústria), o STRAP quis alcançar posição na constelação do poder, assumindo uma posição junto ao poder local, para isso construiu o projeto SER e como desdobramento as edições das Semanas da

Agricultura Familiar. Se de um lado logrou êxito ao conseguir propor e verificar a execução de um conjunto significativo de políticas públicas para o campo, nos dois mandatos do prefeito que a entidade apoiou, de outro, assumiu uma posição que manteve reduzida sua autonomia perante o poder municipal, vinculando-se organicamente a este como estratégia para conquista de melhoria nas condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares.

Mas nem tudo pode ficar limitado à sua subordinação ao poder local (sob o domínio do grande capital), e sua atuação na manutenção do consenso. O STRAP, ao buscar a melhoria das condições de vida dos agricultores, mesmo de forma subordinada, teve como resultante a preservação da agricultura familiar, como um processo importante na economia municipal, mantendo parcela significativa das terras agricultáveis no município de propriedade de pequenos agricultores, impedindo que fosse incorporada na sua totalidade ao grande capital. Com isso também garantiu a permanência de um contingente significativo de trabalhadores no campo.

Ao propor e garantir a execução de políticas públicas para a agricultura familiar, o Sindicato resiste à submissão completa do campo às relações de produção capitalista. Além de preservar a indústria doméstica, através de apoios à organização de grupos produtivos, iniciativas não tipicamente capitalistas, pois provêm da iniciativa de micro capital, não existindo relação salarial, pois, o trabalho assume a forma cooperativa ou é realizado por integrantes do grupo familiar.

Em relação à atuação futura do STRAP, emergem duas questões fundamentais: A primeira diz respeito à construção de um processo de autonomia do STRAP em relação aos poderes constituídos, em especial ao grande capital; o que implicaria numa postura crítica da entidade em relação às determinações sócio-históricas a que a categoria esteve submetida. A segunda relaciona-se à necessidade de uma articulação da entidade sindical com outras lutas, emergentes na área urbana do município (operários da Samarco, pescadores, ambientalistas, etc.) e mesmo na esfera estadual, regional e nacional, buscando superar o caráter pontual e fragmentário de suas lutas, criando laços com outras frações das classes trabalhadoras com o objetivo de superar a subalternidade que caracterizou estes grupos sociais ao longo da história.

As transformações na estrutura produtiva (base econômica) implicam em alterações na superestrutura (política e ideológica), podendo conformar cenários alternativos ao projeto de sociedade das classes dominantes. A depender da forma como se articularem as frações das classes subalternas, a atuação do STRAP, junto com outras organizações, pode desencadear um processo efetivo de contra-hegemonia, significando ganhos não somente para os agricultores familiares, como também para o conjunto da classe trabalhadora. Resta saber qual papel exercerão as frações das classes subalternas em Anchieta, se a manutenção do *status quo* ou a construção de um projeto político alternativo para o município de Anchieta, com caráter efetivamente emancipador.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, A. T. Relatório Técnico do Plano Diretor Municipal de Anchieta. 2006. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrolopoles.net/planosdiretores/produtos/es/ES%20%20Relatorio%20Municipal%20n%C2%BA%202%20Mun%20Anchieta%20%20Andr%C3%A9%20Abe%20-%20nov%202009.pdf>>. Acesso em: 05/02/2014.

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 3ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ABREU, H. *Para além dos direitos: cidadania e hegemonia no mundo moderno*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

ALENTEJANO, P. R. R.. Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica. In: MARAFON, J. G; RUA, J; RIBEIRO M. A. *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

ALEXANDER, C. J. Ação coletiva, cultura e sociedade civil - secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais -. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 13, n. 37, 1998. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200001>>. Acesso em 16/12/2013.

ALIMONDA, H. Aproximações para uma ecologia política latinoamericana (conhecimento, poder, cultura, política...). In: AMODEO, N.B.P. e ALIMONDA, H. *Ruralidades, capacitação e desenvolvimento*. Viçosa: Ed. UFV, 2006.

ALMADA, V. P. *Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 2009.

ALVES, A. R. C. O conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, v. 80, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452010000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452010000200004&script=sci_arttext). Acesso em: 15/02/2014.

AMMANN, S. B. *Ideologia e Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. 10ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

ANCHIETA (Município). Lei nº. 355/2006, de 24 de maio de 2006. Dispõem sobre a implantação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro Sustentável de Anchieta (COMDERS), e dá outras providências. Disponível em: <<http://189.38.58.10/anchieta/images/leis/html/L3552006.html>>. Acesso em 08/12/2013.

ANCHIETA (Município). Lei nº. 072/2001, de 27 de Junho de 2001 (revogada). Disponível em: <<http://189.38.58.10/anchieta/images/leis/html/L722001.html>>. Acesso em 08/12/2013

ATAÍDE, S. G. *Capital, trabalho, saúde e meio ambiente: uma relação destrutiva analisada em uma indústria de pelotização*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. Tese de Doutorado.

AVRITZER, L. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da Autorização à Legitimidade da Ação. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, 2007.

BATTESTIN, S. *Ser jovem e ser agricultor: a agricultura familiar como perspectiva e projeto de vida para filhas e filhos de agricultores do município de Anchieta-ES*. Viçosa: UVF, 2009. Dissertação de mestrado.

BECKER, B. K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação (introdução). In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, 1973<sup>a</sup>.

BECKER, B. K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação (conclusão). In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, 1973<sup>b</sup>.

BERGAMIM, M. C. *Agricultura Familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica*. Uberlândia/MG: UFU, 2004. Dissertação de Mestrado.

BITTENCOURT, G. *Café e modernização (O Espírito Santo no século XIX)*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1981.

BRAGA, I. F; SILVA, V. Efeitos sociais e espaciais de grandes projetos: entre territórios de vida e relações de poder. *Caminhos da geografia*, Uberlândia, v.12, nº. 38, 2011.

BRASIL. *Direito à verdade e à memória: comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro\\_direito\\_memoria\\_verdade/livro\\_direito\\_memoria\\_verdade\\_sem\\_a\\_marca.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_direito_memoria_verdade/livro_direito_memoria_verdade_sem_a_marca.pdf). Acesso em: 12.02.2014.

BOURGEOIS, B. O pensamento político de Hegel. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2000.

BUFFON, J. A. *O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar*. Campinas: IE/UNICAMP, 1992. Dissertação de Mestrado.

BUSATTO, L. *Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo*. Vitória, 2002. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/imigracao/estudos-sobre-imigracao-italiana-no-espírito-santo/>. Acesso em: 03/02/2014.

CAÇADOR, S. B.; GRASSI, R. A. A economia capixaba no período pós-1990: o processo de "diversificação concentradora". *Economia Ensaio* (UFU. Impresso), Uberlândia, v. 23, 2009.

CALIARI, R. *Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local*. Lavras/MG: UFMG, 2002.

CAMPOS JUNIOR, C.T. Anchieta no contexto histórico do desenvolvimento do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do ES*, Vitória, nº 59, 2005.

CAMPOS, A. P. Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 12, 2011.

CARDOSO, C. F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVATI, J. B. *História da Imigração Italiana no Espírito Santo*. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1973.

CELIN, J. L. Contribuição ao Estudo da Pequena Produção na Cafeicultura Brasileira - O Caso do Espírito Santo. Porto Alegre, *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, nº 04, 1984.

CONDE, B. S. *Depois dos jesuítas: a economia colonial do Espírito Santo (1750-1800)*. Vitória/ES: CCHN/UFES, 2011. Dissertação de Mestrado.

COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CRUZ, C. B; SILVA, V. P. Grandes projetos de investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 22 (1), 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v22n1/13.pdf>. Acesso em: 29.09.2013.

DADALTO, C. M. O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído? *Pensamento Plural*, Pelotas, nº 3, 2008. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/03/07.pdf>. Acesso em: 03/02/2014.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. Ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: Dagnino Evelina (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DARÉ, R.. *A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo*. Vitória/ES: UFES, 2010. Dissertação de Mestrado.

EAGLETON, T. Versões de cultura. In: *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, V. Governo planeja 7 barragens para atender a siderúrgica em Anchieta. *Gazeta online*. Vitória. 31/08/2008. Disponível em: [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2008/10/476401governo+planeja+7+barragens+para+atender+a+siderurgica+em+anchieta.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2008/10/476401governo+planeja+7+barragens+para+atender+a+siderurgica+em+anchieta.html). Acesso em 25.09.2013.

FERREIRA, S. R. B. Os donos do lugar: a geo-grafia negra camponesa do sapê do norte/ES. *Revista Geografares*, nº 8, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/viewFile/1298/980>. Acesso em: 04/02/2014.

FILHO, A. Impasse põe em risco a 4ª usina da Samarco, maior obra do estado. Gazeta online. Disponível: <[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2013/07/noticias/dinheiro/1453416-impasse-poe-em-risco-a-4-usina-da-samarco-maior-obra-do-estado.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/07/noticias/dinheiro/1453416-impasse-poe-em-risco-a-4-usina-da-samarco-maior-obra-do-estado.html)>. Acesso em: 28/09/2013.

FIOCRUZ. *Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental no Brasil*. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=336>>. Acesso em: 28.09.2013.

FORTUNATO, D. de O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. *Revista Dimensões*, Vitória, nº. 27, 2011.

FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FUKUDA, R. F. *Estado e Políticas Públicas: Industrialização, Fragmentação Social – O caso de Anchieta e Guarapari (1960- 2004)*. Vitória/ES: CCHN/UFES, 2012. Dissertação de Mestrado.

FUTURA. AGENDA XXI: Anchieta: passos para o futuro. Anchieta: PMA, 2006.

GALVÃO, A. *O marxismo importa na análise dos movimentos sociais?* In: 32º Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu. GT Marxismo e Ciências Humanas, 2008. Disponível em: <[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=2522&Itemid=230](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2522&Itemid=230)>. Acesso em: 16/12/2013.

GERMANO, J. W. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.

GOHN, M. G. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, G. População protesta contra a Samarco. A Gazeta. Disponível: <[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2013/07/noticias/cidades/gazeta\\_online\\_sul/1452001-populacao-protesta-contrasamarco.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/07/noticias/cidades/gazeta_online_sul/1452001-populacao-protesta-contrasamarco.html)>. Acesso em: 28.09.2013.

GONÇALVES, E. *Anchieta cidade dos sonhos*. Vitória, 1996.

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. *Revista EmTese*, Vol. 2, n 1 (2), 2004.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere: O Risorgimento Notas sobre a história da Itália*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GROSSELLI, R. M. *Colônias Imperiais na Terra do Café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras – 1874-1900*. Vitória/ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

HOBSBAWM, E; RANGER, T. *A invenção das tradições*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2010 - Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=32&dados=1> Acesso em 15/08/2011.

\_\_\_\_\_. Levantamento de produção agrícola do município de Anchieta em 2012.

\_\_\_\_\_. População Economicamente Ativa em Anchieta no ano de 2010.

IMPACTO AMBIENTAL VETA BAOSTEEL EM ANCHIETA. A Gazeta. Vitória: 27 de novembro de 2008. Disponível em: [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2008/11/36364impacto+ambiental+veta+baosteel+em+anchieta.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2008/11/36364impacto+ambiental+veta+baosteel+em+anchieta.html). Acesso em: 25/09/2013.

INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência técnica e extensão rural). Disponível em: <<http://www.incaper.es.gov.br/institucional/downloads/anchieta.pdf>>. Acesso em: 13/12/2013.

\_\_\_\_\_. Planejamento EDL Anchieta. Disponível em: <[http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro\\_cerrano/Anchieta.pdf](http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Centro_cerrano/Anchieta.pdf)>. Acesso em 23/12/2013.

INCRA. Cadastro de Imóveis Rurais do município de Anchieta/ES, exercício 2003/2004/2005. Impresso, 2005.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Implantação de projetos de grande porte no Espírito Santo: análise do quadro socioeconômico e territorial na fronteira de expansão metropolitana sul capixaba. Vitória: Textos para discussão, nº. 41, 2011.

\_\_\_\_\_. Investimentos anunciados para o Espírito Santo 2010-2015. Vitória, ES, 2011b.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. 2012. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1524](http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=1524)>. Acesso em 25/08/2013.

JESUS, J. G. 2011. *Formação dos professores na pedagogia da alternância: saberes e fazeres do campo*. Vitória/ES, 2011.

JOHNSON, A. G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LINHARES, M. Y. História Agrária. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R.(orgs.). *Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

LOJKINE, J. *Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

MACEDO, F. C; MAGALHAES, D. F. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. *Revista de História Regional* 16(1), 2011.

MAESTRI, M.; CANDREVA, L. *Antônio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário*. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MAISONS FAMILIALES RURALES. Disponível em: <<http://www.mfr.asso.fr/pages/accueil.aspx>>. Acesso em: 04/11/2012.

MANN, T. *A Montanha Mágica*. São Paulo: Nova Fronteira S.A, 1952.

MARCHESI, F. J. *Breve Histórico da localidade denominada São Miguel do Rio Coryndiba (Espírito Santo)*. Mariana (MG): Typographia Archiepiscopal, 1930.

MARQUES, C. A. *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1878. Disponível em: <http://www.ap.ees.gov.br/index2.htm>. Acesso em: 21/06/2013.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do Capital*. Livro I, vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do Capital*. Livro I, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003<sup>b</sup>.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: o processo global de produção capitalista*. Livro Terceiro, vol. V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política: o processo global de produção capitalista*. Livro Terceiro, vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008<sup>b</sup>.

\_\_\_\_\_. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MATTEI, L. *Institucionalidade e Protagonismo Político: Os 10 anos do Condraf*. 2ª Edição. Brasília: MDA, 2010.

MAZOYER, M & ROUDART, L.. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: UNESP, 2010.

MENEGAT, M. Carlos Nelson e o Brasil contemporâneo. In: Marcelo Braz. (Org.). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORANDI, A. M. et al. *Alguns aspectos do desenvolvimento econômico do Espírito Santo, 1930-1970*. Vitória: UFES/CCJE/NEP, 1984.

MOREIRA, R. J. Exame da tese de doutorado “Formas e limites do capitalismo agrário: uma leitura crítica de Smith, Ricardo e Marx, de Edgard Malagoli”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, nº 1, 1993.

\_\_\_\_\_. Renda da natureza e territorialização do capital: reinterpretação a renda da terra na competição intercapitalista. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 04, 1995..

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril, vol. 08, 1997.

\_\_\_\_\_. Terra e natureza: um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade. In: DA SILVA, Francisco Carlos, SANTOS, Raimundo e COSTA, Luíz F. C.. (Org.). *Mundo Rural e Política: Ensaio interdisciplinares*. Rio de Janeiro, RJ: Campus. v. 1, 1998.

\_\_\_\_\_. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

\_\_\_\_\_. *Terra, poder e território*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. *Novos cadernos NAEA*, v. 12, n. 2, 2009.

\_\_\_\_\_. Cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações: A utopia da sustentabilidade. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, v. 31, 2010.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem complexa das identidades rurais da atualidade. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Aguas de Lindóia, SP. *Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS*.

MOREIRA, V. M. L. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. x, 2011.

\_\_\_\_\_. Vazios demográficos ou territórios indígenas. In: III Encontro Regional de História, 2000, Vitória, ES. *III Encontro Regional de História*. Vitória, ES: ANPUH/ES - Associação Nacional de História/Regional do Espírito Santo, 2000. Disponível em: <http://www.angelfire.com/planet/anpuhes/ensaio30.htm>. Acesso em: 12.02.2014.

MOTA, F. C. *Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)*. Campinas: IE/UNICAMP, 2002. Tese de doutorado.

NAGAR, C. O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (Fev 1895): Relato do Cavalheiro Carlos Nagar, Consul Real em Vitória. Tradução de Nerina Bortoluzzi Herzog. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 1995.

NETO, J. B. A disseminação de pequenas propriedades rurais e a seletividade étnico-racial no acesso a terras no espírito santo (1850-1940). *Revista Geografares*, nº 8, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1292>. Acesso em: 15/01/2014.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós – 64*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1994.

NEVES, et. al. *História, geografia e organização social e política do município de Anchieta*. Vitória: Brasília Editora Ltda, 1995.

NOSELLA, P. *Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil*. Vitória: Edufes, 2013.

NOVAES, M. S. *A Escravidão e a Abolição no Espírito Santo. História e Folclore*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial, 1963.

OLIVEIRA, J. T. de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. Ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

PEREIRA, M. S. *Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado: artífice da Neocristandade (1888-1952)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2010. Tese de Doutorado.

PISSATI, H. *Alfredo Chaves: uma visão histórica e política*. Alfredo Chaves/ES: Câmara Municipal, 2010. Disponível em: [http://www.camaraalfredochaves.es.gov.br/LIVRO\\_ALFREDO\\_CHAVES.pdf](http://www.camaraalfredochaves.es.gov.br/LIVRO_ALFREDO_CHAVES.pdf). Acesso em: 20/02/2014.

PLOEG, J. D. V. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA. Convite para lançamento do livro *Parece? Mas não é*. Anchieta/ES, 2007. Impresso (disponível na Secretaria Municipal de Agricultura de Anchieta).

PUTNAN, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAUTA RAMOS, M. H. *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. *Questão Ambiental e suas determinações estruturais. Curso de Desenvolvimento Local e Meio Ambiente/Emescam*. Vitória, 2011.

\_\_\_\_\_. *Produção e Reprodução Social. Curso de Desenvolvimento Local e Meio Ambiente/Emescam*. Vitória, 2011b.

REBELLO, W. R. *O papel dos canais do DNOS nas Várzeas do Riacho (ES): estudo de caso sobre a constituição técnico-científica da configuração territorial capixaba*. Vitória/ES: UFES, 2012. Dissertação de Mestrado.

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA- CSU. Disponível em: [http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RIMA\\_UBU.pdf](http://www.meioambiente.es.gov.br/download/RIMA_UBU.pdf). Acesso em: 04/02/2014.

RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: companhia das letras, 1995.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: UFES/CCJE/NEP, 1983.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. *Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: FCAA, 1991.

ROCHA, L. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo (1860)*. 3. Ed. Vitória: Arquivo Público Estadual, 2008.

ROSA, J. S. *Empresa e município: o papel da Samarco Mineração na reestruturação socioeconômica de Anchieta/ES*. Campos dos Goitacazes/RJ: Cândido Mendes, 2006. Dissertação de mestrado.



RUBIM, F. A. *Memórias para servir de História até o ano de 1817*. Vitória: Arquivo Público o Espírito Santo, 2003.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Segunda Viagem ao Interior do Brasil, Espírito Santo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

\_\_\_\_\_. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo/Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1974.

SALETTTO, N. *Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo*. 2ª Ed. Revisada. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2011.

SAMARCO MINERAÇÃO S. A. [www.samarco.com.br](http://www.samarco.com.br). Acesso em: 25/08/2013.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, 2001.

\_\_\_\_\_. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE ANCHIETA. 2006. Projeto da Semana da Agricultura. Anchieta/ES. Impresso, 2006. Disponível na Secretaria Municipal de Agricultura de Anchieta.

\_\_\_\_\_. As Semanas da Agricultura Familiar. Arquivo digital, Power point, 2011. Disponível na Secretaria Municipal de Agricultura de Anchieta.

SEMINÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR. Anchieta/ES. Documento base e relatórios, Arquivos digitais, 2012. Disponíveis no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na Secretaria de Agricultura de Anchieta.

SILVA, V. L. Via Prussiana e Revolução Passiva no pensamento de Carlos Nelson Coutinho: transposição ajustada ou decalque? *Projeto História* (PUCSP), v. 41, 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6557/4756>. Acesso em: 12.02.2014.

SINDICATO RURAL PATRONAL. Ata de assembleia geral realizada em 28/06/1972. Livro de Atas.

\_\_\_\_\_. Ata de assembleia geral realizada em 29/06/1974. Livro de Atas.

SIQUEIRA, M. da P. S. A questão regional e a dinâmica econômica do espírito santo - 1950/1990. *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, nº 04, 2008.

STRAP. Cartilha do Programa de Formação de Agentes de Desenvolvimento Local Sustentável. Impresso, 2002.

\_\_\_\_\_. Proposta ao Plano plurianual de aplicações, quadriênio 2005-2009. Anchieta/ES. Impresso, 2005. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta.

\_\_\_\_\_. Projeto da II Semana da Agricultura Familiar. Anchieta/ES, Impresso, 2007. Disponível na Secretaria Municipal de Agricultura de Anchieta/ES.

\_\_\_\_\_. Projeto da III Semana da Agricultura Familiar. Anchieta/ES, Impresso, 2008. Disponível na Secretaria Municipal de Agricultura.

\_\_\_\_\_. Projeto da IV Semana da Agricultura Familiar. Anchieta/ES, Impresso, 2010. Disponível na Secretaria Municipal de Agricultura.

\_\_\_\_\_. Proposta ao Plano plurianual de aplicações, quadriênio 2010-2013. Anchieta/ES. Impresso, 2010. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta.

\_\_\_\_\_. Projeto da V Semana da Agricultura Familiar. Anchieta/ES, Impresso, 2011. Disponível na Secretaria Municipal de Agricultura.

\_\_\_\_\_. Projeto da VI Semana da Agricultura Familiar. Anchieta/ES, Impresso, 2012. Disponível na Secretaria Municipal de Agricultura.

\_\_\_\_\_. Proposta ao Plano plurianual de aplicações, quadriênio 2013-2017. Anchieta/ES. Impresso, 2013. Disponível no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anchieta.

\_\_\_\_\_. Ata de fundação do Sindicato em 09/06/1973. Livro de Atas.

\_\_\_\_\_. O que é o Projeto SER. Arquivo digital. Anchieta/ES, 2004.

TOPALOV, C. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

TSCHUDI, J. J. V. *Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça – 1860*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2004.

VAINER, C. B.; F.G. ARAÚJO. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. *Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS - GT 17 Processos Sociais Agrários*. Caxambu, MG: ANPOCS, 1996.

WEREBE, M. J. G. *30 anos depois: grandezas e misérias do ensino no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

ZANOTELLI, C. L. et. al. 2013. Influência do plano ES 2025 e da concentração fundiária na expansão da Região Metropolitana da Grande Vitória. In: *XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Rio de Janeiro. XIII Simpurb - Ciência e ação política: por uma abordagem crítica. Rio de Janeiro: Simpurb, 2013.

### **Sites visitados**

SUS. Disponível em: <<http://sistemaunicodesaude.weebly.com/histoacuteria.html>>. Acesso em 04/11/2012.

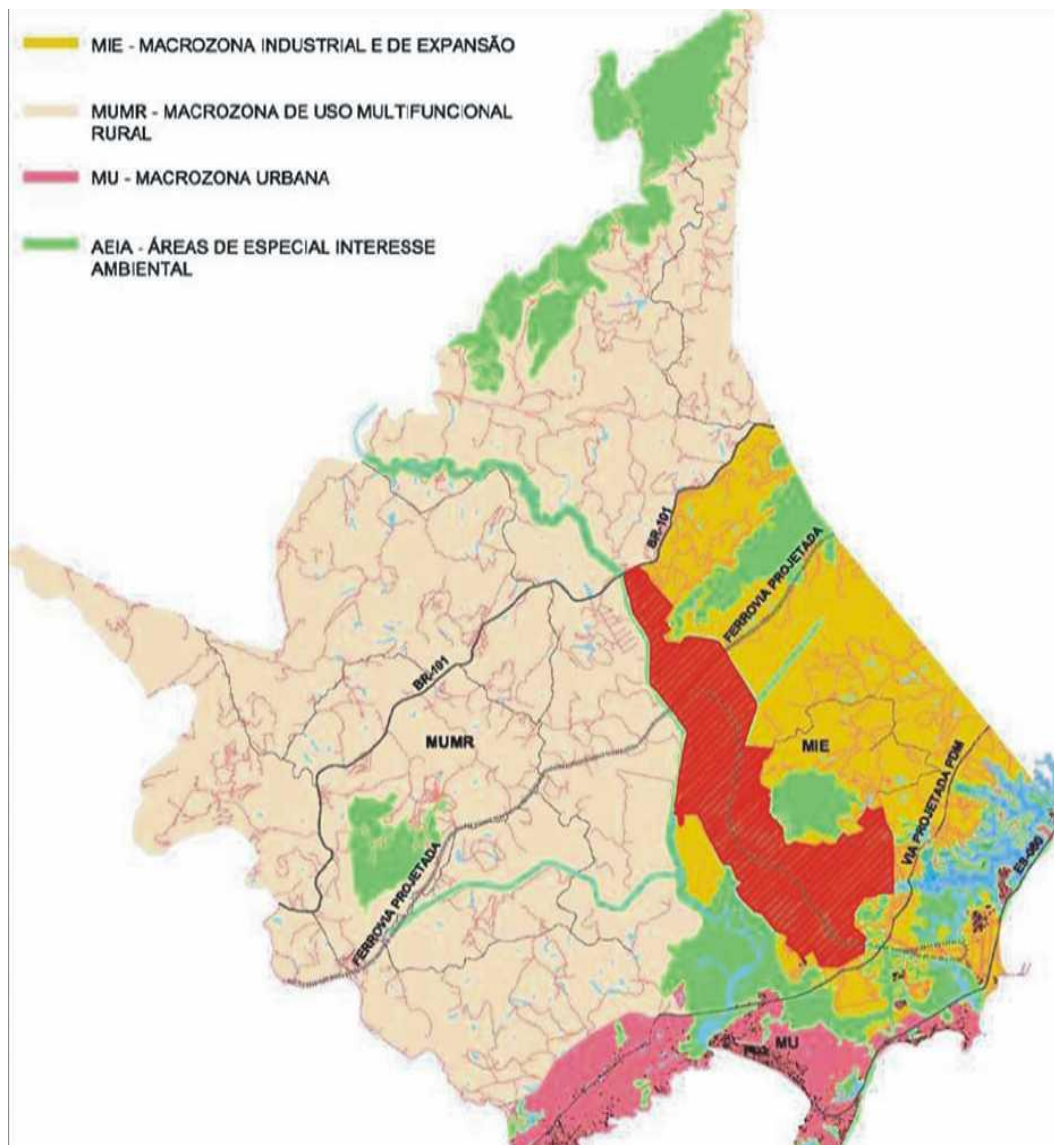
SOCIO AMBIENTAL CONSULTORIA E SERVIÇOS. Disponível em: <<http://as-socioambiental.com.br/exibetexto.php?id=1834&&tipo=0>>. Acesso em: 28.09.2013.

FATOS E DADOS (blog da Petrobras). Disponível em: <<http://fatosedados.blogspot.com.br/2010/10/26/petrobras-inaugura-nova-unidade-de-gas-no-espirito-santo/>>. Acesso em: 25.09.2013.

EMBRAPA. Disponível em: <http://www.sapc.embrapa.br/index.php/ultimas-noticias/espirito-santo-referencia-de-sucesso-na-producao-de-cafe-conilon>. Acesso em: 04/02/2014.

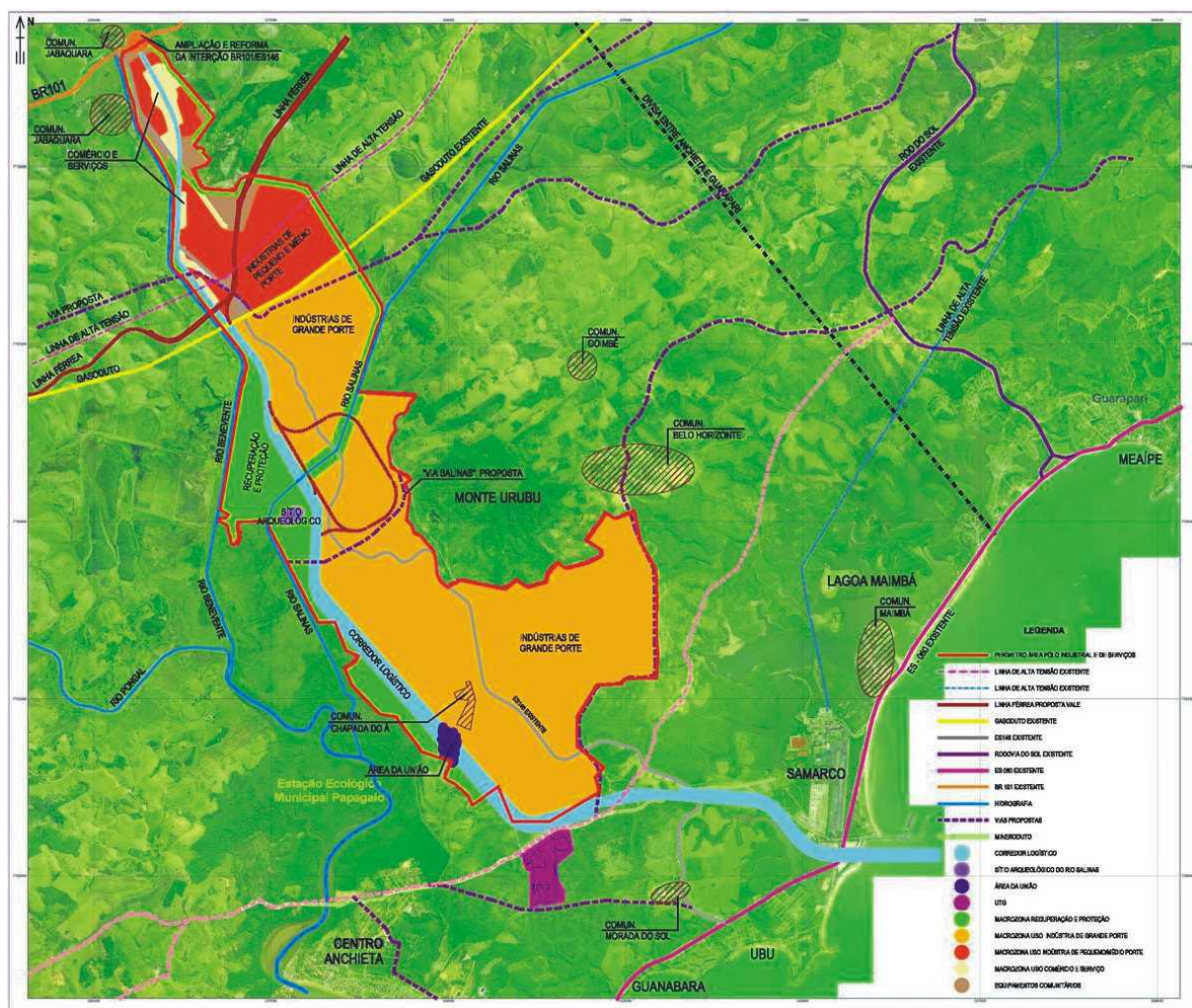
## **ANEXOS**

## Anexo 01 – Macrozona Industrial – Plano Diretor Municipal de Anchieta



Fonte: Espírito Santo Em Ação, Avaliação Ambiental Estratégica. Polo Industrial e de Serviço de Anchieta, 2008. Elaboração: Espírito Santo Em Ação.

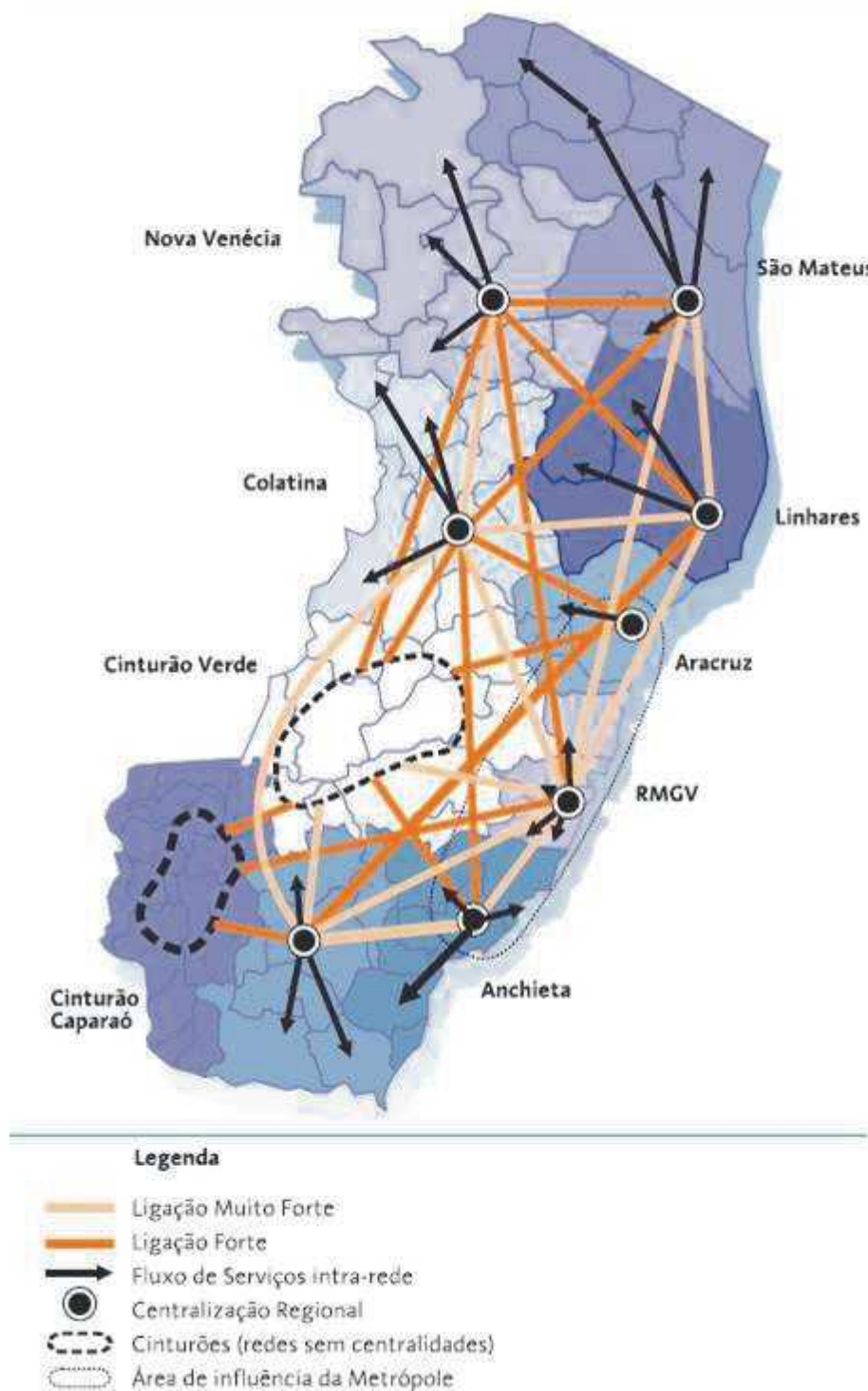
## Anexo 02 – Área determinada para o pretendido Polo Industrial e de Serviços de Anchieta



Fonte: Espírito Santo Em Ação, Avaliação Ambiental Estratégica. Polo Industrial e de Serviço de Anchieta, 2008. Elaboração: Espírito Santo Em Ação.



Anexo 03 – Rede de cidades constituída a partir dos polos de desenvolvimento previstos no ES 2025



# Anexo 04– Investimentos anunciados para o ES entre os anos de 2010-2015

<b>Principais investimentos para o Espírito Santo, por ordem decrescente de valor – 2010 - 2015. Adaptação com recorte dos investimentos previstos e que envolvem Anchieta</b>				
<b>Ordem</b>	<b>Projeto</b>	<b>Setores</b>	<b>Descrição</b>	<b>Município</b>
1º	VALE - Companhia Siderúrgica Ubu (CSU)	Indústria	Implantação da Companhia Siderúrgica Ubu (CSU) com capacidade de produzir 5 milhões de toneladas de placas de aço por ano.	Anchieta
2º	Petrobras e outras empresas - Exploração na bacia do Espírito Santo e no norte da bacia de Campos	Energia	Exploração na bacia do Espírito Santo e no norte da bacia de Campos.	Vila Velha, Vitória, Serra, Fundão, Aracruz, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy
4º	Petrobras - Desenvolvimento dos campos de Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote e Jubarte - P-58	Energia	Desenvolvimento dos campos de Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote e Jubarte. Com a construção e instalação de uma UEP do tipo FPSO (P-58), com capacidade de tratamento de 180.000 bpd de óleo e 6 milhões m³/d de gás.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy
5º	Petrobras - Desenvolvimento da Produção do Campo de Jubarte - Fase 2 - P57	Energia	Perfuração, completação e interligação submarina de 15 produtores e 7 injetores, com a construção e instalação de uma unidade estacionária de produção do tipo FPSO (P-57).	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy
6º	Diversas Empresas - Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul	Energia	Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul do Espírito Santo.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy
7º	Petrobras, Shell e ONGC Parque das Conchas - Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul	Energia	Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul do Espírito Santo.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy
9º	VALE - Ferrovia Litorânea Sul	Transporte	Construção da Ferrovia Litorânea (da Grande Vitória à Cachoeiro de Itapemirim).	Anchieta, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Guarapari, Piúma e Viana
10º	SAMARCO MINERAÇÃO - 4º Usina de Pelotização	Indústria	Construção da 4ª Usina de Pelotização (3º mineroduto, 4ª usina e adaptação doterminal portuário de UBU).	Anchieta
11º	Petrobras - Desenvolvimento da Produção da Fase 1 dos Campos de Cachalote e de Baleia Franca - FPSO Capixaba	Energia	Desenvolvimento Inicial dos Campos de Cachalote e de Baleia Franca - FPSO Capixaba.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy
12º	Petrobras – Piloto de Produção do Pré-sal de Baleia Azul FPSO Cidade de Anchieta	Energia	Produção através de UEP com capacidade de processamento 100 mil bpd de óleo do pré sal e 3,5 Mm³/d de gás.	Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy
15º	Petrobras - Porto de Apoio às Atividades de Exploração e Produção <i>Offshore</i>	Energia	Porto para dar suporte às plataformas e às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural <i>offshore</i> .	Anchieta
17º	Petrobras - Gasoduto Sul - Norte Capixaba	Energia	Construção de um Gasoduto Marítimo de 183 km ligando o Parque das Baleias ao Polo Cacimbas, no norte do	Aracruz, Guarapari, Vila Velha, Serra, Linhares, Anchieta,



			Estado.	Vitória e Fundão
21º	Petrobras - Unidade de Tratamento de Gás Sul Capixaba (UTG Sul)	Energia	Construção da Unidade de Tratamentos de Gás Sul Capixaba (UTG Sul). O gás virá dos campos do Parque das Baleias.	Anchieta
<p>Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves. Investimentos anunciados para o Espírito Santo, 2010-2015. Vitória. 2011. Reelaboração do próprio autor.</p>				

## Anexo 05 – Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil

<b>Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil</b>
1977: Início das operações da primeira usina de pelotização da Samarco em Ubu, Anchieta/ES.
1997: Início das operações da segunda usina de pelotização da Samarco.
07 de março de 2005: Fórum Permanente de Defesa de Meaípe encaminha solicitação ao MPE/ES para que órgão recomende a suspensão do licenciamento da 3ª Usina Pelotizadora da Samarco no município de Anchieta.
Abril de 2005: A partir de informações do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), coordenador do Fórum Permanente de Defesa de Meaípe denuncia que Samarco estaria poluindo a Lagoa Mãe-Bá em Anchieta.
02 de outubro de 2006: Associação de Pescadores de Ubu e Parati denuncia que obras de dragagem da Samarco em Ubu estariam afugentando peixes e provocando poluição nas áreas pesqueiras. Segundo os pescadores, tanto empresa quanto o IEMA estariam sendo negligentes quanto aos impactos negativos da obra. Reclamações das comunidades não estariam sendo levadas em consideração.
30 de outubro de 2006: Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (Gama) denuncia ao IBAMA impactos negativos das obras de construção de nova linha de mineroduto da Samarco sobre ecossistema de apicum na Ponta de Ubu, habitat de diversas espécies de crustáceos. Tal impacto não estaria previsto no RIMA do empreendimento.
31 de outubro de 2006: IBAMA, através de sua assessoria de comunicação, informa que fará vistoria no local das obras a fim de verificar denúncias do GAMA.
20 de dezembro de 2006: Petrobras anuncia, em reunião com o governador do estado, possível instalação de uma base marítima em Anchieta, próximo ao porto da Samarco.
08 de janeiro de 2007: Associação de Pescadores de Ubu e Parati denuncia que Petrobras estaria se recusando a se reunir com os pescadores para discutir projeto de porto da empresa no município. Segundo os pescadores, a localização do empreendimento afetaria um dos poucos pesqueiros ainda disponíveis para pesca artesanal dessas comunidades. Também acusam a Prefeitura Municipal de Anchieta, através de sua Secretaria de Pesca e Meio Ambiente, de ser negligente quanto aos possíveis impactos sobre as condições de vida destes.
09 de janeiro de 2007: Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (Gama) denuncia ao IBAMA que a empresa Samarco teria permitido o vazamento de minério de ferro na praia do Além, em Anchieta, atingindo uma área de desova de tartarugas marinhas.
15 de janeiro de 2007: Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (Gama) denuncia ao IBAMA impactos das atividades de sondagem da Petrobras sobre as praias do Além e da Guanabara, áreas de desova de tartarugas marinhas e consideradas áreas de proteção ambiental. Sondagem teria como objetivo a instalação de um gasoduto na praia do Além. Atividade também estaria causando impactos negativos sobre a pesca (inclusive com a destruição de redes) e incomodando moradores e surfistas com o alto barulho emitido (poluição sonora).
17 de janeiro de 2007: Após meses de tentativas por parte dos pescadores ligados à Associação de Pescadores de Ubu e Parati, Petrobras realiza reunião para discutir os impactos das operações de sondagem sobre a pesca e possíveis impactos da instalação de um porto da empresa na região. Inicialmente, fica acordado que empresa irá estudar ressarcimento dos prejuízos causados pela sondagem. Tal ressarcimento ficou condicionado à entrega de relatório, sob responsabilidade da associação, discriminando os prejuízos de cada pescador.
17 de julho de 2007: Companhia Vale do Rio Doce (CVRD/VALE) anuncia ter firmado, em parceria com a chinesa BaosteelCo, junto ao Governo do Estado do Espírito Santo, um protocolo de intenções visando a instalação de uma usina siderúrgica em Ubu, Anchieta. Vale prevê produção da ordem de cinco milhões de toneladas de aço por ano.
Agosto de 2007: Início do processo de licenciamento ambiental do porto da Petrobras em Anchieta.
13 de setembro de 2007: Associação de Pescadores de Ubu e Parati denuncia que Samarco teria rompido acordo firmado com a associação e estaria preparando-se para realizar obras de dragagem a apenas 2,5 milhas da costa, afetando pesqueiros da comunidade. Acordo anterior previa dragagens a sete milhas do litoral. Empresa nega que operações possam trazer impactos à pesca.
17 de setembro de 2007: IEMA concede Licença Prévia para a 1ª etapa da dragagem de manutenção do porto da Samarco em Ubu.
17 de dezembro de 2007: Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (Gama) denuncia que Samarco estaria abrindo comportas da barragem norte e provocando poluição em sistema hídrico da Lagoa Mãe-bá. Apesar de autorizada pelo IEMA, operação estaria em desacordo com recomendação do MPE/ES.
2008: Início das operações da terceira usina de pelotização da Samarco.
18 de junho de 2008: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Benevente (CBH-Benevente) rejeita projeto de instalação de siderúrgica da Baosteel no município de Anchieta.
19 de junho de 2008: IEMA e Vale se reúnem com pescadores de Anchieta para discutir projeto de sondagem na região a fim de viabilizar a construção de um novo terminal marinho da empresa.
11 de agosto de 2008: Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (Gama) denuncia que ata da reunião do dia 18 de julho do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Benevente (CBH-Benevente) teria sido adulterada a fim de beneficiar projeto de instalação da Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV). Segundo organização ambientalista, essa adulteração teria origem em representantes do Governo do Estado do Espírito Santo.
28 de outubro de 2008: IEMA e Governo do Estado do Espírito Santo anunciam construção de duas barragens em Anchieta. Anúncio é feito durante reunião com agricultores do município. Mais de mil pessoas serão atingidas pelos empreendimentos.

18 de novembro de 2008: IEMA multa Samarco em mais de R\$ 1 milhão por danos causados por contaminação à Lagoa Mãe-bá e Praia do Além por metais pesados.
21 de novembro de 2008: Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, anuncia que siderúrgica da Baosteel e Vale não será mais instalada em Anchieta. Segundo Maria da Glória Abaurre, titular da pasta, Avaliação Ambiental Estratégica realizada pelo Estado teria apontado que siderúrgica impactaria negativamente o ecossistema local, levando os recursos hídricos e a poluição atmosférica acima dos limites recomendados pelo CONAMA, o que poderia provocar a exaustão da bacia hidrográfica do rio Benevente e doenças respiratórias.
16 de janeiro de 2009: Vale e BaosteelCo anunciam liquidação da Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV) e fim das intenções de instalar empreendimento no Espírito Santo. Empresas apontam crise econômica como principal fator para encerrar plano de investimentos no estado.
15 de junho de 2009: Associação de Pescadores de Ubu e Parati denuncia destruição de equipamento de pesca por embarcação da Petrobras.
13 de outubro de 2009: IEMA realiza audiência pública em Anchieta para discutir projeto de instalação da Companhia Siderúrgica de Ubu no município e termo de referência dos estudos a serem realizados.
29 de outubro de 2009: IEMA anuncia condicionantes para instalação da Unidade de Tratamento de Gás Sul (UTG-Sul) da Petrobras no município de Anchieta.
Novembro de 2009: CEPEMAR divulga Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do projeto da 4ª Usina de Pelotização da Samarco (P4P).
21 de dezembro de 2009: Vale, em parceria com a ArcelorMittal, dá entrada em pedido de licença prévia a fim de instalar Companhia Siderúrgica de Ubu em Anchieta.
28 de dezembro de 2009: Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) confirma multa à Samarco por poluição em Anchieta. Empresa havia recorrido de multa aplicada pelo IEMA no ano anterior. CONSEMA reduz valor da multa para pouco mais de R\$ 900 mil.
Dezembro de 2009: CEPEMAR divulga Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do projeto da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU).
17 de dezembro de 2009: Vale solicita licenciamento ambiental da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU).
Janeiro de 2010: Criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Anchieta
01 de fevereiro de 2010: Associação dos Catadores de Caranguejo, Associação dos Pescadores e Grupo de Meio Ambiente de Anchieta (Gama) movem ação popular contra CSU. Entidades alegam que empreendimento trará impactos negativos sobre ecossistemas locais.
03 de fevereiro de 2010: Grupos de Trabalho do IEMA iniciam discussões a respeito dos impactos da CSU. Participam dos grupos representantes da sociedade civil, organizados por meio do Conselho Municipal de cada um dos municípios localizados na zona de influência do empreendimento. Previsão é que GTs apresentem um relatório com encaminhamentos ao Fórum de Ubu em maio.
24 de fevereiro de 2010: Imprensa capixaba noticia que Vale irá investir R\$ 25 milhões em novos estudos a fim de responder às demandas de grupos sociais locais. Empresa já estaria negociando a remoção das comunidades de Chapada do A e Monteiro da área onde a siderúrgica será instalada.
17 de março de 2010: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo realiza sessão especial para debater consumo de água por empreendimento da Vale em Anchieta. Representantes da Vale e dos executivos estadual e municipal não comparecem à sessão.
30 de março de 2010: Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (Gama) denuncia ao MPE/ES pressão que moradores da comunidade Chapada do A estariam sofrendo por parte de prepostos da Vale. Empresa estaria oferecendo-se para comprar ou ressarcir moradores de área onde pretende instalar a Companhia Siderúrgica de Ubu.
04 de maio de 2010: IEMA realiza audiência pública em Piúma para discutir 4ª Usina de Pelotização da Samarco (P4P).
06 de maio de 2010: IEMA realiza audiência pública em Anchieta para discutir 4ª Usina de Pelotização da Samarco (P4P).
10 de maio de 2010: IEMA realiza audiência pública em Guarapari para discutir 4ª Usina de Pelotização da Samarco (P4P).
13 de maio de 2010: Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (Gama) encaminha ofício a Superintendência no Espírito Santo do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), solicitando intervenção do órgão no licenciamento da 4ª Usina de Pelotização da Samarco (P4P). Segundo ambientalistas, os impactos gerados à pesca e ao meio marinho teriam sido excluídos dos estudos de impacto do empreendimento.
Fonte: Fiocruz/FASE

**ANEXO 06 – PROPOSTAS PPA QUADRIÊNIO 2006/2009 E 2010/2013 – SEMINÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR, JULHO/2013**

<b>AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS PROPOSTAS AO PPPA QUADRIÊNIO 2006/2009 E 2010/2013 – SEMINÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR, JULHO DE 2012.</b> <b>(Destaque em cinza das propostas não executadas ou parcialmente executadas). Elaboração própria.</b>			
<b>PROPOSTAS</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
<b>Geração e Gênero – Mulheres, Jovens e Terceira Idade</b>			
<b>JUVENTUDE RURAL</b>			
Criar na estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, ou similar, a Gerência Especial da Juventude.	Criado o departamento de juventude no âmbito da Semades.	Não houve nenhuma ação relevante, por conta disso o orçamento da unidade foi reduzido.	
Criar o Conselho Municipal da Juventude, com caráter autônomo e deliberativo.	Não executado	Nulo	
Criar um fórum permanente da juventude rural para discussão de temas da atualidade de seu interesse específico ou da coletividade da sociedade em geral.	Nos primeiros anos de trabalho tivemos a Comissão Municipal de jovens, vinculada e coordenada pelo STRAP.	Realização dos Seminários de Juventude e participação no Consórcio Social da Juventude Rural (O trabalho precisa ser reestruturado).	
Criar um programa de fomento a geração de ocupações produtivas e geração de renda específica para a Juventude.	Não foi executado. Entretanto, em todas as ações das entidades parceiras há a preocupação com a inserção da juventude.	Alguns empreendimentos tocados por jovens rurais ou com a participação destes.	
Trabalhar a implementação de ações do Programa 1º Emprego no Município.	Não executado.		
Em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, trabalhar ações relativas à captação de recursos dos Programas: PRONAF Jovem e Minha 1ª Terra.	Não executado.	Não executado.	
Criar um programa municipal de profissionalização da juventude rural de acordo com as demandas do “novo arranjo rural” local.	Não executado.	Cenário pouco propício para o trabalho com a juventude rural devido às propagadas oportunidades geradas pelos projetos industriais e empregos na área urbana.	
<b>MULHERES</b>			
Criar na estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social a Gerência Especial da Mulher.	Departamento criado, entretanto as poucas ações restringiram-se ao público urbano.	Os parceiros assumiram a responsabilidade de trabalharem a organização das mulheres.	O trabalho com mulheres rurais tem sido muito relevante, ao menos no plano da mobilização e da formação humana, conseguimos muitos resultados.
Criar o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, com caráter autônomo e deliberativo.	Não executado.		
Elaborar e implementar o Programa Municipal de Saúde da Mulher, com uma linha de ação específica para as rurais.	Executado em partes dado à ampliação da rede da saúde e das ESF.	Universalização dos atendimentos.	
Criar um programa de fomento a geração de ocupações produtivas e geração de renda específica para mulheres.	Ações executadas, mas não em forma de um programa. As ações foram realizadas de		

	acordo com demandas de grupos ou como estratégias de fomento.		
Desenvolver ações relativas à formação básica e à capacitação de lideranças multiplicadoras das questões de gênero.	Não executado.		
Empreender esforços para a instalação da Delegacia da Mulher no Município, ou no mínimo, estrutura para atendimento diferenciado.	Houve diálogo com a Polícia civil do município, especialmente na discussão da lei Maria da Penha. Na ocasião da Delegada era uma mulher e firmou-se um diálogo entre as instituições.	Sempre tivemos o contato, entretanto, não houve muitas ações. Restringiram-se a situações pontuais. Não há como medir o impacto dessa ação na vida das mulheres que sofrem violência.	
<b>TERCEIRA IDADE</b>			
Criar na estrutura da Secretaria Municipal de Ação Social, ou similar, a Gerência Especial da Terceira Melhor Idade.	Existem ações específicas para a 3ª idade, não sei se há estrutura funcional própria.	Realização de encontros, ações de saúde e lazer e construção do centro de referência da 3ª idade.	
Criar o Conselho Municipal do Idoso, com caráter autônomo e deliberativo.	Executado.	Ainda em fase inicial.	
Criar um fórum permanente da Terceira Melhor Idade para discussão de temas da atualidade de seu interesse específico ou da coletividade da sociedade em geral.	Contemplado no anterior.	Contemplado no anterior.	
Criar um programa de fomento a geração de ocupações alternativas e de geração de renda específico para idosos.	Não executado.		
Em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, trabalhar ações relativas ao Estatuto do Idoso.	Não executado.		
<b>PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AGROINDUSTRIAL – INSUMOS, SISTEMA PRODUTIVO, AGROINDÚSTRIA, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, CONSUMIDOR FINAL</b>			
<b>PLEITOS</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Reestruturação do viveiro municipal e criação de pequenos viveiros nos distritos do Município.	Proposta foi analisada e mostrou-se economicamente inviável, visto que podem ser adquiridas mudas de melhor qualidade e por preços melhores no mercado.	Há um único viveiro público no município produzindo sementes de fruta e de plantas para arborização. As mudas distribuídas aos agricultores são adquiridas via licitação.	
Criação do banco de sementes no Município.	Proposta inserida no Projeto MDA, mas os recursos ainda não foram liberados.	As sementes ainda continuam a ser compradas via licitação.	
Criação do Sistema (empresa) Municipal de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, abrangendo as diversas especialidades demandadas pelos elos da CPA da agricultura familiar contemporânea.	Foi criado o PROMATERA, contratado técnicos agrícolas e para suprir outras demandas, consultorias externas, rede de parcerias envolvendo órgãos locais e estaduais.	Demandas por ater supridas. As avaliações, entretanto, apontam para a necessidade de ampliação e aprimoramento dos serviços.	
Criar o Centro de Profissionalização da Agricultura Familiar Anchietaense – dotado de	Foi criado primeiramente a sede da SEMAPA que concentra uma série de profissionais, serviços e	A criação de um espaço de referência para os agricultores e instituições que trabalham com a agricultura; Tornamo-	

recursos humanos, financeiros e logísticas adequadas.	infraestrutura para a gestão social e o acesso as políticas públicas e atualmente temos a Sede do SRAP, outro espaço de centralidade do debate em torno das questões relacionadas a agricultura.	nos referência em organização, planejamento participativo e construção de políticas públicas.	
Desenvolver ações (incluindo recursos financeiros) de estímulo à práticas agroecológicas e orgânicas no Município.	Iniciamos algumas discussões que culminaram com trabalhos na comunidade de Belo Horizonte (banana) e com o projeto da Horta em Goembê.	Apesar dos esforços a ideia não foi à frente. Destaque para o caráter pontual que configurou estas ações. Buscava-se justamente desencadear um processo por meio da constituição de casos que pudessem ser laboratórios para a reprodução de boas práticas.	
Empreender esforços para a montagem de uma logística (incluindo recursos humanos) para alavancar a captação de recursos externos, públicos ou privados, para as atividades agropecuárias ou ocupações rurais não agrícolas.	Ao longo dos anos a equipe dos parceiros foi responsável pela captação de boas quantidades de recursos que foram aplicados tanto em projetos de custeio quanto investimento.	Realização de cursos, capacitação em diversas áreas e aquisição de equipamentos e insumos entregues a grupos produtivos e/ou cedidos a agricultores individualmente.	
Criar um serviço específico de estímulo e facilitação da regularização fundiária das pequenas propriedades rurais.	Está no nível da discussão.	Sem resultados.	
Criar assessoria de imprensa visando buscar espaços em emissoras de rádio, jornais e aproveitamento de espaços nas emissoras de televisão.	Avançou com a contribuição da Gerência de Comunicação da Prefeitura de Anchieta.	Nos últimos meses a assessoria de comunicação da PMA tem se esforçado bastante e conseguidos produzir materiais que tem aumentado a visibilidade do rural, internamente e externamente ao município.	
Disponibilizar livre acesso da categoria a informações da Internet e criar um site do Município com um espaço específico para a agricultura familiar.	Não executado.		
Ampliar a atuação infraestrutura de telefonia a que os produtores têm acesso, visando inclusive a utilização comercial dos serviços para acesso a novos produtos e tecnologias, para a divulgação e concretização de negócios com produtos agrícolas.	Programa de telefonia rural e melhora das condições gerais de comunicação, inclusive com acesso a internet.	Incremento nas vendas e facilidade no contato com fornecedores e compradores.	
Realização de um amplo diagnóstico, por meio de uma detalhada e criteriosa pesquisa científica, de todo o sistema produtivo da CPA da agricultura familiar do município.	Diversos diagnósticos e estudos realizados por parceiros à exemplo dos trabalhos realizados pelo Sindicato na elaboração das propostas ao PPA e do Censo da AF.	Os materiais produzidos por esta rede serviram de base para a orientação das políticas municipais, entretanto, não estiveram no nível sistemático e com a orientação proposto originalmente. Variou muito, ao sabor do empenho das instituições.	
Identificar todas as demandas internas para a produção	Realizado no âmbito do conselho, das	Maior clareza das demandas do mercado e inserção no	

agrícola seja de consumo próprio, mercadológicas ou institucionais (a exemplo da merenda escolar).	comunidades, junto com os grupos e com o próprio Poder Público.	processo de comercialização institucional.	
Criar uma Gerência de Agricultura Familiar no Município, nos moldes da SEAG e da Secretaria Nacional da Agricultura Familiar do MDA.	Superou-se a expectativa, visto que a própria secretaria passou a ser na prática uma secretaria de AF.	Maior visibilidade da AF de Anchieta no município e fora deste; Capacidade da operação de políticas públicas voltadas para o segmento; capacidade gerencial do processo como um todo; Aumento da autoestima dos agricultores.	
Identificar e catalogar as experiências exitosas de produção orgânica, diversificações agrícolas e de inovações tecnológicas praticadas por produtores rurais, visando possibilitar subsídios para que se consolidem e multiplicando-as para outros produtores. Criar e capacitar um grupo de produtores, técnicos e agentes públicos em gestão de distribuição e comercialização da produção agrícola e a busca de novos mercados.	Processo realizado nas edições da semana da agricultura e no próprio trabalho dos parceiros da AF.	Aumento do nível tecnológico em algumas propriedades e diversificação dos empreendimentos da AF.	
Criar o selo de qualidade para a agricultura familiar.	Criado em parte, visto que se trata de um selo com caráter informal, sem muitos critérios, apenas para identificação.	Identificação imediata dos produtos da AF; Popularização do conceito de agricultura familiar e aumento da visibilidade da categoria.	
Viabilizar um sistema permanente de pesquisas mercadológicas para a agricultura familiar.	Não executado.		
Criar uma “patrulha mecanizada” municipal rural para recuperação e conservação da estrutura viária do Município.	Criada patrulha do Proepa (para trabalhar estradas vicinais e outros serviços no interior das propriedades) e a da Secretaria de Obras para trabalhar as estradas de uso comum.	Melhoria das condições das estradas de terra do município de maneira geral; facilidade para escoar produtos; Facilidade para deslocamentos dentro do município.	
Criar, entrepostos de armazenamento e distribuição da produção, na sede do Município e nos distritos.	Estruturação da feira livre e apoio a iniciativas como as da APROBANA e do Vale Viver Corindiba.	Aumento da comercialização; Ampliação da visibilidade da AF; estabelecimento de redes de contato (fornecedor/comprador).	
Criar um sistema municipal de vigilância sanitária, visando disciplinar a circulação de produtos alimentícios, em especial os de origem animal, visando garantir a segurança alimentar dos consumidores.	A discussão da qualidade ficou vinculada ao S.I.M (Serviços de Inspeção Municipal), este, com competência para averiguar a qualidade dos produtos e determinar sua origem. O processo vem sendo conduzido pela SEMAPA e Vigilância Sanitária.	Na discussão do SIM a possibilidade de regulamentação dos produtos processados pela AF anchietaense; Ampliação e acesso a mercados formais; segurança jurídica.	
Criar um sistema municipal de incremento da comercialização direta Produtor Rural &	Possibilidade restrita ao limite da feira livre.	Maior contato entre produtor e consumidor, criação de laços de confiança e proximidade,	

Consumidor no Município.		fidelização.	
Estruturação do mercado municipal para comercialização direta da produção agropecuária.	A feira Livre da AF ganhou novo espaço e foi totalmente reestruturado.	Aumento do número de feirantes; constituição de um espaço de feira nas quartas-feiras e a feira itinerante do verão, além da participação de alguns em feiras estaduais, melhoria geral das condições de trabalho.	
Criar um Programa Municipal de abastecimento do mercado institucional.	O governo federal se antecipou a municipalidade e a Prefeitura realiza dentro do âmbito do PNAE a compra de produtos da AF para compor a alimentação escolar. Entretanto a proposta original pensava nas compras do dia-dia da PMA, com os recursos da prefeitura e não do Governo Federal.	Acesso a um novo mercado, geração de renda, retorno a produção de alimentos no município, movimentação da economia local.	
Incentivo e suporte técnico/financeiro à cooperativa/associações de consumidores urbanos.	Os incentivos foram concentrados nas associações de agricultores.	Aquisição e disponibilização equipamentos.	Este é um exemplo de como o objeto necessitou ser alterado por ter se mostrado desatualizado.
Constituir uma infraestrutura pública que facilite o transporte conjunto dos produtos das propriedades aos locais de comercialização.	Ações pontuais que possibilitaram para a APROBANA, Mulheres da Prata e Mulheres de Joeba carros para transporte.	Mesmo reconhecendo os esforços em torno da organização por parte das Associações citadas, há de se constatar que as iniciativas ficaram concentradas num único setor, merecendo uma maior reflexão.	
Criar um sistema específico (público) de orientação, normatização e fiscalização do processo de comercialização direta produtor rural e consumidor final.	Não executado.		
Estimular aos produtores à comercialização em espaços alternativos em outros municípios vizinhos e na Região Metropolitana.	Apoio a participação em feiras estaduais e regionais, além de apoio na venda para a alimentação escolar.	Aumento na renda, acesso a novos mercados, melhoria da qualidade dos produtos face as exigências e o contato com outros produtores.	
Criar um programa municipal de abastecimento alimentar com produtos da agricultura familiar para a população do Município.			
Fomento à criação da Central de Associações.	Iniciamos processo de planejamento juntos as associações, mas apesar de nosso esforço o trabalho não foi adiante.		
Criação de uma rede de integração entre as associações, comerciantes e consumidores.	Dependia da ação anterior.		
Criação de uma feira anual da agricultura familiar organizada em associações e cooperativas.	A Semana da Agricultura Familiar que está na sua VI Edição.	Aumento de autoestima dos agricultores; Aumento no volume de vendas e efetivação	



		de novos negócios; difusora de novas tecnologias; Referência em termos de organização; Polarizadora de importantes debates para o município e região; agrega os municípios do território; proporciona maior contato e conhecimento entre agricultores e urbanos.	
Destinação de recursos públicos para a infraestrutura em associações de mulheres com experiências em ocupações rurais não agrícolas.	Estruturação dentro das demandas existentes, com êxito para dois grupos: Mulheres da Prata e Mulheres de Joeba.	Disponibilização de equipamentos, utensílios e estruturas públicas para a produção dos produtos. Todo processo com contrapartidas destes grupos.	
Proceder a planejamento estratégico de todas as associações da agricultura familiar do município.	Iniciado e não concluído.		
Capacitação em princípios de gestão em associativismo e cooperativismo.	Durante algum tempo foi realizada, nos últimos anos somente de acordo com a demanda.		
Fomento ao cooperativismo de produção, crédito e de comercialização.	Criação do Núcleo Facilitador de Crédito Rural e trabalhos realizados pelas entidades.	Acesso ao crédito rural por parte dos agricultores, embora sejam constatadas muitas dificuldades (já diagnosticadas pelos parceiros).	
<b>ORNA'S – OCUPAÇÕES RURAIS NÃO AGRÍCOLAS</b>			
<b>PLEITOS</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Levantamento das experiências e produtos existentes já existentes no Município.	Realizado no âmbito do censo e das ações da SEMAPA.	Dimensionamento da quantidade de famílias envolvidas e ampliação das estratégias de apoio.	
Dotar o município de um local com infraestrutura para articulação e comercialização oriunda das ORNA'S.	Não executado. A experiência mais próxima talvez seja o Vale Viver Corindiba. Embora haja um espaço centralizador de artesanato urbano.	Centralidade no processo de comercialização, divulgação dos produtos do setor e do município e geração de renda.	
Promoção de feiras municipais e regionais envolvendo a diversidades de artesãos locais.	Em todos os momentos possíveis os artesãos, tanto do interior quanto da cidade foram envolvidos nestes processos.	Oportunidades de negócios, acesso a diferentes mercados.	
Capacitação, em especial mulheres, jovens e 3ª idade, atividades artesanais.	Envolvimento em atividades, tais como curso de fibra de bananeira.	Capacitação concluída, entretanto, as atividades não tiveram caráter sistemático.	
Estimular as manifestações culturais das diversas etnias locais.	Estímulo dado por meio das ações da gerência de cultura à Semapa na Semana da Agricultura entre outras.	Fortalecimento dos grupos de congo e danças folclóricas ligadas às etnias formadoras do povo Anchiense.	
Além da Festa da Emancipação Política do Município, realizar as demais festas previstas na Lei Orgânica Municipal.	Houve sim a valorização das festividades das comunidades, contando com apoio em todo o processo de realização.	Comunidades com festividades temáticas, representando sua "identidade": festa do feijão, festa da imigração italiana, entre outras.	<b>Todas as ações citadas exigem cada dia mais contrapartidas dos agricultores</b>
Destinar recursos específicos para a área de cultura.	Além das políticas próprias da gerência, o	Estruturação de grupos e artistas locais, divulgação por	

	edital de patrocínio cultural garante a possibilidade de acesso a recursos para a estruturação de grupos folclóricos ou com temática ligada à cultura.	meio de CD's e etc	
Fomentar e assessorar atividades de agro e eco turismo.	Foram realizadas cursos, capacitações, criados circuitos turísticos na área rural.	Expansão das atividades lazer na área rural do município, maior visibilidade do interior do município.	
Criação dos corredores ecológicos/turísticos ou similares nas áreas rurais.	Contemplado na resposta anterior.	Contemplado na resposta anterior.	
Desenvolver um projeto, a partir dos potenciais naturais, para a exploração comercial de práticas de esportes alternativos (radicais, trilhas e outros) no município.	Contemplado na resposta anterior.	Contemplado na resposta anterior.	
Resgatar e fortalecer as festas comunitárias como manifestações religiosas e culturais.	Contemplado na resposta.	Contemplado na resposta.	
<b>EDUCAÇÃO DO CAMPO</b>			
<b>PLEITOS</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Redefinição do Plano de Educação Municipal, de acordo com as peculiaridades atuais da área rural do Município, ouvidos todos os segmentos da comunidade e dos profissionais da educação.	Não executado.	Não executado.	
Criação, ou reestruturação dos conselhos comunitários em todos os estabelecimentos de ensino da rede municipal.	Executado.	Maior democracia e compartilhamento de decisões.	
Inserir no Plano municipal de Educação, além das disciplinas básicas, outras relacionadas à produção agrícola, educação ambiental, empreendedorismo, associativismo e cooperativismo, gestão e controle social, valorização da história e da cultura local.	Não executado.	Não executado.	
Destinar parte dos recursos da educação para cursos de profissionalização de trabalhadores rurais.	Não executado.	Não executado.	
Criar, com recursos próprios ou não, mais oportunidades de educação de jovens e adultos, com educação voltada para práticas cidadãs, além do simples "letramento".	Expansão do EJA- Ensino de Jovens e Adultos para as unidades de ensino próximas ao interior.	Acesso das pessoas a oportunidades de ensino que elevam a auto-estima e possibilitam o acesso a informação e a outras formas de conhecimento além do espaço da sala de aula.	
Reestruturar e "empoderar" o Conselho Municipal de Educação.	A educação possui três conselhos, com funções distintas. Nunca fomos convidados a participar como categoria, mas também nunca pleiteamos espaço nos mesmos. Assim, estamos ausentes	- O que se sabe é que todos os conselhos funcionam regularmente, sobre o teor dos debates é impossível dizer sem estarmos participando.	

	destas discussões.		
<b>MEIO AMBIENTE</b>			
<b>PLEITOS</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Criar o Conselho Municipal de Recursos Naturais.	Conselho instituído.	Criação de legislações municipais sobre a questão ambiental; ampliação das áreas protegidas; estruturação das áreas de preservação existentes, início do processo de licenciamento em nível municipal.	
Elaboração de leis municipais específicas no que se refere à gestão integrada dos recursos naturais locais.	Dentro do PDM há referência sobre isso, no código de meio ambiente do município e nos debates no interior do conselho.	Maior autonomia para ações voltadas para o Meio Ambiente, estruturação dos serviços prestados, entre eles a fiscalização.	
Destinar recursos para criação de Áreas de Preservação Ambiental (APA).	Recursos oriundos de condicionantes aplicados neste processo.	Criação da estação ecológica dos papagaios, processo de estruturação da APA da Guanabara, entre outras ações.	
Constituição de grupos de multiplicadores em gestão integrada dos recursos naturais, possibilitando formação e capacitação permanente aos multiplicadores.	Não executado.		
Criar consórcios específicos por bacias hidrográficas, incluindo as micro bacias.	Não executado.		
Criar um programa de parceria com proprietários rurais, em especial os pequenos e médios, para recuperação e preservação ambiental no município.	Trabalho próximo, mas de proporções limitadas, realizado em torno da proteção de 10 nascentes-Parceria com SEAG.	Nascentes cercadas e em processo de recomposição.	
<b>AMBIENTE INSTITUCIONAL</b>			
<b>PLEITOS</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Garantir o direito irrestrito as comunidades e organizações sociais de utilização dos espaços físicos e infraestruturas das escolas municipais para promoção de eventos de interesse da coletividade local.	Matéria resolvida desde o princípio desta administração junto com a SEME.	Disponibilidade de locais diversos para a realização de reuniões.	
Capacitação de lideranças locais para ocupar funções em instrumentos de gestão e controle social das políticas públicas.	Se considerarmos os diversos momentos em que trabalhamos tanto formação humana quanto técnica, realizamos a ação. Destacamos, entretanto, o caráter pouco sistemático destas ações.		
Fortalecer o empoderamento social (fóruns, audiência pública, referendo, plebiscito e outros).	Espaços criados, entretanto, o que mais foi fortalecido foram os conselhos municipais.		
Criação do Fórum Municipal de Discussão do Processo Orçamentário Municipal.	Instalação do processo do orçamento participativo no governo municipal.	Comunidade escolhe a sua prioridade na aplicação de parte do orçamento; fortalece o	

		processo democrático e amadurece o processo de decisão e chegada ao consenso.	
Reformular os Conselhos Municipais de Gestão de Políticas Públicas.	Conselhos reformulados, alteração nos dispositivos legais, maior democracia dentro dos mesmos, criação de novos conselhos (Idoso, Meio Ambiente, Habitação e etc).	Maior democracia nas ações e partilha das responsabilidades sobre as decisões; Ampliação das políticas públicas em todas as áreas.	
Capacitação de profissionais da área de educação para atuarem na multiplicação das ações referentes ao controle e a gestão social, bem como inserir a disciplina nas escolas municipais.	Não executado.		
Desenvolver ações específicas de captação de recursos de políticas públicas de âmbitos Estadual e Federal	Constituição de uma gerência de projetos no corpo da PMA, bem como habilidades das entidades parceiras na captação de recursos externos.	Aumento no volume de recursos captados; maior visibilidade externa das ações municipais; maior trânsito junto aos órgãos concessionários.	
Desenvolver ações relativas à formação básica e à capacitação de lideranças multiplicadoras das questões de gênero.	Executado em parte.		
Criar espaços para atividades culturais, de lazer e similares na sede do Município e nos distritos.	Não executado.		